

Eduardo Firak Cordeiro

SISTEMAS ALIMENTARES ALTERNATIVOS: o papel dos circuitos curtos de comercialização de produtos agroecológicos em Florianópolis, SC

Dissertação apresentada ao Programa de Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de mestre em Agroecossistemas
Orientador: Dr. Oscar José Rover

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cordeiro, Eduardo Firak
SISTEMAS ALIMENTARES ALTERNATIVOS : o papel dos
circuitos curtos de comercialização de produtos
agroecológicos em Florianópolis, SC / Eduardo Firak Cordeiro
; orientador, Oscar José Rover - Florianópolis, SC, 2014.
216 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-
Graduação em Agroecossistemas.

Inclui referências

1. Agroecossistemas. 2. sistemas agroalimentares. 3.
circuitos curtos de comercialização. 4. ecodesenvolvimento
territorial. 5. agroecologia. I. Rover, Oscar José. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Agroecossistemas. III. Título.

Dedico este trabalho àqueles/as que mantêm-se em vigilância constante na construção da sociedade fundada no amor, na justiça e na liberdade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente àqueles/as que lutaram e às/aos que continuaram a luta para tornar a educação pública uma realidade, às/aos professores(as), servidores(as) e estudantes que alertam as contradições deste sistema educacional e fazem do espaço universitário um espaço de disputa e denúncia do modelo societário vigente, e ainda lançam os germes da educação libertária.

A formação científica propiciada nos últimos 10 anos rompe as gélidas paredes das salas de aula. Assim, agradeço aos militantes anarquistas e a classe oprimida como um todo, pela formação classista e humanista que obtive na convivência da construção do Coletivo Anarquista Bandeira Negra e da Coordenação Anarquista Brasileira até recente momento, e, especialmente à educação obtida nas trincheiras da luta econômica-política-social-cultural-ecológica-espiritual.

Devo este trabalho à minha família, de sangue e de suor! Pois é no olhar, no abraço e na escuta interpessoal que a gente se humaniza. Assim foram muitos/as que me fortaleceram durante esta jornada, apesar de todas as ausências que a realização deste trabalho implicou, por isso: Caetano, Cordeiro, Gisela, Willians e Leize, Pexão, Rober e Flávia, Pri e Diogo, Ca, Carito, Carolita, Lúgia, Ju, Milena, Solenn, Schey, Tata, Ivan, Rica, Kaled, Daia, Leozito, Gabi, Pedro, Lorena e Luz Marina, Guigui, Dwan e Rudá, Thi, Rao, Zique, Kike, Wa e Carol, Flora e Alice, Marcelito, Ka, Xande, Thiago, Marceleza, João, Aline e Mano Elétrica, Ma Pavesi, Cha, Digo, Vitão, Gabirela, Bó, Glauca, Vilmar, Paraguai, Barauna, Joyce e Zezinho, Cuca, Arilda, Re, Rita, Rafael, Alanzinho, Zaza, Camila, Florencia, Marú, Anita, Diego, Jesuco, Franz, Javi, Catalina, Lu Martinez, Monika, Dany, Jas Marinucci, Alle, Nay, Ju Palermo, Miguel Calapi, Chakiras, Rodrigo Hidalgo, Marina Maidan, Jorge e Diana Oviedo, compas da *Huella Verde* e da *Acción Ecológica*, compas da CCP-EIV/SC, militantes da Rede Nacional de Grupos de Consumo Responsável, famílias Cordeiro e Firak. Enfim, este trabalho é nosso!

Agradeço particularmente à Virginia pelo convívio amoroso em liberdade e sua ajuda na elaboração e tratamento dos dados quantitativos, sua presença e incentivo aliviaram os muitos momentos de angústia que emergiram no decorrer desta pesquisa.

Também este trabalho foi resultado da atenção dada por alguns/algumas pesquisadores(as) à minha jornada científica, agradeço todo incentivo e atenção dada por Dr. Paulo H. Freire Vieira, Dra. Elaine Azevedo, Dr. Ilyas Siddique, Dra. Thaíse Guzzatti, Dr. Jean-Lois

Rastoin, Dra. Fátima Portilho, Dra. Claire Cerdan, Dr. Sandro Schlindwein, Dra. Vera Cepeda, Msc. Fêlpe Correa, e especialmente à Msc. Gilles Marèchal que mesmo estando além-mar realizou assiduamente a co-orientação extra-oficial, visto os impedimentos burocráticos do regimento universitário.

E, por fim, não poderia deixar de mencionar a importância do NMD/Ufsc e seus/suas membros/as na minha formação enquanto *pesquisador-ativista-educador* e pela convivência nestes últimos 6 anos. Igualmente agradeço pelas oportunidades advindas com o surgimento do LACAF/Ufsc (2012) e sua importância para a temática deste trabalho em nosso território. Agradeço também aos/as meus/minhas colegas de jornada (PGA) que apesar dos poucos encontros extra-classe algumas amizades verdadeiras foram feitas. Aos/as entrevistados/as e aos/as participantes das experiências analisadas minha sincera gratidão e respeito.

Esta pesquisa também contou com o apoio financeiro do CNPq, através da bolsa de estudos.

A tendência do ser humano ao apoio mútuo tem uma origem tão remota e está tão profundamente entrelaçada à toda a evolução de nossa espécie que foi conservada por esta até o presente, apesar de todas as vicissitudes da História. [...] Na prática do apoio mútuo, que remonta aos primeiros passos da evolução, encontramos a origem evidente e indubitável de nossas concepções éticas; e podemos afirmar que, no progresso ético do homem, o apoio mútuo – e não a luta de uns contra os outros – tem o papel principal.

(Piotr Kropotkin, 1902)

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

(Karl Marx, 1978)

A primeira condição para o triunfo é nos livrarmos da ignorância: é preciso que conheçamos todos os preconceitos a destruir, todos os elementos hostis a afastar, todos os obstáculos a transpor, e, por outro lado, não ignorar nenhum dos recursos dos quais podemos dispor, nenhum dos aliados que a evolução histórica nos dá.

(Élisée Reclus, 2002)

[...] a superação do sentimento hoje em dia pervasivo na comunidade acadêmica de estar *em movimento sem sair do lugar* deverá passar por uma tomada de consciência mais refletida dessa articulação difícil entre saberes plurais, sistemas de dominação geradores de violência estrutural e mecanismos de *empoderamento* e de transformação pessoal e social.

(Jean-Marc Fontan e Paulo Freire Vieira, 2011)

RESUMO

A dissertação versa sobre o papel dos circuitos curtos de comercialização de alimentos agroecológicos na formação e consolidação dos assim chamados *sistemas alimentares territorializados (SALTs)* na zona costeira catarinense. O foco incide em três dispositivos de comercialização existentes no município de Florianópolis, a saber: a *Ecofeira* na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), as *Compras Coletivas Ecosolidárias* e o *Box 721 de Produtos Orgânicos* que funciona na CEASA local. Cada dispositivo corresponde a três modalidades de organização da venda aos consumidores: as feiras livres, a auto-organização dos próprios consumidores e os pontos de venda coletiva, respectivamente. O modelo de análise utilizado foi baseado no conceito de *sistema alimentar territorializado*, entendido como um dos elementos constitutivos do enfoque de *ecodesenvolvimento territorial* - que compete com a interpretação dominante do enfoque de *desenvolvimento sustentável* no debate contemporâneo sobre o nexo *ecologia & desenvolvimento*. Os dados foram coletados por meio da aplicação de técnicas de análise documental, observação participante, diário de campo, entrevistas semi-estruturadas com produtores, consumidores e agentes de desenvolvimento e questionário fechado com consumidores. As evidências constatadas comprovam a importância da *proximidade organizativa e/ou geográfica* entre consumidores e produtores no funcionamento dos sistemas agroecológicos. As análises revelaram também a existência de um processo ainda muito frágil de autogestão e transparência nos dispositivos de comercialização estudados. Não obstante, foi possível constatar a formação de um tecido interativo marcado por relações de troca passíveis de interpretação à luz dos princípios da *ecosocioeconomia* e da *reciprocidade*. No rol dos principais obstáculos que têm sido enfrentados pelos grupos envolvidos nesses experimentos, o estudo enfatiza (i) as carências crônicas em termos de apoio governamental, em contraste com o volume de recursos que vêm sendo injetados na expansão do *agronegócio*; e (ii) o nível ainda muito incipiente de *ecologização* das dinâmicas de desenvolvimento em curso na zona costeira catarinense. Na parte final, o trabalho contempla o desenho (exploratório) de um cenário normativo de formação progressiva de um SALT na área investigada.

Palavras-chave: sistema alimentar territorializado, sistema agroalimentar alternativos, agroecologia, ecodesenvolvimento territorial, ecossocioeconomia, teoria da reciprocidade.

ABSTRACT

The dissertation deals with the role of short circuits in agro-food supply to the formation and consolidation of what is called local agro-food systems (*SALTs*) in Santa Catarina's coastal area. The focus is on three existing marketing devices in the city of Florianópolis, namely: the *Ecofeira* at the Federal University of Santa Catarina (UFSC), the *Compras Coletivas Ecossolidárias* and the *Box 721 of Organics Products* which is settled on the local CEASA. Each device corresponds to three modes of sale organization to consumers: free fairs, the self-organization of consumers, and the collective sale points, respectively. The analysis model used was based on the concept of *local agro-food systems*, regarded as one of the constituent elements of *territorial ecocodevelopment* approach - that competes with the prevailing interpretation of *sustainable development* approach in the contemporary debate on *ecology & development*. The data were collected through the application of techniques of documentary analysis, participant observation, field journals and semi-structured interviews with producers, consumers and agents of development. The evidences found confirm the importance of *organizational and/or geographical proximity* between consumers and producers in the functioning of agro-food systems. The analyses also revealed the existence of a still very fragile process of self-management and transparency in the marketing devices studied. Nevertheless, it was possible to find the formation of an interactive net marked by trade relations, subject to interpretation in the light of the principles of *eco-socio-economics* and *reciprocity*. In the list of the main obstacles that have been faced by the groups involved in these experiments, the study emphasizes (i) the chronic deficiencies in terms of Government support, in contrast with the volume of resources that have been injected in the expansion of *agribusiness*; and (ii) the still very incipient level of *ecologization* to the ongoing development dynamics in the coastal area of Santa Catarina. In the final part, the work includes the design (exploratory) of a normative scenery to a progressive formation of a *SALT* in the investigated area.

Key-words: local agro-foods systems, alternative food systems agroecology, territorial ecocodevelopment, eco-socio-economics, theory of reciprocity

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Número de participantes conforme as edições das CCE ..	109
Figura 02 – Meio de transporte utilizado para retirada de produtos....	110
Figura 03 – Distância percorrida unicamente para retirada dos produtos..	110
.....	110
Figura 04 – Frequência de participação dos consumidores.....	111
Figura 05 – Distância até o dispositivo	112
Figura 06 - Montante das CCE no consumo alimentar	113
Figura 07 - Percentual do consumo de orgânicos no consumo total ...	114
Figura 08 – Renda mensal familiar dos consumidores.....	114
Figura 09 – Nível de escolaridade dos consumidores	115
Figura 10 – Fluxo do produto na Ecofeira Solidária	122
Figura 12 – Fluxo do produto nas CCE.....	130
Figura 13 – Fluxo do produto no <i>Box</i>	135
Figura 14 - Receita Bruta 2013 do <i>Box</i>	139
Figura 15 - Lucro do <i>Box</i> em 2013.....	139
Figura 16 – Receita Bruta CCE (46 edições)	140
Figura 17 – Territorialização do <i>Box</i>	141
Figura 18 – Territorialização das CCE	142
Figura 19 – Esquema da cadeia dos C'MA.....	153

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01 – Modelo de Análise utilizado.....	27
Quadro 02 – Detalhamento do Modelo de análise	28
Quadro 03 – O conceito de intensificação ecológica	66
Quadro 04 – Cenários possíveis de gestão de ecossistemas.....	81
Quadro 05 – Hipóteses do consumo alimentar nos cenários AEM	82
Quadro 08 – Os diferentes tipos de cenários prospectivos.....	150
Quadro 09 – Etapas de construção de cenários	151
Quadro 10 – Elementos-chave da cadeia logística de um SALT.....	159
Quadro 11 – Indicadores para a pesquisa sobre os CCC.....	167

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEVAM – Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba
AEM – Avaliação Ecológica do Milênio
AIR – Agroindústria Rural
ANAP – Associação Nacional de Pequenos Agricultores
C’MA – Circuitos curtos de comercialização multi-atores
CAC – Camponês a Camponês
CCB – Centro de Ciências Biológicas
CCC – Circuitos Curtos de Comercialização
CCE – Compras Coletivas Ecológicas
CD – Central de Distribuição
CEASA – Central de Abastecimento
CEPAGRO – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo
CIRED – Centro de Pesquisa Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNS – Conselho Nacional de Saúde
CSE – Centro Sócioeconômico
DOC – Denominação de Origem Controlada
DTS – Desenvolvimento Territorial Sustentável
EUA – Estados Unidos da América
FAO –
FAPEU – Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária
FeA – Fusões e Aquisições
FETRAF-SUL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FLO - Organizações para Certificação de Comércio Justo
FLV – Frutas, Legumes e Verduras
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
IDE – Investimento Estrangeiro Direto
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
IG – Indicação Geográfica
LACAF – Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar
MAUSS – Movimento Anti-Utilitarista em Ciências Sociais
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento Sem Terra
NESOL – Núcleo de Estudos e Práticas em Socioeconomia Solidária
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OGM – Organismo Geneticamente Modificado
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PR - Paraná
PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar
PROUT – Teoria da Utilização Progressiva
RS – Rio Grande do Sul
SALT – Sistema Alimentar Territorializado
SANE – Escalonamento de Experiências Exitosas em Agroecologia
SC – Santa Catarina
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEPEX – Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão
SIAL – Sistema Alimentar Localizado
SLCA – Sistema Local de Conhecimento Agroecológico
SPL – Sistema Produtivo Localizado
SPSS - Statistical Package for Social Sciences
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UHT – Ultrapasteurização

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1.1 HIPÓTESE E QUESTÕES NORTEADORAS	24
1.2 OBJETIVOS	25
1.2.1 Objetivo Geral	25
1.2.2 Objetivos Específicos	25
1.3 JUSTIFICATIVA	25
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
1.6 PLANO DOS CAPÍTULOS.....	31
2. CRISE SOCIOECOLÓGICA E SISTEMAS ALIMENTARES .	33
2.1 OS EFEITOS DA ECONOMIA DE MERCADO	40
2.2 TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA GESTÃO DE AGROECOSSISTEMAS	43
2.2.1 Repensando a trajetória dos sistemas agroalimentares .	49
2.2.1.1 A esfera do consumo revisitada	54
2.2.1.2 O processo de consolidação dos supermercados	59
2.2.1.3 Sistemas alimentares sustentáveis: surgimento, expansão e desafios atuais	63
2.3 ECOSSOCIOECONOMIA E AGROECOLOGIA.....	70
2.3.1 A agroecologia vista como fundamento da construção de sistemas alimentares sustentáveis	70
2.3.2 Considerações sobre ecossocioeconomia e reciprocidade	72
2.4 O FUTURO DOS SISTEMAS ALIMENTARES.....	80
2.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO	83
3. ENFOQUES INTEGRATIVOS DA PROBLEMÁTICA AGROALIMENTAR	85
3.1 COMPONENTES BÁSICOS DO ENFOQUE DE ECODESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	85
3.1.1 A contribuição da ecologia política de corte sistêmico ...	87
3.2 DO SIAL AO SALT: OS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS	88
3.2.1 A contribuição do enfoque SIAL.....	89
3.2.2 Cesta de bens e serviços no fortalecimento da qualidade territorial.....	91

3.2.3 Os circuitos curtos de comercialização na promoção de SALT's.....	93
3.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO	96
4. DIAGNÓSTICO DOS DISPOSITIVOS ALIMENTARES SELECIONADOS.....	99
4.1 CONTEXTO DE AÇÃO.....	100
4.1.1 Ecofeira Solidária.....	103
4.1.2 Compras Coletivas Ecosystemáticas.....	106
4.1.3 <i>Box 721</i> de Produtos Orgânicos.....	115
4.2 ESTRUTURA E DINÂMICA DO SISTEMA DE AÇÃO.....	118
4.2.1 Ecofeira Solidária.....	120
4.2.2 Compras Coletivas Ecosystemáticas.....	124
4.2.3 <i>Box 721</i> de Produtos Orgânicos.....	133
4.3 TERRITORIALIZAÇÃO E FINANÇAS	137
4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO	143
5. DESENHANDO UM CENÁRIO PROSPECTIVO EXPLORATÓRIO.....	149
5.2 CONDIÇÕES DE VIABILIDADE DE UM SALT	151
5.1 SÍNTESE DO CAPÍTULO	158
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
6.1 LIMITES DA PESQUISA	165
6.2 PISTAS DE APROFUNDAMENTO DA REFLEXÃO	165

[...]a questão não é se devemos ou não tomar partido, já que inevitavelmente o faremos, mas sim de que lado estamos nós.

(Howard Becker, 1977)

INTRODUÇÃO

Segundo dados fornecidos pela ONU¹, a partir de 2005 a maioria da população mundial passou a viver em áreas urbanas, e até 2050 serão 70%. Hoje em dia, um terço deste contingente sobrevive em favelas e assentamentos informais. Assim, aos imensos desafios gerados pela busca de enfrentamento das desigualdades e da pobreza, impõe-se a necessidade de promover a segurança e a autonomia alimentar, a diversificação das opções de consumo e a pesquisa de novas configurações rural-urbanas, capazes de fazer frente à intensificação do êxodo rural².

Há várias décadas, as evidências acumuladas pela pesquisa ecológico-política vêm confirmando o agravamento dos impactos negativos da globalização socioeconômica e sociocultural³ na dinâmica dos sistemas agroalimentares implantados no nível local⁴. Além do aprofundamento das desigualdades e do comprometimento do potencial de resiliência de ecossistemas e paisagens⁵, a crescente (hiper) concentração do mercado atacadista e o estreitamento das relações envolvendo o setor agroindustrial e o funcionamento dos circuitos de comercialização têm possibilitado a formação e a expansão desordenada das grandes redes varejistas, enfraquecendo ao mesmo tempo o poder dos agentes e dos empreendimentos de pequeno e médio porte⁶.

Todavia, na contramão das tendências em curso de consolidação da lógica de funcionamento da economia de mercado globalizada, vêm sendo promovidas experiências pontuais de empoderamento comunitário, de valorização do patrimônio cultural existente no nível local e de internalização da dimensão socioecológica no campo dos chamados *sistemas agroalimentares alternativos*⁷.

¹ <http://www.onu.org.br/onu-mais-de-70-da-populacao-mundial-vivera-em-cidades-ate-2050/>

² Rastoin, Conare, 2013; Benhammou, 2009; Bonnal et al., 2003; Carvalho, Targino, 2005; Chauvin, Laise, Féret, 2005; Maluf, 2004.

³ Ayadi, Rastoin, Tozanli, 2005; Berdegué, Reardon, 2003; Rastoin, 2008; Rastoin, Padilla, Oberti, 2005.

⁴ Souza, Souza, 2011.

⁵ Deléage, 2009; Waltner-Toews, 2009; Humbert, Castel, 2008; Callou, 2007; Alimonda, 2006; Vieira et al, 2003; Santos M., 1999; Kochtcheeva, Singh, 1999; Boff, 1996; Lutzenberger, 1980; Meadows, 1978.

⁶ Wilkinson, Sorj, Goodman, 2008; Montagut, Vivas, 2007; Rastoin, 2007; Vivas, 2007; Karam, Zoldan, 2004.

⁷ Deverre, Lamine, 2010; Cordeiro, 2010; Champredonde et al, 2009; Marechal, 2008; Costabeber, 2007; Requier-Desjardins et al, 2006; Guevara, 2006; Portilho, 2005, 2009; Massard, Torre, 2004; Ranaboldo, Venegas, 2004; Grosso, Teles, 2003.

Diante dessa problemática complexa, este trabalho reflete os resultados de uma pesquisa exploratória de *circuits curtos de comercialização de alimentos agroecológicos* em operação na área da Grande Florianópolis. Fruto do aprofundamento da reflexão iniciada na graduação e envolvimento na gestão de um dos dispositivos analisados. A intenção inicial foi identificar os condicionantes, as potencialidades e as limitações dessas experiências, acoplando a esta análise um exercício de análise prospectiva normativa sobre as condições gerais de viabilidade de uma dinâmica de formação de um *sistema alimentar territorializado (SALT)*⁸ – entendido como uma estratégia inspirada no enfoque de *ecodesenvolvimento territorial*⁹.

A pesquisa de campo foi concentrada na busca de dados empíricos atualizados sobre o funcionamento de três circuitos, a saber: (i) as *Compras Coletivas Ecosolidárias* (CCE), (ii) a *Ecofeira*, na UFSC e (iii) o Ponto de venda instalado na CEASA¹⁰ do município de São José. Em todos eles são comercializados alimentos provenientes da agricultura familiar de base ecológica. Os projetos dos dois primeiros emergiram em 2005 e se materializaram em 2006/2, contando para tanto com o apoio institucional do NESOL-UFSC¹¹. Já o terceiro dispositivo, inaugurado em janeiro de 2013, resultou de articulações que remontam a 2010, envolvendo a Rede Ecovida, o CEPAGRO¹² e o LACAF-UFSC¹³.

Mais especificamente, o primeiro dispositivo funciona como uma organização de consumidores. O segundo concentra dois grupos de agricultores sediados no município de São Bonifácio/SC e que participam de uma feira de economia solidária e agroecologia promovida semanalmente (sempre às quartas feiras) na Praça da Cidadania da UFSC¹⁴. Finalmente, o terceiro dispositivo corresponde ao assim chamado *Box “721”* de produtos orgânicos da CEASA de São José¹⁵.

Do ponto de vista teórico-metodológico, na dissertação procuramos justificar a importância de se adotar atualmente uma visão

⁸ Denechere, Durand, Marechal, 2008.

⁹ Vieira, 2013.

¹⁰ A Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A. de São José (Ceasa) é uma empresa de economia mista e está vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural

¹¹ Núcleo de Estudos e Práticas em Socioeconomia Solidária/UFSC.

¹² Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo.

¹³ Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar/UFSC.

¹⁴ Durante as férias escolares realiza-se ao lado da Biblioteca Universitária, próximo à rua Delfino Conti.

¹⁵ Apartir daqui apenas *box*

plural da economia¹⁶ - a *ecossocioeconomia*¹⁷. Exploramos também as implicações desta visão transgressiva para a maturação de uma nova representação das conexões rural-urbanas no planejamento do desenvolvimento local. Dessa forma, defendemos a necessidade de se estimular um debate cada vez mais amplo e bem informado sobre opções de realocação e auto-gestão da produção e de consumo de alimentos¹⁸.

Na reflexão sobre o tema mobilizamos um amplo espectro de abordagens teóricas¹⁹ sobre a dinâmica dos *sistemas alimentares territorializados* (SALTs) face às coações e oportunidades impostas pelo agravamento da crise socioecológica global²⁰. Vários estudos recentes²¹ constataam que a agricultura familiar de base ecológica vem enfrentando sérias dificuldades nos setores de produção, de crédito, de criação de políticas públicas específicas e, também, de comercialização. Mas importa ressaltar novamente que o foco do trabalho incide na caracterização do cenário complexo e controvertido no qual opera hoje em dia este último setor²².

Na caracterização do conceito de *circuitos curtos de comercialização* (CCC)²³, seguimos algumas definições apontadas em Messner (2013), Marèchal (2008) e Denéchère (2007), são elas: *dispositivo*: espaços institucionalizados de troca; *modalidades*: formas de realizar a comercialização; e *circuitos curtos multi-atores* (C'MA): iniciativas as quais ocorre um acompanhamento financeiro, logístico, etc. por uma entidade pública, privada ou do terceiro setor.

Nas três modalidades de comercialização estudadas (feira livre, cooperativa de consumidores e ponto de venda coletivo), foram levadas em conta as especificidades dos seus diversos componentes, bem como suas relações de complementaridade tendo em vista a formação de um possível SALT nos próximos anos.

¹⁶ Fontan, 2010; Lévesque, 2009.

¹⁷ Sachs, 2007.

¹⁸ Iranzo, 2012; Fontan; Vieira, 2011; Silveira et al, 2009; Humbert, Castel, op. cit., 2008; Rastoin, 2006; Zaoual, 2006; Mora, 2000.

¹⁹ A teoria, entendida como uma caixa de ferramentas, foi utilizada conforme julgou-se necessária e, portanto, sem nenhum dogma, dentro dos diversos campos científicos mobilizados, à saber: sociologia do desenvolvimento; sociologia econômica; sociologia do consumo; economia territorial; economia da reciprocidade; economia plural; economia solidária; ciência social do ambiente e antropologia.

²⁰ Gliessman, 2000.

²¹ Lijerón, 2006; Karam, Zoldam, 2003, 2004.

²² Fonseca et al, 2009; Zoldan, Karam, op. cit.; Grosso, Teles, op. cit.; Cuesta et al, 1998.

²³ Daqui em diante será utilizado “CCC” para abreviar circuitos curtos de comercialização

Para tanto, foram elencados quatro eixos estruturantes desta linha de argumentação na fase de revisão ordenada da literatura, a saber: *ecodesenvolvimento territorial, agroecologia, ecossocioeconomia e circuitos curtos de comercialização*. O primeiro eixo refere-se à evolução progressiva do conceito (sistêmico) de desenvolvimento que emergiu durante a Conferência de Estocolmo, em 1972, como parte da tomada de consciência dos limites do crescimento material num planeta de recursos finitos. O segundo diz respeito aos desdobramentos das pesquisas sobre agroecossistemas orientados para a construção de sistemas alimentares sustentáveis. O terceiro mobiliza diferentes conceitos²⁴ na construção de alternativas realistas face à hegemonia alcançada pelo ideário neoliberal na dinâmica das economias nacionais. E o último corresponde aos trabalhos centrados na compreensão da importância das relações de proximidade entre produtores e consumidores na configuração de SALTs.

Vale a pena salientar que a consulta a este acervo bibliográfico correspondeu também ao interesse do autor em realizar uma operação de tradução²⁵, ou de *imaginação sociológica*²⁶, na sua tentativa de compreender cada vez melhor a *situação-problema* em pauta com base numa contextualização a mais ampla possível da sua formação e da sua trajetória de evolução.

1.1 HIPÓTESE E QUESTÕES NORTEADORAS

Este trabalho busca fortalecer a hipótese de que o estreitamento das relações entre produção e consumo no âmbito da aplicação do enfoque agroecológico passa necessariamente pela construção de mercados de proximidade e de reciprocidade, no bojo de *sistemas alimentares sustentáveis* inspirados no ideário da *ecossocioeconomia*. Em outras palavras, os circuitos curtos multi-atores (C'MA) fortalecem a construção de SALTs norteados pelos princípios de uma *ecossocioeconomia*, como parte da experimentação com novas estratégias – agora *territorializadas* - de *ecodesenvolvimento*.²⁷

Neste sentido, foram elencadas as seguintes questões de pesquisa:

²⁴ Economia plural, economia solidária, economia social, economia da reciprocidade, etc.

²⁵ Latour, 1994; Santos B., 2005.

²⁶ Conforme Wright Mills (1972) A imaginação sociológica seria uma espécie de forma mais frutífera de consciência que está relacionada com a necessidade de compreender o cenário histórico dos indivíduos, pensar o específico, pensando a vida social como um todo. Conhecer o sentido social e histórico do indivíduo na sociedade e no período vivido por ele.

²⁷ Vieira, op. cit.; Denéchère, Durand, Marechal, op. cit.; Sachs, op. cit.; Gliessman, op. cit..

- Como funcionam os circuitos selecionados? Quais são os princípios econômicos nos quais eles se baseiam? Quais são as evidências que nos autorizam a caracterizá-los à luz dos conceitos de *proximidade* e *reciprocidade*?

- Em que sentido tais circuitos curtos de comercialização estariam contribuindo hoje em dia para impulsionar a formação de SALTs na zona costeira catarinense?

- Quais seriam os principais obstáculos à consolidação institucional e à diversificação dessas experiências, em sintonia com a abordagem de *ecodesenvolvimento territorial*?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Diagnosticar o funcionamento dos circuitos curtos de comercialização de alimentos agroecológicos realizados em Florianópolis no período entre 2007-2013, à luz do enfoque de *SALT para o ecodesenvolvimento territorial*.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar a estrutura e a dinâmica de funcionamento dos três dispositivos de comercialização selecionados, enfatizando (i) as estratégias utilizadas pelos atores sociais envolvidos, e (ii) as oportunidades de fortalecimento institucional e os principais bloqueios correspondentes.

- Desenhar, de forma exploratória, um cenário prospectivo normativo de construção progressiva de um SALT na área investigada.

1.3 JUSTIFICATIVA

O estudo dos circuitos curtos de comercialização insere-se atualmente na busca de elucidação do tecido “*socioeconômico gerado no contexto local e das condições de inserção dos espaços locais de desenvolvimento no contexto regional*”²⁸, como parte de estratégias de experimentação com o enfoque de *ecodesenvolvimento territorial*²⁹.

²⁸ Vieira, Cazella, 2006, p. 1.

²⁹ Vieira, op. cit.

Com base em análises centradas nos dispositivos de distribuição, vistos enquanto *arenas de troca*³⁰, vem sendo observado que um processo de ressignificação de modalidades tradicionais acompanha uma tomada de consciência progressiva da urgência de se explorar a viabilidade de novas modalidades. Face a tais evidências, os estudiosos das *economias de proximidade*³¹ têm sugerido que estas experiências podem ser interpretadas como resultado de interações combinadas entre *proximidade geográfica* e *proximidade organizacional (ou institucional)*. Eles insistem na relação de complementaridade dessas práticas no nível territorial e buscam fornecer elementos para tomadas de decisão no campo do planejamento do desenvolvimento local atualmente³².

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

[...] É preciso servir simultaneamente ao diabo da objetividade e da teoria científica e ao deus da arte e da sensibilidade interpretativa... Essa dupla condição ou inserção no mundo se faz enquanto ele [o pesquisador] pesquisa no campo em interação com os outros sujeitos da pesquisa e enquanto escreve para o público seletivo dos seus pares[...]³³

Na seleção da unidade de análise levou-se em conta que tais dispositivos de comercialização de produtos agroecológicos podem ser melhor compreendidos com base nos conceitos de *economia de proximidade* e de *ecossocioeconomia*.

A pesquisa de campo esteve orientada para o teste de princípios elencados nos Quadros 1 e 2. Com base em Vieira (2006b), buscou-se atualizar a base de dados existentes para a realização de um diagnóstico (nos níveis descritivo e explicativo) capaz de nortear, na sequência, um exercício de análise prospectiva das condições gerais de viabilidade de um SALT. A elaboração do diagnóstico descritivo foi efetivada mediante a consideração das dimensões sociopolítica e socioeconômica do funcionamento dos três circuitos. Dessa forma, foi possível obter uma imagem mais nítida da *situação-problema*, inclusive do potencial subutilizado ou mesmo desconhecido em termos de *recursos territoriais*.

³⁰ Holloway et al., 2007.

³¹ Massard, Torre, op. cit.; Gilly, Lung, 2005.

³² Ambrosini et al, 2008; Denechere, Durand, Marechal, op. cit.; Mollard, 2006; Pecqueur, 2006.

³³ Zaluar, 2004, p. 10.

O registro das percepções, atitudes e práticas dos atores sociais envolvidos (consumidores, agricultores e agentes de desenvolvimento) também fizeram parte do diagnóstico.

Com base num diagnóstico explicativo das condições socioeconômicas e sociopolíticas que têm cercado a evolução dessas práticas, foi esboçado então o cenário prospectivo

Importa ressaltar que a adoção deste procedimento de forma alguma deveria ser confundida com a aplicação de “fórmulas feitas”. Trata-se, antes, de um instrumento pragmático e flexível de “aprender a fazer fazendo” no campo do planejamento integrado e compartilhado de novas estratégias de desenvolvimento local. Em outras palavras, a intenção é alcançar uma compreensão mais lúcida (i) dos diferentes padrões de percepção e representação das dinâmicas de desenvolvimento por parte dos atores sociais envolvidos; (ii) da singularidade das estratégias locais; (iii) das complexas inter-relações entre inovação científica-tecnológica, riscos socioecológicos e as novas opções de regulação econômica; (iv) da dinâmica conflitiva e cooperativa que caracteriza o *jogo-de-atores* envolvidos nos dispositivos selecionados e, por fim, (v) dos condicionantes bioecológicos e socioculturais de mudanças que apontam no sentido de um *sistema alimentar territorializado*.

Quadro 01 – Modelo de Análise utilizado

E C O D E S E N V O L V M E N T O T E R R I T O R I A L	Dimensões	Conceitos Estruturantes	Componentes
	Socio econômica	Sistema Alimentar Territorializado e Ecosocioeconomia	a) Reconstituição da trajetória de evolução do dispositivo estudado. b) Caracterização dos atores envolvidos (direta e indiretamente) c) Volume e tipo de produtos movimentados. d) Proximidade (geográfica/organizativa) entre produtores e consumidores e) Classe social atingida
Socio política	Autogestão	f) Jogo-de-atores g) Reforço às redes locais h) Empoderamento	

Fonte: Baseado em Cordeiro, 2010.

Quadro 02 – Detalhamento do Modelo de análise

	Dimensões	Componentes	Indicadores
E C O D E S E N V O L V M E N T O	Socio econômica	a) Reconstituição da trajetória de evolução do dispositivo estudado	a) histórico de surgimento; do volume comercializado; das ações feitas; dos obstáculos
		b) Caracterização dos atores envolvidos (direta e indiretamente)	b) nº de organizações camponesas; nº de camponeses envolvidos nestas org.; nº de organizações de consumidores; nº de camponeses diretamente envolvidos; nº de empresas envolvidas; nº de consumidores envolvidos; situação legal-jurídica das org. envolvidas; modo de funcionamento
T E R R I T O R I A L	Socio Política	c) Volume de produtos movimentado (R\$)	c) volume comercializado (Kg/R\$)
		d) Proximidade (geográfica/organizativa) entre produtores e consumidores	d) Procedência dos produtos; distancia percorrida pelos produtos (km); nº de intermediários; presença dos camponeses na org. dos dispositivos
		e) Classe social atingida	e) perfil da renda dos envolvidos (R\$ mensal);
		f) Jogo de atores	f) Estratégias colocadas em prática pelos diferentes agentes em interação; compromissos e conflitos gerados nessa interação
		g) Reforço às redes locais	g) interação com redes locais; nº de redes próximas;
		h) Empoderamento	h) Disseminação da aprendizagem e da inovação entre atores;

Fonte: Baseado em Cordeiro, 2010.

1.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados mediante a utilização dos seguintes instrumentos: observação participante; diários de campo; entrevistas semi-estruturadas com consumidores, agricultores e agentes de desenvolvimento; questionários fechados com uma amostra de consumidores das CCE³⁴ e análise documental. Em termos mais precisos, por um lado foram analisadas todas as atas produzidas e disponibilizadas, bem como o histórico de *e-mails* mantidos pelos organizadores da *Ecofeira*. Por outro, foi possível acompanhar pessoalmente a dinâmica de funcionamento dos dispositivos durante a pesquisa de campo, incluindo-se nisto visitas à propriedade de um dos grupos de agricultores e o registro dos processos de plantio, colheita, carregamento e comercialização na *Ecofeira*. Finalmente, foram aplicados questionários fechados com uma amostra de 93 consumidores das CCE e realizadas oito entrevistas com atores-chave, a saber: duas com agricultores, três com agentes de desenvolvimento e três com consumidores.

A análise foi feita a partir da correlação entre os dados coletados e as hipóteses de trabalho, com intuito de aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas em pauta e, ao mesmo tempo, aprimorar o modelo de análise³⁵ e descortinar novas pistas de pesquisa.

A adoção da técnica de observação participante permitiu a captação dos acontecimentos no momento em que foram produzidos, sem mediação de documentos ou testemunhos, auxiliando assim na percepção da especificidade da relação intersubjetiva entre o pesquisador e os sujeitos envolvidos na realidade pesquisada. Trata-se de um recurso metodológico que permite reconstruir os fundamentos culturais e ideológicos subjacentes ao comportamento dos atores-chave.

Vale a pena registrar ainda a utilização do *diário de campo*, muito comum na pesquisa antropológica, na tentativa de captar a multiplicidade de elementos que fazem parte do cotidiano dessas interações. Além de favorecer a sistematização dos dados gerados pela aplicação das outras técnicas, este recurso metodológico permitiu que, em diferentes contextos, o discurso do autor fosse expresso não só na terceira pessoa. Representou assim um espaço onde as preocupações mais íntimas que guiaram o pesquisador no desenrolar da pesquisa puderam ganhar forma³⁶.

³⁴ Foram aplicados questionários com os consumidores do *box* e fornecedores de ambos dispositivos (*box* e CCE), porém o n° de resposta não foi suficiente para compor amostra.

³⁵ Quivy e Campenhoudt, 1992.

³⁶ Lopes et al, 2001; Lopes, 2002; Lima, 2002.

Por sua vez, as entrevistas possibilitaram um contato direto entre investigador e seus interlocutores, permitindo analisar os significados geralmente atribuídos pelos mesmos à suas práticas. De cunho *semi-diretivo*, foram guiadas por um roteiro³⁷ pré-estabelecido de questões afinadas com o leque de questões norteadoras e com os objetivos da pesquisa.

Para atingir os objetivos deste trabalho foi necessário construir tardiamente um questionário³⁸ para a coleta de informações quantitativas dos dispositivos. Todavia, só foi possível analisar os questionários aplicados com os consumidores das CCE, visto que os outros questionários aplicados não tiveram amostra suficiente para validar as análises.

O questionário foi composto de 16 itens, sendo algumas questões abertas e outras baseadas nas escalas nominal e ordinal. Como ferramenta de comunicação foi utilizado um aplicativo do *Google Drive* para todos os consumidores cadastrados nas CCE. O questionário permaneceu aberto por um período de vinte dias. Ao longo desse período, foi enviada uma mensagem inicial, convidando os consumidores a participarem da pesquisa. Posteriormente, foi encaminhada uma nova mensagem para lembrá-los.

A definição do tamanho da amostra mínima da pesquisa baseou-se nas orientações propostas por Hair *et al.* (2005). O autor sugere um mínimo de cinco casos para cada item incluído no questionário. Considerando-se que o questionário possui 16 questões, o número mínimo de casos deveria ter sido de 80 respondentes. Seguindo tal orientação, foram aplicados 94 questionários, dos quais foi retirado um *outlier*³⁹, resultando em um total de 93 questionários válidos.

Para a análise dos dados foi necessário um tratamento preliminar dos dados, onde foram identificados os dados omissos e os possíveis *outliers*, observações cujo padrão de resposta difere do conjunto total de casos. O tratamento estatístico foi realizado mediante o emprego do *software* intitulado *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS®), sendo aplicadas técnicas de análise univariada, como frequência e percentual. Para uma apresentação dos resultados por meio de gráficos foi utilizada a ferramenta *Microsoft Excel*.

³⁷ Anexo I

³⁸ Anexo II

³⁹ discrepante

Finalmente, cabe salientar que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, conforme o parecer de número 452.867, de 11/11/2013⁴⁰, em sintonia com a Resolução CNS 466/12.

1.6 PLANO DOS CAPÍTULOS

O capítulo inicial oferece uma caracterização mais detalhada da *situação-problema* assumida no projeto, situando e justificando o foco colocado na compreensão da dinâmica específica dos três *sistemas alimentares sustentáveis* selecionados. Uma atenção especial foi concedida à caracterização das limitações dos estilos de desenvolvimento dominantes no cenário atual de *globalização assimétrica e ecologicamente predatória*, explorando as suas múltiplas repercussões no campo da gestão de agroecossistemas e valorizando o potencial contido nos enfoques de *agroecologia e ecossocioeconomia*.

O segundo capítulo foi elaborado visando delinear o modelo de análise adotado na pesquisa, centrado no enfoque de *ecodesenvolvimento territorial*.

No terceiro capítulo procurou-se detalhar os dispositivos de comercialização selecionados (sua gênese, suas modalidades de funcionamento e o contexto no qual eles têm operado), além da movimentação financeira e da dinâmica de territorialização de cada um deles.

Na parte conclusiva podem ser encontrados não só o esboço de um *cenário prospectivo normativo* que leva em conta as três modalidades de comercialização analisadas, mas também um balanço das principais limitações do trabalho e pistas adicionais de pesquisas futuras sobre o assunto.

o o o

⁴⁰ Anexo III

2. CRISE SOCIOECOLÓGICA E SISTEMAS ALIMENTARES

“A civilização perdeu de vista o homem em sua unidade e sua diversidade”⁴¹

Este capítulo oferece uma síntese da revisão de literatura sobre o enfoque de *sistemas alimentares sustentáveis* no debate sobre alternativas de enfrentamento da crise socioecológica em escala global. Uma atenção especial foi concedida à caracterização das limitações dos *estilos de desenvolvimento* dominantes no atual cenário de globalização neoliberal⁴², explorando as suas repercussões mais evidentes nas práticas de gestão de *agroecossistemas*.

Inúmeros estudos científicos voltados para diagnósticos sobre o estado atual das sociedades contemporâneas e seus ambientes apontam para uma crise sistêmica de escopo planetário⁴³. Uma realidade que sugere termos chegado num “beco-sem-saída”, com poucas margens de manobra. Os problemas são de toda ordem: privatização do lucro e socialização de externalidades dos processos produtivos (socioambientais); instituições democráticas invadidas pela burocracia corporativista e por interesses oligopolistas (sociopolíticas); precarização do trabalho e o consumismo (socioeconômicas); padrões homogeneizantes em detrimento dos modos de vida tradicional, vinculados aos territórios (socioculturais)⁴⁴.

O conjunto dos fatores constituintes que orientam este modelo societário é que são defeituosos e nos convidam para uma revisão radical, principalmente porque é preciso romper com a vinculação existente entre mercado, liberdade e democracia, situação que tem se agravado, e torna o futuro cada vez mais incerto⁴⁵. E, frente a não-linearidade na dinâmica dos sistemas socioecológicos, suas incertezas e ambivalências, o aprendizado do “pensamento complexo” torna-se indispensável.

[...] trata-se de procurar sempre as relações e as inter-retro-ações entre cada fenômeno e seu contexto, as relações de reciprocidade todo/partes [...] a intenção é reconhecer a unidade na

⁴¹ Zaoual, op. cit., p. 234.

⁴² Vieira, 1995.

⁴³ Meadows, op. cit.; Lutzberger, op. cit.; Gallopín, 1986; Oliveira, 1989; Vieira, Hogan, 1992; Prigogine, Stengers, 1996.

⁴⁴ Carvalho; Targino, op. cit..

⁴⁵ Humbert, 2011.

diversidade, a diversidade na unidade [...] o problema não é tanto o de abrir as fronteiras entre as disciplinas, mas o de transformar aquilo que gera essas fronteiras: os princípios organizadores do conhecimento⁴⁶.

Assim a própria percepção e representação da crise que está em crise, e noções como

incerteza, irreversibilidade, resiliência ecossistêmica, capacidade adaptativa, aprendizagem adaptativa, auto-organização, transdisciplinaridade e 'ecologia da ação', entre outras, passaram a oferecer novos pontos de referência para uma compreensão mais acurada desse fenômeno.⁴⁷

A intensificação da crise e os processos destrutivos, nas últimas décadas, tem desgastado as concepções conservadoras e tecnocráticas ainda predominantes em setores ambientalistas. Este contexto aponta para necessidade de enfoques integrativos preocupados com o foco irradiador da problemática ambiental – o *estilo de desenvolvimento* socioeconômico subjacente à dinâmica de funcionamento das sociedades.

Os inúmeros estudos sobre a degradação socioecológica atual e exercícios prospectivos elaborados pela comunidade científica tem corroborado para um cenário catastrófico e incerto às futuras gerações. Seja pela utilização predatória dos recursos de uso comum (*commons*), crescimento demográfico, exclusão social e miséria, assimetrias geopolíticas, e outros tantos fatores apontados pela farta literatura contemporânea, particularmente no campo da ecologia política.⁴⁸

O mundo contemporâneo atravessa uma crise que radica no malogro da substituição do homem pela máquina, pois o modo de produção industrial estabeleceu o domínio não apenas sobre os recursos e a instrumentalização, mas também sobre a imaginação e desejo dos homens. O grande projeto de industrialização transformou num implacável processo de servidão para o produtor e de intoxicação para o consumidor. A industrialização do homem trouxe a degradação da linguagem, operou um monopólio sobre a percepção e a motivação. Foi

⁴⁶ Morin, 2000, p. 25.

⁴⁷ Vieira, op. cit., p. 122. grifo do autor

⁴⁸ Vieira, op. cit.

a industrialização, mais do que o homem, que se beneficiou com os progressos da instrumentalização da vida⁴⁹.

Frente a isto uma sociedade convivencial diz respeito ao processo político que permita a população determinar o máximo que cada qual pode exigir num mundo limitado; diz respeito a um processo consensual destinado a fixar e manter os limites do crescimento da instrumentalização; diz respeito a um processo de estímulo à investigação radical, onde um número crescente de pessoas possa fazer cada vez mais com cada vez menos. Assim a linguagem desempenha um papel fundamental na medida em que é necessário que a comunidade capte a natureza profunda da crise e saiba formular aquilo que querem, aquilo que podem e aquilo de que não necessitam⁵⁰.

A economia, como concebida atualmente, é o apogeu da distinção entre natureza e sociedade, movimento que iniciou com Egeu no século V a.C. na diferenciação entre *fisis/nomos* expressa na Ética de Aristóteles, passando pela síntese cristã visível no renascentismo que otorgou ao humanos uma dignidade única e superior, e, com Rene Descartes e Francis Bacon a ciência expurgou todo espiritualismo alquímico e instaurou o mecanicismo na descrição do mundo⁵¹.

A ‘cegueira ao futuro’ no mercado tem como resultado um processo descendente no qual se exploram recursos cada vez mais custoso (pois os mais econômicos de explorar se esgotam primeiro), cuja crescente ineficiência energética fica mascarada pelo aumento da eficiência técnica – que é seu principal benefício cognitivo/productivo – e que, até o presente, tem sido sua maior magnitude, o aumento do nível de vida humana. Desde esta experiência, crescer tem constituído um feito social, cultural, econômico e ecologicamente positivo. (tradução nossa)⁵²

Aliás, são os modos como os processos financeiros e de produção do conhecimento estão articulados que confere ao capitalismo

⁴⁹ Illich, 1973.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ Iranzo, op. cit.

⁵² “La ‘ceguera al futuro’ del mercado tiene como resultado, un proceso descendente por el que se explotan recursos cada vez más costoso (pues los mas económicos de explotar se agota primero), cuya creciente ineficiencia energetica queda enmascarada por el aumento de la eficiencia técnica – que es su principal beneficio cognitivo/productivo – y que, hasta el presente, ha sido su mayor magnitud que el aumento del nivel de vida humano. Desde esta experiencia, crecer há constituído un hecho social, cultural, económica y ecológicamente positivo” Iranzo, op. cit., p. 116.

contemporâneo uma característica original.⁵³ E, profundamente marcados por três características: “funcionamento exclusivamente centrado na eficácia utilitarista; focalização no crescimento pondo em perigo a natureza; e uma coisificação-mercadorização generalizada que abarca as sociedades não-humanas.”⁵⁴

Ao mesmo tempo em que há uma produção intensiva de alimentos, que seria capaz de abastecer uma população de até 10 bilhões, presenciamos um bilhão de famintos no mundo, sendo estes a maioria agricultores. Num cenário onde 1/3 da população sobrevive com menos de U\$ 2 dólares por dia e vítimas de diferentes tipos de iniquidade. Estima-se também que 1/3 dos alimentos produzidos no mundo contemporâneo são desperdiçados, isto corresponde 1,3 milhões de toneladas de comida anualmente desperdiçada⁵⁵. Ou seja, as milhares de pessoas que morrem de fome anualmente conforme o Relatório Mundial da Saúde (FAO), estão na verdade, sendo assassinadas!

É interessante observar que, no tocante à fome, mais especificamente na mortalidade decorrente dela, mesmo diante dos progressos tecno-científicos⁵⁶ e suas crenças positivistas-comtianas, no século XX morreram 2% da população mundial enquanto que nos séculos anteriores as taxas eram menores – 0,5% no século XVII, 1,3% no XVIII, 1,6% no XIX⁵⁷. A fome é, portanto, principalmente resultado de escolhas políticas e militares, sem esquecer que também se correlaciona com catástrofes naturais (desastres, inundações, seca). Existem algumas explicações correntes sobre esta situação: demográficos e populacionais; baixa produtividade e progresso técnico; abertura ao livre comércio e as desigualdades nas transações comerciais; e, ineficiência da justiça distributiva⁵⁸. Lastimosamente, o fato é que a miséria tende a perdurar, demonstram os 850 milhões de seres humanos que sofreram com ela entre 2000-2002, concentrados 95% nos países do Sul.

⁵³ Deléage, op. cit..

⁵⁴ Humbert, op. cit., p. 11, tradução nossa

⁵⁵ Altieri, Nicholls, 2012.

⁵⁶ Nas últimas quatro décadas a ciência agrônômica permitiu a humanidade conquistar capacidade produtiva capaz de permitir a autosuficiência alimentar da população mundial, tal progresso também permitiu a forte baixa nos preços alimentares, assim como desenvolveu processos de inocuidade nos alimentos, e por fim, a destruição dos empregos agrícolas foram contrapostos com a criação de empregos em serviços ligado à embalagem, logística, distribuição, refeição. Porém tal abundância está ao dispor conforme a renda dos consumidores. Cf. Rastoin, op. cit.

⁵⁷ Rastoin, Padilla, Oberti, op. cit.

⁵⁸ Ibid.

Paradoxalmente, existe atualmente uma abundante produção agrícola que coexiste com uma massa de famintos, e é justamente essa sobreprodução que coloca em risco os sistemas agrícolas locais. Em 2004 foram U\$ 349 bilhões de dólares na subvenção para agricultura (produção e exportação) aplicados pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que leva a bancarota qualquer sistema agrário no hemisfério sul, como pode ser visto no mercado local do Senegal onde alimentos agrícolas estrangeiros chegam a ser 1/3 mais barato que os produtos locais⁵⁹.

Conforme Bauman (2001) existem hoje três “tipos” de perigos globais: o primeiro seria os danos ecológicos embutidos na riqueza e no desenvolvimento técnico-industrial com implicações mais globais; o segundo seriam aqueles danos ecológicos condicionados pela desigualdade, expressa nas condições de miséria e pobreza, com implicações mais locais; e por fim, os perigos resultantes das armas de destruição em massa tanto pelo terrorismo (privado) como pelo militar-estatal. Nesta sociedade de risco mundial está colocado que os riscos e danos perderam sua limitação espaço-temporal e são hoje globais e permanentes⁶⁰.

No campo das relações sociais estas mudanças engendradas vão ganhar um novo contorno, a expressividade da relação entre as decisões do dia-a-dia e os resultados globais, como também a ordem inversa, a influencia dos acontecimentos globais sobre a vida individual e o reconhecimento disto pelos agentes sociais tem sido a nova agenda das ciências sociais, sob o rótulo de “*modernização reflexiva*”⁶¹. Com implicações nas categorias e nos modelos de análise utilizados pelas ciências sociais, traduz-se em uma autocrítica radical da teoria e da sociologia ocidental, inaugurando um espaço de discussão acerca das metas, valores, das precondições e dos rumos das modernidades alternativas⁶².

Os desafios colocados pela crise implicam uma genética cultural sendo contestada em cada fenômeno isolado, onde os membros da sociedade e as instituições que até agora mantiveram a ilusão de conter todas as respostas terão que enfrentar desafios para os quais não há respostas prontas. E apesar do crescimento vertiginoso da produção do conhecimento científico “continuamos perseguindo objetivos que

⁵⁹ Altieri; Nicholls, op. cit.

⁶⁰ Beck, 1998.

⁶¹ Giddens, 1997.

⁶² Beck, 2003; Santos, 2008.

tendem a consolidar as estruturas inerentes aos sistemas socioculturais dominantes”⁶³.

No bojo do movimento de resistência inúmeras propostas tem surgido. Merece atenção à *matriz civilizacional de corte ascético solidarista-ecológico*, seja por incluir o princípio da incerteza, visto não carregar certezas na determinação de um projeto fechado, seja por buscar no diálogo dos saberes rumo ao empoderamento comunitário “uma ferramenta indutora de engajamentos cada vez mais efetivos e duradouros, portadores de respostas convincentes aos grandes dilemas do modo industrial de produção”⁶⁴. Trata-se, portanto, de formas de poder popular através do “exercício de uma *nova radicalidade* no enfrentamento dos dilemas contemporâneos”⁶⁵.

[...] trata-se agora de conduzir este movimento a um nível superior de organicidade, de sinergia e coerência estratégica, permitindo que os problemas de reconstrução de identidades individuais, de aprendizagem transformadora e de conquista de um padrão de organização das ações coletivas liberada das ilusões e das armadilhas do capitalismo global sejam repensados e enfrentados em sua articulação sistêmico-complexo.⁶⁶

Pois apesar do acesso crescente aos canais de informação globalizados, coexistem um sem-número de cidadãos desmotivados que, diante de “uma crise de sentido que se enraizou profundamente no tecido social contemporâneo”⁶⁷, custam a se envolverem efetivamente em ações de transformação.

Trata-se essencialmente de favorecer a emergência de formas qualitativamente diferentes de organização da vida coletiva, ampliando o campo atual das possibilidades à luz dos princípios ecológicos.⁶⁸

Persiste no imaginário social a ideia de que a tecnologia resolverá muitos dos problemas ambientais existentes, é preciso demonstrar que “a insustentabilidade de nossos sistemas alimentares, têm sempre causas

⁶³ Fontan, Vieira, op. cit., p. 24.

⁶⁴ Ibid., p. 68.

⁶⁵ Fontan; Vieira, op. cit., p. 22.

⁶⁶ Ibid., p. 68.

⁶⁷ Ibid., p. 24.

⁶⁸ Ibid. p. 25.

mais profundas, que nunca poderiam ser tratadas unicamente pela inovação”.⁶⁹

Conforme Godard⁷⁰ a sustentabilidade do desenvolvimento está relacionada com três prerrogativas: preservação intergeracional do ambiente, eficácia econômica e igualdade social.

O chamado decrescimento convivial⁷¹, radicalmente em oposição à *épistémé* dominante, torna-se o fundamento para a constituição de uma nova ideologia sociopolítica com implicações diretas na dimensão socioeconômica. O esboço de um novo projeto de sociedade é uma necessidade para um amplo setor da população mundial, seja pelos altos índices de miséria e desigualdade, seja porque as condições ecossistêmicas que permitem a vida no planeta já ultrapassaram, em muitos casos, seus limites de resiliência.

A adaptação a um mundo de energia e recursos materiais mais escassos e caros requer inversão massiva, em grande escala e médio prazo, em eficiência. [...] A única solução é limitar o crescimento. A dificuldade para assumir este fato reside em que o sistema econômico é catastróficamente instável em condições de decrescimento, como se manifesta a crise atual. Em último termo, a dimensão social – não a econômica, do problema é a decisiva.⁷²

Certamente que os desafios são colossais no enfrentamento das causas estruturais da crise, porém uma pista lançada por Vieira (2013) é a atuação em nível mundial de redes de minorias ativas decididas na “realização de experimentações comparativas de pesquisa-ação-formação comunitária em 'regiões-laboratório de ecodesenvolvimento territorial’”⁷³. Esta desejável integração entre grupos inter e transdisciplinares poderá permitir: (i) cenários prospectivos que contribuam na governança territorial sob um horizonte de longo prazo; (ii) pesquisas integradas e comparativas; (iii) diálogos de saberes com as comunidades envolvidas; (iv) formação permanente dos envolvidos

⁶⁹ Gleissman, op. cit., p. 8.

⁷⁰ 2001 apud Rastoin, op. cit.

⁷¹ Caillé, 2011; Humbert, op. cit.

⁷² “La adaptación a un mundo de energía y recursos materiales más escasos y caros requiere inversiones masivas, a gran escala y medio plazo, em eficiencia. [...] La única solución es limitar el crecimiento. La dificultad para asumir este hecho estriba en que el sistema económico es catastróficamente inestable en condiciones de decrecimiento, como pone de manifesto la crise atual. En el ultimo término, la dimension asocial – no la económica – del problema es la decisiva” Iranzo, op. cit., p. 114.

⁷³ Vieira, 2013, p. 130.

sobre o nexo ambiente & desenvolvimento; e, por fim, (v) inserção das equipes atuantes em redes transescalares.

Convém, desde já, definir a categoria território para este trabalho, afinal ele “não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que se entendido como o *território usado*, não o território em si. O território é o chão mais a identidade.”⁷⁴

2.1 OS EFEITOS DA ECONOMIA DE MERCADO

Nesta subseção o aprofundamento das idéias econômicas que influenciaram as teorias econômicas cumpre com o objetivo de situar o leitor nos estudos sobre o pensamento econômico contemporâneo. Principalmente porque esta obra está centrada na análise de ações econômicas.

A economia e a “naturalização” do mercado surgiram no século XVIII como expoentes de um novo tempo para a humanidade⁷⁵.

A economia de mercado é [...] um sistema mecânico que auto-regula seus fluxos materiais graças ao circuito de retroalimentação equilibrador dos preços [...] Nessa idealização teórica, os mercados são sistemas eficientes para o ajuste mais idôneo da produção ao nível variável das necessidades e preferências coletivas.⁷⁶

Porém, com o desenvolvimento do capitalismo no século XIX este ideário perdeu progressivamente o seu encanto, pois a “ideologia econômica [...] só pode ser pensada num contexto que não sofra as pressões do capitalismo e da revolução industrial”⁷⁷. E foi no socialismo do século XIX que as promessas de um futuro melhor se mantiveram, à luz das concepções de Godwin, Fourier, Proudhon e Marx, dentre vários outros.

A importância de Locke (1632-1704) na atualidade reside no fato de que foi ele quem reelaborou o Direito Natural, mediante a inserção da propriedade ainda no estado de natureza. Ao articular num enfoque integrativo as categorias de propriedade privada, liberdade e igualdade ele contribuiu para fundamentar o princípio do *individualismo político e social moderno*.

⁷⁴ Santos, 2009, p. 8

⁷⁵ Iranzo, op. cit..

⁷⁶ Ibid., p. 112

⁷⁷ Rosanvallon apud Rugai, 2011, p. 50

a ideologia econômica articulada no interior do Direito Natural, respondeu às questões da regulação social oferecendo uma solução para a paz entre as nações e um novo fundamento para o pacto social; além disso, ofereceu uma explicação sobre a diversidade de situações entre os vários povos do mundo, inserindo-os numa evolução histórica universal, que supostamente caminharia para um aumento da felicidade geral.⁷⁸

A Política emancipada da Teologia inaugurou a modernidade, principalmente por considerar a sociedade como auto-instituída por alguma forma de contrato social, aspecto central no pensamento dos *contratualistas* – Hobbes (1588-1679), Locke e Rousseau (1712-1778), entre outros. As diferenças entre eles estão na forma como cada um caracterizou o conceito de *estado de natureza*, bem como o tipo de contrato social e de sociedade civil decorrente. Para Proudhon (1809-1865), não seria diferente, pois na sua opinião seria também uma tarefa do socialismo científico⁷⁹ avaliar a natureza humana e suas instituições correspondentes, sendo o contrato social o resultado da dinâmica econômica e não do debate político.

A liberdade econômica triunfou com a reelaboração do Direito Natural na modernidade, principalmente pelo tratamento dado a questão das paixões⁸⁰. Deus ainda permanecia o criador da natureza, porém não da sociedade. Por implicação, os problemas da sociedade seriam o resultado das ações humanas contrárias à vigência das leis naturais.

A “aritmética das paixões”, que prevaleceu nas reflexões dos filósofos do século XVIII, transformou-se na *economia dos interesses*. Segundo Helvetius⁸¹, “o interesse seria a regra, uma espécie de ponto médio, algo razoavelmente constante, uniforme e previsível na natureza humana, ao contrário do caos engendrado pelas paixões humanas”. Já para Hume, a noção de simpatia surge da associação do interesse à necessidade. E Proudhon fundamenta a possibilidade de uma sociedade solidária na noção de interesse, onde “[...] a fraternidade, a solidariedade, o amor, a igualdade, etc., só podem resultar de uma conciliação dos interesses, ou seja, de uma organização do trabalho e de uma teoria da troca.”⁸²

⁷⁸ Ibid., p. 49.

⁷⁹ Termo cunhado por Proudhon, conforme Gurvitch, 1983.

⁸⁰ HASBACH apud Rugai, op. cit., p. 34.

⁸¹ apud Ibid., p. 40.

⁸² Proudhon, 2007, p.272-273.

As reflexões econômicas de Proudhon buscavam extrair uma teoria da medida dos valores, o que seria, em suma, a própria teoria da igualdade, sem a qual não seria possível alcançar a justiça nas trocas e na sociedade de um modo geral. Em suas críticas pode ser encontrada também a rejeição da “harmonia natural dos interesses”. A exemplo de Adam Smith, ele elegeu o mercado como o melhor regulador social dos interesses. Pois assim “[...] os homens passarão da discórdia à harmonia, não somente em virtude do conhecimento que tiverem adquirido do seu destino, mas graças às condições econômicas, políticas e outras [...]”⁸³

A dinâmica de expansão competitiva e acumulação de vantagens aos ganhadores, que aumenta a cada ciclo de troca, seria responsável pela tendência de *externalização* dos custos sociais e ecoecológicos do crescimento material⁸⁴. Os fluxos de valores do sistema capitalista tem sido indutores de concentração de riqueza, geração de miséria e degradação ambiental, numa lógica de instabilidade cíclica.⁸⁵

É desta forma que a ação do mercado e do estado⁸⁶ tem posto em risco a sustentabilidade, seja no controle da economia, seja na política de subsídios, ambos têm desconsiderado os princípios ecológicos. Tais ações se fundamentam no curto prazo sob o viés economicista-utilitarista. Soma-se a isto a total desconsideração das externalidades negativas no cálculo econômico.

Por isto, as empresas não são simples organizações técnicas orientadas para a produção de valor e redução de tempo necessário na produção de mercadorias. É preciso entendê-las dentro do sistema econômico e da ética que as fundamenta⁸⁷, pois aquelas sociedades

de mercado que carecem de um mecanismo que informe aos mercados os seus próprios custo no longo prazo só pode continuar até o momento em que a superação do seu umbral de sustentabilidade alcance um ponto crítico, o ponto que, em teoria matemática (Thom, 1985), se denomina ‘catástrofe’⁸⁸

⁸³ Ibid., p. 290.

⁸⁴ 2008 apud Iranzo, op. cit.

⁸⁵ Marx, 1982; Proudhon, op. cit.; Sen, 1979

⁸⁶ Lembrando que “não existe mais-valia sem desigualdade e tampouco desigualdade sem governabilidade espoliadora” Cf. Fontan, Vieira, op. cit., p. 53.

⁸⁷ Zaoual, op. cit.

⁸⁸ “sociedades de mercado que carecen de un mecanismo que informe a los mercados de sus próprio coste a largo plazo sólo pueden perdurar hasta el momento em que la superación de su umbral de sostenibilidad alcance un punto crítico, el punto que, em teoria matemática (Thom, 1985). se denomina 'catastrofe'”. Iranzo, op. cit., p. 117.

Diante desses dilemas, onde seria possível encontrar saídas realistas? Onde estariam os possíveis focos de resistência? Guardando sintonia com a reflexão de Fontan e Vieira (2011), neste trabalho o projeto de uma nova concepção de economia – a *ecossocioeconomia* – parece oferecer novos espaços de manobra para intervenções sensíveis aos condicionantes estruturais da crise global.

2.2 TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA GESTÃO DE AGROECOSSISTEMAS⁸⁹

Na história da humanidade muitas sociedades não conseguiram encontrar os meios de repor a fertilidade dos solos e entraram em colapso. A Revolução Agrícola foi deflagrada, no início do século XVI, nas zonas densamente povoadas da Itália, Holanda e Inglaterra e implicou na supressão do *pousio* (descanso da terra). Ela acompanhou, conforme Arrighi (1997), a mesma tendência de evolução do capitalismo, por meio de “ciclos sistêmicos de acumulação”.

Em nosso País, o desenvolvimento agrícola sempre esteve atrelado ao mercado mundial, predominando o latifúndio, as monoculturas, o trabalho escravo, a crença no potencial ilimitado dos recursos e um estilo ecologicamente predatório e socialmente excludente da biodiversidade.

A realização deste modelo de agricultura ocorreu de forma desigual e concentradora ao longo do tempo, resultando naquilo que Milton Santos (2000) denominou de “modernização em manchas”. Um caso emblemático pode ser encontrado na degradação do Cerrado, reduzido em 50% do seu potencial produtivo e que, apesar de ser um dos mais ameaçados em escala global, ainda não recebeu a devida atenção dos planejadores e gestores. A perda de solos férteis, o desperdício de recursos hídricos e a contaminação por agrotóxicos são algumas das (incômodas) evidências dos efeitos da chamada *modernização agrícola*⁹⁰.

As pesquisas demonstram que nas principais regiões produtoras do mundo houve uma perda progressiva da capacidade produtiva, apesar dos incrementos na mecanização e no uso de biotecnologias

⁸⁹ Os agroecossistemas podem ser definidos da seguinte maneira: “São compostos pelas interações físicas e biológicas de seus componentes. O ambiente vai determinar a presença de cada componente, no tempo e no espaço. Esse arranjo de componentes será capaz de processar inputs (insumos) ambientais e produzir outputs (produtos) (HART, 1978, 1980).” Cf. Feiden, 2005.

⁹⁰ Gliessman, op. cit.

(agroquímicos e melhoramento genético). Some-se a isto os alarmantes impactos sobre a saúde e a qualidade de vida das populações⁹¹.

Do mesmo modo, são ainda pouco conhecidos os impactos gerados pelos cultivos transgênicos. Mas em decorrência da aplicação maciça de agrotóxicos, já sabemos que eles afetam diretamente a composição dos solos e os processos de reciclagem de nutrientes. A contaminação por polinização e cruzamento deverá comprometer cada vez mais os bancos genéticos tradicionais, interferindo assim em processos milenares de processamento genético.

O uso descontrolado de pesticidas em escala mundial já chegou a cifras alarmantes: cerca de 2,6 milhões de toneladas anualmente. Isto representa aproximadamente US\$ 25 bilhões de dólares, ao mesmo tempo em que “540 espécies de artrópodes têm desenvolvido imunidade a mais de 1.000 diferentes tipos de pesticidas, que agora tornaram-se incapazes de controlar quimicamente essas pragas” (tradução nossa).⁹²

No Brasil, a última década registrou o maior consumo de agrotóxicos em toda história, tornando-se o principal consumidor destes em nível mundial. Neste contexto, vale a pena lembrar que o País não se destaca no ranking dos maiores produtores de alimentos⁹³.

Em síntese, a industrialização e a mundialização das práticas agrícolas repercutiram fortemente na preservação da qualidade dos produtos, no manejo ecologicamente prudente dos recursos e na configuração da economia rural de modo geral. Dado que a globalização do abastecimento de alimentos se desenvolveu paralelamente aos progressos técnicos, que permitiram o aumento da produção e a redução dos preços ao produtor, foi no canal de distribuição que se concentrou o maior nível de valor produzido.⁹⁴

Todavia, a industrialização acabou tornando residuais aquelas propriedades rurais familiares que persistiram e, mais tarde, transformaram-se em fornecedores de produtos artesanais para uma pequena classe média. A “apelação de origem” tornou-se uma estratégia amplamente difundida, inicialmente na Europa Latina, mas em seguida apoiada pela União Europeia, EUA e Austrália⁹⁵. Formalizada por meio de diferentes mecanismos, ela foi concebida em resposta às exigências e regulamentação imposta pelo mercado competitivo. Em decorrência, o

⁹¹ Cole et al., 2011; Idrac, 2010; Waltner-Toews, op. cit.; Kochtcheeva, Singh, op. cit.

⁹² Altieri, Nicholls, op. cit., p. 3.

⁹³ Porto, Soares, 2012.

⁹⁴ Denechère, 2007.

⁹⁵ Wilkinson, 2008.

setor artesanal passou a enfrentar as duras coações geradas pelas estratégias de segmentação operadas pelas grandes empresas alimentares⁹⁶.

Seria importante ressaltar também que, para além da visão setorial que predominou por muito tempo, o mundo rural não está associado unicamente à produção agrícola, pois envolve múltiplas atividades econômicas, sociais e culturais. Continua predominando no imaginário social uma representação que identifica a ruralidade com atraso e alimenta o êxodo rumo aos centros urbanos. Trata-se de uma trajetória compartilhada por todos os países latinoamericanos.

No começo do século XXI o mundo rural latinoamericano se caracteriza por ter grandes concentrações urbanas e baixa densidade rural, baixa qualidade na infraestrutura e escassa conectividade, concentração da riqueza e incremento da pobreza, desigualdade na posse e acesso da terra, grande peso da agricultura na economia geral da região, enfoque setorial das políticas e programas de desenvolvimento rural, e sobreexploração e mal uso dos recursos naturais.⁹⁷

Já em 1997, os dados apontavam para a existência de 78 milhões habitantes rurais latinoamericanos em situação de pobreza. Cerca de 47 milhões deles encontravam-se na miséria. Vale a pena ressaltar que fazem parte destas cifras os pequenos agricultores, trabalhadores sem terra, indígenas e afrodescendentes. Por outro lado, existem evidências de que as desigualdades socioeconômicas têm aumentado. Estima-se que os 5% mais ricos recebem 75 vezes mais que os 5% mais pobres, segundo um relatório do Banco Mundial. Nesta mesma fonte alerta-se que o décimo mais rico detém 48% do ingresso total, enquanto que o décimo mais pobre possui 1,6%.⁹⁸

Em alguns trabalhos recentes admite-se que a agricultura tem sido responsável por cerca de 40% das exportações processadas no continente. Além disso, pode ser considerada como a atividade que mais tem gerado empregos em economias como a latinoamericana.

⁹⁶ Berdegué, Reardon, op. cit.

⁹⁷ “En los comienzos del siglo XXI el mundo rural latinoamericano se caracteriza por tener grandes concentraciones urbanas y baja densidad rural, baja calidad de la infra-estructura y escasa conectividad, concentración de la riqueza e incremento de la pobreza, desigualdad en la tenencia y acceso a la tierra, gran peso de la agricultura en la economía general de la región, enfoque sectorial de las políticas y programas de desarrollo rural, y sobreexplotación y mal uso de los recursos naturales.” Cf. Correa, 2004, p. 182.

⁹⁸ Ibid.

Entretanto, são as políticas de subsídios a agricultura praticados pelos países “desenvolvidos” que vêm produzindo os maiores impactos nas economias “em desenvolvimento”. Conforme Gordillo⁹⁹ as nações “desenvolvidas”, chegam a aportar até 1 bilhão de dólares diário ao setor.

O modelo de modernização agrícola não foi o resultado natural da história, mas fruto de uma série de articulações entre distintas instituições, resultado de uma série de combinações de políticas públicas e inversões de capital público-privado. Compreender seu caráter histórico e conjuntural permite-nos conceber elementos que gerem sinergias e políticas capazes de anunciar um novo modelo agrícola.

A agricultura industrial não foi capaz de prover em abundância alimentos para toda a população mundial. Ela pode ser considerada como uma das principais causas da crise na disponibilidade de água potável e uma consumidora voraz de energias fósseis. Estamos diante de 80% das terras cultiváveis (1.500 milhões de hectares) destinadas ao monocultivo, e responsável por 25-30% das emissões que produzem o chamado *efeito estufa*.¹⁰⁰

Por outro lado, na nova etapa do desenvolvimento capitalista da agricultura, sucedendo a etapa marcada pelos Complexos Agroindustriais - como sugere Mazzalli¹⁰¹ -, agora as empresas formam um vasto sistema *em rede* de empresas de distribuição, mantido por relações de aprovisionamento e sub-contratação. Neste sentido, os principais atores são agora as grandes empresas-rede de escopo transnacional.

Em diversos setores da sociedade já é consenso a necessidade de uma alternativa ao sistema de produção agrícola, capaz de, ao mesmo tempo, manter a resiliência ecossistêmica, gerar emprego e estimular a adoção de novas práticas de gestão do patrimônio natural.

Diante dos ajustes neoliberais do final da década de 1980, os esforços voltados à *territorialização* do desenvolvimento local têm se baseado no reconhecimento da importância (i) dos efeitos de proximidade, (ii) da endogeneidade das dinâmicas, (iii) da lógica de reciprocidade na valorização dos *recursos territoriais* e, por fim, (iv) dos regimes territoriais de governança. Ou seja, colocaram em evidência que em determinados contextos geográficos as dinâmicas de desenvolvimento local foram processadas mediante a valorização de

⁹⁹ 2003 apud Bonnal et al, 2003.

¹⁰⁰ Gleismann.op. cit.

¹⁰¹ 1996 apud Cunha, Campos, 2008.

ativos específicos, intimamente relacionados com o contexto sociocultural e histórico e transcendendo as relações estritamente mercantis. Tais *dinâmicas territoriais* demonstraram o papel da *cooperação sinérgica* entre os atores locais na mobilização da chamada *qualidade territorial*¹⁰².

Dessa forma, este novo conceito de *território* tornou-se uma chave para se repensar a questão da evolução da matriz socioeconômica num cenário de globalização neoliberal. A revisão da literatura pertinente sugere que os territórios são marcados geralmente pela confluência de três características, a saber: capacidade institucional, mecanismos de aprendizagem adaptativa e produção de inovações sociotécnicas, e o seu conteúdo rural-urbano. Em outras palavras, os territórios emergentes estão sendo conformados pela capacidade de mobilização dos agentes locais, pelo modo como o conhecimento é compartilhado e pela forte interdependência entre o campo e a cidade.¹⁰³

A existência de um determinado território pressupõe uma relação de proximidade entre os atores locais, e suas *dinâmicas territoriais* apresentam as seguintes características: “a) elas são múltiplas e sobrepostas, além de impermanentes; b) na maioria das vezes seus limites não são nítidos; e c) elas buscam valorizar o potencial de recursos latentes, virtuais ou 'escondidos'.”¹⁰⁴ Sendo o território uma criação coletiva e um recurso institucional, sua “construção” envolve as particularidades de cada território-dado, pois os aparatos institucionais (informais e formais) não são iguais em todos os territórios. De modo que estas iniciativas não estão isentas da reprodução das desigualdades sociais existentes.

Deste modo, as complexas inter-relações envolvendo o “jogo de atores sociais”, os arranjos institucionais e as modalidades de apropriação e uso da base de recursos naturais e dos ativos territoriais constituem as variáveis essenciais que nos permitem compreender a gênese e a evolução das dinâmicas de desenvolvimento territorial e os seus múltiplos efeitos em termos de crescimento econômico, de inclusão social, de descentralização política, de valorização da diversidade cultural e de viabilidade ambiental¹⁰⁵. No rol dos desafios que cercam a disseminação desse novo *estilo de desenvolvimento* estão incluídas também a gestão da complexidade sistêmica na reorganização

¹⁰² Vieira, op. cit..

¹⁰³ Berdegú, 2012.

¹⁰⁴ PECQUEUER apud Carrière, Cazella, 2006, p. 34.

¹⁰⁵ Cerdan et al., 2011.

transdisciplinar-sistêmica das comunidades científicas e a criação de sistemas de planejamento e gestão cada vez mais articulados à evolução da pesquisa ecológico-humana.

Por outro lado, a *multifuncionalidade* é um conceito que permite compreender a agricultura para além do fornecimento de produtos agrícolas e alimentícios. Deste ponto de vista, esta última responde também pela prestação de *serviços ambientais e ecológicos*. Em outras palavras, desempenha funções ao mesmo tempo econômicas, sociais, espaciais e ambientais. Neste sentido, a noção de *multifuncionalidade* nos remete a novas e complexas situações onde não dispomos de preço, onde os preços são incompletos e onde o bem-estar dos agentes não pode ser expresso em termos monetários.¹⁰⁶

A problemática das *externalidades positivas e negativas* da agricultura difere em função da estrutura dos mercados visados pela atividade agrícola e do grau de concorrência a que são submetidos os agricultores, podendo ser o mercado específico e localizado de produtos e serviços de qualidade, ou o mercado de produtos genéricos sujeitos a forte concorrência.

As externalidades positivas podem ser: a) direta, decorrente do caráter compósito e articulado dos produtos e ou dos fatores de produção; b) indireta, são mais difíceis de serem apreendidas pois não são valorizados, nem valorizáveis (ex: biodiversidade, segurança alimentar, etc); c) localizadas, decorrentes da interação geográfica e de proximidade onde o benefício pode ser valorizado apenas localmente¹⁰⁷.

Ou seja, a sustentabilidade ecológica não é suficiente se não houver um contexto social que lhe forneça suporte, reforçando a forte relação necessária entre a dinâmica dos agroecossistemas e as ações humanas.¹⁰⁸ Por implicação, o enfoque voltado à sustentabilidade dos agroecossistemas deve ser ampliado para abarcar a sustentabilidade dos sistemas alimentares, envolvendo assim os seguintes aspectos:

as relações econômicas entre proprietários e assalariados agrícolas, produtores e consumidores de alimentos, cidadãos de países desenvolvidos e de países em desenvolvimento; b) os sistemas políticos que controlam esses relacionamentos; c) as estruturas sociais que influenciam o relacionamento das pessoas com a produção e o consumo de alimentos; d) os sistemas culturais

¹⁰⁶ Mollard, op. cit.

¹⁰⁷ Ibid.

¹⁰⁸ Peden, 2002.

que influenciam os valores e as crenças das pessoas.¹⁰⁹

Pois estamos, como afirmam números estudiosos da ecologia política, próximos à irreversibilidade desta trajetória caótica posta em marcha por sistemas de ação cada vez mais violentos e desgovernados¹¹⁰.

2.2.1 Repensando a trajetória dos sistemas agroalimentares

Para compreender as lógicas que operam no âmbito dos sistemas agroalimentares se faz necessário conhecer as estratégias dos vários agentes sociais envolvidos e as relações que estabelecem entre si, associando-as a perspectiva histórica que permite demonstrar as transformações ocorridas no decurso do tempo.¹¹¹

Nos últimos vinte cinco anos, os sistemas agroalimentares foram marcados por transformações significativas, e, conforme Wilkinson (2008) existem três fatores de maior impacto. O primeiro deles diz respeito à liberação da economia operada pelos grandes interesses econômicos que repercutiram em uma série de reformas. O segundo, intimamente associado com o anterior, corresponde à transnacionalização dos atores e ao ritmo acelerado deste processo, principalmente no caso do setor varejista. E finalmente, a questão da qualidade tornou-se uma peça-chave na gestão da indústria de alimentos.

Importa ressaltar aqui que o conceito de *sistema agroalimentar* utilizado neste trabalho designa um subsistema do sistema alimentar. Juntos, eles formam o setor da economia contemporânea que detém o maior número de empregos envolvidos e o maior volume de negócios, na confluência da

produção de insumos e de matérias primas agrícolas, da transformação destas matérias para elaborar os produtos e sua comercialização, assim como de todos os serviços ligados às necessidades dos diferentes atores (transporte, financiamento, pesquisa, formação, administração). (tradução nossa)¹¹²

¹⁰⁹ Gleissman, op. cit., p. 7.

¹¹⁰ Vieira, Cazella, 2009.

¹¹¹ Ambrosini et al., op. cit.; Silveira et al., op. cit.

¹¹² “la production d’intrants, de matières premières agricoles, la transformation de ces matières pour élaborer des produits consommables et leur commercialisation, ainsi que tous les services liés nécessaires aux différentes filières (transport, financement, recherche, formation,

O setor agrícola caracteriza-se atualmente pelo fato de concentrar um volume crescente de energia (material e imaterial), mas respondendo, ao mesmo tempo, por inúmeros impactos socioecológicos negativos¹¹³. Este setor movimentou 15% da economia mundial, um volume de negócios de € 2.700 bilhões de euros e mais de 23 milhões de empregos no ano de 2002¹¹⁴. Porém ele não tem sido capaz de atender seus próprios objetivos, que conforme a FAO (1995)¹¹⁵ seria: “assegurar o acesso de todos a uma alimentação disponível em proximidade, economicamente acessível, culturalmente aceitável, sanitariamente e nutricionalmente satisfatório.” (tradução nossa)

As empresas dominantes neste setor são grandes grupos químicos, farmacêuticos e mecânicos, responsáveis pela integração da produção agrícola, dos processos de transformação e das opções de comercialização. No contexto global, a indústria agroalimentar concentra hoje em dia cerca de 600 mil empresas, das quais as primeiras 100 movimentaram um terço do volume de negócios realizados no planeta e apenas as 15 líderes operaram 19% deste total. Um oligopólio formado por poucas empresas do setor que controlam de dois a três quartos do mercado alimentar.¹¹⁶

Ao que tudo indica, foi o desenvolvimento das tecnologias da informação que permitiu a “coordenação” de milhares de trabalhadores e a transformou num gigantesco poder de mercado. Um exemplo desta realidade é a Wal-Mart. Em 2000, ela tornou-se a maior empresa em operação no mundo, ultrapassando as empresas petrolíferas e as fabricantes de automóveis. Em 2007, movimentou a cifra de US\$ 380 bilhões de dólares, mantendo 2 milhões de empregados. Atrás deste gigante está o Carrefour, 3,5 vezes menor. As empresas da grande distribuição, assim como outras do setor de refeições¹¹⁷, possuem pontos de venda à nível global o que lhes permite manter uma forte capacidade de uniformização dos padrões alimentares e estilos de vida¹¹⁸.

Esta mundialização do setor ocorreu na década de 1990, com a abertura dos mercados nos chamados países “em desenvolvimento”. E,

administration).” Cf. Rastoin, op. cit., p. 2

¹¹³ Deléage, op. cit.; Benhammou, op. cit.

¹¹⁴ Ayadi, Rastoin, Tozanli, op. cit..

¹¹⁵ “assurer l'accès de tous à une alimentation disponible à proximité, économiquement accessible, culturellement acceptable, sanitaire et nutritionnellement satisfaisant”. Cf. apud Rastoin, op. cit., p. 3

¹¹⁶ Id., 2008.

¹¹⁷ *restauration* no original (francês)

¹¹⁸ Ibid.

com passar do tempo, tornaram-se cada vez mais nítidos os interesses conflitantes entre os acionistas (*shareholders*), os trabalhadores, os clientes, a sociedade civil e os poderes públicos¹¹⁹.

As estratégias de *marketing* custaram às maiores empresas do setor cerca de US\$ 22 bilhões de dólares em comunicação publicitária no ano de 2006. Outra estratégia adotada está relacionada com a localização das empresas, afinal as 100 maiores multinacionais agroalimentares estão presentes em 120 países com aproximadamente 8.000 filiais. Estas duas estratégias – marketing e localização, sob um contexto de estagnação na demanda alimentar dos países desenvolvidos, os quais estas empresas têm origem, explicam os recentes investimentos na Europa central e oriental e na Ásia.

Em 2011, segundo dados apresentados por Rastoin (2011) haviam 7 bilhões de consumidores, dos quais 55% (3,9 bilhões) participavam do “modelo agroindustrial” (produção e consumo de massa) e 45% (3,1 bilhões) participavam do “modelo tradicional” (subsistência e mercados alternativos).

Este “modelo agroindustrial de consumo”, caracterizado por produtos padronizados (alimentos com excesso de açúcar, sal e gordura), é responsável pela expansão das doenças relacionadas à alimentação (1 bilhão de obesos), pelo desaparecimento progressivo de hábitos alimentares locais e co-responsável pelo desperdício. Esta realidade é o resultado do “modelo agroindustrial de produção”, que em síntese possui as seguintes características: intensivo no uso dos recursos naturais, energia e *inputs* mecânicos, químicos e genéticos; especializado, afinal são cultivados apenas nove culturas dentre as milhares existentes; concentrado em trinta grupos multinacionais; financeirizado através da bolsa de valores, onde domina o crescimento ilimitado e rentabilidade no curto prazo; e, por último, mundializado através do crescimento do comércio internacionalizado, dos IDE (Investimento Estrangeiro Direto) e do consumo de massa, que caracteriza sua volatilidade¹²⁰.

No modelo agroindustrial há uma crescente diminuição do tempo destinado a preparação e consumo da alimentação¹²¹. Na última década este modelo cresceu assustadoramente, principalmente na América Latina e sudeste da Ásia, onde o controle através das redes de supermercados passou de 20% para 50%, as maiores delas são: IRTS

¹¹⁹ Ibid.

¹²⁰ Rastoin, 2006, 2011.

¹²¹ Id., 2006.

(Auchan e Casino), Agenor (Intermarché, Eroski e Edeka) e CMI (Carrefour).

Em decorrência da internacionalização do livre comércio e sob o baixo preço do transporte, os mercados tenderam à *deslocalização* das atividades, capazes de excluir do mercado local africano, por exemplo, um sem-número de agricultores que adensarão as cifras de desempregados e os cinturões de pobreza nas megalópoles e, ainda, significam a erosão do patrimônio culinário regional¹²².

Já o “modelo tradicional” é formado pela agricultura familiar, com baixo capital e intensivo em trabalho, possui circuitos curtos pouco organizados, com fraco rendimento monetário e compreendem, mundialmente, 2 bilhões de pessoas sub-alimentadas. E ainda, as políticas públicas do setor têm se demonstrado ineficazes¹²³.

Existe ainda o chamado “modelo agro-terciário¹²⁴”, em crescimento exponencial, onde os alimentos, do ponto de vista do rendimento econômico, não serão unicamente bens materiais, mas também serviços.

No Brasil, os sistemas agroalimentares presenciaram nas últimas décadas, assim como na América Latina em geral, uma tendência ocorrida na Europa e EUA no final do século XX, que esteve intimamente relacionada com as seguintes mudanças: (1) urbanização; (2) ingresso da mulher na força de trabalho fora de casa, o que forçou a busca por alimentos já processados para maior economia de tempo e; (3) crescimento dos ingressos *per capita* médio real durante os anos noventa, lembrando que tal situação convive com a persistência de altos níveis de pobreza. Tal aumento dos ingressos refletiu (i) maior demanda por alimentos processados e não básicos (fruta, verdura, carnes, leite, pescado); (ii) maior disponibilidade de refrigeradores, possibilitando superar a necessidade de buscar alimentos diariamente; e (iii) crescente acesso ao automóvel que permitiu fazer compras fora do bairro de moradia.¹²⁵

Portanto, tratar da comercialização de alimentos agrícolas implica necessariamente levar em conta as transformações ocorridas nas últimas décadas nas sociedades e na economia globalizada – a exemplo das tendências de forte concentração do mercado atacadista e de crescente estreitamento das relações do setor agroindustrial com os circuitos da

¹²² Id., 2006.

¹²³ Id., 2011.

¹²⁴ No original *agro-tertiaire*. Cf. Id., 2006.

¹²⁵ Berdegúé, Reardon, *op. cit.*

comercialização, e a formação das grandes redes varejistas e enfraquecimento no poder dos agentes e empreendimentos de pequeno e médio porte¹²⁶.

Para compreender melhor as mudanças que estão ocorrendo, torna-se também necessário situar as características que afetaram os sistemas de compra geralmente utilizados pelos supermercados. Face às coações impostas pela concorrência, houve a necessidade de reduzir os custos e, ao mesmo tempo, assegurar a qualidade e a diversidade dos produtos. Mas para tanto, foi necessário melhorar os sistemas de coordenação e logística, produzindo um aumento considerável na escala e no volume de compra e formando centros de distribuição capazes de comprar produtos de diferentes áreas geográficas. Esta realidade transformou os requisitos anteriores em grandes inversões de capital e em novas práticas de gestão e organização¹²⁷.

Mesmo assim, a modernização do sistema agroalimentar provocou a marginalização e a exclusão dos pequenos produtores, em alguns casos incorporados às cadeias do agronegócio, não obstante ter sido responsável, em outros casos, pela geração de inúmeras soluções alternativas¹²⁸. Dentre elas, destacam-se a criação de DOC¹²⁹ ou IG¹³⁰ através da emergência da qualidade territorial dos produtos agrícolas; a promoção da sustentabilidade por ONG's internacionais através da criação de mercados (específicos ou convencionais); a formação e expansão do movimento agroecológico; e, ainda, o movimento do comércio justo visando a redistribuição no âmbito do comércio.

Tais estratégias podem ser localizadas ou de escopo mundial, mantendo o foco na reivindicação por sistemas baseados na justiça. Elas evoluem atualmente sob forte pressão da endogeneização da crítica por parte dos agentes econômicos hegemônicos, numa crescente valorização destes segmentos. Um exemplo expressivo pode ser encontrado na estratégia adotada pelas grandes empresas multinacionais européias (Nestlé, Danone, Unilever). Na sequência da crise alimentar dos anos 1990, elas passaram a valorizar as estratégias de *marketing* voltadas aos produtos do *terroir* e, mais recentemente, aos produtos oriundos da agricultura orgânica e também ao *comércio justo*¹³¹.

¹²⁶ Karan, Zoldan, 2004.

¹²⁷ Vivas, op. cit.; Berdegué, Reardon, op. cit.

¹²⁸ Ibid.

¹²⁹ Denominação de Origem Controlada

¹³⁰ Indicação Geográfica

¹³¹ Rastoin, 2006.

A realidade do setor atualmente pode ser sintetizada por meio da referência a três cenários básicos, a saber: (i) o cenário tendencial (massificação e artificialização, especialização da produção, vantagens comparativas, concentração e financeirização, preços *reels*); (ii) o cenário de ampliação da recusa social (estilos de vida, recursos materiais e humanos locais, proximidade, tecnologias sustentáveis, circuitos curtos); e (iii) o cenário de transição/híbrido (adaptação do modelo agroindustrial nas megalópoles, crescimento do modelo de proximidade, coexistência de diferentes sistemas alimentares)¹³².

2.2.1.1 A esfera do consumo revisitada

“Diga-me o que voce come, e lhe direi quem você é” (tradução nossa)
Jean-Anthelme Brillat-Savarin (1755-1826)¹³³

O estilo de consumo possui um alto impacto sob o sistema alimentar, como é o caso do elevado consumo de proteínas, lipídios e açúcar com alto custo de produção e drástica repercussão sobre a saúde. O modo como ele está organizado reflete a forma como é feita a distribuição de renda e como os valores são reconhecidos pela sociedade, no âmbito do modelo sociopolítico dominante. Trata-se de uma situação que está intimamente vinculada com a geopolítica mundial, pois “as centenas de milhões de habitantes dos países ricos pesam muito mais fortemente do que os bilhões de habitantes do Terceiro Mundo”¹³⁴.

E o próprio recrudescimento da cultura do consumo na sociedade capitalista tem forjado práticas que buscam resistir na linha de uma dinâmica de ecologização e politização da esfera privada. Como sugere Portilho (2009), a abordagem do *consumo politizado* vem sendo tratado a partir dos escritos de Albert Hirschman, Jeffrey Alexander, Antony Giddens, Ulrich Beck, Nestor Garcia Canclini, Bente Halkier e Michele Michellet, dentre outros. Pois, na medida em que o aumento da liberdade individual pode coincidir com o aumento da impotência coletiva, num cenário onde as pontes entre vida pública e privada são destruídas, ou nem foram ainda construídas, torna-se difícil discernir o que é público no rol dos problemas privados.¹³⁵

¹³² Id., 2011.

¹³³ Cf Rastoin, Padilla, Oberti, op. cit., p. 11

¹³⁴ Sachs, op. cit., p. 61.

¹³⁵ Bauman, 2000; Cordeiro, Gamero, 2007.

A politização do consumo, através de boicotes, cooperativas de consumo, etc. reelabora as possibilidades de luta e participação política, buscando reconstruir as pontes entre as esferas pública e privada. Esta tendência recoloca em pauta o tema da *fetichização da mercadoria*, pois a esfera do consumo expressa o conflito de classes - seja na participação desigual na estrutura produtiva, seja na desigualdade da distribuição e apropriação dos bens. Pois consumir é participar de um cenário de disputas pelo que a sociedade produz e pelos possíveis modos de usá-lo.¹³⁶

Afinal, a vida privada pode se tornar um espaço de luta pela emancipação, na medida em que “desprivatizar é reconhecer publicamente interesses e razões privadas” (Arendt apud Telles: 1990). E também na medida em que a política já não mais significa deixar a esfera privada para dedicar-se a pública. Este novo *status* que a política vem adquirindo pode ser visto como um dos reflexos da tomada de consciência da virulência da crise contemporânea do meio ambiente e das estratégias usuais de desenvolvimento.¹³⁷

Estas abordagens afirmam um consumidor ativo, e não passivo, como diferentes teorias pressupõem. Elas têm permitido a realização de análises mais profundas e mais lúcidas de situações sociais concretas, onde os consumidores auto-atribuem a relação entre o consumo e participação política, e as implicações ambientais e sociais do modelo de produção. Entretanto, alguns estudiosos deste fenômeno chegam ao extremo de admitir que o espaço político relevante não é mais a rua, mas a televisão, a rede virtual e o mercado livre. Eles parecem ignorar que ações “radical-coletivistas”, características dos anos 1960 e 1970, convivem hoje em dia com ações “românticas-individualistas”, que ganharam expressividade a partir dos anos 1990.¹³⁸ Da mesma forma, parecem ter esquecido que a emergência dos movimentos sociais que tratam das relações de mercado, a exemplo das redes alternativas de comercialização, da rotulagem de produtos, das campanhas contra determinadas marcas, etc., não são um fato novo, pois na realidade remonta ao século XVII.¹³⁹

Linden (1994) enfatiza a forma de poder resultante do uso coletivo do poder de compra das classes trabalhadoras. Blee (1985) ressalta diversos exemplos, desde o século XVII, em que

¹³⁶ Portilho, 2005.

¹³⁷ Beck, 2003.

¹³⁸ Portilho, 2009.

¹³⁹ Ibid.

revoltas de consumidores precederam outras formas de protesto. Frank (1991 e 1994) aborda a mudança de tática do movimento operário de Seattle/ EUA e suas famílias que organizaram, entre 1919 e 1929, diversas atividades no sentido de fortalecer seu poder enquanto consumidores, pressionando seus empregadores não apenas nos locais de trabalho, mas também nos locais de consumo (o boicote à loja de departamentos Bon Marché, a criação de cooperativas de consumo como alternativa de compras e a “rotulagem sindical”). Ferreras (2006) analisa uma estratégia semelhante utilizada pelo movimento operário de Buenos Aires, no período entre 1880 e 1920. Stolle et ali (2005) citam diversos outros exemplos de uso de boicotes como tática de pressão política, sendo o mais conhecido o boicote empreendido por afro-americanos contra o sistema de ônibus da cidade Montgomery (Alabama/EUA), nos anos 50[...]¹⁴⁰

Neste contexto, importa assinalar aqui que as primeiras elaborações teóricas que incidiram no campo do consumo foram as teorias críticas tanto de Karl Marx¹⁴¹ como de Thorstein Veblen. Através do conceito seminal de *fetichismo da mercadoria*, Marx demonstrou como o processo de transformação do produto em mercadoria retirou de cena a relação social do trabalho, causando alienação e opressão. Outra referência clássica é a naturalização das relações de produção e de trabalho, compreendida como o resultado da opressão das massas consumidoras e das massas trabalhadoras.

Por sua vez, Herbert Marcuse¹⁴² identificou na aceleração dos circuitos produtivos a raiz do fenômeno do *consumismo*. Em síntese, seu argumento afirma que a alienação manifesta seu caráter opressor através da cultura de massa, cuja espinha dorsal seria a naturalização do consumo¹⁴³. Já no campo da semiologia, Jean Baudrillard¹⁴⁴ argumenta que a produção vista como princípio organizador da sociedade está esgotada. Sua reflexão recupera a importância dos contextos relativos à motivação e à promoção do consumo. Em síntese, o sistema de consumo

¹⁴⁰ Ibid., p. 208.

¹⁴¹ Marx, 1980.

¹⁴² Marcuse, 1968.

¹⁴³ Mancebo, 2002.

¹⁴⁴ Baudrillard, 1995.

não estaria mais baseado nem na necessidade e nem no prazer, mas num código complexo de signos e de diferenciações. E para Bourdieu (2005, 2008), em suas pesquisas sobre o fenômeno estético, o campo do consumo corresponderia a um espaço de diferenciação e distinção entre classes e grupos sociais, frisando assim os aspectos simbólico e estético envolvidos.

Através de novas relações de mercado os novos movimentos sociais econômicos¹⁴⁵ têm organizado redes alternativas de comercialização, rotulagem de produtos, campanhas contra determinadas marcas, etc. Seja no consumo doméstico, seja no consumo institucional estes movimentos têm buscado politizar a esfera do consumo¹⁴⁶.

Além do “como” usamos (padrões de consumo), o “quanto” usamos (níveis de consumo) entra em cena no questionamento do acesso, da distribuição e da justiça. Uma estratégia de ação pública sugere ajustes no nível e na estrutura do consumo, facilitando a distribuição dos custos e dos benefícios. A proposta de consumo sustentável não se resume assim a mudanças comportamentais, apesar desta importante dimensão no interior do enfrentamento da complexa problemática socioambiental, muito menos à mudanças no design como sugere a eco-rotulagem, mas situa-se como uma estratégia de política ambiental.¹⁴⁷

O *consumo verde* foi - e continua sendo - muito criticado por não questionar as estruturas de produção e distribuição, e muito menos a síndrome do *consumismo*. Ele estaria operando através da transferência regulatória do Estado para o mercado, e desses dois para o indivíduo com o seu “poder de consumidor”. Tal proposta não visualizaria a redução do consumo, a descartabilidade e a obsolescência, e sim apenas a reciclagem, as tecnologias limpas, a redução das margens de desperdício e o funcionamento do *mercado verde*. O que estaria prioritariamente em pauta seria uma lógica de repasse do custo ambiental ao consumidor, em detrimento de um questionamento consequente das desigualdades no acesso aos bens e serviços ambientais. Diante dos limites e armadilhas do consumo verde surgiu então a proposta do consumo sustentável, enfatizando ações coletivas e mudanças políticas e institucionais.

¹⁴⁵ Portilho, op. cit.

¹⁴⁶ Darolt, 2012.

¹⁴⁷ Portilho, 2005, 2009.

A principal armadilha do consumo sustentável é ser engolido pelo consumo verde, no bojo de uma suposta reforma do capitalismo que tem sido rotulada de *ecocapitalismo*. Além de não permitir a formação de experiências coletivas, de enfrentamento dos conflitos políticos e de participação na esfera pública, tende a reforçar a redução da esfera pública às formas institucionais da democracia representativa.

Neste debate, as experiências analisadas neste trabalho colocam em destaque três pontos essenciais - conforme Portilho (2005): (i) o primeiro diz respeito à reflexividade na construção de novos valores e comportamentos nas redes sociais; (ii) o segundo refere-se às experiências coletivas no campo da negociação de conflitos socioambientais; e (iii) o terceiro incide no fortalecimento da participação popular na esfera pública.

Inúmeros trabalhos têm buscado recolocar a questão do consumo de uma nova perspectiva. Na reflexão proposta por Arroyo (2011) pode ser constatada, de forma surpreendente, uma aproximação com a visão budista desta problemática. O autor argumenta que o modo como as sociedades contemporâneas abordam a felicidade, relacionando-a com as pulsões de consumo supérfluo, tem solapado a possibilidade de uma relação harmônica entre consumo, economia e ecologia.

Outros autores¹⁴⁸ apontam a necessidade da construção de uma *ética da convivência ecológica* que

se fundamenta na busca de socialização ascética da individualidade e da coletividade, onde a regra da economia de energia e de recursos deve primar sobre a regra do superconsumo alimentado pela superprodução.¹⁴⁹

Esta “desalienação do consumo” corresponderia também a uma nova forma de contestação de uma representação injusta e opressiva da produção de riqueza social. Um tal rompimento tende a fortalecer e consolidar os fluxos materiais e de valor processados em circuitos mais solidários, mediante ações coletivas de novo tipo. Porém, às inúmeras dificuldades impostas pela dominância da economia de mercado soma-se a estruturação ainda muito deficiente dos canais de distribuição e comercialização alternativos. Ou seja, além da *compreensão* do processo de alienação que ocorre no consumo torna-se indispensável *praticar uma outra forma de consumir*.

¹⁴⁸ Morin, Kern, 2000; Dansereau, op. cit. [1969].

¹⁴⁹ Fontan, Vieira, op. cit., p. 65.

Em síntese, a expansão do consumo solidário – isto é, do consumo de produtos e serviços da economia solidária com a finalidade de promover o bem-viver dos trabalhadores que produzem ou comercializam aqueles bens e serviços e de promover o bem-viver dos próprios consumidores que o praticam – é condição para superação da alienação do consumo, para o fortalecimento da economia solidária, para a auto-consciência histórica dessa nova classe social e para o avanço da construção de um modo de produção pós-capitalista.¹⁵⁰

As transformações ocorridas nas últimas décadas – globalização, destradicionalização e reflexividade social – tornaram mais visíveis o caráter interdependente das relações envolvendo o consumo e os processos produtivos. O distanciamento dos locais de produção e comercialização parecem refletir não só as coações impostas pela divisão internacional do trabalho, mas também o processo de pilhagem dos ecossistemas e paisagens em escala global.

Como ressalta Giddens (1984, 1997, 2001), atualmente os cidadãos estão, em todos momentos, procurando refletir sobre os aspectos cotidianos de suas vidas, onde a auto-atribuição de responsabilidade é interpretada como uma renovação da ação política contemporânea. As novas relações de consumo potencializam a revalorização dos espaços públicos, na medida em que reivindicam a moralidade pública e a implementação de políticas multilaterais de regulação - tanto na esfera do consumo quanto na da produção.

2.2.1.2 O processo de consolidação dos supermercados

Como efeito da liberalização da economia no início dos anos 1980, a importação de produtos alimentícios e não alimentícios tornou-se uma realidade para uma maior parte da população. Isto acabou gerando a formação de um tecido econômico que outorga mais vantagens aos supermercados em contraste com as pequenas lojas. E foi fundamentalmente a redução das regulações nas inversões estrangeiras (IDE) que determinou as mudanças ocorridas no mercado varejista¹⁵¹.

Na América Latina, os supermercados atingiram em 10 anos o que levou 50 anos nos EUA, no tocante ao monopólio da distribuição

¹⁵⁰ Mance, op. cit., p. 122.

¹⁵¹ Berdegúé, Reardon, op. cit.

alimentar. Estas transformações no varejo refletiram-se também nos sistemas de abastecimento resultado da criação de Centrais de Distribuição (CDs), colocando em xeque as Centrais de Abastecimento (CEASA).¹⁵²

Conforme relatório publicado pela FAO apresentado em Humbert e Castel (2008), as cinco maiores empresas distribuidoras controlam entre 30% e 96% da distribuição alimentar geral no âmbito da Europa e Estado Unidos. Estas mesmas empresas aumentaram em 270% o número de países na qual atuam durante o período de 1980 e 2001. Tal concentração contribuiu para lhes dotar de um poder cada vez maior na dinâmica do setor. Na América Latina, a concentração passou de 20% em 1990 para 60% em 2000. Em resumo, as trinta maiores cadeias de alimentação controlam um terço do mercado alimentar mundial.

Tal realidade foi acompanhada pelo crescimento da transnacionalização do setor supermercadista, alimentada por fusões e aquisições (FeA) iniciadas no final dos anos oitenta e, principalmente pela compra de mercados locais e cadeias regionais por grandes cadeias nacionais. A segunda onda de FeA ocorreu nos anos noventa, tendo sido impulsionada por empresas estadunidenses e europeias que viviam a saturação dos mercados nacionais e atraídos por mercados com grande potencial de lucros. Neste momento tais multinacionais compraram grandes cadeias nacionais¹⁵³. Estes autores apontam que entre 60% e 80% das cinco principais cadeias de supermercados são multinacionais de cobertura mundial (Royal Ahold, Carrefour, Casino, Auchan e Walt-Mart).

Os supermercados atualmente dominam o mercado varejista total e de alimentos, sendo que os maiores prejudicados são os pequenos mercados e os mercados ao ar livre. Conforme dados apresentados por Berdegué e Reardon (2003) milhares de armazéns e lojas familiares pararam de funcionar na década de 1990. Nota-se que os padrões de crescimento econômico dos países latinoamericanos esteve fundamentalmente ligado à inversão de gigantes mundiais, como a Wal-Mart, o Carrefour e a Ahold.

A partir das metrópoles, os supermercados expandiram-se para cidades intermediárias na década de 1980, disseminando-se em cidades pequenas e em povoados no decorrer dos anos 1990. Tal expansão foi mais acelerada nos seis países líderes (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica e México), devido à maior força dos

¹⁵² Wilkinson, op. cit.

¹⁵³ Berdegué, Reardon, op. cit.

determinantes do crescimento dos supermercados. Os autores consultados convergem no reconhecimento da tendência dos supermercados de se disseminarem por bairros de classes trabalhadoras ao final da década de 1990, principalmente na forma de hipermercados enfatizando os preços baixos.

O trabalho de Bedegué e Reardon (2003) mostra de que maneira os supermercados acabaram dominando o setor agroalimentar na América Latina. E juntos com os processadores de grande escala, transformaram radicalmente os mercados agroalimentares da região. Tal dinâmica conjunta parece decorrer das características comuns que os movimentam, especialmente de suas influências nos agricultores, atacadistas e processadores das primeiras etapas da cadeia. Os autores centram sua análise nos impactos dos supermercados no desenvolvimento do sistema agroalimentar, buscando compreender os padrões que determinaram a expansão dos mesmos e sua implicação na construção de novos projetos, programas e políticas de desenvolvimento.

Os mercados alimentares, particularmente os de FLV, foram profundamente marcados pela expansão das grandes redes de supermercados que vem ocorrendo desde os anos 1990. Tais transformações não foram apenas implicadas pela hiperconcentração, mas também pela aceleração das dinâmicas de inovação tecnológica e da competitividade. Esta dinâmica tem excluído os agricultores menos capitalizados, permitindo a participação daqueles “cuja a base técnica acompanha os principais avanços permitidos pelo conhecimento científico e a integração ao mercado é completa”.¹⁵⁴ Contudo, persistem alguns casos onde o pequeno varejo convive com a presença de grandes cadeias supermercadistas¹⁵⁵, como é o caso da maior empresa do mundo – Wal-Mart. Ela

combina os velhos métodos de exploração dos trabalhadores e o domínio total da tecnologia de informação controlando a maior rede americana de comunicação por satélite, assim como responsável mundial pela revolução logística na cadeia de abastecimento. (tradução nossa)¹⁵⁶

¹⁵⁴ Abramovay, 1992, p. 211

¹⁵⁵ Souza, Souza, op. cit.

¹⁵⁶ “combine les vieilles méthodes d'exploitation de ses salariés et la maîtrise total de la technologie de l'information en contrôllant de plus grand réseau américain de communication par satellite ainsi que la mise en ouvre à l'échelle mondiale de la révolution logistique dans les chaînes d'approvisionnement.” Lichtenstein, Strasser, 2009 apud Deléage, op. citi., p. 7.

Apesar de não serem grandes os lucros dos supermercados com o setor dos FLV em relação com outros produtos, sua importância para o mercado varejista tem crescido nos últimos anos. Esses dados tendem a comprovar que, às vezes, os supermercados chegam a impor melhores preços. Além disso, devido à expansão dos supermercados, tornou-se possível comprar FLV em comparação com a realidade vivenciada uma década atrás. Finalmente, sugerem uma tendência de imitação, por parte dos supermercados, do estilo vigente nas feiras de rua.¹⁵⁷

Outra influência dos supermercados nos sistemas FLV é que deixaram de comprar dos mercados atacadistas. Pois estes últimos carecem de um serviço adequado para essa categoria e apenas negociam quando os canais mantidos junto aos produtores estão esgotados. Ou então, no caso de atacadistas especializados em FLV - na maioria das vezes empresas agro-exportadoras e agroindustriais acostumadas a movimentar grandes volumes com a qualidade requerida. Observa-se também que tais cadeias estão utilizando seus centros de distribuição, suas redes de abastecimento e suas operações de *joint venture* tanto para abastecer seus pontos locais, como para exportar para os países latinoamericanos e, às vezes, para os demais continentes.

Assim, este novo cenário colocado pelos supermercados implicou em diversas restrições aos produtores. Atualmente, são os médios e grandes produtores de FLV que conseguem cumprir com os requisitos requeridos. Num outro estudo de Berdegué (2001) sobre organizações camponesas no Chile, são apontadas inúmeras dificuldades que estas devem cumprir diante das demandas requeridas pelo mercado e as expectativas de seus membros por maiores ingressos. Pois este tipo de mercado incorre em custos significativos para assegurar a homogeneidade requerida, como também exige a adoção de práticas de contabilidade e faturamento formal, que implica no pagamento de impostos. Diante disso, as pesquisas indicam que muitas cooperativas e associações de pequenos agricultores vêm apresentando um forte retrocesso em relação ao êxito alcançado inicialmente, que esteve ligado à apoios dos programas e políticas públicas de desenvolvimento rural.

Paradoxalmente, a distribuição em larga escala tem fomentado os circuitos relativamente curtos de comercialização, atrás de redução dos custos nas operações de compra das multinacionais do setor. Por meio de novos aportes tecnológicos e ajuda financeira, os empresários locais (latifundiários) têm sido estimulados a oferecer diretamente os seus produtos. Todavia, do ponto de vista defendido neste trabalho, isto deve

¹⁵⁷ Berdegué, Reardon, op. cit.

ser visto como mais uma estratégia comercial atrelada às novas exigências de funcionamento. Neste sentido, não representa a promoção de mudanças significativas na estrutura da mundialização operada por estas empresas. Principalmente porque atuam na contramão dos mercados de proximidade, e, por conseguinte, são responsáveis pela “macdonaldização” (homogeneização) dos padrões alimentares em escala global.

Principalmente nos grandes centros urbanos, as grandes redes varejistas também têm participado da construção social do mercado de orgânicos¹⁵⁸. Afinal, deixar de fazê-lo seria perder uma oportunidade de geração de mais lucros e de fidelização de seus clientes – além de usufruírem da tendência de “modernização ecológica” que se tornou pervasiva no mundo contemporâneo. Porém, querer que o movimento agroecológico entre em diálogo com estas grandes empresas capitalistas para melhor coordenar a cadeia produtiva, como sugere esta pesquisadora, seria aceitar o sistema frente ao qual a agroecologia vem buscando se contrapor.

2.2.1.3 Sistemas alimentares sustentáveis: surgimento, expansão e desafios atuais

Na opinião de Rastoin (2006), um modelo alternativo ao sistema dominante deveria necessariamente priorizar a garantia da soberania e da segurança alimentar. Em nosso País, reagindo aos primeiros sinais de agravamento da crise do meio rural, ainda na vigência do regime militar, diversos setores progressistas da sociedade começaram a questionar o modelo de industrialização na agricultura. Sob o rótulo de agricultura alternativa, inúmeras iniciativas consorciadas com organizações ecologistas foram postas em prática no decorrer dos anos 1980. Elas buscavam não apenas denunciar o modelo hegemônico de modernização agrícola, mas evidenciar também estratégias realistas para a sua superação.¹⁵⁹

Desde então, organizações camponesas, ONG's e centros universitários de pesquisa têm desenvolvido inúmeras experiências baseadas no enfoque agroecológico na Ásia, na África e na América Latina. Pode ser constatada também uma tendência crescente de valorização da agricultura camponesa como forma de enfrentar a crise alimentar, principalmente diante das estimativas de um aumento de até

¹⁵⁸ Pimentel, 2005.

¹⁵⁹ Caporal, Costabeber, op. cit.

nove bilhões de pessoas habitando o planeta em 2050. Impõe-se neste sentido a necessidade de dispormos de sistemas produtivos cada vez melhor ajustados aos imperativos de uma *transição ecológica* consequente.¹⁶⁰

Já na década de 1990, viveu-se o momento de regulamentação da produção, transformação e distribuição dos alimentos orgânicos, por meio da Instrução Normativa 007. Inicialmente as ONG's que atuavam mantiveram-se contrárias ao modelo de certificação adotado, com base no argumento de que deveriam ser certificados e rotulados os produtos convencionais e amplamente divulgado o seu potencial de contaminação. Mais tarde, com a possibilidade de instituição da *certificação participativa*, a própria IN 007 foi vista como uma conquista. Sua operacionalização acabou por estimular a busca de sinergia entre as ONG's envolvidas com novas dinâmicas de desenvolvimento rural.¹⁶¹

Num estudo recente¹⁶² sobre o *estado da arte* das pesquisas sobre a problemática dos *sistemas agroalimentares alternativos*, constatou-se que diferentes abordagens têm sido utilizadas em distintos contextos, correspondendo a diferentes objetivos. Alguns artigos encontrados tratam da questão com base no pressuposto de que tais sistemas poderiam ser considerados como a materialização de um novo paradigma de desenvolvimento rural. Outros tratam da interrelação produtor-consumidor como uma nova dimensão a ser melhor internalizada nos modelos de análise, ao lado daquelas que levam em conta a noção de *recurso territorial* - a exemplo da DOC e do *Slow food* -, além das diferentes formas de venda direta (mercado do produtor, venda direta na propriedade), associações entre produtores e consumidores (cooperativas, contratos), produção feita pelos consumidores (horta escolares e/ou comunitária), e conselhos de alimentação escolar. Tal estudo evidenciou ainda que os sistemas alternativos emergentes variam conforme as peculiaridades das trajetórias de desenvolvimento evidenciadas em cada país. Mas se levarmos em conta que “os sistemas alimentares são muito mais abrangentes do que a atividade agrícola”¹⁶³, os diversos componentes do sistema (produção, distribuição, comercialização e consumo) deveriam

¹⁶⁰ Altieri, Nicholls, op. cit.

¹⁶¹ Fonseca et al., op. cit.; Lijerón, op. cit.; Bye, Schmidt e Schmidt, 2002.

¹⁶² Deverre, Lamine, 2010.

¹⁶³ Gliessman, op. cit., p. 11.

estar necessariamente sintonizados com os princípios de prudência ecológica e equidade distributiva.

Cabe lembrar ainda que o debate atual sobre a sustentabilidade das práticas agrícolas ampliou suas fronteiras para além das unidades produtivas individuais. Principalmente porque hoje, a partir da abordagem da agroecologia, o que chega e o que sai (montante e jusante) da propriedade é de extrema relevância, do mesmo modo que a influência das políticas públicas, do clima e do mercado. Assim o sucesso de cada agricultor(a) no combate contra todas as formas de degradação ecossistêmica influencia a viabilidade da agricultura como um todo ¹⁶⁴. Neste sentido, um acervo crescente de bibliografia especializada ¹⁶⁵ tem confirmado o potencial da agricultura camponesa em aumentar a produção nos próximos anos, no bojo de uma *intensificação* ecológica, principalmente como parte das tentativas de enfrentamento consequente da crise global¹⁶⁶.

¹⁶⁴ Gliessman, op. cit.

¹⁶⁵ Jaastd, 2009; De Schutter, 2010.

¹⁶⁶ Titonell, 2013.

Quadro 03 – O conceito de intensificação ecológica

A intensificação ecológica consiste em aumentar os rendimentos de maneira natural através do melhor aproveitamento das funções e serviços ecossistêmicos. Globalmente, cinco pontos lhe caracteriza:

- ⇨ A agricultura está inspirada nos fenômenos naturais que asseguram a viabilidade e a fertilidade dos grandes ecossistemas perenes. Através da pesquisa genética pode se esperar um melhoramento dos cereais para fixação do nitrogênio do ar de maneira natural, como fazem as leguminosas, ou o melhor uso do fósforo nos solos.
- ⇨ A gestão da água no conjunto de um ecossistema no enfrentamento da seca, e melhor organização dos fluxos hídricos violentos (inundações) afim de limitar a erosão e a poluição. Planejamento da paisagem conforme princípios ecológicos.
- ⇨ Gestão integrada dos grandes ciclos biogeoquímicos (carbono e nitrogênio), visto que a agricultura e as florestas são excelentes no seqüestro do carbono, diminuindo o efeito estufa, pois sob forma de matéria orgânica o carbono contribui com a fertilidade. Através da agrofloresta e associação de culturas é possível facilitar a reciclagem dos minerais, que de outra maneira sairiam do sistema.
- ⇨ Luta biológica contra doenças e pragas, o conhecimento das relações entre predadores permite estratégias eficazes e ecológicas.
- ⇨ A utilização da biodiversidade, pois sua presença nos ecossistemas tem permitido: a capacidade de reciclagem e limitação na perda de nutrientes; resistência às perturbações; e a alta produtividade.

Fonte: Griffon, 2002.(tradução nossa)¹⁶⁷

Dessa forma, espera-se que a intensificação ecológica e os avanços processados na pesquisa ecológico-humana permita uma transformação paradigmática nas modalidades em curso de produção e difusão de sistemas alimentares sustentáveis. Isto significa a adoção de melhores formas de utilização do ciclo dos produtos e das fontes de energia no meio urbano, além de novas opções de planejamento e gestão territorializada da infraestrutura de transporte, estocagem e comercialização da produção.¹⁶⁸

Uma das noções importantes neste contexto está relacionada com o tema da segurança e da soberania alimentar, ou seja, com alternativas de acesso das populações mais vulneráveis à alimentação e aos mercados produtores, bem como com o potencial da comercialização

¹⁶⁷ Apud Paillard, Ronzon e Treyer, 2010.

¹⁶⁸ Paillard e Treyer, 2010.

direta dos produtos.¹⁶⁹ Espera-se que as novas estratégias de comercialização baseadas no critério de *proximidade* permitam a manutenção e o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica, uma ferramenta indispensável na luta contra a pobreza em nosso País.¹⁷⁰

Nos países do Sul, a comercialização processada em circuitos curtos tem sido a forma predominante de relacionamento entre produtores e consumidores de produtos orgânicos. Por estar muitas vezes concentrada nas mãos dos agricultores, ou de suas organizações e entidades, a comercialização de produtos orgânicos contraria as estratégias convencionais de multiplicação de intermediários. Como mostra um estudo realizado em 45 cidades catarinenses, a feira pode ser considerada atualmente como o local, o canal e o tipo de modalidade mais importante neste sentido. Verificou-se que o principal destino dos produtos orgânicos em Santa Catarina são os próprios municípios que produzem, sendo as feiras consideradas como a principal modalidade de venda de orgânicos em termos de transação financeira com maior tempo de atuação. Constatou-se também uma relação envolvendo a natureza do produto e o tipo de fornecimento adotado, onde a comercialização dos alimentos processados é realizada pelas associações locais, em contraste com os alimentos *in natura*, comercializados diretamente entre os próprios agricultores e consumidores.¹⁷¹

Apesar do comércio justo (*fair-trade*) não ser veiculado pelas dinâmicas em estudo, cabe mencionar que um dos seus fundamentos estão muito próximos daqueles que caracterizam os circuitos curtos, a saber: a resistência ao funcionamento do mercado convencional. Em suma, ambos sustentam a legitimidade da construção de relações democráticas, valorizando ao mesmo tempo os recursos locais e resguardando o critério de prudência ecológica. No entanto, o comércio justo nunca pontuou de forma satisfatória a questão da proximidade, visto que surgiu de relações comerciais entre Norte-Sul. Mas recentemente, em decorrência da precarização dos agricultores do Norte, os circuitos curtos acabaram sendo inseridos na agenda do comércio justo entre os países do Norte.¹⁷²

Nas cadeias de comércio justo no circuito Norte-Norte não basta apenas comunicar as propriedades intrínsecas dos produtos. Seria necessário também prever a difusão de um novo tipo de discurso sobre o

¹⁶⁹ Montagut, Vivas, op. cit.; Naranjo et al, 2008

¹⁷⁰ Humbert; Castel, op. cit.

¹⁷¹ Karan, Zoldan, op. cit.

¹⁷² Marechal, 2004; Le Velly, 2011.

novo conceito de *ruralidade* que acompanha a valorização dos efeitos de proximidade. O comércio justo em geral tem consagrado bastante importância às estruturas intermediárias para sua difusão. Mas no caso das experiências Norte-Norte, a relação se dá entre produtores e consumidores.¹⁷³

Tem-se constatado que o principal gargalo da cadeia produtiva de alimentos orgânicos é a comercialização. Nas feiras, o principal problema diz respeito aos elevados índices de perda dos produtos. Para os pequenos varejos e supermercados, a principal queixa refere-se à falta de regularidade e à pouca diversidade de produtos. Na agricultura familiar orgânica (agroecologia), o agricultor individual é o principal ator no processo de comercialização, cabendo às associações o papel de articuladoras das dinâmicas de organização, formação e capacitação¹⁷⁴. Neste sentido, vale a pena referenciar a nova conjuntura criada pela instalação do Box “721” de produtos orgânicos na CEASA do município de São José¹⁷⁵.

A presença e a importância dos produtores agroecológicos formam, a cada dia, mais uma forte base de ação, pois é fundamental que “quanto mais exemplos tivermos de cultivos sustentáveis, economicamente viáveis, maior a probabilidade de que nossos sistemas de produção de alimentos sigam este caminho.”¹⁷⁶

Conforme o estudo de Darolt (2012), há uma tendência crescente nas instituições de pesquisa e extensão rural visando a adoção de novas modalidades de práticas agrícolas. Todavia, elas enfrentam grandes limitações devido à ênfase colocada na produtividade e na redução de custos, e que pode ser considerada responsável pelo aumento expressivo das já conhecidas *externalidades negativas*. Ou seja, trata-se de instituições que exerceram um papel fundamental na promoção dos princípios da Revolução Verde e que agora estão começando a adotar práticas de menor impacto destrutivo do ponto de vista socioecológico.

Ao passo que o transporte alimentar também teve um alto e crescente impacto no setor, seus custos econômicos, sociais e ambientais chegaram à £ 9 bilhões de libras esterlinas no Reino Unido, em 2005.¹⁷⁷ E conforme Heinberg¹⁷⁸ estes custos tendem a aumentar. E mesmo apesar do transporte não representar o maior custo ambiental da

¹⁷³ Marèchal, op. cit.

¹⁷⁴ Karan, Zoldan, op. cit.

¹⁷⁵ Lampa, Rover, 2013.

¹⁷⁶ Gliessman, op. cit., p. 9.

¹⁷⁷ Amatríain, 2012.

¹⁷⁸ 2011 apud AMATRÍAIN, op. cit.

alimentação (13% contra 52% da produção) é oportuno entender os circuitos curtos como um meio de diminuir a poluição decorrente da agricultura. Esta questão – eficácia energética - ainda repousa sobre a temática do circuito curto sem ter mecanismos de análise, conforme Denechère (2007).

Os circuitos curtos, mesmo sem alvará de funcionamento, podem permitir clarear os pontos e justamente oferecer uma solução global ao problema da sustentabilidade dos sistemas alimentares. É sob esta hipótese que os circuitos curtos podem contribuir a diminuir os efeitos sociais e ambientais da agricultura. (tradução nossa)¹⁷⁹

Do mesmo modo, é preciso observar atentamente os impactos da dieta humana sobre os agroecossistemas a fim de delinear padrões sustentáveis de dieta, e, em algum momento, também deverá entrar na pauta a questão do crescimento populacional e a melhor maneira de controlá-lo, mesmo havendo grandes discordâncias sobre a capacidade da terra em suportar a espécie humana.

O aumento na demanda por alimento e a proteção da integridade ambiental são os desafios que os sistemas alimentares sustentáveis, orientados para a auto-suficiência e ao biorregionalismo, deverão enfrentar no futuro próximo, principalmente pelos enormes gastos de energia dos sistemas agroalimentares globalizado.

Outros estudos¹⁸⁰ já apontaram a importância da articulação institucional enquanto um eixo estratégico e prioritário, na capacidade de envolver entidades públicas, privadas e organização sociais. A dimensão do desenvolvimento organizacional envolve as instituições e organizações com intuito de promover os processos de aprendizagem e inovação orientados pela autogestão. A consonância política no nível local/regional poderá fortalecer os “espaços de interação” com intuito de gerar elementos capazes de influir na formulação e implementação de políticas e investimentos públicos nos distintos níveis.

Em síntese, mesmo se considerarmos a flagrante diversidade de *sistemas agroalimentares alternativos*, o fomento da agricultura de base ecológica tem sido o ponto que permite incluí-las sob um mesmo marco

¹⁷⁹ “Les circuits courts, même sans charte de fonctionnement, peuvent permettre d’éclairer ces ponts et justement, d’offrir une solution globale au problème de durabilité des systèmes alimentaires. C’est sous cette hypothèse que le circuits courts peuvent contribuer à diminuer les effets sociaux et environnementaux de l’agriculture.” Denechère, op. cit., p. 30.

¹⁸⁰ Ranaboldo, Venegas, op. cit.

conceitual integrativo. A emergência destas experiências significa a construção de novos modelos de organização do sistema de produção, distribuição, comercialização e consumo de produtos alimentares, contrapondo-se ao modelo hegemônico marcado pelas longas distâncias entre a produção e o consumo, e pela homogeneização das práticas agrícolas e alimentares¹⁸¹.

2.3 ECOSSOCIOECONOMIA E AGROECOLOGIA

No caminhar das últimas décadas uma constelação de empreendimentos sob fundamentos éticos e democráticos, voltados à demandas concretas de combate a exploração e dominação, e na geração de novas relações sociais orientadas pela solidariedade e apoio mútuo, foram se integrando e se fortalecendo¹⁸².

2.3.1 A agroecologia vista como fundamento da construção de sistemas alimentares sustentáveis

Munida de princípios da pesquisa ecológico-humana para um manejo sustentável dos agroecossistemas, a agroecologia busca o melhor aproveitamento dos processos naturais e suas interações positivas na produção agrícola¹⁸³. Em resumo, busca promover (i) o aumento da reciclagem da biomassa; (ii) condições de solo mais favoráveis aos crescimento vegetal, (iii) o fortalecimento do “sistema imunológico” dos sistemas agrícolas, (iv) a minimização das perdas de energia, água, nutrientes e recursos genéticos; (v) a conservação da bio e da sociodiversidade ; e (vi) o aumento das interações biológicas e das sinergias. Em outras palavras,

a sustentabilidade torna-se um conjunto complexo de condições que são menos dependentes dos componentes ecológicos e sociais- individuais propriamente dito, do que das qualidades emergentes oriundas da sua interação.¹⁸⁴

Estes princípios resultam em soluções tecnológicas distintas conforme cada contexto biofísico, socioeconômico e cultural. A busca por uma diversificação dos sistemas agrícolas, entre cultivos, sistemas agroflorestais, integração animal, etc. tem contribuído para potencializar

¹⁸¹ Chauvin, Laise e Féret, op. cit.

¹⁸² Zarr, 2013; Mance, op . cit.

¹⁸³ Altieri, Nicholls, op. cit.

¹⁸⁴ Gleissman, op. cit., p. 5.

os efeitos benéficos das relações de complementaridade entre espécies vegetais e animais, tornando-as mais eficientes.¹⁸⁵

A partir de um estudo feito na Ásia por Bachmann¹⁸⁶, comparando os resultados de 280 agricultores orgânicos, 280 em transição e 280 convencionais, notou-se que 88% dos agricultores orgânicos aumentaram sua segurança alimentar. Do mesmo modo, tornou-se perceptível que estes obtiveram um aumento significativo na diversidade da dieta cotidiana, além dos avanços em termos de melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida em suas comunidades.

A prática agroecológica está estreitamente relacionada com outras relações sociais no campo, em decorrência da redução abissal da utilização de recursos externos. Dessa forma, o agricultor torna-se mais autônomo e independente. Do mesmo modo, a ação pública voltada à promoção da agroecologia deve respeitar o conhecimento prático dos agricultores e promover o chamado enfoque biorregional na produção de alimentos. Por outro lado, exige-se dos agricultores e das instituições públicas a adoção de uma visão de longo prazo e uma mobilização no sentido da construção compartilhada de uma nova estratégia de crédito rural e seguro agrícola, principalmente na fase de transição.¹⁸⁷

No rol dos principais obstáculos à sua implementação atualmente encontram-se um amplo leque de dificuldades técnicas (falta de conhecimento dos agricultores e dos extensionistas), além do peso das políticas públicas de cunho produtivista, de problemas na comercialização, no acesso a terra e na geração de infraestrutura adequada. Impõe-se, portanto, uma transformação de ordem paradigmática nas instituições públicas para que uma alternativa agroecológica possa se disseminar no meio rural¹⁸⁸.

Neste contexto, a revolução agroecológica cubana pode ser considerada como um caso exemplar. Realizada pela ANAP (Asociación Nacional de Agricultores Pequeños), mediante a adoção do método CAC (*Campesino a Campesino*), tem gerado cerca de 70% da produção interna de alimentos, apesar de ocupar apenas 35% das terras disponíveis no país.¹⁸⁹

Neste modelo, o resgate da dimensão da *proximidade* entre produtores e consumidores e também da *qualidade* dos alimentos

¹⁸⁵ Gliessman, op. cit.

¹⁸⁶ 2009 apud Altieri, Nicholls, op. cit.

¹⁸⁷ Gleissman, op. cit.

¹⁸⁸ Altieri, Nicholls, op. cit.

¹⁸⁹ Cuesta et al., op. cit.; Bu Wong, Sánchez, 2007.

representa uma premissa indispensável¹⁹⁰. Existem inúmeros *caminhos* que estão sendo percorridos por diferentes organizações envolvidas com a agroecologia no que se refere ao fortalecimento da relação entre produtores e consumidores, desde visitas à propriedade, cursos de alfabetização orgânica, degustação na propriedade ou nas feiras, financiamento/crédito dado pelos consumidores, atividades de turismo rural ou agroturismo, atividades artísticas nas feiras ou nas visitas à propriedade, barraca dos consumidores na feira permitindo atividades de conscientização, e parcerias com ONG's, setor público e setor privado.¹⁹¹

2.3.2 Considerações sobre ecossocioeconomia e reciprocidade

Frente as insuficiências nos indicadores econômicos emerge uma nova economia dos *sistemas socioecológicos complexos* – a ecossocioeconomia¹⁹². Uma ruptura com as vertentes neoclássicas, keynesianas e marxistas, representa “um novo estilo de investigação interdisciplinar e sensível à importância da dimensão sociocultural sempre presente nas relações econômicas.”¹⁹³

As necessidades dessa nova economia, a qual emergirá o desenvolvimento cultural e moral da sociedade pós-consumista, poderá reorientar os rituais não só à sua *desmaterialização* – focar a atenção comum em ações mutuamente satisfatórias, de *autotransformação* (de aprendizagem, expressiva, contemplativa, de cuidado, criativa, etc.) em lugar do *consumo* material – mas à uma diferente sintonização ou educação – ou ética – das emoções (Solomon, 2007) que substitua o predomínio atual da ansiedade, da depressão e da avidez de experiências de euforia (ou, alternativamente, de evasão total) por formas de experiência pessoal mais construtivas, saudáveis e enobrecedoras. Porém nada garante este cenário.¹⁹⁴

¹⁹⁰ Denechere, Durand, Marechal, op. cit.; Deverre, Lamine, op. cit.

¹⁹¹ Darolt, op. cit.; Darolt, Constanty, 2009.

¹⁹² Termo cunhado pelo ecólogo e economista Karl William Kapp (1983)

¹⁹³ Vieira, 2013, p. 124.

¹⁹⁴ “Las necesidades de esa nueva economía, sobre la que se elevaría el desarrollo cultural y moral de la sociedad post-consumista, podrían reorientar los rituales no sólo hacia su

Os fundamentos da abordagem plural da economia foram esboçados inicialmente nas conclusões do *Ensaio sobre a dádiva* (1923-1924) de Marcel Mauss. Mas outros aportes seminais, para além dos seus escritos políticos¹⁹⁵, foram posteriormente oferecidos por vários outros autores – a exemplo de Karl Polanyi, Albert Hirschman, Mark Granovetter, Amartya Sen e intelectuais vinculados ao Movimento Anti-utilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S). No conjunto, eles apontam no sentido da inclusão de considerações políticas, sociais, morais e éticas na análise da esfera econômica – considerada como a “arte da mistura, da combinação, da hibridização”¹⁹⁶. Assim a economia plural “parte do pressuposto de que as relações entre os produtores e entre estes e a natureza são regidas por princípios plurais e assumem formas institucionais igualmente diversas”¹⁹⁷.

Fortemente influenciado pelos escritos dos autores citados acima, e diametralmente oposta à conotação filantrópica, a solidariedade, neste sentido, busca representar o surgimento de uma sociologia fundada em um paradigma em oposição ao individualismo contratualista.¹⁹⁸

Diferentes autores têm apontado para a necessidade de sistemas econômicos que permitam distintos princípios econômicos, são eles:

- a) uma economia mercantil - fundada no princípio do mercado auto-regulado; trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitarista¹⁹⁹, pois neste tipo de troca/relação o valor do bem (que se mede pelo seu preço) funda a lógica do sistema, ao contrário do primado do valor do laço, do liame (ou da

desmaterialización – enfocar la atención común em acciones, mutuamente satisfactorias, de *autotransformación* (de aprendizaje, expresivas, contemplativas, de cuidado, creativas, etc.) em lugar del *consumo* material – sino hacia una diferente sintonización o educación – o ética – de las *emociones* (Solomon, 2007) que sustituya el predominio actual de la ansiedad, la depresión y la avidez de experiencias de euforia (o, alternativamente, de evasión total) por formas de experiencia personal más constructivas, saludables y ennobecedoras. Pero nada garantiza este escenario.”Iranzo, op. cit., p. 118.

¹⁹⁵ Na obra organizada por Marcel Fournier pode-se perceber que Mauss era um militante da cooperação e da tradição francesa do socialismo anti-autoritário. Cf. Mauss, 1997.

¹⁹⁶ “art du mélange, de la combinaison, de l’hybridation” Cf. Caillé, Laville, 2000, p. 10.

¹⁹⁷ Laville apud Ramos, 2011, p. 85

¹⁹⁸ Caillé, Laville, op. cit.

¹⁹⁹ Está relacionada a doutrina de Jeremy Bentham e seus discípulos, mas que reflete um ação social que possui mais de dois mil anos – o calculo puramente em termos de meios e fim. Em suma, o utilitarismo contemporâneo caracteriza-se pela submissão a lei do mercado e pelo dever de acumular riquezas infinitamente. Cf. Caillé, 2006.

relação social) que se busca numa lógica reciprocitária.

b) uma economia não mercantil - fundada na redistribuição; isto é, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los;

c) e finalmente, uma economia não monetária - fundada na reciprocidade; isto é, um tipo de sistema de relação de trocas orientado segundo a lógica do dom (ou da dádiva), tal como formulada/descrita por Marcel Mauss. A dádiva compreende três momentos: aquele do doar, do receber e do devolver. Neste tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo mesmo da circulação destes bens é de perenizar os laços sociais (ou tecer o liame social). A lógica do dom, ou da dádiva, obedece a um tipo de determinação social específica, pois ao mesmo tempo livre e obrigado, a doação (ou esse registro de lógica) é essencialmente paradoxal.²⁰⁰

Há em comum entre as distintas denominações – economia solidária, economia social, economia popular e terceiro setor, o fato que tratam da emergência de um espaço econômico intermediário entre o estado e o mercado. Porém, não apenas estas denominações estão relacionadas à diferentes contextos sociopolíticos em que surgiram, como também atendem a objetivos diferentes²⁰¹.

Em suma, o Terceiro setor, de origem anglo-saxônica e inspiração neoclássica, corresponde às organizações sem fins lucrativos e à filantropia. Por sua vez, a economia social²⁰² surgiu com o movimento operário europeu da primeira metade do século XIX. Trata-se de uma estratégia de transformação social que recusava a tomada do aparelho de estado, combinando “ao mesmo tempo, na sua ação organizacional uma dimensão social e uma dimensão econômica sob um fundo de luta política”.²⁰³ Porém, durante a segunda metade do século XIX e na passagem ao século XX a economia social passa a ter estatuto jurídico

²⁰⁰ França, 2001, p. 5-6

²⁰¹ Para um aprofundamento nestas distinções ver França, 2002; Lechat, 2002; Ramos, op. cit.

²⁰² Segundo o historiador André Guélin (1998 apud LECHAT, op. cit.) seria uma outra forma de fazer Economia Política, a qual foi mobilizada por socialistas, social-cristãos e liberais dada o perceptível custo humano da revolução industrial no século XIX.

²⁰³ França, op. cit., p. 12.

específico e sua gestão assumiu um forte caráter tecnoburocrático. Atualmente, na França, ela está relacionada ao funcionamento de bancos e hospitais.

Quanto ao conceito de *economia solidária*, conforme França (2002), ele remete-nos à questão da regulação e da construção conjunta da oferta e da demanda. Incorpora assim uma reatualização do ideário da economia social e, portanto, talvez, uma nova economia social. Em contraste, a economia popular, de tradição latinoamericana e africana, está ancorada no tecido comunitário, e algumas vezes no plano institucional, sendo o *mutirão* o caso exemplar. Na opinião de Sabourin (2011), a economia solidária configura um esforço de hibridização destas três formas de economia: a da *troca*, da *reciprocidade* e da *redistribuição* por parte do Estado²⁰⁴.

No Brasil, este enfoque emergiu há pouco mais de 20 anos²⁰⁵, articulando-se enquanto movimento social durante o Fórum Social Mundial ao final da década de 1990. Sua difusão repercutiu em algumas políticas públicas específicas e na construção da Rede de Gestores de Políticas Públicas em Economia Solidária. Mas vale a pena destacar que desde 1980 existiram indícios de apoio à economia solidária por parte de alguns governos municipais.²⁰⁶

No Brasil, durante a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em junho de 2006, foram definidos os elementos centrais deste enfoque: valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica como sujeito; sustentabilidade e equidade, através da igualdade de gênero, de raça, de etnia, na preservação dos recursos naturais e pelo manejo sustentável e responsável com as gerações, presente e futuras; educação solidária, na transformação da mentalidade competitiva e na construção do espírito da colaboração; direitos e responsabilidades, enquanto um modo de organizar a produção, a distribuição e o consumo estabelece uma

²⁰⁴ Sabourin, 2011.

²⁰⁵ Conformando um modelo de sociedade-providência frente à crise do estado-providência. Cf. Ramos, op. cit.

²⁰⁶ Cf. Sandra Faé Praxades (2009) estas políticas públicas de fomento à economia solidária se deram em nível municipal e estadual, como foi o caso de Porto Alegre-RS, Belém-PA Santo André-SP, Diadema-SP, Osasco-SP, São Paulo-SP, Montes Claros-MG, Recife-PE, e João Pessoa-PB. Ou o fundo estadual de combate à pobreza do governo da Bahia, que apesar de não ser específico à economia solidária, tem apoiado inúmeros projetos ligados a esta. Como é o caso também do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Há ainda a criação dos Centros Públicos de Economia Solidária pela SENAES, as Incubadoras Públicas de Economia Popular e Solidária em âmbito municipal, os Bancos Comunitários.

igualdade de direitos e responsabilidades entre os participantes de determinado empreendimento; organização e gestão, visto que os meios de produção e os bens e/ou serviços produzidos são de controle, gestão e propriedade coletiva, a autogestão torna-se fundamental; horizonte histórico, tendo como objetivo principal a reorganização social das ações de consumo, produção, serviço, finanças e desenvolvimento tecnológico num horizonte ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente viável²⁰⁷.

As experiências de economia solidária²⁰⁸ refletiam inicialmente *ações concretas e bem sucedidas de geração de trabalho e distribuição de renda*. Posteriormente, foram se articulando em redes socioeconômicas colaborativas, apoiadas por *políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e de integração social*. Algumas destas práticas acentuam o caráter de geração de trabalho e renda e inclusão social (comumente realizadas pela igreja, entidades de cooperação e ONG's), outras funcionam como mecanismos de pressão por mudanças políticas econômicas, à exemplo dos movimento sociais. Duas concepções contrastantes se destacam: uma delas voltada para a busca de alternativas ao capitalismo, e a outra orientada no sentido do fomento do empreendedorismo social, capaz de minimizar os efeitos da exclusão social, mas sem oferecer um contraponto convincente ao poder do grande capital internacional.²⁰⁹

Em inúmeros casos, é possível demonstrar os impactos específicos da economia solidária em seu conjunto, e por isto diversos governos passaram a promovê-la. Como exemplo disto, Mance (2008) apresenta alguns dados do crescimento mundial do Comércio Justo e da economia solidária no Brasil, em particular. Através de dados da FLO (Fairtrade Labelling Organizations Internacional) o faturamento realizado pelo Comércio Justo certificado²¹⁰ (ou seja uma pequena ponta do iceberg, visto que imensa maioria não opera dentro da certificação), teve crescimento anual de 47%, e só no ano de 2007 foram comercializados € 2,3 bilhões de euros. As principais mercadorias são: café, açúcar,

²⁰⁷ Mance, op. cit..

²⁰⁸ O trabalho de LECHAT (2002) aponta minuciosamente a historiografia da (in)definição do conceito de economia solidária nas publicações brasileira, e as relaciona com as classificações de outros países.

²⁰⁹ Mance, op. cit..

²¹⁰ Este levantamento considerou apenas a comercialização certificada credenciada na Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça, Reino Unido, Estado Unidos, Austrália e Nova Zelândia.

banana, chá, sucos, artesanatos e confecções, envolvendo 1,5 milhões de produtores em 58 países.

No caso brasileiro, após o mapeamento nacional realizado pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) que abarcou metade do território nacional, existem cerca de 22 mil iniciativas de economia solidária. Elas envolvem aproximadamente 1.687.496 trabalhadores, que declararam uma produção anual de R\$ 7,8 bilhões. Seus adeptos compartilham valores, princípios e práticas ambientalistas, além de promoverem a difusão de metodologias participativas no planejamento do desenvolvimento local ²¹¹. Porém,

[...] seriam alternativas viáveis tanto nos interstícios do sistema capitalista por conta das fraturas de um regime de acumulação insustentável, como em espaços mais expressivos da dinâmica de reprodução das economias contemporâneas? Poderia a resolução destas “fraturas” tornar-se força motriz para um novo estilo de acumulação?²¹²

Conforme Tauile (2001), as experiências de economia solidária só poderiam se tornar duradouras às custas da intervenção estatal capaz de arcar com determinados custos sociais. No entanto, este mesmo autor – curiosamente - adota a experiência japonesa (o *toyotismo*) como fonte de inspiração, principalmente no que tange a organização social da produção²¹³. Insiste, como mecanismo de sobrevivência no mercado capitalista, que as empresas de economia solidária se associem entre si como forma de gerar uma economia de rede, composta por estruturas de comunicação horizontais entre os agentes envolvidos. E outro fator decisivo, no longo prazo, é a existência de crédito para este tipo de empreendimento, assim como a criação de relações de confiança no interior destas redes, principalmente como forma de diminuir o risco de comportamentos oportunistas de alguns agentes.

Por esta razão é preciso verificar em que medida as experiências de economia solidária não retardam o movimento de ruptura com o sistema capitalista, e se as políticas públicas específicas não estariam simplesmente reproduzindo as relações de caridade e assistencialismo

²¹¹ Ibid.

²¹² Tauile, 2001, p. 8

²¹³ Foi fundamental para o desenvolvimento e sucesso das técnicas de produção *just-in-time* as sugestões dos trabalhadores para a melhoria dos produtos e processos. Tal modelo também atenuou o conflito entre capital e trabalho no âmbito dos processos de produção.

por parte do Estado.²¹⁴ Importa destacar ainda que existem registros do surgimento de empreendimentos vinculados à economia solidária que estão sendo subcontratados por empresas multinacionais²¹⁵.

Neste sentido, tem coexistido dentro do movimento de economia solidária uma visão empresarial, expressa - por exemplo - no Café Direct da Inglaterra, com um faturamento de £ 13 milhões de libras esterlinas em 2004. Pois justamente o maior risco que este movimento enfrenta talvez seja o de ser absorvido pelo mercado de *comodities*. A pedra angular, na prática, é a criação de

novas conexões (produção livre de OGMs), integrando um número crescente de características alternativas (orgânico + comércio justo + sustentabilidade + distintividade local), desenvolvendo novos canais de distribuição.²¹⁶

É fundamental esclarecer que este trabalho compartilha a tese que a ecossocioeconomia deve atuar nas *fendas sistêmicas do capitalismo*²¹⁷, através da convergência de tecnologias sociais e sua interoperabilidade capaz de desviar seus fluxos de valores para alimentar seus próprios circuitos. Ou seja, defendemos a hipótese de que a multiplicação de milhares de redes colaborativas na dinamização dos fluxos socioeconômicos ecossolidários, poderá dar origem a uma grande constelação solidária de sistemas de intercâmbio, justos e solidários, rumo a ecossocioeconomia.²¹⁸

Quanto à categoria de *reciprocidade*, sua utilização numa linguagem usual, não técnica, remete-nos aos comportamentos que expressam os ideais de solidariedade e ajuda mútua²¹⁹. Mas neste trabalho, designa um princípio que vem sendo cada vez mais incorporado ao debate sobre a reelaboração do campo de pesquisas sobre *economia do desenvolvimento alternativo* face ao agravamento da crise socioecológica contemporânea. O termo emergiu justamente para dar conta das inovações contidas nos chamados *mercados de*

²¹⁴ Eid, op. cit.

²¹⁵ Cf. Tauile (2001) existem cooperativas autogestionárias em Novo Hamburgo-RS que possuem estas características.

²¹⁶ Wilkinson, op. cit., p. 191.

²¹⁷ Mance, op. cit.

²¹⁸ Fontan, op. cit.; Lévesque, op. cit., Mance, op. cit.

²¹⁹ “É um sentimento infinitamente mais amplo que o amor ou a simpatia pessoal – é um instinto que vem se desenvolvendo lentamente entre animais e entre seres humanos no decorrer de uma evolução extremamente longa e que ensinou a força que podem adquirir com a prática da ajuda e do apoio mútuo, bem como os prazeres que lhes são possibilitados pela vida social.” Cf. Kropotkin, 2012.

proximidade. Mesmo coexistindo ao lado das práticas dominantes de intercâmbio mercantil, o enfoque analítico correspondente leva em conta a importância das dimensões associadas às relações de amizade, confiança e responsabilidade nos cálculos de eficiência dos processos de produção e consumo de produtos agrícolas.²²⁰ Sua relevância como um enfoque alternativo à dominância do princípio de competitividade na dinamização socioeconômica do mundo rural vêm sendo mais e mais reconhecida por uma ampla gama de teóricos vinculados à etnologia, à antropologia social, à sociologia rural e à socioeconomia do desenvolvimento.²²¹

Coube a Sabourin (2011), numa obra de síntese, atualizar as contribuições clássicas de George Simmel (1900), Karl Polanyi (1944, 1957), Marcel Mauss (1923-24, 1950), Malinowski (1933/1975), Levi-Strauss (1949), Alvin Gouldner (1960), Marshall Sahlins (1972), Lucien Scubla (1985), Godbout (1992), Caillé (1994), Temple (1997) e Chabal (2005). Mas foi particularmente, no âmbito do M.A.U.S.S., já referido anteriormente, que emergiu uma sólida reflexão crítica frente à tendência de *naturalização* dos intercâmbios.

Todavia, neste trabalho o interesse recai apenas no tratamento das estruturas de reciprocidade que permeiam a dinâmica de funcionamento dos mercados. Pois

[...] generalização e a naturalização da concorrência e da competitividade como princípios de regulação dos mercados e das relações humanas aparecem como os elementos mais violentos e destrutivos da evolução neoliberal da troca capitalista.²²²

O princípio da reciprocidade, conforme os diferentes autores consultados, diz respeito a “condição das relações humanas” (Mauss, Simmel, Malinowski), a uma “norma social universal” (Levi-Strauss, Gouldner), ou a um “princípio econômico distinto do intercâmbio” (Polanyi, Sahlins).

Lévi-Strauss (1949) demonstrou a importância e o papel da função simbólica nas relações sociais, Scubla (1985) distinguiu as relações de reciprocidade no plano real [...] e as que operam no plano simbólico assim como no plano das representações [...] Os trabalhos de Temple e

²²⁰ Sabourin, op. cit.

²²¹ Ibid.

²²² Ibid., p. 15.

Chabal (1995) contribuíram à definição do princípio de reciprocidade que permite produzir o humano. [...] ²²³

As praticas inspiradas neste conceito têm se transformado com o tempo, no bojo das transformações operadas nos contextos sociocultural, socioeconômico-tecnológico e socioecológico. Isto significa que uma leitura econômica atenta unicamente aos ganhos de produtividade nas trocas mercantis tende a desconsiderar a complexidade envolvida hoje em dia nos mercados de proximidade.

2.4 O FUTURO DOS SISTEMAS ALIMENTARES

As transformações ocorridas durante o século XX levaram às cidades brasileiras 138 milhões de pessoas em 2000, contrastando com os 12,7 milhões constatados em 1940. ²²⁴ Esta tendência converge com o reconhecimento de que a humanidade continua atrelada a uma curva exponencial de crescimento populacional: entre 1961 e 2003 o número de habitantes do planeta cresceu de 3 para 6,2 bilhões. Transposta para a problemática que nos interessa neste trabalho, esta tendência repercute diretamente na intensificação do consumo de calorias, na expansão das áreas cultivadas e, por implicação, na expansão dos desmatamentos (estimada em 400 Mha entre 1961-2003) e no agravamento dos problemas decorrentes do aquecimento global, fortemente movidas pelo esgotamento e impacto das energias fósseis e pelo crescimento das desigualdades sociais.

Diante disso, impõe-se cada vez mais a relevância das pesquisas sobre sistemas alimentares alternativos. Tais sistemas

deverão também produzir outras coisas, bens energéticos e industriais em substituição aos produtos petroquímicos, como os serviços ambientais e territoriais (preservação dos solos e das águas, proteção da biodiversidade, estocagem do carbono, prevenção e limitação dos incêndios e das inundações, fornecimento de paisagens abertas e diversificadas). (tradução nossa) ²²⁵

²²³ Ibid., p. 48.

²²⁴ Padua, op. cit.

²²⁵ “devront aussi produire d’autres choses, des biens énergétiques et industriels en substitution aux produits de la pétrochimie, comme des services environnementaux et territoriaux (préservation des sols et des eaux, protection de la biodiversité, stockage du carbone, prévention et limitation des incendies et des inondations, fourniture de paysages ouverts et diversifiés).” Cf. Guillou e Matheron , 2010, p. 5.

Frente ao cenário tendencial, resultado dos desdobramentos da crise socioecológica apresentado anteriormente, tem havido um esforço prospectivo de ruptura. Este empreendimento está atento as questões que envolvem: i) o estilo de consumo alimentar e seus efeitos socioecológicos e ii) as escolhas tecnológicas e organizacionais nos sistemas alimentares sob o horizonte da *intensificação ecológica*.²²⁶

É importante ter em conta as diferentes variáveis que incidem no tema, para então indicar quais foram selecionadas para o referido trabalho.

As variáveis relevantes a serem consideradas são múltiplas e interrelacionadas: geopolíticas, socioeconômicas, socioculturais e socioecológicas, pressupondo assim a adoção de uma abordagem sistêmica. Como sugerem Collomb²²⁷ e Griffon²²⁸, a preocupação recai não apenas no fortalecimento da capacidade mundial de corresponder às novas e crescentes demandas por recursos, mas incide também na reorganização da capacidade de atendê-las nos níveis local e regional. Para além dos incrementos do potencial produtivo existente visando satisfazer a expansão vertiginosa dessas demandas sem degradar os ecossistemas, trata-se de assegurar também o êxito do combate voltado a uma distribuição justa das riquezas auferidas e à eliminação da pobreza.

Tais cenários de futuro, que levam em conta a dinâmica de globalização assimétrica, foram sintetizados no quadro abaixo.

Quadro 04 – Cenários possíveis de gestão de ecossistemas

<i>Global Orchestration</i>	A globalização se expande em todos os domínios, intimamente relacionada com crescimento econômico e comércio internacional que desconhece qualquer fronteira. A sociedade confia no conhecimento e na tecnologia para enfrentar as questões ambientais
<i>TechnoGarden</i>	A globalização e a tecnologia são hegemônicas neste cenário, e a preocupação com o meio ambiente conduz uma postura pró-ativa. O desenvolvimento de tecnologias ambientais recebe financiamento massivo, e uma atenção particular é dada à questão da agricultura, visto seu impacto ambiental. Aqui a tecnocracia rege as decisões.
	A rejeição da globalização, percebida como fonte de

²²⁶ Apresentado na seção 2.2.1.3 Desenvolvimento dos Sistemas alimentares sustentáveis: surgimento, expansão e desafios p. 64.

²²⁷ 1999 apud Treyer, Paillar e Dorin, op. cit.

²²⁸ 2006 apud Ibid.

<i>Order From Strength</i>	instabilidade e ameaça, conduz a divisão entre as regiões do mundo, favorecendo os conflitos entre países e um retorno das alianças no passado. Aqui as preocupações ambientais são secundárias.
<i>Adapting Mosaic</i>	Prevalece o local e o regional e seus mecanismos de poder, e, por conta disto, há uma desconfiança da globalização. Aqui a “gestão integrada”, a “adaptação local” e a “aprendizagem” caracterizam a era da “glocalização”. A gestão dos ecossistemas é pró-ativa, está baseada nas iniciativas e soluções locais a partir de um melhor conhecimento dos ecossistemas.

Fonte: MEA, 2005.

Outras projeções que levam em conta dados mais específicos relativos à disponibilidade alimentar estão resumidas no Quadro 05.

Quadro 05 – Hipóteses do consumo alimentar nos cenários AEM

<i>Global Orchestration</i>	Em 2050 a disponibilidade média será de 3.600 kcal/hab./dia, um prolongamento das tendências atuais, aumento da obesidade, alto consumo de carne, padronização dos estilos de consumo, diminuição do nº de crianças desnutridas.
<i>TechnoGarden</i>	Aumento na demanda por alimentos orgânicos e consumo moderado de carne, maior disponibilidade de alimentos à base animal, a disponibilidade média será de 3.300kcal em 2050.
<i>Order from Strength</i>	Com crescimento econômico limitado conjugado com a falta de cooperação internacional a disponibilidade média se aproxima à 3.000 kcal em 2050.
<i>Adapting Mosaic</i>	Inicialmente os produtos com alto valor agregado não são consumidos pela população em geral, que está voltada aos produtos locais. Com o estabelecimento do “direito à uma alimentação sã” a disponibilidade média em 2050 supera às 3.000kcal/hab./dia.

Fonte: Paillard, Treyer, Dorin, 2010.

Vale a pena salientar o estilo nutricional baseado em alimentos considerados como “bombas calóricas” repercutem gravemente não só nas condições de saúde e na qualidade de vida da população. Seus impactos negativos sobre a manutenção da *resiliência ecossistêmica* em escala global parecem hoje em dia indiscutíveis. Neste sentido,

o objetivo de alimentar adequadamente nove bilhões de habitantes em 2050 pressupõe, a priori, que qualquer que seja o volume e os métodos de produção utilizados, haverá uma pressão maior que hoje sobre os recursos naturais (necessidade em terra, em água e em energia,...). (tradução nossa)²²⁹

Vale lembrar que o funcionamento dos sistemas alimentares convencionais (produção, transporte, transformação e comercialização) exigem um alto consumo de energia fóssil. Parece assim inescapável “analisar, integrar e reduzir os custos energéticos ligados à conservação, ao transporte e a distribuição dos alimentos.” (tradução nossa)²³⁰

o o o

2.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Uma crise – e, pior ainda, um acúmulo de crises – é sempre uma encruzilhada, uma compulsão à tomada de decisões e, por conseguinte, uma oportunidade de mudança (Sachs, 2007/1978)

Na linha de argumentação deste capítulo foram apresentadas as complexas relações de interdependências que envolvem os principais condicionantes da crise socioecológica global. Elencamos neste sentido as curvas exponenciais de crescimento demográfico, a ideologia do crescimento econômico voltado para a promoção de um aumento ilimitado da produção e do consumo de bens e serviços, a intensificação dos níveis de poluição e o comprometimento generalizado da resiliência ecossistêmica, os impactos daquilo que os teóricos da ecologia política denominam a expansão descontrolada da *tecnociência* (ou da *ciência sem consciência*, nos termos eloquentes de Edgar Morin), os modos hegemônicos de apropriação e gestão predatória dos recursos de uso comum, os padrões dominantes de organização socioeconômica e sociopolítica (normas jurídicas, falhas da regulação pelo mercado visível

²²⁹ “l’objectif de nourrir convenablement neuf milliards d’habitants en 2050 suppose *a priori*, et quels que soit le volume et les méthodes de production envisagés, une pression plus importante que’aujourd’hui sur les ressources naturelles (besoin en terre, en eau et en énergie...)” Cf. Chumet, Ghersi e Rastoin, 2010, p. 89.

²³⁰ “à analyser, intégrer et réduire le coût énergétique lié à la conservation au transport et à la distribution des aliments.” Cf. Hubert, Caron e Guyomard, 2010, p. 233.

nas externalidades negativas dos processos produtivos e das estruturas de consumo), o fenômeno da *poluição da pobreza* denunciado pelos teóricos do ecodesenvolvimento; e – last but not least – os padrões de percepção, cognição, atitudes e comportamento condicionados pela lógica dicotômica ou “dualista” das epistemologias pré-sistêmicas²³¹.

Mas não sabemos se essa evolução pode ser caracterizada como sendo irreversível. Pois os sistemas complexos caracterizam-se pela sua dinâmica não linear, e dificilmente previsível num cenário de longo prazo. Estas constatações nos estimulam a identificar pistas realistas capazes de favorecer a criação de estratégias de *resistência obstinada à barbárie do presente, alimentada pela reforma paradigmática do pensamento* (E. Morin).

Entender cada vez melhor a trajetória de evolução do complexo agroindustrial constitui assim um item prioritário na obtenção de uma visão mais clara acerca dos seus limites relativamente ao enfrentamento da *desordem alimentar* que acompanha a crise dos estilos contemporâneos de desenvolvimento²³². Não apenas os modelos produtivos, mas também as práticas de distribuição e consumo deverão exigir profundas transformações daqui em diante, se quisermos realmente transcender os limites de uma construção ideológica que “preside as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade e remodela a subjetividade.” (tradução nossa)²³³

As experiências de (re)politização da alimentação, ou de “ecologização” da alimentação têm fomentado uma linha de crítica das consequências socioecológicas da produção agroalimentar dominante que aponta nessa direção. Destacam-se neste sentido as referências cada vez mais frequentes às noções de justiça social e ecológica no vasto campo de pesquisa sobre *sistemas agroalimentares alternativos*²³⁴.

²³¹ Vieira, 2007, 2013; Sachs, op. cit., Meadows, op. cit..

²³² Rastoin, op. cit.

²³³ “préside aux politiques publiques, commande aux relations économiques mondiales, transforme la société, remodèle la subjectivité” Cf. Dardot, Laval, 2009.

²³⁴ Deverre, Lamine, op. cit.

3. ENFOQUES INTEGRATIVOS DA PROBLEMÁTICA AGROALIMENTAR

A tarefa intelectual e política do cientista social é deixar claro os elementos da inquietação e da indiferença contemporânea.²³⁵

Com base no estágio já alcançado do diálogo envolvendo os enfoques de ecodesenvolvimento territorial²³⁶ e de SALT, sumariamente será apresentado as principais evoluções de cada um, o fundamento analítico posterior sobre os três dispositivos de circuitos curtos de comercialização mencionados na introdução deste trabalho.

3.1 COMPONENTES BÁSICOS DO ENFOQUE DE ECODESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A elaboração do enfoque “clássico” de *ecodesenvolvimento* ocorreu no contexto do *follow up* da Conferência de Estocolmo (1972), mobilizando principalmente uma sólida equipe interdisciplinar sediada no *Centre International de Recherche sur l'Environnement et le Développement* (CIRED), em Paris, e coordenada por Ignacy Sachs. Diferindo de outras concepções teóricas acerca do fenômeno do desenvolvimento, este enfoque inovador de planejamento e gestão inspirado na *nova ecologia humana sistêmica* distingue no conceito de meio ambiente três dimensões básicas, a saber:

(i) a dimensão relativa à base de *recursos naturais* necessária a subsistência de grupos humanos e, de maneira simétrica, à função da assimilação dos dejetos gerados pelas atividades de produção e consumo; (ii) a dimensão *espacial*, entendida como o lócus dos processos *coevolutivos* de adaptação inventiva às oportunidades e limitações impostas pelo meio; e, finalmente, (iii) a dimensão da *qualidade dos habitats*, correspondendo à infraestrutura física e institucional que influencia a *qualidade de vida* das populações (habitação, trabalho, recreação, auto-realização existencial) e a própria viabilidade

²³⁵ Wright Mills, 1972, p.20.

²³⁶ Este enfoque é resultado de décadas de pesquisa e é uma recente reelaboração do enfoque de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Cf. Vieira, 2013.

ecológica dos sistemas socioculturais no longo prazo.²³⁷

No rol das suas principais características enquanto embrião de uma nova teoria sistêmica de planejamento ao mesmo tempo integrado, compartilhado e de longo prazo, estão incluídas as seguintes: (i) a valorização dos recursos locais tendo em vista a satisfação das necessidades básicas das populações em termos de alimentação, habitação, saúde e educação; (ii) a preocupação pela promoção da solidariedade sincrônica com as gerações atuais e diacrônica com as gerações futuras; (iii) a criação de *ecotécnicas* voltadas à consecução de objetivos ao mesmo tempo econômicos, sociais e ecológicos; (iv) a promoção de sistemas descentralizados de gestão de recursos naturais, do espaço e da qualidade dos habitats; e (v) uma reforma paradigmática dos sistemas educacionais, levando-se em conta, na expressão lapidar de Ignacy Sachs, que “não existe ecodesenvolvimento sem educação para o ecodesenvolvimento”²³⁸. Em outras palavras, e em síntese,

[...] o ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecoregião, insiste na busca de soluções específicas para seus problemas particulares, levando em conta não só os dados ecológicos, mas também os culturais, bem como as necessidades imediatas e de longo prazo.²³⁹ Na busca de um novo princípio de *racionalidade social ampliada*, o enfoque revela-se um instrumento capaz de assegurar, em princípio, uma articulação mais coerente entre três níveis críticos de intervenção na cena do desenvolvimento local/territorial. O primeiro diz respeito ao reconhecimento da importância da *ecologia interior*, conduzindo a uma ruptura mais ou menos radical com as dicotomias tradicionais da moderna visão de mundo e à reconstrução de identidades pessoais e grupais. O segundo corresponde às exigências colocadas pela *ecologia global*, em termos de uma percepção cada vez mais nítida da gravidade das mudanças ambientais globais e do peso das assimetrias Norte-Sul na configuração e na reprodução dessas tendências. Finalmente, o terceiro nível refere-se a um esforço

²³⁷ Vieira, 2013, p. 123.

²³⁸ Sachs, 2007.

²³⁹ *Ibid.*, p. 64.

de articulação dos dois primeiros pela via da criação de *sistemas de gestão simultaneamente integrada e compartilhada do patrimônio natural e cultural*.²⁴⁰

Não existe lugar, na perspectiva do codesenvolvimento, para o *reduccionismo econômico* e, tampouco, para o *reduccionismo ecológico*. Faz-se necessário contabilizar os fluxos de energia para que não haja desperdício, e que os ciclos das mercadorias sejam o mais longo possível, na qual a poluição e as perdas devem estar incluídas no cálculo econômico. Impõe-se, assim

[...] seguir até o fim da circulação da perda produzida pelo consumo e, no plano da contabilidade dos valores de troca, procurar registrar a criação de valores e os custos (valor negativo) resultantes dessa circulação.²⁴¹

O próprio termo “perda” deve ser esquecido, passando a ser considerado como mais um tipo de recurso não utilizado. Deste ponto de vista, a formação de novos sistemas agroalimentares deve estar norteada pela busca de complementaridade máxima entre as distintas atividades que o integram.²⁴² Neste sentido, falamos da elaboração de um novo critério de *racionalidade social ampliada* na

[...] luta contra o desperdício, por meio de uma série de medidas referentes às formas e às estruturas de consumo, à durabilidade dos bens, à organização social do tempo, à ordenação do território, à organização das atividades econômicas e à escolhas de técnicas.²⁴³

Entretanto, antes de tudo, o enfoque de codesenvolvimento deve ser visto como um processo complexo de *aprendizagem social adaptativa*.²⁴⁴

3.1.1 A contribuição da ecologia política de corte sistêmico

A ecologia política pode ser vista como uma sub-área do campo inter e transdisciplinar da *ecologia humana sistêmica*. E esta última vem oferecendo o substrato epistemológico e teórico-metodológico do

²⁴⁰ Fontan, Vieira, op. cit., p. 34

²⁴¹ Sachs, op. cit., p. 81.

²⁴² Ibid .

²⁴³ Ibid., p. 91.

²⁴⁴ Ibid.

enfoque de ecodesenvolvimento mencionado acima. No pensamento ecológico-político comparece a premissa segundo a qual

crise ambiental marca o limite do logocentrismo e da vontade de unidade e universalidade da ciência, do pensamento único e unidimensional, da racionalidade dos fins e meios, da produtividade econômica e eficiência tecnológica, do equivalente universal como medida das coisas, que sob o símbolo monetário e da lógica de mercado tem re-codificado o mundo e os mundos da vida em termos de valores de mercado imutáveis.²⁴⁵

As lutas ecológicas têm fortalecido estas noções, que apontam no sentido da desconstrução do pensamento unitário:

Se o campo da política é levado ao território da ecologia é como resposta ao feito de que a organização ecossistêmica da natureza tem sido negada e externalizada do campo da economia e das Ciências sociais.²⁴⁶

Assim o “direito de ser” reflete a resistência à homogeneidade dominante e abre a história à utopia, naquilo que é possível realmente e aquilo que se deseja que ainda não é. Não se trata simplesmente de lutar pela distribuição de bens materiais (valores de uso), mas sobre tudo por valores e significados dado à esses bens, às necessidades, aos ideais, aos desejos e formas de existência que definem os processos de adaptação/transformação dos grupos culturais aos ambientes.

A ecologia política nesse contexto é uma política da diversificação de sentidos, uma transmutação da lógica unitária para a disseminação de projetos de transfiguração dos estilos dominantes de desenvolvimento.

3.2 DO SIAL AO SALT: OS CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS

Nesta seção serão abordadas diferentes contribuições que têm sido veiculadas no campo de pesquisas sobre *sistemas alimentares alternativos*. As questões que nos interessam neste sentido podem ser expressas da seguinte forma: (i) “como diferenciar os circuitos curtos

²⁴⁵ Leff, op. cit., p. 36.

²⁴⁶ Ibid., p. 27.

dos modelos usuais de organização das cadeias ditas convencionais?²⁴⁷; (ii) de que forma os circuitos curtos carregam novas relações entre campo-cidade e contribuem para atenuar os conflitos de uso entre agricultura profissional e as demandas urbanas?²⁴⁸; (iii) de que maneira a dimensão da *inovação* tem sido tratada na literatura recente sobre o assunto?²⁴⁹; e (iv) quais têm sido os efeitos da produção científica no processo de evolução dos próprios sistemas alimentares estudados?²⁵⁰ Em síntese, procuramos colocar em pauta uma linha de argumentação segundo a qual a evolução dos circuitos curtos encontra-se atualmente numa encruzilhada onde comparecem duas estratégias possíveis: a abertura de novos nichos de mercado marcados pelo ideário da *sustentabilidade fraca* ou a formação de uma contra-corrente guiada pelo enfoque de ecodesenvolvimento territorial – e, por implicação, de SALTs²⁵¹.

A utilização de um enfoque sistêmico permite analisar os diferentes elementos envolvidos nestes sistemas, principalmente do ponto de vista da complementaridade e, nas quais, as questões territoriais são indispensáveis para inscrever os circuitos curtos no fundamento dos SALT's.

3.2.1 A contribuição do enfoque SIAL

Tanto os Sistemas Produtivos Localizados – SPL's quanto os Sistemas Agroalimentares Localizados – SIAL's são ferramentas de utilização ainda restrita em nosso País. Ambas possuem o potencial de contribuir tanto na compreensão de realidades produtivas e rurais como também na instrumentalização de projetos de desenvolvimento.

Vale a pena lembrar que as noções de *cluster* (de origem anglo-saxônica), e de SPL (de origem francesa), constituem uma reelaboração da noção de *distritos industriais marshallianos*. Tal reelaboração representa uma ruptura com o estruturalismo global e com as teorias deterministas sobre o fenômeno do desenvolvimento. As duas noções favorecem uma análise mais rigorosa do papel das redes sociais e sua identificação com o território, além da importância das relações de

²⁴⁷ Dubuisson-Quellier, Le Velly, op. cit.

²⁴⁸ Denechére, Durand, Maréchal, op. cit.

²⁴⁹ Ibid.

²⁵⁰ Deverre, Lamine, op. cit.

²⁵¹ Denechére, op. cit., p 14. tradução nossa

confiança na dinamização socioeconômica de cunho endógeno e “territorializado”.

No leque de hipóteses de trabalho incorporadas ao estágio atual de elaboração do enfoque SIAL²⁵² comparecem as seguintes. Por um lado, o consumo agroalimentar, por estar em relação estreita com a construção das identidades individuais e coletivas, é qualitativamente diferente de outros bens de consumo. Em segundo lugar, a qualificação dos produtos locais apresenta também características específicas em termos dos critérios adotados para a sua valorização, envolvendo para tanto aspectos culturais. Em terceiro lugar, o consumo agroalimentar guarda sintonia direta com as características biofísicas do território, favorecendo assim os vínculos de solidariedade e de promoção do patrimônio natural e cultural das coletividades locais.²⁵³

A valorização dos produtos e as relações destes com sua origem os deixam envolvidos de duas formas - horizontalmente, no plano territorial, correspondendo a diferentes organizações locais, e verticalmente, na cadeia alimentar, com a comercialização condicionada ao mercado e ao consumo. Aqui, o “lugar” é assumido como um recurso estratégico apreendido pelos atores econômicos.²⁵⁴ A qualidade é reconhecida pelo consumidor por relacionar o produto a um processo de fabricação baseado em redes sociais, instituições locais e/ou saber-fazer específico.

Torna-se nítida a importância dada à *construção social do espaço* na análise dos arranjos econômicos, onde as especificidades que caracterizam tal construção são denominadas “territoriais”. Pois elas articulam formas de produção e interação com os ecossistemas a partir de uma identidade construída e compartilhada historicamente. Torna-se desnecessário salientar que tais características são de suma importância para o entendimento criterioso das novas dinâmicas de desenvolvimento endógeno marcadas pela ênfase na *reterritorialização* da produção.

Devido às relações assimétricas existentes entre atores e grupos de atores, existe a tendência de um patrimônio coletivo se transformar um produto que beneficie poucos dos seus usuários (*bien de club*). E aqui a literatura aponta uma das principais limitações do enfoque SIAL atualmente, pelo fato dele carecer de estudos empíricos mais aprofundados sobre a hierarquização e ação dos atores dominantes, especialmente nas relações assimétricas existentes. Pois

²⁵² Bucher apud Ibid.

²⁵³ Azevedo apud Ibid.

²⁵⁴ Ibid., p. 12.

[...] o elemento “poder” não costuma figurar substancialmente, e as relações aparecem muito mais ligadas ao conceito de ‘capital social’, com o foco, não em conflitos, mas apresentando-se como um ‘ativo’ da comunidade.²⁵⁵

Dessa forma a criação de um SIAL, enquanto redes de produção e comercialização, passa pela identificação dos atores e suas relações de proximidade e pertencimento a um dado espaço. Neste sentido,

[...] os processos de ‘localização’ dependem das práticas sociais subjacentes, as quais cumprem o papel de criar e transmitir conhecimentos que podem constituir o patrimônio de um território, através de um saber-fazer compartilhado.²⁵⁶

A contribuição essencial dos SPL/SIAL no tratamento de dinâmicas endógenas de desenvolvimento reside principalmente no fato de ambos considerarem a produção agrícola atrelada a dimensões socioambientais e econômicas, para além dos aumentos de produtividade. A noção de território possibilita operacionalizar uma multiplicidade de aspectos, complexificando a análise dos arranjos econômicos. Enfatizando a combinação de três dimensões (histórica, técnica-teórica e institucional) esta noção permite analisar a produção agrícola e o consumo alimentar em sua dimensão simbólica. Valoriza a organização social, o saber-fazer e a sustentabilidade ambiental de um produto agrícola determinado, frisando que tais dimensões não são precisas e muito menos estanques. Por fim, possibilita uma imagem mais nítida dos vínculos envolvendo produto e território - entendido enquanto *patrimônio territorial*.

Finalmente, a identificação dos produtos agroalimentares mediante processos de *ativação dos recursos territoriais* desvela novas pistas que apontam no sentido da refundação da economia política pela via da noção de *território*. Dessa forma, em oposição às vantagens comparativas típicas da ideologia “fordista”, emerge o princípio de vantagens diferenciadoras associadas ao novo contexto “pós-fordista”.²⁵⁷

3.2.2 Cesta de bens e serviços no fortalecimento da *qualidade territorial*

²⁵⁵ Ibid., p. 18.

²⁵⁶ Ibid., p. 20.

²⁵⁷ Courlet, op. cit..

O conceito de *cesta de bens e serviços territoriais* constitui um dos componentes mais inovadores do enfoque de ecodesenvolvimento territorial. Face às exigências de certificação da qualidade dos produtos, favorece a diversificação dos mesmos, além de contribuir para situá-los espacialmente, culturalmente e historicamente. Outro atributo relevante refere-se ao seu potencial de agregar valor à busca de qualidade dos produtos mediante a incorporação da dimensão sistêmica da *qualidade territorial*.²⁵⁸

A criação de cestas de bens reflete a capacidade dos atores locais de, mediante certos dispositivos comerciais, captar a disposição dos consumidores de assumirem os custos relativos à configuração do ambiente produtivo num horizonte de longo prazo. Neste sentido, a valorização dos recursos pode assumir duas formas básicas: (i) uma oferta compósita de bens e serviços cada vez mais distintos, e (ii) a definição de estratégias de especificação de bens e produtos que valorizam a qualidade do ambiente (biofísico e construído). Do ponto de vista de Pecqueur (2006), a análise das possibilidades da combinação dos bens e serviços, levando-se em conta a sua especificidade territorial, constitui uma abordagem voltada à valorização de recursos considerada capaz de provocar mudanças significativas nas relações institucionais e nas políticas públicas territoriais. Neste sentido, a combinação de bens e serviços faz emergir certas características únicas que diferem daquelas que configuram cada um deles separadamente.²⁵⁹

As estratégias de qualificação dos produtos agroalimentares estão fortemente vinculadas com a proximidade dos processos produtivos e dos locais de consumo. Descreveremos as principais características da oferta de produtos de *origem controlada* (DOC) que, associadas ao modelo do *bundle*, possibilitam a composição de uma *cesta de bens*. O modelo DOC está ligado à oferta de produtos únicos e situados, onde os processos produtivos, a origem e a constituição dos produtos constituem vantagens da perspectiva de um novo conceito de geração de riqueza. Aqui, a delimitação geográfica depende fundamentalmente de um processo de construção institucional conduzido pelos atores sociais. Já o modelo de *bundle* refere-se, resumidamente, a uma oferta compósita de produtos não situados. Desta maneira, o modelo de cesta de bens e serviços territorializados representa uma abordagem cognitiva da oferta DOC, combinando a especificidade da produção e o comportamento do consumidor. Possibilita assim a articulação dos modos de valorização de

²⁵⁸ Mollard apud Pecqueur, op. cit.

²⁵⁹ Ibid.

uma ampla diversidade de bens e produtos em torno de uma mesma construção cognitiva e numa escala local.²⁶⁰

Dessa forma, a aplicação do modelo favorece não só o fortalecimento e a disseminação de mercados locais, mas também a formação de uma imagem socialmente mais visível de *qualidade territorial*.²⁶¹

3.2.3 Os circuitos curtos de comercialização na promoção de SALT's

Os estudos mais recentes sobre o tema têm buscado destacar a importância dos circuitos curtos de comercialização (CCC) na economia alimentar do território, bem como seus impactos no ambiente biofísico e construído. Na coletânea coordenada por Marechal (2008), os CCC são definidos como aqueles que dependem, no máximo, de apenas um intermediário para o seu funcionamento. Por outro lado, o conceito de proximidade leva em conta os critérios territorial e organizativo. Neste trabalho, descartamos a primeira referência (um intermediário apenas) e, relativamente à segunda, optamos por adotar um conceito mais flexível de proximidade territorial *e/ou* organizativa.

Os dispositivos de venda em CCC são geralmente híbridos, comportando o manejo de diferentes princípios econômicos. Segundo Goodman²⁶², a própria fronteira entre circuitos curtos e circuitos longos de comercialização nem sempre corresponde à realidade, devido às variações da mesma que decorrem da trajetória dos agentes envolvidos. Neste sentido, Dubuisson-Quellier e Le Velly (2008) sugerem que tais experiências representam muito mais uma alternativa de hibridação do que um movimento de ruptura com o *status quo*.

Por sua vez, Jaroz²⁶³ e Holloway et al²⁶⁴ insistem no reconhecimento de que a marca distintiva dos CCC incide no fato de que eles resgatam a importância dos vínculos de proximidade (e o interrelacionamento) envolvendo produtores e consumidores, pressupondo que eles vêm sendo rompidos no bojo das transformações ocorridas no setor nas últimas décadas. Desta forma, associados a um novo estilo de desenvolvimento, os CCC tem propiciado a criação de

²⁶⁰ Ibid.

²⁶¹ Ibid.

²⁶² 2004 apud Dubuisson-Quellier; Le Velly, op. cit.

²⁶³ 2000 apud Amemiya, Bénézech, Renault, op. cit.

²⁶⁴ 2007 apud Ibid.

valor em modos de produção ecológicos e autônomos – como argumenta Van der Ploeg.²⁶⁵ Enquanto outra forma de organização do sistema alimentar, gerando efeitos diretos nos territórios correspondentes, os CCC despertam cada vez mais a atenção de pesquisadores, agentes governamentais e outros atores sensíveis à criação de redes locais de troca, segundo Selfa e Qazi.²⁶⁶

Na maioria dos CCC mencionados na literatura consultada, os preços são definidos pelos produtores, baseados não apenas nos custos mas também na observação dos preços praticados pelos circuitos longos e em outros CCC que lhes servem de referência. São espaços onde a qualidade é negociada pelos próprios agricultores e consumidores. A constatação dessas experiências levou Salais e Storper²⁶⁷ a analisá-las mediante a ótica da chamada “economia de convenções”. Deste ponto de vista, os mercados se estruturam conforme as convenções negociadas pelos atores sociais envolvidos. Ambos os pesquisadores, na linha dos trabalhos de Amemiya, Bénézec e Renault (2008), consideram que os CCC implicam a formação de novas *relações sociais de troca*, a exemplo do *teikei* japonês.

No *teikei*, insiste-se na importância da proximidade geográfica nas estratégias de comercialização agroalimentar (“produto local, consumo local”), pois a finalidade básica a ser alcançada, no âmbito de uma nova visão de economia e formação de riqueza social, diz respeito à criação de vínculos de novo tipo entre os habitantes sediados num mesmo território.

Torre²⁶⁸ e Gilly e Lung²⁶⁹, economistas da proximidade, fornecem indicadores importantes para a compreensão do funcionamento desses mercados. Para as finalidades deste trabalho, destacamos os efeitos, simples ou combinados, da proximidade (geográfica e organizacional) sobre as diversas modalidades e dispositivos de CCC.

Os CCC, assim como os mercados de proximidade em geral, vêm desgastando cada vez mais a relevância de algumas teorias econômicas que se impuseram no decorrer das últimas cinco décadas. Como pode ser visto nos trabalhos de Allaire e Boyer²⁷⁰, bem como de Nicolas e Valceschini²⁷¹, a teoria das convenções, mencionada acima, tem sido

²⁶⁵ 2000 apud Dubuisson- Quellier, Le Velly, op. cit.

²⁶⁶ 2005 apud Amemiya, Bénézec, Renault, op. cit.

²⁶⁷ 1993 apud Ibid.

²⁶⁸ 2004 apud Denéchère, Durand, Maréchal, op. cit.

²⁶⁹ 2004 apud Ibid.

²⁷⁰ 1995 apud Amemiya, Bénézec, Renault, op. cit.

²⁷¹ 1995 apud Ibid.

amplamente utilizada para descrever as evoluções do sistema agroalimentar, principalmente diante de impasses gerados em contextos de qualificação e diferenciação de determinados produtos agroalimentares. Diante das incertezas que cercam geralmente a dinâmica dos mercados competitivos, os consumidores e produtores criaram estratégias que podem ser analisadas enquanto *convenções negociadas*. Tanto a superação da condição de anonimato, quanto o ganho de competência no domínio dos processos produtivos tendem a amenizar essas incertezas – como argumenta Lamine.²⁷²

Conforme já foi ressaltado acima, Dubuisson-Quellier e Le Velly (2008) sugerem que os CCC não chegam a constituir uma ruptura, contribuindo apenas para uma redefinição das práticas em curso nas cadeias já existentes – mediante a *hibridização* dos mecanismos característicos dos circuitos longos e dos mecanismos localmente reapropriados. Desta perspectiva, os CCC podem estar articulados com outras *modalidades de comercialização*, fazendo uso de um amplo leque de esquemas de funcionamento.²⁷³

Seria importante reenfatizar a importância da construção de vínculos de proximidade (real ou virtual) entre consumidores e produtores. Le Velly (2011), após analisar quatro situações diferenciadas, caracteriza a relação entre os CCC e o comércio justo como reflexo de uma *proximidade longínqua*. Na sua opinião, tal defasagem poderia ser superada por meio do mecanismo que ele denomina *comércio justo local*. No conjunto, tais mecanismos poderiam resultar de um processo de articulação sinérgica entre as diferentes organizações promotoras do Comércio Justo e dos Circuitos Curtos existentes nos mais diversos contextos regionais. Pois

[...] se o comércio justo difere no que entendemos habitualmente por ‘circuito curto’ (Maréchal, 2008), em razão da distancia geográfica e do número de intermediários, ele se afirma também como uma ‘ética relacional’ (Ballet, Carimentrand, 2006), visando o estabelecimento de uma comunidade de destino entre produtores e consumidores (Goodman M.K., 2004), que recorda os imperativos de proximidade e de solidariedade frequentemente evocado pelos militantes dos circuitos curtos.²⁷⁴

²⁷² 2005 apud Ibid.

²⁷³ Ibid.

²⁷⁴ Le Velly, op. cit.

Possivelmente, as operações de Comércio Justo no contexto Norte-Norte, decorrentes da precarização das relações socioeconômicas ocorrida na última década, poderão se constituir enquanto interfaces nos mercados de proximidade – mesmo se continuarem operando num clima de competição por linhas de financiamento. Aqui, seria importante reconhecer que a instituição do Comércio Justo está diretamente relacionada ao reconhecimento das limitações e injustiças do funcionamento do mercado, bem como com a busca de reversão das mesmas no âmbito de uma *economia plural*.²⁷⁵ Neste contexto, os CCC corporificam um movimento social interessado na criação de alternativas de “relocalização” da economia.²⁷⁶

Mas poderíamos realmente admitir que a promoção dos CCC está diretamente relacionada à redução dos impactos que as práticas agrícolas produzem sobre o meio ambiente biofísico? Esta associação - mercados de proximidade e benefícios ambientais – tem sido frequentemente utilizada, não obstante as ressalvas difundidas por vários pesquisadores.²⁷⁷

Como salienta Denechère (2007), os custos energéticos implicados no funcionamento dos circuitos curtos não foram ainda submetidos a uma avaliação rigorosa. Porém, este mesmo autor aponta que seria possível avaliar o orçamento do transporte de um determinada unidade produtiva mediante o inventário do volume de negócios realizado, cruzando esses dados com estimativas dos custos de transporte assumidos pelos consumidores. Seja como for, mesmo assim não seria viável compará-los com os custos envolvidos nos canais longos de distribuição.

o o o

3.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

O *enfoque sistêmico, ecológico e territorializado*, que constitui a marca distintiva das análises conduzidas em nome do *ecodesenvolvimento*, acena com a possibilidade de uma compreensão mais ampla e profunda dos condicionantes e das alternativas de superação da crise socioecológica – entendida como a expressão de uma crise profunda das lógicas de organização das sociedades industriais

²⁷⁵ Maréchal, op. cit.

²⁷⁶ Maréchal, 2008.

²⁷⁷ Maréchal, Spanu, op. cit.

contemporâneas. Como vimos na parte introdutória deste trabalho, trata-se de uma abordagem pragmática, sensível às controvérsias e incertezas científicas relacionadas aos efeitos sistêmicos gerados pelas intervenções antrópicas na dinâmica transescalar dos sistemas socioecológicos. Ela pressupõe ainda as dificuldades geradas pelo pluralismo constitutivo das visões de mundo e de ideologias sociopolíticas contemporâneas.²⁷⁸ No essencial, a versão "clássica" deste conceito, proposta por Ignacy Sachs à frente de um coletivo interdisciplinar sediado no Centre International de Recherche sur l'Environnement et le Développement (CIRED), em Paris, a partir do início dos anos 1970, assevera que o ecodesenvolvimento pretende ser um novo enfoque de planejamento e gestão voltado à "invenção" de estratégias experimentais (e contextuais) para

transformar, ao mesmo tempo, os estilos de vida e de consumo, os estilos tecnológicos, os estilos de gestão do espaço territorial, os modos de gestão dos recursos naturais e o aprovisionamento energético, num sentido mais compatível com a busca de satisfação de necessidades básicas das populações e de preservação do meio ambiente.²⁷⁹

O ecodesenvolvimento busca, portanto, se constituir como uma pauta de ação, o que implica um constante esforço de investigação, demonstração e reflexão crítica sobre os seus próprios fundamentos. Requer trazer o impulso criativo a seus investigadores e aos agentes do desenvolvimento, para a conformação de *agentes de ecodesenvolvimento* capazes de atuar de forma sinérgica e comparativa nas mais diversas ecorregiões.

Além disso, a revisão bibliográfica permitiu a identificação de pesquisas recentes que convergem no reconhecimento da necessidade de se aprofundar as análises sobre a dinâmica dos chamados *circuitos curtos de comercialização*. Pois a (re) construção dos atuais estilos de desenvolvimento requer também o planejamento de novas formas de comercialização e de interrelacionamento produtor-consumidor.²⁸⁰

Com base na noção de *reterritorialização da economia*, o enfoque SALT foi caracterizado como um instrumento analítico adequado para a compreensão dos CCC no âmbito de uma nova visão de economia – a *ecossocioeconomia*. Para tanto, foram utilizados

²⁷⁸ Fontan, Vieira, op. cit.

²⁷⁹ Godard, 1998, p. 220-221 apud Viera, 2013, p. 125.

²⁸⁰ Amemiya, Bénézec, Renault, op. cit.; Silveira et. al., op. cit.; Maréchal, op. cit.; Humbert, Castel, op. cit.; Fonseca et. al., op. cit.; Filippini, Cordeiro, op. cit.; Dubuisson, Le Velly, op. cit.

indicadores sistêmicos relacionados à especificidade de *contextos de proximidade* (organizativa e/ou geográfica) entre produtores e consumidores. Dessa forma, o enfoque de SALT foi visto como um método de identificação e análise dos CCC com forte apelo territorial. Argumentamos que, em princípio, ele permite a geração de conhecimentos mais sólidos e aprofundados de cada modalidade e de cada dispositivo operacional de distribuição.²⁸¹

²⁸¹ Rastoin, Conaré, op. cit.; Gonçalves, Cordeiro, op. cit.; Denechere, Durand, Marechal, 2008. ; Denechèré, op. cit.

4. DIAGNÓSTICO DOS DISPOSITIVOS ALIMENTARES SELECIONADOS²⁸²

Não existe agroecologia, não existe produção orgânica, não existe nada na roça se não tem um ponto pra comercialização, isto é fato!
(agricultor entrevistado)

A análise dos diferentes dispositivos e modalidades de CCC, bem como de suas interações em escalas local e regional constitui um componente essencial da pesquisa sobre *sistemas alimentares territorializados*.²⁸³ Todavia, como já salientamos na introdução, neste trabalho adotamos uma focagem mais restrita, centrada em apenas alguns dispositivos – ou nas *arenas de troca*, na formulação inspirada de Holloway *et al.*²⁸⁴

Ao buscar compreender as interações entre as intervenções externas e a dinâmica dos sujeitos envolvidos nos dispositivos estudados foi preciso elucidar as adaptações, os desvios, as ressignificações e as recusas que estes operam, e para tanto, tratar de alguns dos principais aspectos normativos envolvidos neste debate.²⁸⁵ Tal tarefa tornou-se imperativa nesta pesquisa, pois o enfoque utilizado pressupunha a construção de uma análise prospectiva de cunho normativo.

Com base nesse desdobramento da linha de argumentação, neste capítulo a intenção é (i) descrever como surgiu cada dispositivo, suas modalidades de funcionamento e o contexto no qual operam; (ii) analisar as relações existentes no interior dos dispositivos e na relação mantida com o ambiente no qual estão inseridos; e, por fim, (iii) inventariar a movimentação financeira e a dinâmica de *territorialização* correspondente a cada dispositivo.

Deste modo foi possível inferir a capacidade dos dispositivos de intervir nas relações de poder que influenciam a gênese e a evolução das cadeias agroalimentares. Esta reflexão está intimamente relacionada com o debate sobre a realocação das estruturas de produção e de consumo, bem como com o tratamento de questões ligadas à distribuição (logística, transporte e estocagem).

²⁸² Para preservar a identidade dos informantes não será distinguido o gênero, portanto todas as referências serão no masculino.

²⁸³ Denèchére, Durand, Maréchal, op. cit.

²⁸⁴ 2007 apud Ibid.

²⁸⁵ Cazella, op. cit.

4.1 CONTEXTO DE AÇÃO

Antes de mais nada, seria preciso levarmos em conta a coexistência de uma ampla variedade de atores sociais e instituições operando nos espaços local e regional. Além disso, esses espaços são fortemente marcados por processos tanto exógenos quanto endógenos, implicando assim numa expressiva variedade de *formas de ação*.²⁸⁶ Assim,

... enquanto as considerações estruturais são extremamente importantes, normalmente ocupando o primeiro lugar na ordem da análise, o comportamento humano é resultante de varias considerações, em que modos alternativos de procedimentos se apresentam aos indivíduos, e em que a sua escolha, decisão e ajustamentos pessoais são também, portanto, fundamentais. Logo, anexado ao conceito de estrutura social, é preciso haver outro conceito, que pode ser chamado de organização social ou não, mas que diga respeito a essas atividades processuais.²⁸⁷

A gênese das tentativas de criação de dois CCC analisados neste trabalho remonta a setembro de 2005. As primeiras reuniões dos atores interessados foi marcada pela falta de consenso sobre a melhor opção de organização de uma cooperativa. Os debates foram marcados pelo peso das diferentes visões de mundo em pauta, dos desacordos e das contradições nas linhas de argumentação. Mesmo a idéia de organizar uma feira ainda não existia nesse momento. Nestas primeiras reuniões também houve a participação de representantes do MST-Araquari, por sua vez às voltas com inúmeras dificuldades internas naquela época.

No início de 2006, com as mudanças na composição do grupo, emergiram as propostas de criação do intitulado *Projeto Ágora – Compras Coletivas Floripa e Terça Ecofeira*. O primeiro, recentemente, passou a ser denominado *Compras Coletivas Ecosolidárias* e constitui uma cooperativa informal de consumidores de produtos agroecológicos, organizada por seu Núcleo Gestor. Quanto à *Terça Ecofeira*, atualmente denominada *Ecofeira UFSC*, constitui uma feira livre promovida semanalmente (sempre às quartas-feiras) na Praça da Cidadania da UFSC (em frente ao prédio da Reitoria). Dela participam atualmente

²⁸⁶ Berdegue et al, op. cit.

²⁸⁷ Firth, op. cit., p. 14.

dois grupos de agricultores ecológicos sediados no município de São Bonifácio/SC.

Implantada no âmbito de um projeto de extensão universitária conduzido pelo extinto NESOL-UFSC²⁸⁸ e pelo DESIGN INTEGRAL-UDESC, a Feira reflete o resultado de um esforço conjunto de estudantes, professores, agricultores, ONG's e outros apoiadores interessados numa articulação mais eficiente entre consumidores e produtores ecológicos.²⁸⁹ Esta iniciativa recebe atualmente incentivos do LACAF-UFSC²⁹⁰.

A terceira experiência de CCC que foi objeto de análise é o *Box 721 de Produtos Orgânicos* instalado na CEASA do município de São José-SC. As atividades foram iniciadas recentemente (em março de 2013), como resultado de articulações que vinham ocorrendo desde 2011 entre organizações camponesas ligadas à Rede Ecovida de Agroecologia, ao CEPAGRO²⁹¹ e ao LACAF-UFSC, contando com o apoio financeiro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).²⁹²

Visto que os três dispositivos analisados possuem relações estreitas com a Rede Ecovida, vale a pena caracterizá-la sumariamente. Trata-se de uma rede multidirecional e descentralizada, cujo estilo de comercialização concentrada nos níveis local e regional constitui uma alternativa à hegemonia dos supermercados. Estas duas dimensões – rede multidirecional e o modo de comercialização - devem ser entendidas como inovações introduzidas pela Rede Ecovida.²⁹³

As organizações que compõem a Rede apresentam as seguintes características: compartilham a noção de *desenvolvimento difuso*; defendem a criação de mecanismos de controle social dos processos de concentração econômica; e defendem o direito ao pluralismo cultural e à participação popular ampla nos processos de tomada de decisão no campo do planejamento de alternativas de desenvolvimento.²⁹⁴

O surgimento da Rede Ecovida de Agroecologia em 1998, em Santa Catarina, e sua ampliação posterior para cobrir os três estados do Sul do Brasil e até mesmo uma região de São Paulo, foi fortemente condicionado pela atuação de organizações progressistas como o

²⁸⁸ Núcleo de Estudos e Práticas em Socioeconomia Solidária/Ufsc

²⁸⁹ Rosa, 2013; Cordeiro, Filippini, Molz, 2009.

²⁹⁰ Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar

²⁹¹ Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo.

²⁹² Rover, Luiz, Mund, 2013; Rover, Lampa, 2013; Castellano, 2012.

²⁹³ Silveira, 2013; Rover, op. cit.

²⁹⁴ Rover, op. cit.

Sistema Cresol e FETRAF-SUL.²⁹⁵ Além disso, os mercados de proximidade desempenham um papel importante na dinâmica da Rede Ecovida - seja na proximidade com os consumidores seja nas relações que se desenvolvem no interior da mesma.²⁹⁶

Como já foi mencionado anteriormente, os mercados de proximidade são caracterizados como espaços nos quais são nutridas relações de complementaridade entre os diferentes atores sociais envolvidos. Incluem-se aqui as preocupações pelo adensamento dos vínculos de sociabilidade e cooperação, além da melhoria da infraestrutura de serviços voltados para a subsistência de produtores e consumidores. Em outras palavras, tais mercados alternativos resultam de um esforço coletivo de organização endógena das demandas locais, no âmbito de uma nova lógica econômica. Eles devem ser vistos - essencialmente - como novos espaços de sociabilidade, e

para analisar essas situações de interface, as contradições ou as articulações possíveis, é preciso compreender como funcionam os mercados, as redes, as decisões políticas, os programas de desenvolvimento, além das unidades familiares, das cadeias produtivas e das organizações dos agricultores.²⁹⁷

Por outro lado, na medida em que um dos três dispositivos selecionados desenvolve suas atividades no interior da CEASA, seria importante destacar minimamente o papel desempenhado atualmente por esta instituição na dinâmica do setor agroalimentar. Criada na década de 1970, a CEASA representa uma das várias estratégias adotadas pelo Estado brasileiro tendo em vista a garantia da segurança alimentar. Segundo o levantamento feito por Prohort²⁹⁸, o corpo central do Sistema CEASA é formado por 57 entrepostos (que pertencem a 35 pessoas jurídicas) disseminados por 21 estados da Federação, respondendo pela distribuição de cerca de 13,85 milhões de toneladas de hortifrutigranjeiros anualmente. As CEASAS influenciam o sistema à montante e à jusante, mediante regulação normativa e por estarem intimamente vinculadas ao processo de formação de preços do setor. Sua gestão é feita pelo Poder público, mas a dinâmica de operação envolve a

²⁹⁵ Cordeiro, op. cit.

²⁹⁶ Ibid.

²⁹⁷ Sabourin, op. cit., p. 240.

²⁹⁸ Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortifrutigranjeiro, coordenado pela Conab - Companhia Nacional de Abastecimento.

participação da iniciativa privada, mobilizando diretamente mais de 10 mil empresas.²⁹⁹

4.1.1 Ecofeira Solidária³⁰⁰

Para assegurar o seu funcionamento todas as quartas feiras, os agricultores colhem as olerícolas no dia anterior, saindo às duas horas da madrugada do município de São Bonifácio/SC e retornando a uma hora da madrugada do dia seguinte. Permanecem assim 24 horas envolvidos nas atividades de comercialização na feira.

No período de implantação, em setembro de 2006, a produção de hortifrutigranjeiros era assegurada por outro grupo de agricultores localizados em Paulo Lopes-SC. Mas os baixos rendimentos auferidos e a sobrecarga decorrente do envolvimento com outros esquemas de comercialização contribuiu para desestimulá-los. Assim, a partir de outubro de 2007 a feira passou a ser assumida pelo grupo de São Bonifácio-SC.

Inicialmente, a intenção era, numa perspectiva de ecopedagogia, utilizar o bambu na construção das barracas, a partir do projeto de um especialista local reconhecido nacionalmente. A própria escolha do local de funcionamento, entre o Relógio do Sol e o Monumento em Memória das Vítimas da América, obedeceu a esta identificação com uma economia *solidária*, expressa na logomarca do *Projeto Ágora*.

Em algumas correspondências virtuais trocadas entre os envolvidos no período inicial e conforme foi relatado em entrevista, havia a intenção da feira permitir a formação de uma cooperativa e, conseqüentemente, fortalecer o movimento da economia solidária de SC.

Conforme um dos agricultores entrevistados, a motivação inicial para a participação neste projeto esteve fortemente ancorada na necessidade de *gerar renda adicional* para as famílias agricultoras de São Bonifácio/SC. Em alguns casos, o empreendimento tornou-se, desde o início, a principal fonte de renda das famílias envolvidas. Estas famílias foram sensibilizadas para efetuarem uma *transição agroecológica* por influência de um agrônomo da Epagri atuando no município e também pela existência de um *sistema local de*

²⁹⁹ Cunha, Campos, op. cit.

³⁰⁰ A nomenclatura desta experiência variou entre Terça Ecofeira, Ecofeira Solidária, Feira da Ufsc, Ecofeira Ufsc, não havendo uma nome estabelecido, se opta por esta.

*conhecimento agroecológico (SLCA)*³⁰¹.

Foram entrevistados dois grupos de agricultores envolvidos com a comercialização de alimentos agroecológicos na Feira, compostos de cinco e quatro famílias respectivamente. Deste contingente, alguns agricultores com um nível ainda restrito de produção não são certificados, em decorrência das limitações orçamentárias. Vale ressaltar que as barracas são operadas pelas duas famílias agricultoras feirantes, sem um rodízio com os outros agricultores fornecedores.³⁰²

Apesar das dificuldades iniciais de criação de infraestrutura de transporte e comercialização, muitas famílias decidiram aumentar o volume de produção, mas sem obterem retornos de curto prazo como contrapartida. Tornou-se assim inevitável o surgimento de uma fase marcada por sérias dificuldades financeiras. Além disso, durante o primeiro ano de funcionamento a universidade não conseguiu assegurar uma curva regular de apoio após o término do projeto de extensão. Somado as próprias dificuldades vividas no uso dos espaços da universidade, como foram os conflitos envolvendo o setor de segurança interna da UFSC.

Hoje em dia os dois grupos de agricultores de São Bonifácio ocupam duas barracas na Feira. Inicialmente, o sistema de transporte era bastante precário. Mais tarde, mediante o apoio do PRONAF³⁰³, ambos os grupos conseguiram adquirir novos veículos – uma frota que permanece ainda hoje insuficiente para atender a uma demanda crescente de produtos agroecológicos. As negociações com os representantes do PRONAF foram marcadas por inúmeras dificuldades, exigindo esforços redobrados das famílias de agricultores para atender às exigências burocráticas deste Programa³⁰⁴.

Mesmo diante a crescente apelação ao consumo de alimentos orgânicos, a viabilidade dos esquemas de comercialização que estão sendo experimentados exigem regularidade, qualidade e preços favoráveis na oferta – conforme o depoimento de um dos agricultores entrevistados. Ao menos são esses os critérios que têm sido cobrados

³⁰¹ Santin, 2005; Adriano, 2009; Cordeiro, op. cit.

³⁰² Este grupo é certificado pela Ecocert há 4 anos, pela agilidade que foi a certificação atendendo as necessidades da época, porém no momento estão interessados pela certificação da Ecovida que lhes exige um tempo maior de reuniões.

³⁰³ “Pronaf Mais Alimentos - crédito destinado a projetos de investimentos em infra-estrutura, tais como aquisição de tratores, máquinas, implementos agrícolas e matrizes, formação de pastagens, implantação de pomares e estufas, irrigação e armazenagem, associados à produção de milho, feijão, arroz, trigo, mandioca, olerícolas, frutas, leite, café, gado de corte, suinocultura, avicultura, caprinos, e ovinos.” Cf. Favarin, 2009, p. 23.

³⁰⁴ Cordeiro, op. cit.

dos agricultores durante esses sete anos trabalhando na comercialização de alimentos agroecológicos.

A gente começou com uma conversa super bonita, como que milhões de pessoas estão esperando seu produto, e como é fantástico você fazer isso, e que depois no dia a dia você vai ver que duramente não é verdade, que você precisa de um produto competitivo, tanto no preço, quanto na qualidade, e com regularidade para você entrar no mercado. (entrevistado)

Um dos grupos de agricultores já tentou realizar feiras em outros lugares, porém não obtiveram o retorno necessário. Para este grupo entrevistado, foi importante a abertura de outros canais de comercialização, dada a quantidade de pessoal envolvido e, também, as limitações da Feira para o escoamento de um volume crescente de alimentos. Diante disso, buscou-se outras modalidades de comercialização (em regime de parceria) e vias de acesso a outros mercados. Já o outro grupo de agricultores entrevistado comercializa 80% da sua produção na feira, e o restante é canalizado para o abastecimento de pequenas lojas especializadas em Florianópolis.

Como já foi mencionado, os produtos fornecidos nas barracas da Feira são oriundos de São Bonifácio-SC, mas as frutas ofertadas por uma das barracas decorrem do estabelecimento de parcerias firmadas no âmbito de um outro canal de comercialização. Estes produtos e seus lugares de origem variam conforme a oferta. Por exemplo, a laranja vem de Erechim-RS; a banana vem de Criciúma-SC ou de Joinville-SC; a maçã vem de Lages-SC; e a pêra - em algumas épocas do ano - vem da Argentina, através de um intermediário de São Paulo. São produtos comprados diretamente com as famílias produtoras ou suas associações - e em alguns casos, mediante o apoio de algum atravessador.³⁰⁵ O leque de produtos ofertados semanalmente inclui: alface, rúcula, agrião, acelga, repolho, beterraba, cenoura, aipim, batata doce, couve folha, couve flor, brócolis, etc.

Uma das maiores dificuldades com que a agricultura familiar tem se deparado atualmente, e no caso estudado não foi diferente, refere-se à escassez de mão-de-obra especializada - tanto na produção quanto na comercialização.

Nos dois grupos de agricultores entrevistados, constatou-se que são eles próprios que organizam toda a dinâmica (produção, logística e

³⁰⁵ Ver figura 10 na p. 165 sobre o fluxo dos produtos e quantidade de intermediários do dispositivo.

comercialização) necessária para a realização da feira, contando para tanto com a ajuda da família e de alguns auxiliares contratados. Muitas vezes são firmados contratos com outros agricultores na revenda dos seus produtos na Feira. A distância geográfica dos agricultores até o dispositivo de venda é de aproximadamente de 81km.

Desde 2013, a Feira vem passando por uma reorganização assessorada pelo LACAF-UFSC.³⁰⁶ Enquadrada na categoria de uma feira livre, seus organizadores continuam ainda hoje encontrando vários empecilhos do ponto de vista operacional, a exemplo de acesso a fontes de água potável, escassez de banheiros e abrigos para os dias de chuva. Vale a pena insistir no reconhecimento que se trata de um espaço que transcende a esfera das trocas comerciais, oportunizando experiências de intercâmbio cultural e aprendizagem coletiva na interface entre os universos urbano e rural³⁰⁷

Os depoimentos coletados confirmam também que a distribuição dos produtos agroecológicos extrapola os limites da Feira, atingindo diversos restaurantes e lojas de Florianópolis. Até o encerramento da pesquisa de campo, não foi constatada a presença de agricultores agroecológicos de São Bonifácio comercializando seus produtos no âmbito do PAA ou do PNAE. Mas algumas famílias admitiram estarem interessadas em participar desses canais de distribuição.

4.1.2 Compras Coletivas Ecosolidárias

As *Compras Coletivas Ecosolidárias* (CCE)³⁰⁸, assim como a *Ecofeira*, podem ser vistas como desdobramentos (imprevistos) do movimento grevista que eclodiu na UFSC em 2005, bem como dos intensos debates centrados, nesta época, na perspectiva de criação de uma cooperativa no campus. Resultou das contribuições de inúmeras pessoas que fizeram parte deste momento e do contato com uma experiência de organização de consumidores ocorrida no passado em Florianópolis (o projeto intitulado *Biomassa Tropical*, em 2003-2004), além da influência de outros empreendimentos de organização de grupos de *consumo responsável* atuantes no Brasil.

Apesar da intenção inicial destes debates estar bastante centrada

³⁰⁶ Para maiores detalhes sobre a Feira da Ufsc ver monografia de Rosa (2013).

³⁰⁷ Ferrari, 2013.

³⁰⁸ No início chamava-se Compras Coletivas Floripa, depois Compras Coletivas da Ilha e atualmente utiliza este nome, porém os consumidores e a comunidade em geral reconhece o projeto simplesmente por Compras Coletivas.

nos aspectos jurídico-legais de formalização de uma cooperativa, ou associação, posteriormente os envolvidos começaram a demandar por algo mais concreto e mais prático. No início, entre três possíveis fornecedores, optou-se pela Cooperbiorga³⁰⁹, considerando-se a sua vinculação com a Rede Ecovida, além de uma lista de produtos prioritários a serem oferecidos. Neste sentido, e do nosso ponto de vista, as CCE exprimem o anseio pela busca de respostas operacionais a muitas questões urgentes que afligem a juventude na atualidade, a exemplo dos limites de funcionamento da democracia representativa, da crise socioecológica global, da economia plural e do consumo consciente e responsável organizado em cooperativas.

Na opinião de um dos entrevistados, a intenção original era colocar em prática o enfoque PROUT³¹⁰, de origem indiana, visto que a estruturação de cooperativas constitui um dos pilares deste novo enfoque de produção, distribuição e consumo de bens e serviços para a satisfação de necessidades básicas das populações.³¹¹

Inicialmente, a distribuição dos produtos aos consumidores (denominada *partilha* pelo grupo organizador), foi efetivada na Sala de Reuniões do CSE/UFSC³¹². Mais tarde, oscilou entre o domicílio de participantes, nos últimos três anos variou de lugar dentro da UFSC e, atualmente operacionaliza num outro local – ainda provisório - dentro do campus (nas dependências do Cepagro).

Com a fusão do *Coletivo Ervilha*³¹³ (set/2011), ocorreu uma mudança significativa na dinâmica de funcionamento deste dispositivo, antes centralizada unicamente em um ponto na cidade (com algumas exceções). Deflagrou-se assim um processo, ainda em curso, de multiplicação de pontos de distribuição. Vale a pena salientar que as exceções mencionadas diziam respeito a iniciativas pontuais: um ponto de distribuição na Pedra Branca (Palhoça/SC) e outro numa escola parceira situada no bairro do Campeche, em Florianópolis.

A *partilha* sempre variou em função da disponibilidade de

³⁰⁹ Cooperativa de Produtos Biorgânicos – COOPERBIORGA, é uma entidade cooperativa fundada no dia 04 de abril do ano de 2001, sucedida pela BIORGA – Associação dos Produtores Bio-orgânicos de Mondai, que, através de seus associados, produz, beneficia e comercializa produtos agroecológicos. Abrange o Oeste e Extremo Oeste de SC e Noroeste do RS e conta atualmente com aproximadamente 98 sócios.

³¹⁰ PROUT - Teoria de Utilização Progressiva. É uma teoria social e econômica desenvolvida em 1959 pelo indiano Prabhat Ranjan Sarkar enquanto uma alternativa prática para as teorias do marxismo (comunismo) e o capitalismo. <http://www.prou.org/por/>

³¹¹ Shankar, 2005

³¹² Centro Sócio-econômico da UFSC www.cse.ufsc.br

³¹³ Grupo de consumo responsável existente em Florianópolis entre 2010-2012.

recursos e das características específicas do local. Inicialmente, os produtos eram entregues à granel e cada participante levava sua sacola plástica para a retirada do pedido já feito e pago antecipadamente. Mais tarde, a partir da consolidação de um espaço físico estabilizado foi possível arriscar a experimentação com outras formas de organização.

Mas na sequência, a *partilha* começou a ser organizada previamente por voluntários, que separavam os produtos em prateleiras³¹⁴ para posteriormente montar o pedido dos participantes no momento da retirada. Conforme relato de um entrevistado, emergiram inúmeros problemas relacionados à gestão de alguns produtos distribuídos a granel em ambientes insalubres, tornando muitas vezes o processo lento e anti-higiênico.

Geralmente, na organização das *partilhas* participam hoje em dia grupos de três a cinco pessoas, que manifestam seu interesse em contribuir espontaneamente para a condução do processo. Existe pouco envolvimento no processo como um todo, mas esta limitação pode ser entendida como resultado da tradição heterogestionária enraizada na sociedade brasileira de maneira geral - e também porque nunca se constatou a adoção de um processo de empoderamento autogestionário por parte do Núcleo Gestor.

Persistem inúmeras dificuldades relacionadas à gestão do espaço físico, desde a excessiva burocracia na regulação do acesso a espaços vagos dentro da universidade, até a fixação de uma carta de metas prioritárias. Com a demolição do prédio (Anexo II do CSE) na qual funcionou as CCE por um período, novamente enfrentou-se a instabilidade para sua execução. No interior do Centro de Ciências Biológicas (CCB) (sala nº 500), o projeto disputava o espaço com um depósito, que, mais tarde (em abril de 2012), acabou por se consolidar no local e ocasionando assim o despejo das CCE. Foi este o principal motivo que levou os organizadores a entrarem em contato com o professor Dr. Oscar José Rover, vinculado ao LACAF, que proporcionou o contato com o principal parceiro institucional atualmente: o CEPAGRO. Seria desnecessário enfatizar aqui que os locais de estocagem e distribuição representam um pré-requisito essencial de operacionalidade dos CCC. Mas apesar dos esforços investidos junto à alguns núcleos de pesquisa para institucionalizar as CCE no período de abril a maio de 2012, poucos avanços foram conquistados, pondo em risco a continuidade desta iniciativa.

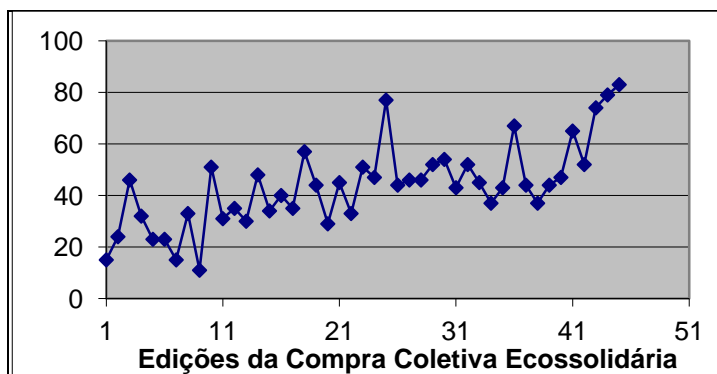
Em relação ao perfil dos consumidores, os dados coletados

³¹⁴ doadas pelo patrimônio da Ufsc

confirmam a presença da comunidade universitária da UFSC (docentes, técnicos-administrativos e discentes), além dos egressos, membros da comunidade local e pequenos empreendimentos comerciais – a exemplo de padarias e de um restaurante. Levando-se em conta o estatuto de cooperativa informal, a necessidade de um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para a realização do transporte levou as CCE a emprestá-lo de diferentes instituições (como ONGs, escolas e restaurantes) durante seus sete anos de existência.

No gráfico abaixo é possível visualizar o número de participantes entre a 1ª e a 45ª edição das CCE, numa tendência ascendente. Lembrando que nunca existiu uma periodicidade estanque, havendo uma média anual de oito edições, a qual se realiza conforme a organização do Núcleo Gestor.

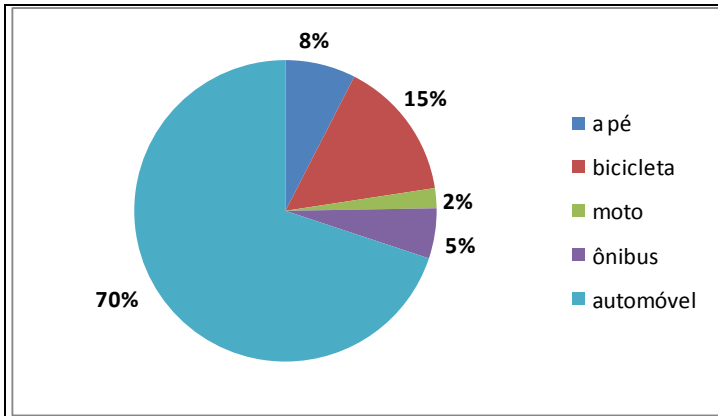
Figura 01 - Número de participantes conforme as edições das CCE



Fonte: Baseados nos documentos oferecido pelo entrevistado.

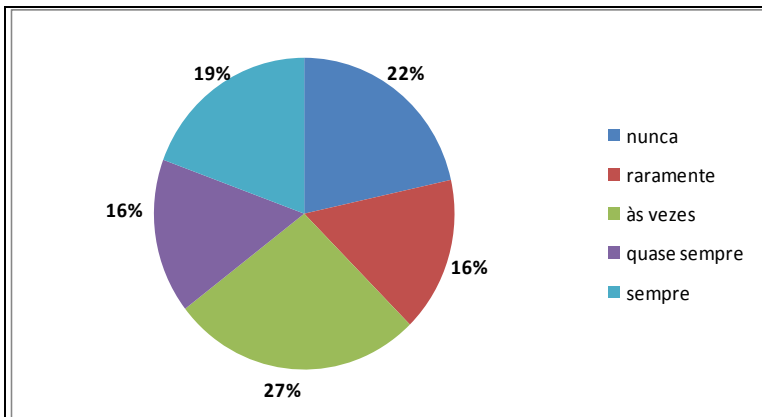
Conforme questionário *online* aplicado com 93 consumidores, deste total 30 começaram a participar entre 2006 e 2010. Os 63 restantes começaram a participar no período de 2010 a 2013. Isto talvez explique, mas sem justificativa convincente, o desconhecimento dos critérios de seleção dos fornecedores por parte de 84% dos consumidores que preencheram os questionários. Outro dado relevante refere-se ao fato de que 96% destes consumidores efetuam suas compras para uso individual/familiar. Como indica a Figura 02, 70% deles retira seus produtos em automóvel, e apenas 19% realiza o trajeto unicamente para retirada de seus produtos (Figura 03).

Figura 02 – Meio de transporte utilizado para retirada de produtos



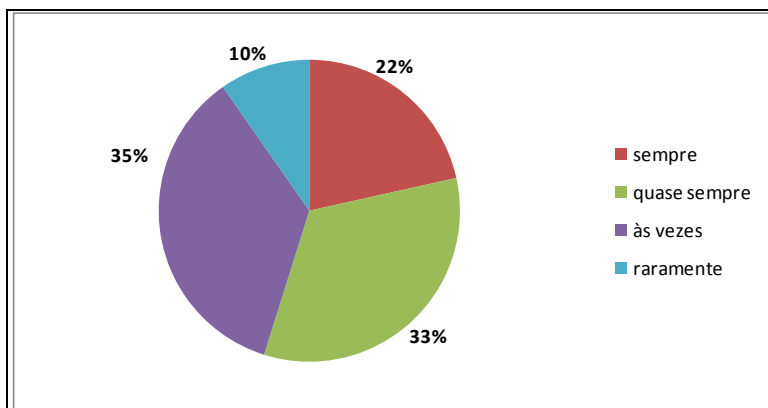
Fonte: Elaboração própria

Figura 03 – Distância percorrida unicamente para retirada dos produtos



Fonte: Elaboração própria

Figura 04 – Frequência de participação dos consumidores



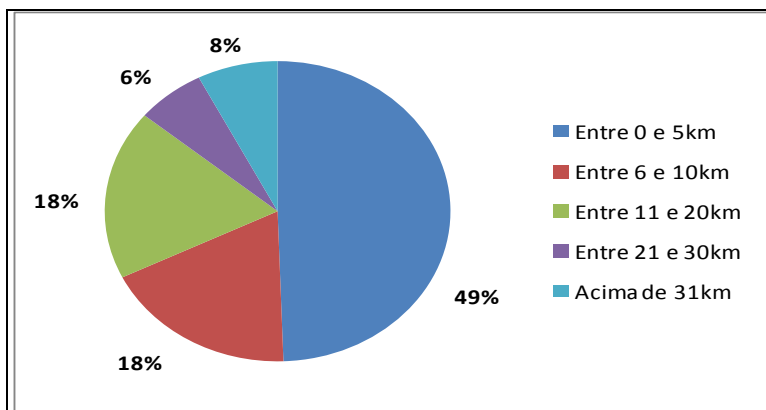
Fonte: Elaboração própria

A questão tratada na Figura 03 apresenta um elemento que pode vir a ser uma dimensão de inovação social nos CCC, assim como um requisito importante na conformação de um SALT. Pois vários estudos recentes vêm apontando a importância de uma gestão ecologicamente prudente do transporte na dinâmica dos sistemas alimentares. Afinal, o impacto ambiental global comparado de sistemas alimentares bastante localizados ou ao contrário bastante internacionalizados põe questões complexas ainda pouco exploradas enquanto que elas aparecem determinantes para apreciar a sustentabilidade das diferentes opções no futuro.³¹⁵

Outro dado importante que caracteriza as CCE é a proximidade geográfica dos consumidores até o ponto de distribuição. No levantamento realizado, verificou-se que 49% deles estão situados a apenas 5km de distância do ponto de distribuição.

³¹⁵ “l’impact environnemental global comparé de systemes alimentaires très localisés ou au contraire très internationalisés pose des questions complexes enconre peu explorées alors qu’elles apparaissent determinantes pour apprécier la durabilité de différentes options pour le futur.” Cf. Chumet et al., 2010, p. 217.

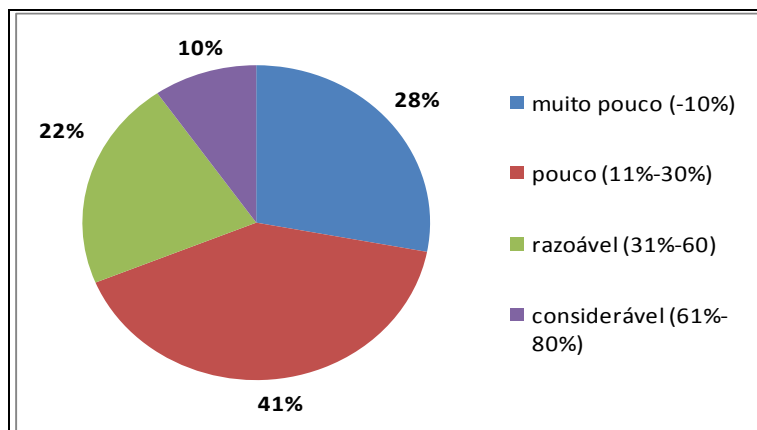
Figura 05 – Distância percorrida até o dispositivo



Fonte: Elaboração própria

A Figura 06 mostra que, apesar da sua importância, em termos qualitativos, as CCE pouco representam (11% à 30%) no consumo alimentar total de 41% dos consumidores participantes desta pesquisa. Tal situação, se cruzada com a Figura 04, revela o baixo volume e frequência na participação, a qual supomos estar relacionada com as seguintes questões: inexistência de um cronograma; modo de funcionamento via lista de emails e planilhas de difícil acesso para neófitos em informática; estilos de consumo marcados pelo imediatismo e as facilidades oferecidas pelo sistema convencional de vendas a varejo.

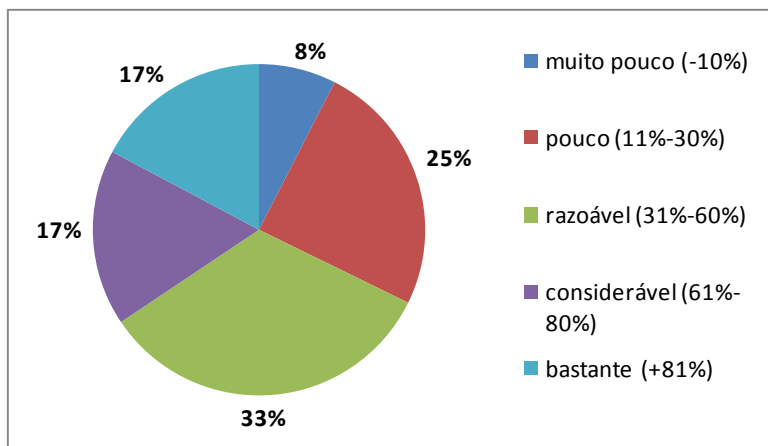
Figura 06 - Montante das CCE no consumo alimentar



Fonte: Elaboração própria

Um percentual expressivo dos respondentes (17%) admite que os alimentos orgânicos representam pelo menos 81% do total do seu consumo alimentar (Figura 07). Por outro lado, isto ainda demonstra que existem inúmeros obstáculos (preço, disponibilidade, estilo de consumo, etc.) a serem transpostos na busca de maior difusão social das vantagens decorrentes da alimentação com produtos ecológicos.

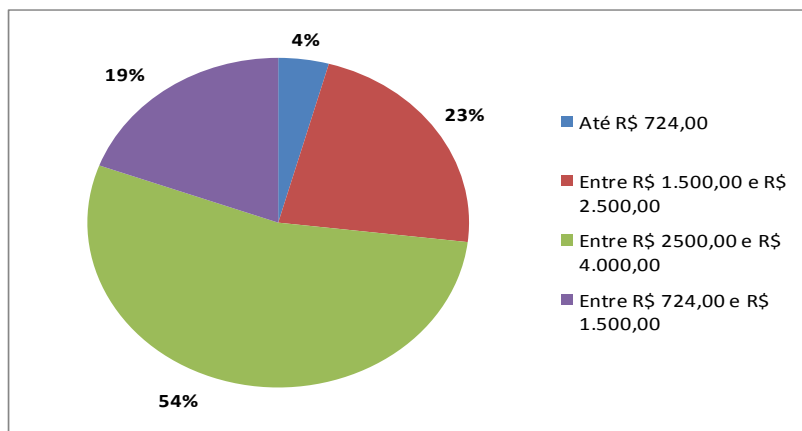
Figura 07 - Percentual do consumo de orgânicos no consumo total



Fonte: Elaboração própria

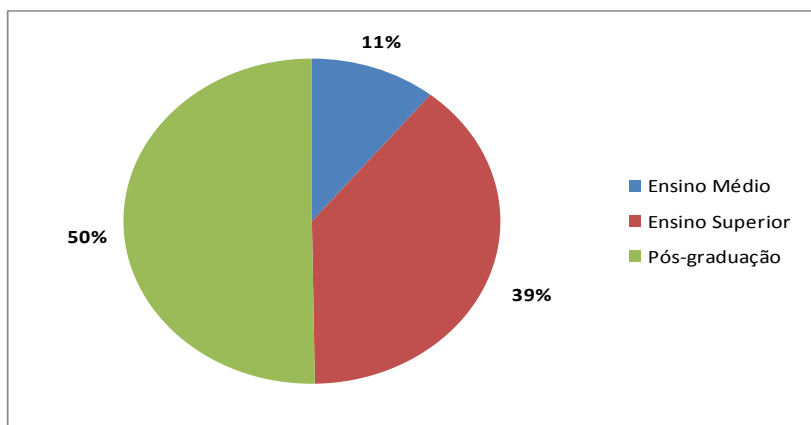
Já as Figuras 08 e 09 permitem inferir que estes consumidores possuem um alto nível de escolaridade e renda: 89% deles possuem nível de instrução superior, e, destes, 50% são pós-graduados. Cerca de 54% dispõem de um nível de renda oscilando entre quatro e seis salários mínimos.

Figura 08 – Renda mensal familiar dos consumidores



Fonte: Elaboração própria

Figura 09 – Nível de escolaridade dos consumidores



Fonte: Elaboração própria

4.1.3 *Box* 721 de Produtos Orgânicos

Esta iniciativa foi formalizada em dezembro de 2012, depois de dois anos de negociação junto à administração da CEASA de São José para utilização do pavilhão destinado à promoção da Agricultura Familiar (construído mediante investimentos públicos). Em todo este tempo de espera, foram realizadas inúmeras reuniões envolvendo os agricultores, o CEPAGRO, o LACAF e representantes dos grupos de agroecologia da Rede Ecovida com a direção da CEASA, que reiteradamente se “desculpavam” pela indisponibilidade do espaço. Um informante revelou que a liberação deste espaço só foi efetivada após uma intervenção do Governador junto à direção da CEASA – e mesmo assim com dois meses de mensalidades atrasadas a serem devidamente quitadas.

Nesse íterim, foram cogitados outros espaços para viabilizar as operações de comercialização, tanto no bairro Saco dos Limões como no município de São José (como atesta a ata lavrada em 06/02/2012). Outra preocupação recorrente nas atas analisadas diz respeito à identificação da diferença entre os produtos orgânicos e em transição, além da identificação do produtor, endereço, cidade, estado, identificação do produto, peso líquido e a data da embalagem.

O *Box* representa uma estratégia de comercialização do Núcleo

Litoral Catarinense da Rede Ecovida³¹⁶, intimamente relacionada com o Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida³¹⁷, resultante de um intenso esforço de mobilização coletiva. Em função da proximidade com a rodovia BR-101, do amplo espaço que permite a logística com caminhão, e ainda, por ser um local onde se encontram compradores de diversos segmentos de Florianópolis, a CEASA preenche vários requisitos essenciais para sediar esta experiência. O *Box* surgiu com o objetivo de

fortalecer o *Circuitão* da Ecovida, fortalecer os circuitos regionais de cada núcleo, [...] no nosso entendimento **é uma estação oficial da Rede Ecovida, serve para trocas de cargas e comercialização entre outros núcleos.** (entrevistado)

Conforme os dados registrados em ata no dia 21/12/2012, a intenção era “constituir uma plataforma de apoio e serviços para a comercialização orgânica e em transição, assim como espaço de estudos para alternativas comerciais para a agricultura familiar catarinense”. Na ocasião, foi definida a coordenação executiva e em 19/12/2012 as chaves foram entregues ao coordenador do Cepagro.

Após a conquista desse espaço foi elaborada uma lista de preços de acordo com a natureza dos produtos ofertados. A equipe envolvida na operacionalização deste esquema é formada por sete pessoas, responsáveis ao mesmo tempo pela coordenação geral, pela articulação com agricultores, pela gestão operacional, pelo atendimento aos consumidores, e pela gestão financeira. Pelo fato de os trabalhadores não se concentrarem nas dependências do *Box*, e levando-se em conta a inexistências de reuniões periódicas com a equipe, persistem as dificuldades de integração e coordenação da equipe – como relatou um dos entrevistados.

Para reforçar a unidade da Rede Ecovida, as negociações realizadas tendo em vista a comercialização na Grande Florianópolis é realizada pelo *Box*, evitando assim as interferências de intermediários. O *Box* considerado enquanto uma instância de articulação comercial dos agricultores contribui, assim, para a fixação dos preços em sintonia com os agricultores. Ao mesmo tempo, tenta pulverizar a comercialização para não depender apenas de um único comprador.

³¹⁶ É formado por 15 grupos de agricultura ecológica. Para saber mais acesse <http://www.ecovida.org.br/>

³¹⁷ Estratégia pautada nos princípios da economia solidária, buscando incentivar outro estilo de comercialização e transporte. Cf. Filippini, Cordeiro, op. cit.

Porém, existem alguns grupos de agricultores da Ecovida que já realizavam a comercialização na Grande Florianópolis antes da instalação do *Box*. Este segmento passou a utilizá-lo unicamente para adquirir (ou vender) produtos visando melhorar sua oferta ao consumidor ou escoar sua produção. Neste sentido, importa salientar que o *Box* ainda não dispõe da infraestrutura necessária para assegurar ofertas mais atrativas para estes agricultores há mais tempo e já inseridos nos circuitos convencionais de comercialização.

Do ponto de vista jurídico, o *Box* dispõe atualmente do estatuto de uma filial de um empreendimento particular de comercialização de um agricultor membro da Rede Ecovida. Isto lhe permite emitir nota fiscal aos clientes e contra-notas aos produtores. Sua evolução no sentido de uma Central de Cooperativas deverá exigir ainda um esforço suplementar considerável por parte dos seus integrantes.

Conforme registro na ata datada de 24/11/2011, esta Central de Cooperativas teria por objetivo: a) reunir e organizar produtos e processos para atender aos mercados institucionais; b) promover vendas diretas no *Box* e entregas no âmbito da Grande Florianópolis; d) realizar troca de cargas entre os veículos transportadores das organizações; f) articular e realizar as vendas e as trocas entre agricultores e cooperativas associadas a este coletivo; e g) realizar compras junto a outros coletivos ou associações.

Outra constatação relevante numa avaliação desta experiência tem a ver com os vínculos que ela mantém com os incentivos concedidos às famílias agricultoras que, abandonando as práticas de fumicultura, passaram a adotar uma estratégia de *transição agroecológica*.

Desde o início, além do núcleo *Litoral Catarinense* da Ecovida, as organizações do núcleo *Sul Catarinense* têm participado ativamente da construção do *Box*. Outros núcleos mais ativamente envolvidos são: o *Terra de Anita*, em Jaguaruna-SC, o *Alto Uruguai*, na região de Erechim no noroeste do RS, o *Libertação* camponesa, também ao norte do Paraná, o *Maurício Burmester do Amaral*, em Curitiba-PR, e com menos frequência o *Serra Catarinense* na região de Lages-SC (dado que este último apresenta características “safristas”).

Os produtos são oriundos principalmente do *Núcleo Litoral Catarinense* da Rede Ecovida, formada pelas cidades de Angelina, Araquari, Florianópolis, Garopaba, Imbuia, Jaguaruna, Jaraguá do Sul, Joinville, Leoberto Leal, Nova Trento, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Bonifácio, 13 de Maio.

Existem consumidores individuais que compram diretamente na

CEASA, mas o *Box* atende geralmente as pequenas lojas e mercados, alguns restaurantes, escolas e creches. Apesar do PAA e do PNAE permanecerem fora deste circuito de vendas, alguns agricultores chegam a adquirir produtos no *Box* para revendê-los aos gestores destes dois programas – além das feiras locais, como é o caso daquelas promovidas na Lagoa da Conceição, em Brusque, na Praia Brava, em Itajaí e em Garopaba (inclusive no Mercado do Produtor desta).

4.2 ESTRUTURA E DINÂMICA DO SISTEMA DE AÇÃO

O modo como está organizado o sistema alimentar reflete as opções de desenvolvimento postas em prática num determinado território, bem como as condições em que os alimentos são ofertados à população – em termos de disponibilidade, diversidade, qualidade e preço.³¹⁸ Desta maneira,

a continuidade se expressa na estrutura social, nos conjuntos de relações que contribuem para a firmeza da expectativa, para a validação da experiência passada em termos de uma experiência semelhante no futuro [...] Ao mesmo tempo, é preciso haver lugar para a variação e para a explicação da variação [...] Esse lugar se encontra na organização social, na ordenação sistemática das relações sociais através de atos de escolha e de decisão.³¹⁹

É importante lembrar que as mesmas atitudes e motivações podem produzir simultaneamente conseqüências positivas e negativas. E conforme Florestan Fernandes (1979), estas poderão ser neutras ou adversas ao desenvolvimento social³²⁰ se lhe faltarem os requisitos dinâmicos (estruturais e organizatórios) considerados indispensáveis à sua manifestação. Tais atitudes e motivações se ligam a representações do real, emoções e orientações normativas que afetam profundamente o comportamento e que se integram a mecanismos sociais que não se deixam alterar facilmente. As modificações que se impõem requerem desde processos de reeducação à adoção de novas políticas de reconstrução social. Por isso, seria preciso pensar em planos ao mesmo

³¹⁸ Maluf, op. cit.; Tonneau, Vieira, 2006.

³¹⁹ Firth, op. cit., p. 56

³²⁰ Cf. Florestan Fernandes (1979) desenvolvimento social pode ser entendido como a multiplicação das formas de interação numa determinada sociedade, acompanhado do desenvolvimento cultural.

tempo mais ambiciosos e seguros, com ênfase no aproveitamento sistemático das contribuições teóricas e práticas disponíveis na comunidade científica.³²¹

Pois

Não podemos elaborar estudos microscópicos adequados sem uma identificação cuidadosa e precisa das condições estruturais pertinentes, tampouco entender de modo apropriado “estruturas” e ações macroscópicas sem levar em conta as condições [...] que incidem sobre o macroscópico.³²²

Portanto, para analisar as modalidades de estruturação econômica nos níveis local e regional torna-se necessário reconhecer os seus condicionantes mais profundos e explorar os espaços de manobra existentes tendo em vista a geração de opções alternativas. Do mesmo modo, faz-se necessário uma noção cada vez mais precisa das modalidades usuais de inserção das atividades produtivas e distributivas no espaço territorial.³²³

O reconhecimento das práticas de reciprocidade nos dispositivos analisados não nega a existência da troca mercantil e tampouco pressupõe sua substituição. Apenas sugere uma dupla leitura, que descortina a “...articulação ou uma interface dos sistemas de troca e de reciprocidade.”³²⁴ Afinal,

Pensar a economia como a complementaridade entre o princípio da troca e o princípio da reciprocidade permite que a humanidade do século XXI reintroduza valores nas políticas econômicas públicas, tanto locais quanto globais. [...] Estamos propondo considerar a economia como a complementaridade de dois princípios antagônicos: o princípio da reciprocidade e o da troca.³²⁵

Esta noção de *interface de sistemas* é útil para mediar as relações de reciprocidade nos sistemas de troca – a exemplo dos procedimentos de qualificação de produtos ecológicos ou da inserção da economia solidária na economia de mercado.

³²¹ Fernandes, 1979.

³²² Strauss, 1999, p. 27

³²³ Reis, op. cit.

³²⁴ Sabourin, op. cit., p. 59.

³²⁵ Medina apud Sabourin, loc. cit.

4.2.1 Ecofeira Solidária

Na fase inicial de implantação da Ecofeira, os grupos de agricultores de São Bonifácio participavam de um projeto de construção participativa da *Marca Territorial* do município, contando para tanto com o apoio de professores-pesquisadores da UDESC, da Prefeitura e da EPAGRI (mediante o MB2)³²⁶.

Os dois grupos de agricultores entrevistados, mesmo residindo no mesmo município, possuem um conflito que emergiu já durante o primeiro ano de envolvimento com a Feira. Um dos grupos participa apenas da realização desta feira, e os produtos que oferecem atraem regularmente um volume considerável de consumidores. Já o outro grupo de agricultores, dotados de um perfil empreendedor, abriu outros canais de comercialização na cidade de Florianópolis. Um deles originou-se de uma parceria com outros agentes tendo em vista a dinamização do setor de hortifrutigranjeiros e a busca de novos fornecedores.

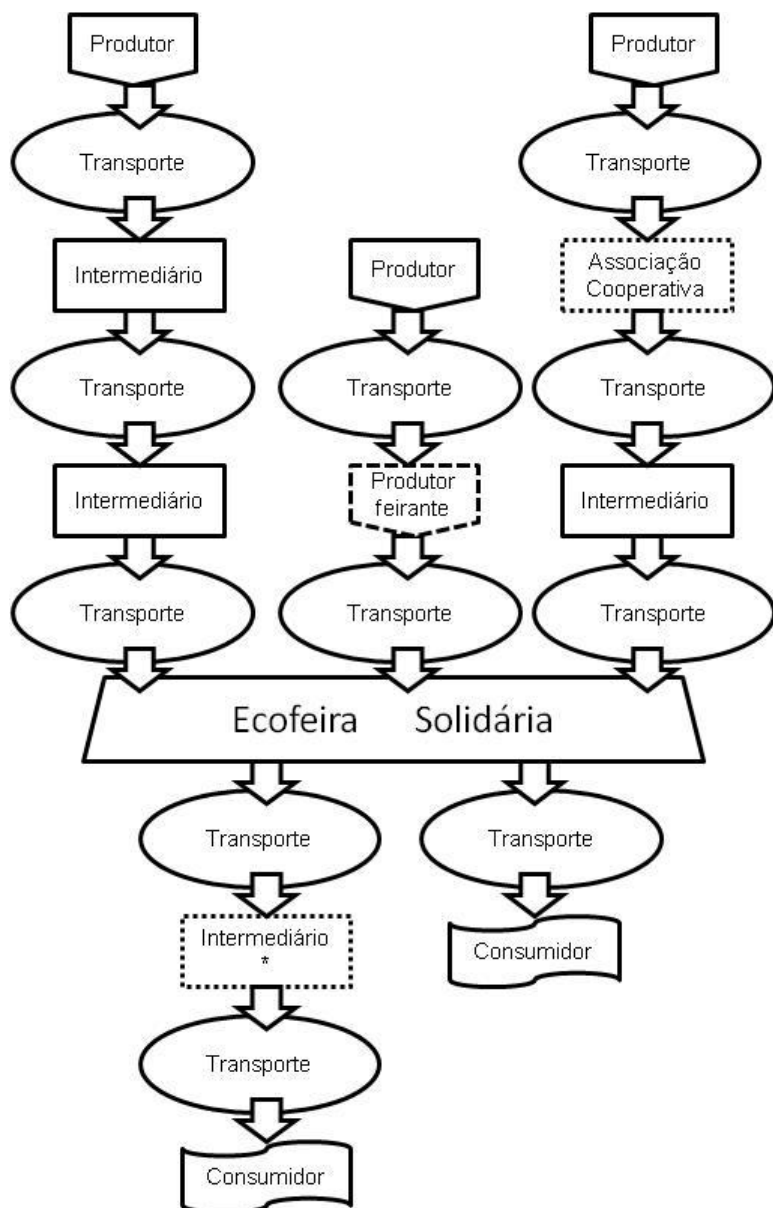
Pelo fato dessa iniciativa ter repercutido fortemente na dinâmica da Ecofeira e também do *Box*, vale a pena caracterizá-la com mais precisão. Em síntese, trata-se de um empreendimento criado em 2012 e voltado ao “mercado orgânico”. Seus consumidores são de classe média e média alta. O agente responsável mantém quatro outros empreendimentos similares na cidade, todos eles destinados à comercialização de alimentos orgânicos. Apesar de serem clientes do *Box*, vêm tentando cooptar, em proveito próprio, os agricultores vinculados a este CCC. Da mesma forma, a parceria firmada com o grupo de agricultores participantes da Ecofeira Solidária favoreceu o acesso a uma maior variedade de produtos a serem ofertados.

Com base na formação desta parceria, que favoreceu a ampliação da oferta de produtos, coexistem três fluxos de movimentação dos locais de produção até o espaço de comercialização: (i) a produção é encaminhada a um intermediário sediado em São Paulo, que por sua vez negocia com outro intermediário local antes de ser vendidas na Feira; (ii) os produtos cultivados são encaminhados até o produtor feirante, que se encarrega de comercializá-los na Feira; e, (iii) o agricultor entrega sua produção a uma associação ou cooperativa que, por sua vez, assume a comercialização com um intermediário local ligado a um feirante.

³²⁶ Projeto Microbacias 2 executado durante 2002-2009 e coordenado pela Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina com apoio de outras instituições. Cf. Dalmolin, Lindemeyer e Assis, 2011.

Quanto aos consumidores, as compras podem ser realizadas tanto através de um intermediário (panificação, restaurante ou loja especializada), quanto diretamente na Feira.

Figura 10 – Fluxo do produto na Ecofeira Solidária



Fonte: Elaboração própria

As relações de trabalho entre os envolvidos nos dois grupos estudados variam conforme o caso, mas tanto na produção quanto na comercialização existem contratados (diaristas) e mão-de-obra familiar. Ou seja, constata-se a existência de um processo de autogestão ainda bastante frágil, refletindo a carência de um trabalho de formação por parte do extinto NESOL-UFSC e também das organizações vinculadas.

Até o encerramento desta pesquisa, as relações envolvendo a Feira e a UFSC têm sido marcadas – desde o início - por inúmeros tensionamentos. Os mais significativos referem-se ao fato de a Feira comercializar alimentos que “concorrem” com outros espaços de comercialização no âmbito da universidade, além de ocupar um espaço considerado “nobre”. Em diferentes momentos, a administração da universidade buscou justificativas para questionar sua existência, ao invés de fomentar sua consolidação progressiva. Um exemplo, dentre tantos, diz respeito à ausência de espaço físico para o depósito das barracas dos feirantes.

Por outro lado, as evidências coletadas comprovam que a feira vem atraindo um reconhecimento crescente de sua relevância da Feira por parte de um amplo segmento da comunidade acadêmica, bem como dos moradores de bairros situados na periferia do campus.

Numa das reuniões voltadas à perspectiva de reorganização da Feira, os novos feirantes sugeriram trocar o nome da entidade, incorrendo assim no risco de descaracterizá-la. Esta sugestão foi avançada com base na argumentação de que a denominação atual já não representa mais os interesses do conjunto dos feirantes. O fato é expressivo, refletindo muito provavelmente o nível ainda bastante restrito de conscientização dos feirantes acerca da importância de uma *transição agroecológica inspirada nos princípios de uma economia solidária*. Outro fator de tensão, na opinião de um dos entrevistados, diz respeito ao desconhecimento da trajetória de criação e evolução da Feira por parte dos novos feirantes, bem como do amplo leque de produtos que ela oferece – para além do setor de hortifrutigranjeiros orgânicos, incluindo produtos artesanais e alimentos processados. Como consta de uma das atas consultadas:

“[...] ampliar a denominação da feira de “Orgânica” para “Economia Solidária” uma vez que nem todas as bancas possuem seus produtos inteiramente orgânicos, também foi levantada com o intuito de incluir os feirantes, a princípio, em 03 categorias (Orgânicos, Artesanais,

Coloniais/Alimentícios)[...]”³²⁷

Pelo fato da análise estar concentrada apenas no funcionamento de dois grupos de agricultores ecológicos, e não na dinâmica integral da Feira, torna-se indispensável aprofundar a compreensão das relações de cooperação e conflito mantidas entre os vários feirantes. No caso dos feirantes agroecológicos, em certas ocasiões os conflitos se agudizam e se tornam explícitos, como está expresso em declarações feitas por um deles, nas quais comparecem atributos como “farsantes” e “picaretas” na caracterização do comportamento de outros associados.

Como pôde ser observado em ata do dia 20/02/2008 e comparando com a situação descrita no trabalho de Rosa (2013), recorrente na própria literatura sobre economia solidária, a questão normativa (solidariedade, autogestão, etc.) sempre foi, mais do que tudo, um anseio de alguns participantes e idealizadores do dispositivo, e não um fato empiricamente comprovado.

É preciso entender que a economia solidária pretende ser um marco na dinâmica de regulação social, seja mediante a *hibridização de economias* (mercantil, não-mercantil e não monetária), seja na *construção conjunta da oferta e da demanda* entre produtores e consumidores.³²⁸

É exatamente esta tensão, poderíamos ainda chamar esta disputa (no sentido político forte da palavra - arendtiano), que constitui (ou que marca) intrinsecamente este fenômeno, segundo nossa leitura. Tensão, que poderíamos resumir, entre três economias (mercantil, não mercantil e não monetária), ou entre duas lógicas (instrumental e solidária ou substantiva), ou ainda, entre diferentes racionalidades da dinâmica organizacional.³²⁹

Pelo fato dos princípios da Economia Solidária e da Agroecologia não estarem incorporados na formação da identidade da Feira, os participantes das CCE - alguns deles na época compartilhando a condição de feirantes - resolveram realizar as *partilhas* na própria Feira e organizar uma Feira de Trocas nos dias 27/02/2008 e 12/03/2008.

4.2.2 Compras Coletivas Ecosystemáticas

³²⁷ Ata da reunião entre feirantes, Lacaf e representantes da Reitoria/Ufsc do dia 03/07/2013.

³²⁸ França, 2002.

³²⁹ Id., 2001, p. 5.

As CCE são organizadas por edições, sendo que, até março de 2014, chegaram a ser realizadas cinquenta delas. Até a 6ª CCE, prevaleceu uma modalidade de gestão “em rodízio” do processo. Todavia, esta opção mostrou-se inadequada face à necessidade de promover o aumento do número de participantes e a complexidade embutida nas operações realizadas, isto acabou condicionando a centralização do esforço de gestão numa só pessoa. Na opinião de um dos entrevistados, esta decisão deflagrou uma fase crítica na evolução deste dispositivo. Às vezes, alguns participantes contribuíam com o gestor assumindo o recebimento dos pedidos ou trabalhando na *partilha*³³⁰. Apenas no início de 2013 foi retomado o processo de descentralização do sistema, mediante o envolvimento de novas pessoas interessadas (selecionadas).

Durante os quatro primeiros anos de funcionamento (de 2006 a 2010), o trabalho era basicamente voluntário. Até então, existia uma pequena quantia disponível em caixa para cobrir as despesas de uma pessoa responsável pela gestão do sistema (5% do valor total comercializado). Ainda com base em depoimentos dos informantes, em 2010 teve início uma fase de elevação do percentual, agora calculado em 20% sobre o valor dos produtos, gerando insatisfação de alguns consumidores inconformados com a falta de transparência dos organizadores.

No período que se estende da segunda à nona edição, emergiu a preocupação pela redução máxima da produção de lixo com o descarte das embalagens. Dessa forma, só eram aceitos pedidos a granel e cada consumidor encarregava-se de trazer sua própria embalagem. Não obstante, esta inovação acabou tornando-se inviável, pois o envolvimento dos consumidores nas *partilhas* começou a declinar, num contexto marcado pelo aumento do volume comercializado.

Mesmo com limitações na estocagem de alguns tipos de alimentos (queijos, iogurtes e manteiga), os organizadores das CCE optaram em manter a comercialização destes produtos, gerando um manuseio inadequado e passível de intervenção da fiscalização sanitária - conforme o relato de um dos entrevistados. Por outro lado, no caso de algumas pessoas não conseguirem retirar a tempo seus produtos no dia

³³⁰ Nas CCE este é o momento em que os consumidores conhecem a organização do processo, é também onde alguns fornecedores conhecem o Núcleo Gestor, ocorrem trocas de informações entre consumidores e organizadores, pequenos acertos monetários ou informações adicionais sobre alguma possível mudança ocorrida e, é claro, a entrega dos produtos aos participantes.

da *partilha*, os produtos adquiridos eram depositados provisoriamente na casa de um dos envolvidos, gerando assim um ativo pessoal assumido solidariamente pelo anfitrião.

Outra dificuldade recorrente no funcionamento dos grupos de consumo responsável refere-se aos processos de legalização, na medida em que tem prevalecido a diretriz de manter ao máximo possível o sistema na condição de informalidade. A principal dificuldade é de natureza fiscal, mas até o momento a situação não ocasionou problemas dignos de registro para os organizadores do grupo. Mas como admitiu um dos informantes, a resistência do Núcleo Gestor em formalizar a organização (como associação, cooperativa ou mesmo projeto de extensão, dentre outras alternativas) estaria contribuindo para inibir a evolução do sistema mediante uma possível vinculação à UFSC, o que favoreceria a obtenção de apoio na forma de bolsas, espaço físico, comunicação, meios de transporte para visitar os fornecedores, entre outros.

A forma de operacionalização, marcada pela alta complexidade de informações envolvidas, carece de um sistema de informação, tanto para a divulgação e participação, como para a gestão e finanças. Desafio que recentemente está sendo enfrentado através do desenvolvimento colaborativo de um sítio eletrônico. Na opinião de um dos informantes, isto se reflete no fato de que persiste no comportamento de certos usuários um viés de cálculo *economicista* de vantagens pessoais na compra de alimentos orgânicos a preço acessível, colidindo assim com os atributos de um novo estilo de consumo.

A dinâmica de operação atualmente pode ser sintetizada da seguinte forma. Inicialmente os fornecedores são consultados visando identificar e avaliar³³¹ a oferta para compor a planilha que permite a formalização dos pedidos. A mesma é então enviada a uma lista de possíveis compradores, juntamente com o detalhamento das regras de funcionamento, do calendário, dos locais de distribuição disponíveis para retirada, dos locais de entrada e/ou saída de fornecedores, das possíveis alterações ocorridas no funcionamento, dos dados bancários, dos contatos dos envolvidos no sistema de gestão etc.³³². Na sequência, os pedidos são encaminhados até uma data pré-estabelecida, os pagamentos são conferidos³³³ e os pedidos encaminhados aos

³³¹ Estes critérios estão intimamente relacionados com a espiritualidade do ator-chave, como poder ser visto na proibição de bebidas alcoólicas e alimentos com alho e cebola.

³³² Ver Anexo IV

³³³ Visto que o pagamento é feito antecipadamente.

fornecedores. Os produtos são então recebidos (por meio de uma empresa transportadora ou por iniciativa dos próprios fornecedores) e estocados para distribuição. Na data pré-estabelecida é feita a *partilha*, onde são conferidos os produtos, verificados possíveis alterações nos pedidos, e efetivados ajustes nos valores das mercadorias entregues. Já na fase de *pós-partilha* são revistos os eventuais problemas ocorridos e concluído o processo mediante o pagamento aos fornecedores e núcleo gestor, conforme o banco de horas gerado para a realização da referida edição.

Um dos informantes relatou também a ocorrência de conflitos internos relativos à forma de organização e administração deste processo, considerada por ele como excessivamente centralizada e norteadas por preceitos religiosos³³⁴:

Essa parte é o que deu mais problema no começo [da minha participação], ...não poder delegar, ...não chamar pessoas, e era muito centralizado..., a dificuldade maior foi essa, agora se o grupo fosse aberto, todo mundo poder vir ...fazer uma reunião, porque tem gente interessada no processo. (entrevistado)

O envolvimento dos participantes em atividades de gestão tem obedecido geralmente a um regime de rotatividade orgânica³³⁵, mas em muitos momentos a dinâmica de tomada de decisões acabou sendo centralizada numa única pessoa. Isto não nega as evidências de que as CCE operam com base num esforço coletivo. Porém, nunca houve um processo sistemático de construção da autogestão.

Foi possível comprovar também que existe neste sistema um potencial ainda subutilizado de participação. No início de 2012, foi realizada uma oficina para capacitar interessados em contribuir na gestão. A iniciativa pode ser considerada relevante no sentido de permitir que novas pessoas passassem a conhecerem melhor o processo, e conseqüentemente, se motivassem para uma participação mais efetiva e duradoura. Mas revelou-se como sendo mais uma ação de caráter pontual, animada por membros do núcleo gestor.

Ainda neste contexto, vale a pena registrar alguns dos principais eventos que têm ajudado a promover o papel desempenhado pelas CCE no cenário local: (i) organização de um minicurso na IX SEPEX-UFSC como forma de motivar o envolvimento de pessoas interessadas no

³³⁴ Alguns dos envolvidos nas CCE fazem parte da Ananda Marga/PROUT.

³³⁵ No sentido de que a rotatividade que se estabeleceu durante estes sete anos na gestão das CCE deu-se de maneira sincrônica com as necessidades e momentos de saída de integrantes.

esforço de gestão, contribuindo além disso para a disseminação do ideário das CCE (em 2010); (ii) palestra sobre o tema “Alimentação e Sustentabilidade” por ocasião do 3º *Green Drinks*³³⁶, no qual a alimentação foi assumida por fornecedores vinculados às CCE (em 2011); (iii) participação num evento organizado pelo Cepagro e pelo Ponto de Cultura de Engenho de Farinha na Ecofeira da Lagoa da Conceição (em 2011) e (iv) convite para participação numa feira promovida pelo IFSC-Florianópolis (em 2012).

Durante os seus sete anos de funcionamento, este circuito de comercialização foi marcado, no geral, por uma gestão centralizada. Mas em certos momentos – como é o caso hoje em dia – predominou um estilo descentralizado de gestão. Em termos mais precisos, as CCE passaram por uma fase inicial de participação ativa, seguida por outra marcada pelo baixo nível de envolvimento e, recentemente, o grupo ingressou numa dinâmica mais sinérgica e coerente com os princípios básicos que nortearam a sua criação. Por um longo tempo a organização esteve concentrada em uma pessoa, em alguns momentos duas, e no início de 2013 emergiu um processo de descentralização para fortalecer o Núcleo Gestor, que conta atualmente (2014) com nove pessoas.

Tendo em vista o estabelecimento dos contatos iniciais com os fornecedores, optou-se pela mediação da *Cooperbiorga*, que se manteve por dois anos como único fornecedor. Posteriormente, outros fornecedores foram incluídos, e na última lista de compras de 2013 (50ª edição) aparecem os nomes de 22 fornecedores³³⁷.

Em seguida, foi desenhado o fluxo que o produto percorre do local de produção ao ponto de consumo final. Na primeira coluna, os produtos são entregues a um intermediário* (entendido aqui no sentido amplo do termo, podendo ser uma associação ou cooperativa, ou ainda, uma empresa ou um intermediário propriamente dito) e, em seguida, às CCE. Na segunda coluna, os produtos são entregues diretamente às CCE. Por sua vez, existem quatro variações no caminho percorrido da produção ao consumo: (i) um intermediário (panificação, restaurante ou loja especializada) se interpõe entre as CCE e o consumidor final; (ii) o consumidor retira os produtos em algum ponto de distribuição das

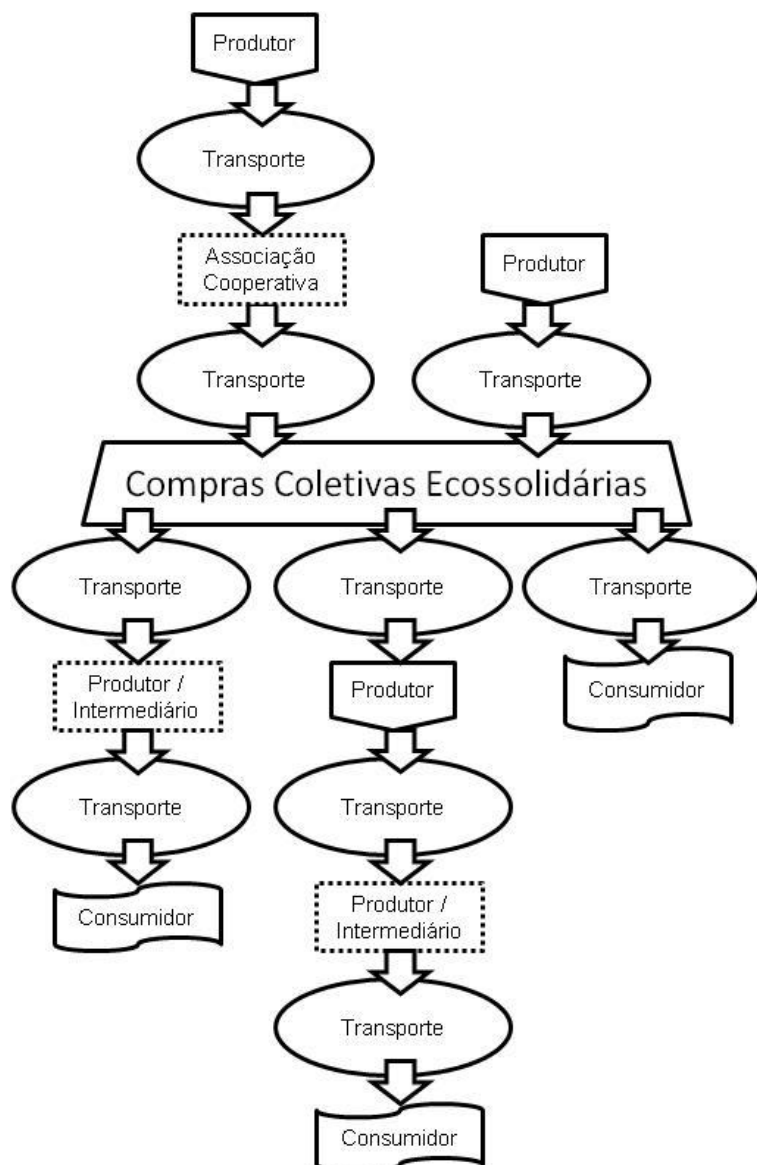
³³⁶ O *Green Drinks* é uma ideia internacional de promover um encontro entre pessoas que trabalham pela causa do meio ambiente. De uma maneira informal o “*Green Drinks*” ou “bebidas verdes”, em português, tem o objetivo de reunir e promover a troca de ideias e projetos para a sustentabilidade. Surgiu em 1989 em Londres e hoje está espalhado por mais de 70 países. http://en.wikipedia.org/wiki/Green_Drinks acessado em 06/12/2013.

³³⁷ Ver Anexo V

CCE³³⁸; (iii) um intermediário (panificação, restaurante ou loja especializada) retira os produtos no ponto de distribuição e, em seguida, efetua a venda para o consumidor; e, por fim, iv) o consumidor retira os produtos diretamente no ponto central das CCE.

³³⁸ Lembrando que a última edição do ano de 2013, possuiu 7 pontos de distribuição (Armação, Campeche, Cachoeira do Bom Jesus, Garopaba, Rio Vermelho 1 e Rio Vermelho 2)

Figura 12 – Fluxo do produto nas CCE



Fonte: Elaboração própria

O processo de seleção dos fornecedores é feito com base em alguns critérios orientadores - como orgânico, agricultura familiar, ou proximidade. Porém, o mesmo continua carecendo de maior clareza e transparência. Dessa forma, seria preciso que

[...] onde quer que as regras sejam criadas e aplicadas, deveríamos estar atentos para a possível presença de um indivíduo ou grupo que toma a iniciativa [...] [e] esperar encontrar pessoas tentando atrair o apoio de grupos coordenados e usando os meios de comunicação disponíveis para desenvolver um clima favorável de opinião [...]³³⁹

Essas deficiências na fixação dos critérios básicos de seleção dos fornecedores nas CCE poderiam ser entendidas pela “iniciativa, gerada pelo interesse pessoal, fortalecido com a publicidade e condicionada pelo caráter da organização, [esta] é, assim, a variável-chave na imposição da regra.”³⁴⁰

Outros entraves dignos de registro referem-se à ocorrência de queixas relacionadas à qualidade dos produtos oferecidos. Nestes casos, a compensação pode ser efetivada em dinheiro ou em produtos. No final de 2012, os produtos que não foram recolhidos no ponto de distribuição na data pré-marcada, e que não foram reservados³⁴¹, foram utilizados para o pagamento do banco de horas dos participantes que se envolveram na gestão. Já no ano seguinte (2013), foi implantado o pagamento do banco de horas em reais (R\$), fortalecendo assim a participação.

A relação com o Poder público permanece restrita à UFSC. Inicialmente (em 2007), por meio de um projeto de extensão foram disponibilizados bolsistas e uma dotação para a compra de uma balança (que acabou não sendo adquirida, pois o recurso nunca foi disponibilizado pela FAPEU). Mais tarde, o grupo organizador conquistou um espaço físico no campus e passou a dispor de um computador.

Vale a pena ressaltar que a *partilha* cumpre um papel importante na dinâmica operacional das CCE. Pois ela favorece os encontros regulares do núcleo gestor, além de se constituir num mecanismo de confraternização entre os participantes e também de monitoramento do

³³⁹ Becker, 1977, p. 107.

³⁴⁰ *Ibid.*, p. 92.

³⁴¹ Existe a possibilidade de reservar os produtos aos consumidores que não poderão estar presente na *partilha*.

grau de satisfação dos participantes. Houve *partilhas* que permitiram tomar conhecimento de novos fornecedores. Enfim, ela cumpre muitas funções no processo de operacionalização das CCE.

Inicialmente, elas eram promovidas nas próprias residências dos participantes. Houve também um encontro entre os consumidores no bairro Fortaleza da Barra, em 2008. A gestão sempre foi informatizada, mas no começo a *partilha* particularmente não era, e posteriormente foram inseridos computadores na própria realização da *partilha*.

Em algumas dessas *partilhas* prevaleceu o exercício da *economia da dádiva*³⁴², visto que uma produtora, além de enviar os produtos solicitados também, encaminhava frutas da época para serem distribuídas entre os consumidores.

Com os recursos advindos do percentual cobrado entre 2006-2010 (5%) e a partir de 2011 (20%), foi possível comprar quantias maiores de alguns alimentos com maior demanda pelos consumidores e ofertados na *partilha*, significando um maior volume adquirido dos produtores e uma maior satisfação dos consumidores.

Há casos em que a moeda circula apenas virtualmente, como é o caso dos fornecedores que compram nas compras coletivas, ou ainda através do valor produzido com o trabalho de gestão (banco de horas) que é revertido em consumo. A pretensão na utilização de uma moeda social esteve presente em dois casos analisados (CCE e Ecofeira), porém nunca se concretizou.

Em relação ao reforço às redes locais, recentemente (2013) foi retomada a articulação com o núcleo *Ratones* da Rede Ecovida, localizado em Florianópolis. Mas o grupo das CCE tem participado sem ainda entender bem os motivos de sua participação – como argumentou um dos entrevistados. Ele esteve presente também ao último encontro do núcleo *Litoral Catarinense* em Rancho Queimado (2013). E no VIII Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, em maio de 2012, as CCE realizaram a *partilha* no evento e participaram da Rodada de Negócios³⁴³.

Além disso, as CCE vêm contribuindo com os Encontros Nacionais de Grupos de Consumo Responsável, que ocorreram em 2011 e 2013, bem como com o projeto “Produção e consumo responsável nas redes territoriais: cooperação e articulação federativa para o comércio justo e solidário”, coordenado pelo Instituto Kairós. Apesar de ter sido

³⁴² Godbout, 1998.

³⁴³ Atividade coordenada pelo LACAF realizada no VIII Encontro da Rede Ecovida de Agroecologia

uma atividade pontual houve uma visita aos produtores que fornecem alguns produtos às CCE, sediados no município de Angelina.

A trajetória das CCE inspirou ainda várias outras experiências similares, a exemplo daquelas implantadas nos municípios de Palhoça, Itajaí e Matinhos. Sua difusão tem sido processada em jornais locais e potencializada por depoimentos realizados pela comunidade de estudantes de graduação e pós-graduação.

Em síntese, as principais dificuldades das CCE estão relacionadas com a disponibilidade de espaço físico, com um nível de envolvimento ainda muito restrito de pessoas interessadas e com impasses de natureza legal (informalidade). Como já visto anteriormente, persiste um processo de disseminação do conhecimento e de empoderamento ainda bastante frágil no âmbito da organização, estreitamente vinculada com o círculo pessoal de alguns dos seus integrantes.

4.2.3 *Box* 721 de Produtos Orgânicos

No decorrer do período de formação desta terceira estratégia de comercialização, foram realizadas inúmeras reuniões com agricultores vinculados a diferentes núcleos da Rede Ecovida. Muitas delas ocorreram na Sala de Reuniões da CEASA no município de São José, mesmo quando ainda não havia sido liberado o espaço de vendas.

O *Box* está inserido atualmente numa complexa teia de relações comerciais disseminadas num amplo espaço geográfico. Algumas dessas relações dizem respeito a trocas de produtos entre os próprios agricultores participantes. Utilizando os circuitos de comercialização já abertos pela Rede Ecovida, mas buscando ampliá-los, o *Box* constitui um instrumento de inovação social no interior da rede. Fortalece assim a busca de integração dos seus múltiplos “nós” e contribui para um aproveitamento otimizado do seu sistema de transporte. Por exemplo:

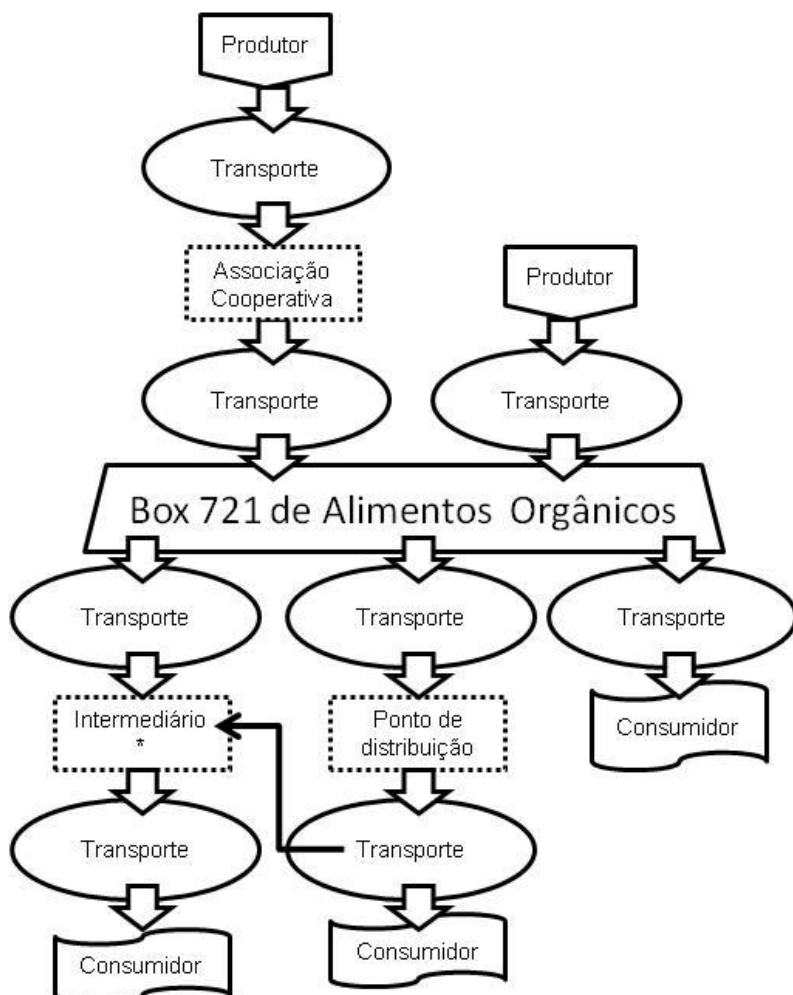
o caminhão da ACEVAM [Praia Grande] ...vem na segunda-feira trazer banana, ...já trouxe açaí, ...também já deixa produtos em Paulo Lopes, ...passa pegando produtos em Jaguaruna, ...atendendo Garopaba, e ele já fazia um circuito com o pessoal do Planalto Serrano, Ecosserra, ...a ideia é potencializar mais aquelas logísticas que já existem, até saturar e ...abrir uma nova, inclusive entrega interna a gente já fez com agricultor do núcleo, que antes só trazia produtos ao Box, e atendia alguns mercadinhos. (entrevistado)

Inicialmente, um agricultor que transportava os seus produtos até

o *Box* também esteve envolvido na busca de possíveis clientes. Pois nos primeiros tempos de funcionamento, a difusão da existência do *Box* e também da Rede Ecovida era realizada por meio de visitas domiciliares, onde era apresentada uma lista de produtos com os respectivos preços. Um casal de agricultores também esteve envolvido por um tempo neste esforço.

Outra característica dos primeiros tempos de atuação diz respeito ao surgimento de dificuldades com as operações de contabilidade. Além disso, cabe mencionar a inexperiência dos organizadores no lidar com as múltiplas dimensões da comercialização de produtos agroecológicos. Apesar de algumas dificuldades ainda permanecerem, a questão da formalização e contabilidade foi resolvida com uma ação provisória que permitiu a emissão de notas e contra-notas fiscais. A chegada da câmara fria, em janeiro de 2014, pode ser considerada como um divisor de águas, pois a partir deste momento vem sendo possível manter a qualidade dos produtos num período mais longo de estocagem – como salientou um dos informantes. Mas a garantia de transporte dos produtos até os clientes persiste como um item ainda problemático.

A complexidade de operações que envolvem a dinâmica de comercialização requer o máximo de eficiência na produção, no transporte até o ponto de comercialização, na estocagem e, por fim, no transporte até os clientes. Na figura 13 foram esquematizadas as variantes no fluxo dos produtos da produção ao consumidor final:

Figura 13 – Fluxo do produto no *Box*

Fonte: Elaboração própria

O fluxo de produtos que são depositados no *Box* pode ser mantido por meio de uma cooperativa/ associação, ou diretamente pelos próprios produtores. Já o fluxo que se estende do *Box* ao consumidor final pode assumir três variantes: na primeira coluna da figura 13 são os casos de um agricultor que é cliente do *Box* e oferece os seus produtos numa feira local – ou, no âmbito do PAA/PNAE, em diferentes

instituições (escolas, creches, etc.); ou de um intermediário (panificação, loja ou restaurante) que adquire os produtos no *Box* e os revende aos consumidores. No segundo caso em pauta, o agricultor que comprou para abastecer seu canal de comercialização vende para um intermediário (panificação ou loja especializada). Este, por sua vez, revenderá os produtos para o consumidor. Por fim, resta o caso daqueles consumidores que optam por retirar seus produtos diretamente no *Box*.

Nos casos das folhosas, o agricultor dispõe de 76 horas, após a colheita, para entregar o produto nas mãos do consumidor final. Do mesmo modo, como já citado, e como consta das atas datadas de 9/01/2012 e de 06/02/2012, efetua-se um mapeamento detalhado das rotas, dos dias de deslocamento do caminhão em cada rota, da ociosidade de carga em cada rota e dos possíveis locais para transferência de carga, buscando otimizar a logística de funcionamento.

A conjuntura atual é favorável, visto que o mercado de orgânicos está em crescimento. Em que pese a falta de recursos e todas as dificuldades encontradas na operacionalização do sistema, vem sendo possível conquistar, com base no trabalho em grupo, alguns avanços expressivos na aquisição de material de escritório (inclusive computador e impressora) e também numa melhor estruturação dos setores financeiro e contábil.

Todavia, as relações com o Poder público permanecem marcadas por inúmeros entraves. A gestão do local onde o *Box* está localizado é feita pela CEASA, e segundo um informante, esta entidade dispõe de bons funcionários. Porém, o problema reside nas intervenções dos agentes instalados nos níveis superiores de gestão, geralmente articulados com interesses político-partidários. A título de exemplo, o recurso inicial para a instalação do *Box* foi obtido no âmbito de um projeto do MDA voltado para diversificação da fomicultura, no valor de R\$ 100 mil reais. A FAPEU foi escolhida como gestora deste recurso, mas a liberação da verba ficou adiada por um ano. Nesse meio tempo, coube ao CEPAGRO arcar com os inúmeros gastos decorrentes do suprimento de luz, água e das taxas de condomínio - segundo relato de um entrevistado.

A rotina de funcionamento do *Box* pode ser sumariamente descrita da seguinte forma. Nas segundas-feiras, a oferta existente é identificada e dimensionada, definindo-se os preços. Em seguida, a lista é enviada aos clientes³⁴⁴. Os pedidos são feitos até às terças e as entregas processadas nas quartas feiras (mas podendo eventualmente ser

³⁴⁴ Lembrando que estes clientes muitas vezes são agricultores da Ecovida.

retiradas já nas terças feiras). Já as vendas ocorrem nas segundas, terças e quartas-feiras. Nas segundas-feiras de madrugada, os pedidos encaminhados na semana anterior (entre as quartas e as sextas feiras) são recebidos e processados.

No entanto, há agricultores que acreditam que o *Box* deveria ter simplesmente “aberto suas portas”, para além das vendas programadas sem estrutura de entrega - como vem acontecendo.

Apesar da necessidade de emissão de notas fiscais, muitos agricultores realizam trocas informais de mercadorias. Além disso, preços diferenciados são fixados para os agricultores vinculados à Rede Ecovida, visando fomentar a diversificação do sistema de comercialização. Vale a pena ressaltar também que os processos de aprendizagem social similares ao caso do *Box* envolvem geralmente conflitos de interesses nas relações interpessoais, exigindo lucidez no lidar com tais diferenças, consideradas inerentes à maior parte das ações coletivas efetivadas no âmbito do planejamento e da gestão de estratégias alternativas de desenvolvimento.

No bojo de um esforço de construção de um estilo de gestão participativa marcado por avanços e retrocessos, promover o empoderamento dos associados representa um dos principais desafios a serem enfrentados, daqui em diante, pela equipe gestora do *Box*. Neste sentido, a utilização da estrutura organizacional da Ecovida pode constituir um trunfo - seja mediante as reuniões da Comissão de Avaliação do núcleo³⁴⁵, da qual participam dois representantes de cada grupo, seja mediante as reuniões de grupo da qual um membro do *Box* participa regularmente.

4.3 TERRITORIALIZAÇÃO E FINANÇAS

A ação em rede tornou-se a forma dominante de coordenação econômica na atualidade. No caso específico das “redes alternativas”, tornam-se necessárias análises cada vez mais precisas dessa tensão permanente (“dialética sem síntese”) entre mercados e movimentos sociais, onde as transações estão fortemente ancoradas em códigos de valores.³⁴⁶

Os CCC analisados estão inseridos em um sistema alimentar territorial específico, definindo-se pela proximidade entre produtores e consumidores. E no caso do *Box*, uma ONG coordena a

³⁴⁵ Estrutura organizativa da Rede Ecovida

³⁴⁶ Wilkinson, op. cit.

comercialização. Tais circuitos realizam funções muitas vezes inovadoras de produção, de transformação, de comercialização (distribuição e comunicação) e de estocagem. Faz-se importante compreender o lugar de cada etapa, os modos de funcionamento e as interações que ocorrem durante a realização destas funções. A proximidade geográfica é outro item que caracteriza os circuitos curtos. Ela está diretamente associada às características territoriais e ao tipo de produto que é colocado em circulação. E, por fim, a organização é um elemento fundamental a ser levado em conta numa compreensão rigorosa do funcionamento dos CCC.³⁴⁷ Enquanto participante do mundo das relações de troca interpessoal, sua função extrapola a dimensão econômica, como é o caso dos *teikei*³⁴⁸ analisado por Maréchal³⁴⁹, Amemiya³⁵⁰ e Kimura e Nishiyama³⁵¹ - e mencionados acima.

Nesta subseção, a intenção é apresentar, de forma cursiva, a movimentação financeira destes CCC, com base nos dados disponibilizados na pesquisa de campo. Vale a pena salientar que, no caso da feira estudada, por um lado os entrevistados se sentiram intimidados em fornecer estes dados; por outro lado, muitas vezes os mesmos não estão compilados.

Os dados financeiros nos ajudam a formar uma imagem do volume de produtos comercializados ao longo de 2013, como está expresso na Figura 14.

³⁴⁷ Dubuisson-Quellier, Le Velly, op. cit.

³⁴⁸ Um sistema de produção-consumo desenvolvido no Japão desde 1960, na qual associa agricultura orgânica, pequena escala, voluntariado, trata-se de uma agricultura apoiada pela comunidade envolvendo milhões de pessoas.

³⁴⁹ 2007 apud Denèchère, Durand, Maréchal, op. cit.

³⁵⁰ 2007 apud Amemiya, Bénèzech, Renault, op. cit.

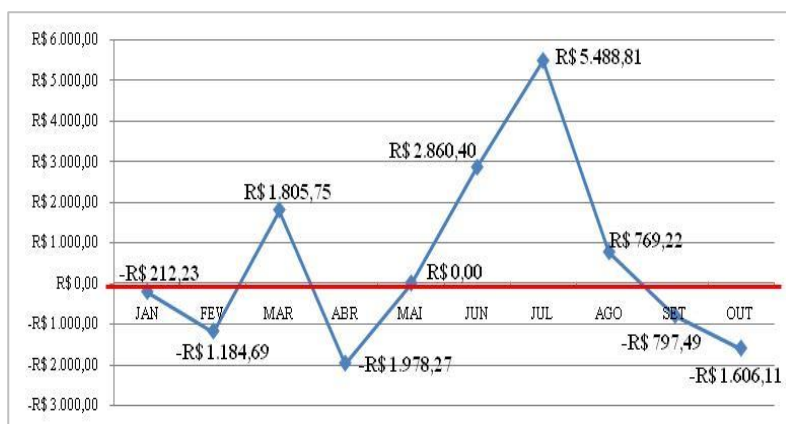
³⁵¹ 2008 apud Ibid.

Figura 14 - Receita Bruta 2013 do Box



Fonte: Elaboração própria

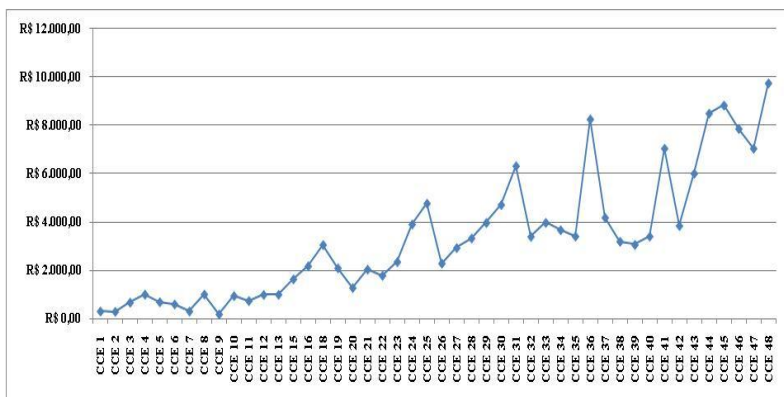
Comparando as Figuras 14 e 15 sobre a movimentação financeira do *Box*, podemos verificar que, apesar de um total comercializado na ordem de R\$ 98.608,89 – no período de janeiro a outubro de 2013 – o lucro total auferido neste período foi de apenas R\$ 5.569,85.

Figura 15 - Lucro do *Box* em 2013

Fonte: Elaboração própria

Já a movimentação financeira das CCE durante seus sete anos de existência (46 edições) foram de R\$ 153.388,26, com um lucro total estimado em R\$ 22.006,86. Importa salientar ainda que os dados de duas edições (14ª e 17ª) não foram contabilizadas, pois não constavam do banco de dados fornecido pelo dispositivo.

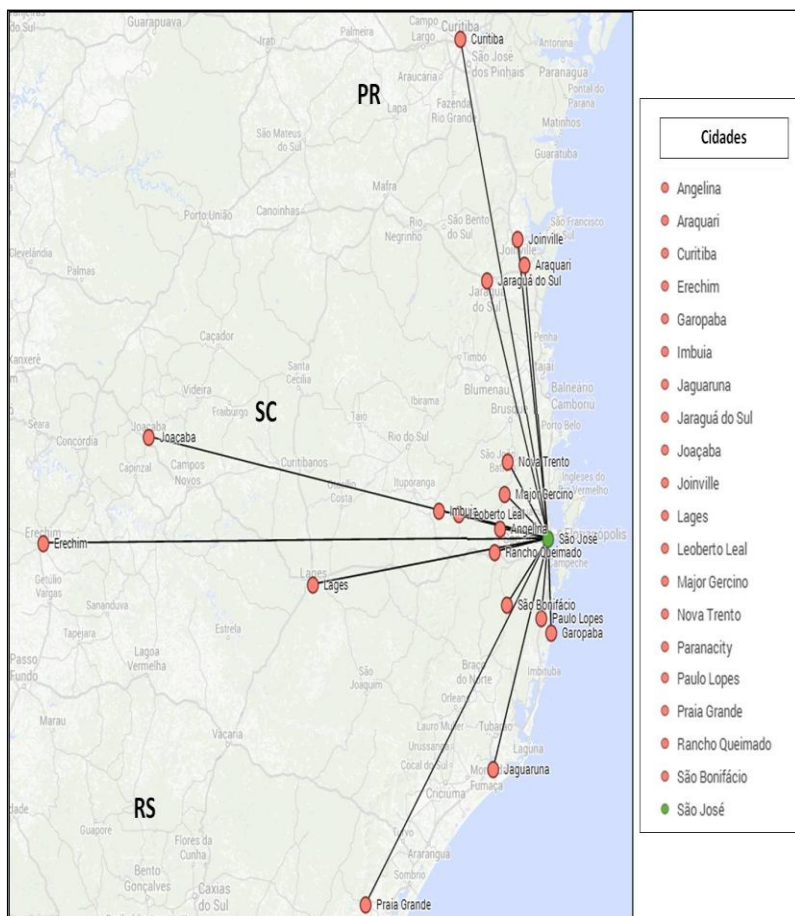
Figura 16 – Receita Bruta CCE (46 edições)



Fonte: Elaboração própria

Na sequência, é possível visualizar a extensão territorial de dois dispositivos (CCE e Box), visto que na Ecofeira os alimentos provêm regularmente de São Bonifácio e no caso das frutas ofertados por um dos grupos de agricultores variam conforme a disponibilidade no box ou do intermediário de SP vinculado à parceria já mencionada anteriormente. No caso do *box* como assinalado na seção anterior ele está intimamente articulado com os circuitos de comercialização da Ecovida, e assim este mapa é apenas uma foto do momento pesquisado, mas conforme a oferta e a logística da Ecovida tal mapa inclui outros pontos.

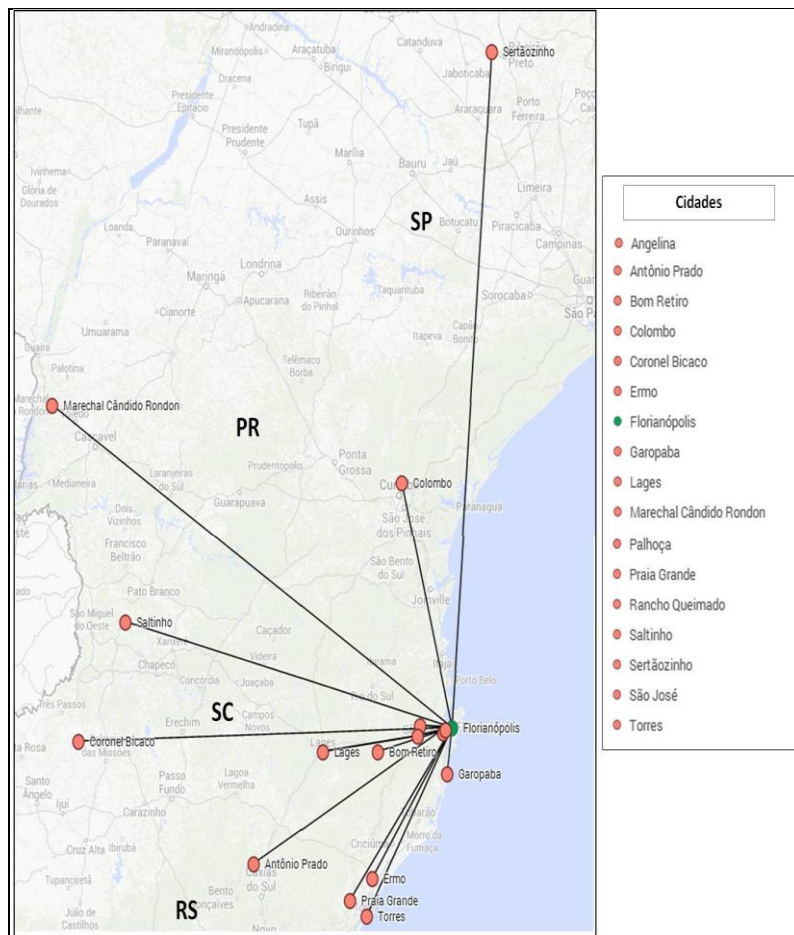
Figura 17 – Territorialização do Box



Fonte: Elaboração própria

Já no caso das CCE, o mapa apresentado é mais estável, pois a inclusão de fornecedores não ocorre conforme a oferta, mas segundo os critérios fixados pelo próprio grupo – como indicamos na seção anterior. O esquema permite a visualização de um ponto localizado no estado de São Paulo, sugerindo a existência de relações comerciais com um grupo de grande porte, responsável por 30% do mercado mundial de açúcar orgânico.

Figura 18 – Territorialização das CCE



Fonte: Elaboração própria

Com o intuito de verificar a coerência dos valores cobrados por produtos oriundos das CCE, foram realizadas comparações entre os preços de alguns produtos oferecidos na última edição das CCE do ano de 2013 (novembro) e os preços de produtos iguais ou equivalentes em duas lojas especializadas, localizadas na Ilha de Florianópolis.

A escolha das lojas especializadas levou em conta a similaridade com a proposta das CCE, sendo estabelecimentos que comercializam produtos orgânicos, naturais e integrais. No total foram comparados 12

produtos escolhidos por estarem presentes nos três canais de comercialização analisados. Dos produtos analisados foram encontrados cinco produtos idênticos e da mesma marca; os outros sete eram produtos equivalentes, porém de marcas distintas. Alguns produtos analisados nas lojas especializadas não apresentavam a garantia de que poderiam ser classificados como orgânicos. Pois estavam embalados sem apresentar a discriminação de sua origem.

A análise realizada permitiu constatar que grande parte dos produtos selecionados apresentava um preço final inferior nas CCE, em comparação com os preços cobrados nos outros dois estabelecimentos avaliados. Em uma avaliação geral, somando-se todos os produtos selecionados, foi possível identificar que o consumidor final pode economizar cerca de 80% na compra destes produtos nas CCE, em relação com os outros dois estabelecimentos.

Uma conclusão mais precisa foi possível ao serem comparados produtos idênticos (mesmo conteúdo e marca) oferecidos nos três canais. Os cinco produtos idênticos apresentaram preço sempre inferior nas CCE. O valor dos produtos cobrados neste dispositivo oscilou entre 19% à 42% mais baixo dos que nos outros dois estabelecimentos.

o o o

4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

A associação entre determinados atores buscando a diminuição de intermediários, a redução de custos financeiros e a divisão justa dos resultados do trabalho, apesar de sofrer com disfunções situacionais e organizacionais, tem representado um esforço de enfrentamento das coações impostas pelas dinâmicas hegemônicas de desenvolvimento no cenário costeiro catarinense.³⁵²

A autogestão da produção precisa ser acompanhada da autogestão do consumo e, dessa forma, contribuir para a formação de um sistema econômico alternativo. E o termômetro que poderia balizar as transformações desejadas parece ser exatamente a capacidade autogestionária dos agentes envolvidos nesses dispositivos.³⁵³

No caso dos três dispositivos analisados, não existe ainda em curso um processo dotado deste perfil. Na Feira, persistem diferenças substanciais entre os dois grupos de agricultores analisados: um deles

³⁵² Schmitt, Neto, 2011; Marques, Lucas, Sarmiento, 2010.

³⁵³ Mance, op. cit.

busca se beneficiar do princípio de *reciprocidade assimétrica* - nos termos de Sabourin (2011) -, enquanto o outro grupo tende a internalizar a busca de *reciprocidade simétrica*, à respeito do modo como os agricultores feirantes se relacionam com os outros agricultores fornecedores.

No caso das CCE, em consequência do desligamento daquele ator que, às custas de uma centralização das tomadas de decisão, assegurou a funcionalidade do dispositivo, vem ocorrendo um processo de descentralização do sistema de gestão. Mas este processo não alcançou ainda o estágio da autogestão. Neste sentido, além das falhas na divulgação ampla dos resultados alcançados nas reuniões, as relatorias não têm sido repassadas e - o que é mais grave - nunca foram programadas assembleias gerais dedicadas ao planejamento estratégico do dispositivo. No caso do *Box*, o grau de participação dos envolvidos tem sido maior, seja em decorrência da própria estrutura organizativa da Rede Ecovida, seja pela existência de um leque mais diversificado de atores envolvidos. Todavia, os responsáveis pela operacionalização deste dispositivo não dispõem ainda de mecanismos claramente formulados para as tomadas de decisão.

Os três dispositivos aqui analisados nos permitem reconhecer que os vínculos de reciprocidade coexistem com vínculos baseados na lógica da troca mercantil. Eles têm sido

[...] um exemplo de dispositivo coletivo que pode criar uma fronteira de sistema ou uma territorialidade de reciprocidade, protegendo certos produtos locais ou regionais da concorrência da troca capitalista. [...] Além do mais, deve se evitar uma idealização dos sistemas e práticas de reciprocidade. Assim como a troca capitalista, eles conhecem alienações perigosas. [...] Os perigos ligados à centralização da redistribuição ou à assimetria da reciprocidade (dádiva agonística, paternalismo, clientelismo, etc.)³⁵⁴

Dessa forma, parece evidente que os dispositivos deverão aperfeiçoar seus processos de comunicação interna e externa, tendo em vista um ganho de maior transparência e legitimidade nas práticas de gestão. Todavia, sem deixar de levar em conta - realisticamente - as

³⁵⁴ Ibid., p. 75.

coações e oportunidades decorrentes do funcionamento da economia de mercado na fase atual de *globalização assimétrica*³⁵⁵.

Nessas condições, de acordo com a polaridade das relações e a natureza do projeto social e político – privilegiar o laço social e a economia humana, ou a concorrência para o acúmulo privado –, as organizações modernas ou tradicionais podem escolher entre o desenvolvimento de troca ou da reciprocidade.³⁵⁶

Observou-se também, mediante a pesquisa de campo, que uma nova economia vem sendo construída por um leque bastante diversificado de atores e instituições. Isto pressupõe obviamente um certo nível de ousadia e capacidade de aprendizagem e articulação entre os diferentes agentes envolvidos, para que as transformações norteadas pelo enfoque de *ecossocioeconomia* se tornem realmente uma opção viável hoje em dia. Pois do ponto de vista defendido neste trabalho, seria o exercício da *aprendizagem social adaptativa*, em busca de atalhos alternativos centrados num novo paradigma cognitivo, que poderia criar as bases de um movimento capaz de reverter a dinâmica destrutiva que se tornou hegemônica em escala planetária.

O diagnóstico permitiu avaliar as interações entre os dispositivos existentes e verificar os elementos que poderiam auxiliar na construção progressiva de um SALT. Em síntese, os dispositivos devem ser entendidos da seguinte maneira: sua **interface** está intimamente relacionada com a existência de vínculos *territorializados*; suas **estruturas de venda** envolvem, além dos atores e participantes, as interações entre estes e os produtos ofertados; seu **mundo do consumo** é afetado pela origem, quantidade e dispersão dos consumidores; seus produtos refletem a valorização de **recursos territoriais** que podem ou não estar ancorados no território, ou seja, podem estar relacionados com a **qualidade dos produtos** ou com a **qualidade do território**. Mas carecemos ainda de informações mais precisas sobre as modalidades de interação dos três dispositivos com outros dispositivos - locais e implantados em outras regiões.³⁵⁷

A existência dos CCC não apenas contribui para a economia de tempo dos agricultores. Promove também a motivação e a auto-estima dos mesmos, valorizando ao mesmo tempo a figura do *consumidor responsável*. Pois um cidadão preocupado com o agravamento da

³⁵⁵ Tauile, op. cit.

³⁵⁶ Sabourin, op. cit., p. 149.

³⁵⁷ Denechère, op. cit.

problemática socioecológica no momento de consumir alimentos tende a se inserir num movimento de politização do cotidiano que vem se tornando indispensável ao enfrentamento da crise. É claro que tal conceito refere-se unicamente a certos contextos onde os consumidores compartilham responsabilidades. Neste sentido, ele não poderia ser generalizado para caracterizar o conjunto das relações de consumo atualmente existentes – ou a totalidade dos consumidores envolvidos nestes dispositivos. Pois a seleção das mercadorias não é unicamente resposta às seleções condicionadas por relações sociais específicas – ou baseadas apenas em injunções normativas. Seja como for, seria ocioso insistir aqui no reconhecimento de que, na esfera do consumo, os “velhos” critérios de preço e comodidade já não mantêm vínculos significativos com a ação política.³⁵⁸

Na medida em que a questão do preço ainda hoje define o estilo de consumo da maioria dos consumidores, torna-se necessário que a comercialização agroecológica não esteja baseada apenas no pagamento por mais saúde e mais respeito ao meio ambiente. Seria também essencial superar os inúmeros obstáculos que cercam os processos de produção e comercialização, levando-se em conta as disparidades em termos de apoio governamental que caracterizam a agroecologia em comparação a agricultura convencional.

Em síntese, essas análises foram realizadas no intuito de contribuir para fazer avançar o debate sobre os circuitos curtos de comercialização da perspectiva de um novo estilo de desenvolvimento.³⁵⁹ O próprio enquadramento a partir do enfoque de *ecodesenvolvimento territorial* permitiu-nos situar a temática deste trabalho da perspectiva de uma elucidação “dos principais pontos de estrangulamento colocados atualmente pela problemática socioambiental; [composta por] diferentes aspectos de uma crise da lógica profunda de organização das sociedades contemporâneas”³⁶⁰

Desta forma nossas perguntas orientadoras podem ser respondidas da seguinte maneira:

i) Como funcionam os circuitos selecionados?

Cada dispositivo possui uma forma de operacionalização peculiar, dado que são modalidades distintas. A Ecofeira é uma feira livre, onde

³⁵⁸ Portilho, op. cit.

³⁵⁹ Rastoin, 2010; Sabourin, op. cit.; Fonseca et. al., op. cit.; Silveira et. al., 2009; Amemiya, Bénézech, Renault, 2008; Maréchal, op. cit.; Humbert, Castel, op. cit.; Filippini, Cordeiro, op. cit.; Dubuisson-Quellier, Le Velly, 2008; Sachs, op. cit.; Vieira, 2013.

³⁶⁰ Fontan, Vieira, op. cit., p. 32.

os agricultores feirantes estabelecem relações com outros agricultores de seu município de origem, e numa das barracas possui uma parceria que lhe permite acesso a uma variedade maior de produtos. As CCE são realizadas por “edições” e organizadas pelo Núcleo Gestor, sem uma periodicidade fixa, seu fluxo de funcionamento está discriminado detalhadamente na p. 126. Já o Box, enquanto estratégia de comercialização da Rede Ecovida, verifica semanalmente a oferta entre seus agricultores e oferece aos clientes previamente contatados, visto que atualmente realizam prioritariamente vendas programadas.

ii) Quais são os princípios econômicos nos quais eles se baseiam?

Nos termos apresentados neste trabalho eles operam como *interfaces de sistema* ou como *territorialidade da reciprocidade*, afinal são instrumentos que realizam trocas mercantis porém existem inúmeras relações qualitativas – *relações de reciprocidade*, que estes dispositivos operam em suas transações.

iii) Quais são as evidências que nos autorizam a caracterizá-los à luz dos conceitos de *proximidade e reciprocidade*?

Conforme foi apresentado anteriormente a noção de proximidade dá-se através de duas possibilidades – territorial e organizativa, sendo um conceito flexível e ajustado para análise dos dispositivos em questão. Ou seja, apesar da proximidade territorial não ocorrer integralmente nem na modalidade mais direta - feira livre, ela está presente, porém representa um desafio a ser perseguido pelos dispositivos.

iv) Em que sentido tais circuitos curtos de comercialização estariam contribuindo hoje em dia para impulsionar a formação de SALTs na zona costeira catarinense?

Estamos diante um contexto ainda muito embrionário de SALT, demandando um esforço suplementar de pesquisa e ação voltado aos CCC neste território. Porém são visíveis os avanços que os dispositivos trazem para a conformação de um SALT, são eles: engenhosidade na operação da comercialização (logística, estocagem,...); articulação de consumidores; organizações sociais interessadas; produção crescente, entre outros.

v) Quais seriam os principais obstáculos à consolidação institucional e à diversificação dessas experiências, em sintonia com a abordagem de *ecodesenvolvimento territorial*?

Carecem de planejamento estratégico compartilhado, de mecanismos de empoderamento autogestionário, de formação ideológica, de envolvimento do poder público e ainda, de aprendizagem social adaptativa.

5. DESENHANDO UM CENÁRIO PROSPECTIVO EXPLORATÓRIO

As conquistas de amanhã são frutos de lutas e de alianças processadas no presente³⁶¹

O diagnóstico precedente (descritivo e explicativo) constituiu o fundamento da análise prospectiva que compõe este capítulo. Mediante a identificação das possíveis zonas de consensos e de conflitos, foi possível elaborar as linhas de um cenário experimental de escopo normativo, gerando informações passíveis de nortear uma programação de ações ajustadas a uma visão sistêmica e de longo prazo.³⁶²

Conforme Rastoin (2011), o movimento de ruptura com o modelo de desenvolvimento hegemônico implica a concepção de cenários de transição. No contexto altamente complexo e turbulento em que vivemos apenas transformações abruptas e radicais poderão trazer uma ruptura com o cenário tendencial. No caso específico dos CCC, parece inescapável a necessidade de se estimular cada vez mais não só a consistência dos seus princípios ético-políticos, mas também inovações em termos de qualificação dos produtos e de modelos de produção e distribuição, além do reforço das articulações cooperativas entre empreendimentos específicos e entre dinâmicas territoriais mais amplas.³⁶³

O cenário que está sendo oferecido guarda sintonia com uma grande diversidade de cenários existentes no campo da prospectiva territorial (como indica o Quadro 08). Situa-se na linha de continuidade de outros trabalhos³⁶⁴ voltados a uma reflexão de cunho estratégico, capaz de desvelar novas orientações da pesquisa no domínio da agronomia, da saúde coletiva e das práticas de *consumo responsável*³⁶⁵.

Neste sentido, a intenção é não tanto de cunho prescritivo, e sim heurístico. A reflexão sobre as condições atuais de viabilidade de um SALT à luz dos aportes dos teóricos do ecodesenvolvimento incorpora a elucidação das principais potencialidades e desafios que tal construção implica. Pois “o marco prospectivo nos convida a fazer frente e

³⁶¹ Fontan, Vieira, op. cit., p. 65.

³⁶² Vieira, 2006.

³⁶³ Rastoin, 2011.

³⁶⁴ Aem, 2005; Iaastd, 2009; Agrimonde, 2010.

³⁶⁵ “concevoir les modalités d’une réflexion stratégique fondée sur une approche prospective afin d’éclairer les orientations de la recherche dans le domaine de l’agronomie et de l’alimentation au sens large” Cf. Dorin, Paillard e Treyer, 2010, p.15.

antecipar os desafios que se anunciam além da situação presente” (tradução nossa)³⁶⁶

Quadro 08 – Os diferentes tipos de cenários prospectivos

Os cenários podem ser distinguidos em função do posicionamento do significado do cenário em relação ao tempo. O **cenário exploratório** é assim contruído para extrapolação das tendências passadas e presentes (partindo do passado para imaginar o futuro) enquanto que o **cenário normativo** ou de antecipação é construído de maneira retrospectiva, isto é começando por uma visão desejada ou ao contrário, temendo o futuro, construir o presente.

Os cenários podem igualmente ser distinguidos em função da natureza das hipóteses iniciais sobre a evolução das variáveis chaves. O **cenário tendencial** corresponde a uma hipótese global de prolongamento das tendências em ação enquanto que o **cenário contraste** traz a noção de ruptura em relação ao presente.

Fonte: Commissariat General du Plan³⁶⁷

A construção de um *plano estratégico de ação*³⁶⁸ para a conformação de um sistema alimentar territorializado envolvendo os dispositivos pesquisados, e outros existentes na Grande Florianópolis, dependerá, por um lado, da capacidade de mobilização dos atores públicos e privados, onde a participação da sociedade civil é um pressuposto. Este objetivo requer a formação de parcerias que também estejam voltadas para elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento integrado, voltado à comercialização de produtos agroecológicos.

Por outro lado, a superação ou a minimização dos desencontros entre pesquisadores e operadores deverão pressupor o “entendimento de que as instituições de pesquisa e aquelas voltadas para as ações concretas de desenvolvimento poderiam estabelecer um modelo

³⁶⁶ “la démarche prospective invite à faire face et à anticiper les défis qui s’annoncent au-delà de la situation présente.” Cf. Hubert, Caron e Guyomard, op. cit., p. 237

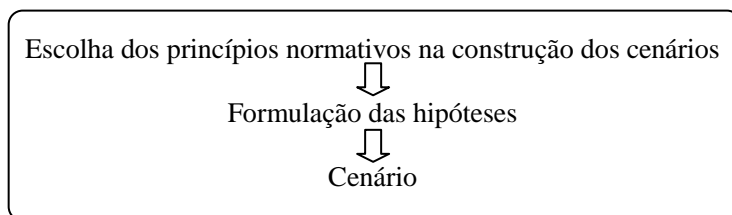
³⁶⁷ 2004 apud Paillard, Ronzon, Treyer, op. cit., p. 69 tradução nossa.

³⁶⁸ Conforme roteiro metodológico apresentado por Vieira (2006) esta etapa é posterior ao exercício prospectivo e realizado pelos sujeitos envolvidos na pesquisa em conjunto com os pesquisadores.

contratual de interação e colaboração.”³⁶⁹ A pesquisa pode auxiliar decisivamente tanto na formação dos novos agentes de desenvolvimento, quanto na prospecção rigorosa de cenários prospectivos - ou ainda contribuir no monitoramento e na avaliação de projetos, programas e políticas de desenvolvimento. A busca de complementaridade entre a pesquisa científica e a dinâmica de funcionamento das instituições promotoras de novas estratégias de desenvolvimento local representa assim uma condição *sine qua non* de êxito de uma nova modalidade de intervenção concertada, de caráter sistêmico, na realidade social.

O roteiro adotado na elaboração do cenário pode ser esquematizado da seguinte maneira.

Quadro 09 – Etapas de construção de cenários



Fonte: Elaboração própria

Pelo fato dos princípios normativos já terem sido apresentados no capítulo 3 e as hipóteses de trabalho constarem do capítulo introdutório, resta-nos apenas delinear o cenário de construção de um *sistema alimentar territorializado* – integrando as três modalidades de comercialização analisadas acima.

5.2 CONDIÇÕES DE VIABILIDADE DE UM SALT

Um SALT constitui o resultado de ações integradas envolvendo diferentes CCC na reconstrução da cadeia logística. Esta última pode ser entendida como “o conjunto dos fluxos físicos e informacionais, bem como as ligações geográficas que estruturam as cadeias de

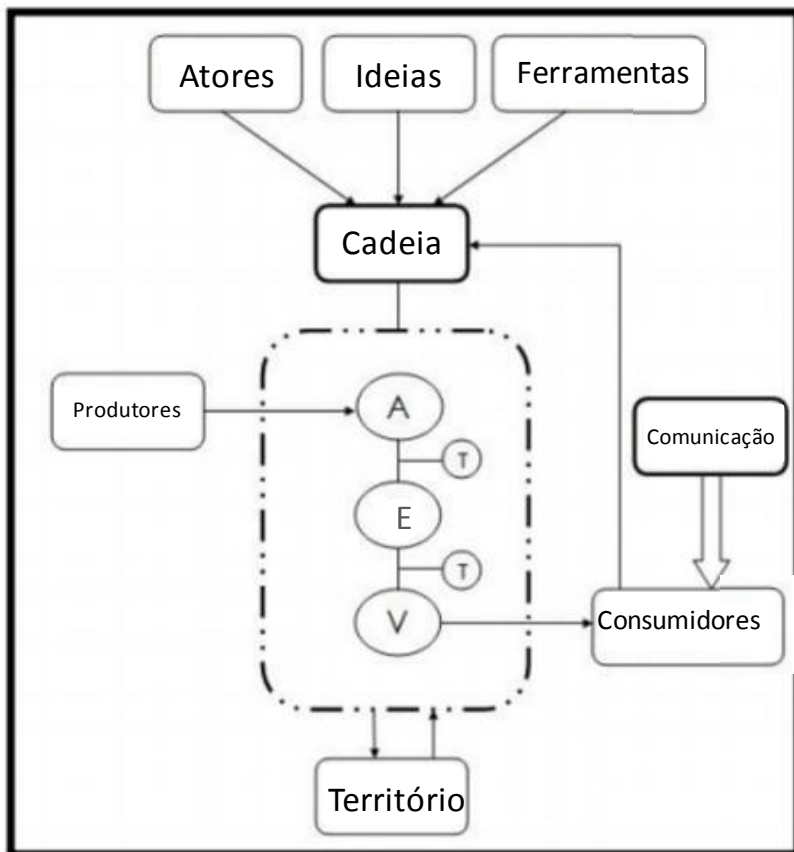
³⁶⁹ Cazella, op. cit., p. 244.

abastecimento e de distribuição das cadeias alimentares” (tradução nossa)³⁷⁰.

Na figura 19 é possível visualizar os componentes, os recursos e a malha logística existente nos C³MA. Os *componentes* são os atores responsáveis pela construção da cadeia, ou seja: os produtores, os consumidores e as organizações presentes no território; os *recursos* são formados por elementos materiais e imateriais identificados nos atores (recurso humano), nas idéias (ou na motivação da equipe), nas ferramentas (maquinário, entrepostos logísticos, pontos de venda, meios de transporte ou embalagem), na comunicação (interna e externa) e no fluxo de informação e de resíduos (logística reversa); e, por fim, a *malha logística* é representada pela cadeia formada pelo abastecimento (A), pela estocagem/condicionamento/transformação (E) e pela venda (V). Na cadeia logística existem três fluxos: i) o fluxo de abastecimento (*enlèvement*) entre produtores e “A” e entre “A” e “E”; ii) o fluxo de entrega entre “E” e “V”; e ainda, iii) o fluxo chamado trajeto do consumidor entre “V” e consumidores.

³⁷⁰ “l’ensemble de flux physiques et informationnels ainsi que des lieux géographiques qui structurent les chaînes d’approvisionnement et de distribution des filières alimentaires”. Cf. *Ibid.*, loc. cit.

Figura 19 – Esquema da cadeia dos C'MA



A = abastecimento; E = estocagem, condicionamento e transformação; V = venda; T = transporte. Fonte: Messner, 2013.

Os principais *trade-offs* para a conformação deste cenário podem ser resumidos da seguinte maneira: *investimento*, pois a viabilização dos dispositivos necessita de aportes (financeiro, trabalho, conhecimento,...); *deficiências de monitoramento* por parte do poder público e da sociedade civil organizada; *limitações de tempo*, visto que muitas vezes os dispositivos raramente tornam-se economicamente viáveis no curto prazo; *custos de logística*; *carência de mão-de-obra qualificada*; e dificuldades com a *operacionalização da logística de transporte e de estocagem*.

Proximidade organizativa e territorial

Nos três casos analisados, a proximidade territorial e/ou organizativa entre os consumidores e os produtores deverá se tornar cada vez mais visível e explorada. Esta operação deverá ser precedida por um diagnóstico territorial, onde serão levantados os produtores e a oferta de produtos, bem como os consumidores e suas demandas. Mais precisamente, tomado como base para o trabalho seguinte, este diagnóstico inicial deverá identificar (i) os produtos passíveis de comercialização e os produtores dispostos a trabalhar em grupo; (ii) os consumidores dispostos a se integrar em CCC; e, por fim, (iii) outros diagnósticos territoriais, visando conhecer os atores e suas redes e fortalecer os “cinturões verdes” ao redor das cidades, bem como as experiências inovadoras de agricultura urbana, aproveitando a rede logística existente (entrepósitos, rotas,...) etc.³⁷¹

Ao diagnóstico inicial se superpõe a verificação daquilo que seria passível de aproveitamento visando o desenvolvimento do SALT. Isto na medida em que alguns já estão inseridos em circuitos comerciais clássicos e outros apresentam características inovadoras. Dessa forma, neste momento da dinâmica a cadeia poderá ser estruturada com base em três pontos de referência: abastecimento, transporte e estocagem.

No que tange ao primeiro ponto, o abastecimento, além de uma seleção criteriosa dos produtores, a produção deveria ser coordenada com base numa logística consistente. Quanto aos dois outros pontos, transporte e estocagem, face às limitações orçamentárias típica dos projetos inovadores, impõe-se valorizar ao máximo os recursos já existentes e explorar, por meio de inovações sociotécnicas, o potencial de recursos ainda subutilizados ou mesmo ainda desconhecidos. Inclui-se aqui a preocupação pela otimização dos sistemas de transporte e estocagem, sempre resguardando a coerência da plataforma ético-política ecodesenvolvimentista.

O sistema de comunicação deverá merecer também uma atenção especial. Além do envolvimento seletivo em redes locais, da agenda de trabalho deveria constar necessariamente a promoção de eventos educativos, a criação de Marcas Territoriais e a utilização de embalagens recicláveis/reutilizáveis.³⁷² Ações que levam em conta o conjunto das cadeias deverão se tornar uma das marcas distintivas do SALT. No item

³⁷¹ Ibid.

³⁷² Ibid.

relativo a embalagens, o recolhimento daquelas que foram utilizadas deverá ser acompanhada do repasse de informação sobre as características dos produtos e dos processos envolvidos na criação dos CCC, ressaltando a sua relevância no atual estágio de evolução do debate sobre a ecologização das dinâmicas de desenvolvimento.

A gestão deverá estar permanentemente atenta aos fatores-chave capazes de minimizar os riscos de desvios, a saber: equipe de coordenação sinérgica, criativa e flexível; monitoramento permanente das ações em todos os níveis; abertura a inovações sociotécnicas; articulação em rede com experimentos similares em diferentes escalas territoriais; profissionalização do trabalho; mobilização de uma ampla gama de estagiários (jovens aprendizes, estudantes, desempregados, aposentados); busca de assessoramento técnico nos setores financeiro, jurídico, pedagógico, sanitário, de política agrária e de *marketing* diferenciado, com apoio da comunidade universitária – entre outros.

No caso da Feira, os alimentos deveriam dispor de identificação visual, visto que nem todos os produtos são produzidos pelos feirantes. No caso da organização de consumidores haveria *tours* aos produtores uma vez ao ano, financiados pela universidade ou pelos próprios consumidores. Já no caso de ponto de venda coletivo os encontros que já ocorrem entre produtores serão divulgados aos consumidores.

Haverá também dentro do SALT uma comunicação interna compartilhada no que tange aos produtores e consumidores, ou seja, os dispositivos que lhes estarão associados compartilharão entre si informações sobre os fornecedores e consumidores envolvidos em cada dispositivo.

A proximidade organizativa deverá estar sempre acompanhada da proximidade territorial, numa relação de integração sinérgica a ser embutida no planejamento estratégico. Assim, tanto as distâncias buscarão ser sempre as menores possíveis entre fornecedor-consumidor, como as logísticas buscarão o máximo de eficiência, e para isso os dispositivos farão entre si um planejamento conjunto. Haverão encontros e publicação de matérias impressos e virtuais para informar sobre os dispositivos, e no SALT como um todo. E assim, cada produtor e cada consumidor poderão definir as modalidades e os dispositivos alimentares que mais lhes convém.

Difusão social das iniciativas em curso

Nos dois casos onde são comercializados alimentos mais facilmente perecíveis (a Feira e o Ponto coletivo), uma opção de

redução máxima das perdas deveria passar pela organização de um sistema de distribuição gratuita dos produtos à população mais carente.

Nunca é demais insistir na relevância da formação ideológica dos envolvidos na gestão de CCC. A intenção seria evitar que o consumo de orgânicos acabe se tornando *elitizado*, em detrimento da cobertura das necessidades de segurança alimentar e saúde integral dos extratos baixos e médios da população. Um desdobramento importante desta preocupação deverá passar pelo enfrentamento sistemático dos entraves burocráticos estruturais que continuam ainda hoje dificultando – paradoxalmente - o fornecimento regular de produtos saudáveis (sobretudo) à rede pública de ensino e de atendimento à saúde.

A construção de um Mercado Popular itinerante e de um Restaurante Popular, conforme os envolvidos sinalizaram na pesquisa de campo, deverão também compor a dinâmica de atuação do SALT. A combinação dessas duas iniciativas poderia assegurar maiores chances de êxito do sistema, pois os produtos que eventualmente perderem valor nas trocas comerciais convencionais poderiam ser aproveitados no preparo das refeições em empreendimentos norteados pelos princípios da economia solidária. Outra possibilidade interessante refere-se à confecção de cestas de produtos organizadas pelas próprias comunidades, em parceria com o setor público e com organizações civis.

Neste contexto, as inovações corporificadas na estruturação de CCC de alimentos saudáveis, livres da adição de venenos, passaria a ser vista como um serviço público essencial e um direito inalienável das comunidades. Sua disseminação daqui em diante dependeria (i) de apoio político para facilitar a compreensão da lógica profunda dos SALTs na massa da população, bem como os benefícios que eles poderiam proporcionar a todos os segmentos sociais; (ii) de uma repartição equilibrada e flexível das tarefas entre os agentes envolvidos e de um planejamento estratégico de todos os elos da cadeia; (iii) de um aprimoramento constante da logística de abastecimento e distribuição, bem como da logística reversa, no ganho crescente de eficiência, redução de custos e de preços; e, por fim, (iv) de uma preocupação permanente pela internalização dos princípios de *aprendizagem social adaptativa em sistemas de gestão ao mesmo tempo integrada e compartilhada de bens comuns*.³⁷³

Promoção de tecnologias sociais

³⁷³ Ibid.

A criação de “bancos de idéias”, como sugere Tauile (2001), para o aperfeiçoamento dos processos e o desenvolvimento de sistemas de gestão e divulgação informatizados dos dispositivos analisados poderia se revelar também como um aporte digno de registro. Pois permitiria não só a obtenção de ganhos de escala, mas também o aperfeiçoamento dos processos de inovação sociotécnica em curso e a conquista de *vantagens diferenciadoras*³⁷⁴ - no sentido atribuído ao termo pelos teóricos do ecodesenvolvimento territorial.

Por sua vez, o processo de reorganização interna do Núcleo Gestor das CCE deveria ser intensificado, mediante articulações duradouras com outros grupos sensíveis ao ideário ecológico-político sediados na comunidade acadêmica. Dessa forma, ele poderia dispor de melhores condições de barganha política visando dispor, a médio prazo, de um espaço próprio de atuação no *Parque Ambiental*, ainda em fase de planejamento pela Reitoria da UFSC.

Haverá também uma publicação que desempenhará a função de manter a história do dispositivo e, assim minimizar os efeitos causados pelo seu desconhecimento.

Os CCC como itens prioritários de pesquisas orientadas para ações de planejamento

Os três dispositivos, além da perspectiva de maturação de um SALT nos próximos tempos, deveriam se tornar alvos de pesquisas integrativas, de escopo interinstitucional, abarcando suas múltiplas dimensões: agrônômica (fatores que potencializam ou limitam as novas dinâmicas produtivas); sociológica (relações sociais, políticas e culturais entre consumidores e produtores); nutricional (efeitos da alimentação na saúde individual e coletiva e opções de recriação de hábitos alimentares); educacional (acolhimento de estudantes e docentes nos dispositivos, organização de palestras e vivências); e comunicacional (elaboração de embalagens, folders, cartazes, banners, participação em programa de rádio, etc.) – dentre outras.

Ou seja a pesquisa sobre o SALT e mais amplamente sobre os CCC vem ganhando maior atenção dentro da comunidade científica e da sociedade em geral. Seu desenvolvimento, conformado por diferentes modalidades e dispositivos de comercialização permitirá novas ações de planejamento dos sistemas agroalimentares locais

³⁷⁴ Cf. Tauile (2001, p. 15) são “aquelas construídas pela ação objetiva dos agentes e que realimentam a própria competitividade”.

5.1 SÍNTESE DO CAPÍTULO

O destino das nações depende da maneira como elas se alimentam
Brillat-Savarin³⁷⁵

Um envolvimento mais intenso do CEPAGRO e do LACAF-UFSC, além de outras entidades vinculadas constitui uma condição essencial para a consolidação do SALT em pauta neste trabalho. Isto representaria um salto de qualidade de indiscutível valor para os CCC analisados, tanto em termos de profissionalização crescente das ações realizadas, quanto de estreitamento dos vínculos de cooperação com as universidades e institutos extra-acadêmicos de pesquisa tecnológica, além da rede de movimentos populares e organizações civis. O fortalecimento institucional do ponto de venda coletivo permitiria alcançar níveis mais satisfatórios de garantia em termos de volume, regularidade, diversidade e qualidade dos alimentos agroecológicos oferecidos. Por sua vez, a presença de organização dos consumidores tenderia a gerar uma relação mais equilibrada entre os níveis da oferta e da demanda.

Pelo fato da iniciativa de organização dos consumidores e da feira livre terem surgido no próprio âmbito da universidade, enquanto um projeto de extensão de alta relevância para a promoção do ideário do ecodesenvolvimento territorial em nosso País, torna-se imperativo intensificar e canalizar, junto aos órgãos superiores de gestão universitária, demandas específicas por recursos considerados indispensáveis à dinamização dessas experiências pioneiras.

Avanços nesta direção dependeriam também de um volume muito mais substancial de financiamento público e de uma ampliação maciça da base atual de produtores e consumidores. Pois

as iniciativas de circuitos curtos buscam atualmente otimizar a organização da cadeia logística. Nós entendemos aqui por cadeia logística o conjunto de fluxos físicos e informacionais posto em prática por uma organização dada, em particular pelas etapas de abastecimento em matéria-prima (aqui a produção agrícola), de estocagem, de transformação e

³⁷⁵ “La destinée des nations dépend de la manière dont elles se nourrissent” apud Rastoin, op. cit.

condicionamento e de distribuição dos produtos acabados (aqui os alimentos pré-cozidos e prontos para o consumo). (grifo do autor, tradução nossa)³⁷⁶

Um estudo-referência que pode contribuir com a construção de um SALT no território estudado foi publicado recentemente por Messner (2013). Sua linha de argumentação está sintetizada no seguinte quadro:

Quadro 10 – Elementos-chave da cadeia logística de um SALT

Atores	Coordenação Trabalhadores (operacional, estruturação, contratos particulares) Externos (poder públicos, estrutura privada, consultorias)
Idéias	Ajuda ao agricultor (liberar tempo, incentivo à transição agroecológica,...) Vocação social (solidaridade, contato humano, preço justo,...) Agroecologia Otimização logística (diminuição dos custos, eficácia energética,...) Ancoragem territorial (reconectar o tecido territorial, produtos locais,...) Redução do impacto ecológico Produtos de qualidade
Ferramentas	Informática (base de dados, sítio eletrônico, gestão,...) Estudo do mercado Apoio do poder público (logística, financiamento, regulamentação,...) Diagnóstico territorial Malha logística (reutilização dos circuitos clássicos, inovação,...) Planejamento das tarefas (segundo competência, aproveitamento do tempo,...) Espírito do grupo (cooperação, reciprocidade, redes,...)

³⁷⁶ “les initiatives de circuits courts cherchent donc aujourd’hui à optimiser l’organisation de la chaîne logistique. Nous entendons ici par chaîne logistique l’ensemble des flux physiques et informationnels mis en place par une organisation donnée, en particulier pour le étapes d’approvisionnement en matière première (ici la production agricole), de stockage, transformation et conditionnement et de distribution des produits finis (ici les aliments prêts cuisinés et consommés). Cf. Messmer, op. cit., p. 8.

	<p>Coordenação da produção (pesquisa agrícola, assistência, animação,...)</p> <p>Comunicação eficaz (adaptação de técnicas reconhecidas,...)</p> <p>Capital Humano (simpatia, investimento, ser conhecido no território,...)</p>
Abastecimento	<p>Diversidade na oferta</p> <p>Proteção da produção</p> <p>Recebimento de produtos não-locais (critérios transparentes de seleção,...)</p> <p>Restituir o tempo trabalhado pelo agricultor</p>
Estocagem	<p>Explorar todo o espaço disponível e útil (caminhão, ponto de venda,...)</p> <p>Espaço colaborativo (compartilhar com outro projeto,...)</p> <p>Local ideal (aluguel barato, fluxo de consumidores, estratégico,...)</p>
Condicionamento	<p>Embalagem inteligente (reciclável, conservação, dimensão adequada,...)</p> <p>Fazer chamado à mão-de-obra competente</p>
Comercialização	<p>Pontos de venda (comércio, lugar público, escolas e universidades,...)</p> <p><i>E-commerce</i></p> <p>Contratos</p> <p>Entrega à domicílio</p>
Transporte	<p>Organização das rotas (distribuição e entrega)</p> <p>Meio de transporte (clássicos, inovadores,...)</p> <p>Otimizar o trajeto de retorno (recoletar os dejetos orgânicos, recicláveis,...)</p>
Comunicação	<p>Comunicação adaptada (boca-a-boca, redes, eventos, internet,...)</p> <p>Instrumentos clássicos (<i>flyers</i>, mídia, marca,...)</p> <p>A logística como ferramenta de comunicação (embalagem, transporte, pontos de venda,...)</p> <p>Técnicas reconhecidas (contratos, ofertas promocionais, 1ª compra,...)</p> <p>Conceitos inovadores (venda <i>express</i>, aluguel de espaço nos supermercados,...)</p>
Logística Reversa	<p>Coleta de Informação (sugestões, questionários, estatísticas, satisfação)</p>

	Coleta dos Resíduos (orgânicos e recicláveis) Retorno das caixas aos agricultores
--	---

Fonte: Baseado em Messmer, 2013.

Portanto, ao contrário da inexorabilidade das mudanças climáticas, o futuro dos sistemas alimentares “se inscrevem nas questões e nos debates políticos que lhe são precedentes”. (tradução nossa)³⁷⁷

³⁷⁷ “s’inscrivent dans des enjeux et dès débats politiques qui les ont precedes.” Cf. Hubert, Caron e Gayomard, op. cit., p. 238 tradução nossa)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pontos de chegada constituem novos pontos de partida!
Pierre Dansereau, 1963

Este trabalho foi concebido e implementado visando *sistematizar* – no sentido pleno do conceito de sistema, ou seja, *colocar junto* - contribuições oriundas de diversas disciplinas científicas, de diferentes teorias e correntes de pensamento na elucidação de uma problemática específica, a saber: o potencial e os dilemas que cercam os sistemas ainda embrionários de comercialização agroecológica num contexto de aguçamento da crise socioecológica global. Ao mesmo tempo, foi incorporada a preocupação com a polissemia dos conceitos que vêm sendo mobilizados na construção de enfoques analíticos desta problemática atualmente.

Houve no decorrer deste trabalho uma preocupação epistemológica frente o controverso debate existente sobre a crise socioecológica e suas repercussões no sistema alimentar, e a apresentação do enfoque sistêmico assim como sua aplicação e viabilidade buscou responder esta preocupação. Houve também uma precaução diante da geração de conhecimento fragmentado e inócuo (*mais do mesmo*), característica crescente nas comunidades científicas contemporâneas.

Neste sentido, a definição de objetivos de longo prazo, de natureza ética e política (no sentido forte do termo), num horizonte temporal muito longo, foi considerada como um pré-requisito da elaboração consistente de estratégias de gestão do sistema agroalimentar - onde a definição de regras de equidade, bem como de objetivos enquadráveis em horizontes temporais mais amplos, procedem do debate político e não de definições analíticas.³⁷⁸

Afinal, existe uma dinâmica que tem sido demonstrada há 40 anos³⁷⁹ e nos dirigirá ao colapso, sob um cenário de *guerra econômica e financeira de todos contra todos*, à qual uma possível saída poderá ser o desacoplamento entre crescimento e economia.³⁸⁰

A pesquisa realizada corrobora a linha de argumentação segundo a qual

³⁷⁸ Vieira, 2006

³⁷⁹ Meadows, op. cit.

³⁸⁰ Caillé, op. cit

a alimentação não é um mercado como outro qualquer. Podemos (e devemos) nos interrogar sobre a factibilidade e as conseqüências da generalização do modelo agro-industrial terciário ao conjunto do planeta, na dupla perspectiva do aumento da população mundial de 50% no horizonte de 2050 e nas restrições ao desenvolvimento sustentável. Além deste modelo, a análise prospectiva nos convida a imaginar um cenário alternativo baseado nos vínculos de proximidade. (tradução nossa)³⁸¹

A formação de SALT's aponta neste sentido, com base na percepção de que o sistema econômico dominante, mesmo apelando para a retórica da sustentabilidade, não tem sido capaz de acabar com a miséria e promover um *bom-viver* para o conjunto da humanidade.³⁸² Procuramos mostrar sua relevância como um dos mecanismos de superação dos dilemas colocados pela hegemonia do capitalismo global.

Ancorados no conceito de ecossocioeconomia, pensamos a dialética rural-urbano e a dinâmica dos sistemas alimentares de uma outra perspectiva, retomando a importância do enfoque territorial do desenvolvimento face ao agravamento da crise global.³⁸³ Do mesmo modo o trabalho buscou apontar a importância da *intensificação ecológica* para a constituição da esfera econômica.

Além disso, considerando-se as relações de interdependência entre as dimensões sociocultural, sociopolítica e socioecológica que condicionam o funcionamento da esfera econômica, foi necessário tentar compreender melhor a natureza dos mercados. Pois a adoção do ideário de um crescimento material ilimitado num planeta de recursos finitos significa simplesmente a legitimação dos riscos de extinção da espécie humana num espaço de tempo bem mais curto do que imaginam os economistas de plantão.³⁸⁴

Elucidando a estrutura e a dinâmica dos sistemas de ação envolvidos no funcionamento dos CCC, foi possível perceber a

³⁸¹ “La nourriture n’est pas une marchandise comme une autre. On peut (et on doit) s’interroger sur la faisabilité et les conséquences d’une generalization du modèle agro-industriel tertiarié à l’ensemble de la planète, dans la double perspective d’une augmentation de la population mondiale de 50% à horizon 2050 et des contraintes issues du développement durable. À côté de ce modèle base sur l’envergure, la prospective incite à imaginer un scénario alternatif fondé sur la proximité.” Cf. Rastoin, 2008, p. 69

³⁸² Altieri, Nicholls, op. cit.; Alimonda, 2006

³⁸³ Sabourin, op. cit.

³⁸⁴ Iranzo, op. cit.

especificidade das relações processadas no âmbito dos dispositivos analisados, bem como a existência de uma configuração ainda muito embrionária de SALT na área investigada. Os inúmeros desafios à sua maturação deverão merecer uma atenção redobrada de pesquisadores e agentes de mudança envolvidos com a problemática do ecodesenvolvimento territorial daqui em diante.

6.1 LIMITES DA PESQUISA

No desenrolar da pesquisa um dos obstáculos mais sérios que foram detectados diz respeito à carência de tempo para um tratamento aprofundado dos contextos históricos, culturais, econômicos e político-institucional que condicionam as percepções, as decisões e as ações dos grupos sociais estudados – como foi mencionado na parte introdutória do texto. Além disso, apesar do esforço investido na revisão ordenada da bibliografia disponível, o mapeamento atualizado das várias linhas de investigação desta subárea de pesquisa permaneceu num nível ainda claramente exploratório³⁸⁵.

Vale a pena mencionar ainda as dificuldades ligadas à escassez de dados sobre o sistema de transporte mobilizado tanto na produção quanto na comercialização de produtos agroecológicos. Estas lacunas justificam as considerações - ainda muito preliminares - sobre os espaços de manobra visando aprimorar os mecanismos vigentes de coordenação dos sistemas investigados³⁸⁶.

A utilização criteriosa de um enfoque sistêmico e *territorializado* de análise dos CCC, como pretende ser o enfoque de SALT, requer análises muito mais aprofundadas sobre as especificidades locais e regionais, bem como do conjunto dos dispositivos e das modalidades de gestão dos mesmos em experimentação no País e no exterior. Em outras palavras, carecemos de uma base mais ampla e confiável de dados capazes de evidenciar as interações, as complementaridades, os potenciais e os conflitos envolvidos no funcionamento de SALTs hoje em dia.³⁸⁷

6.2 PISTAS DE APROFUNDAMENTO DA REFLEXÃO

³⁸⁵ Jollivet, Pave, 2000.

³⁸⁶ Cunha, Campos, op. cit.

³⁸⁷ Rastion, Conare, op. cit.; Denéchère, Durand, Maréchal, op. cit.; Denéchère, op. cit.

Neste sentido, a reflexão teórica apoiada nas evidências recolhidas ao longo do trabalho de campo deixou inúmeras questões de importância crucial ainda em aberto. Em termos conclusivos, valeria a pena colocar em destaque as sugestões de novas vias de investigação que encontramos nos trabalhos recentes de Frédéric Denechère (2007). Sua reflexão centrada na avaliação dos impactos dos diferentes tipos de dispositivos de circuitos curtos em territórios específicos apoia-se em seis indicadores básicos: proximidade do produtos, proximidade do consumidor, número de intermediários, laços sociais, variedade de oferta e a organização do dispositivo.

Tais indicadores permitem um tratamento quantitativo dos seguintes pressupostos numa análise comparativa desses dispositivos: (i) a proximidade dos produtos varia conforme a distância do ponto de venda modulado pela raridade do produto no território; (ii) a proximidade do consumidor está relacionado com a distância do ponto de venda e com os motivos de seus deslocamentos; (iii) o intermediário varia conforme o seu número e a sua importância; (iv) a natureza dos laços sociais condiciona a transparência no sistema; (v) a variedade da oferta corresponde ao número de itens provenientes dos circuitos curtos; e, por fim, (vi) a organização engloba o número de produtores no dispositivo e a utilização de outros circuitos curtos pelos consumidores e produtores.

Dessa forma, poderíamos forjar uma imagem mais palpável das dinâmicas estruturantes dos circuitos curtos hoje em dia – em termos de efeitos diretos, efeitos organizacionais e efeitos induzidos gerados em diferentes escalas (correspondentes à unidade produtiva, ao dispositivo e ao território). Porém, em função das dificuldades encontradas na busca de mensuração de alguns desses indicadores, o modelo proposto precisaria ser equilibrado com outros recursos metodológicos de natureza qualitativa e ajustado ao planejamento de estratégias de transição rumo a um cenário de ecodesenvolvimento territorial (Cf. Quadro 10).

Quadro 11 – Indicadores para a pesquisa sobre os CCC

Efeitos diretos (indicadores)

- a) criação e repartição da riqueza (volume de negócios por dispositivos)
- b) dinamismo no território (valor que retorna a unidade agrícola e ao território; nº de empregos; % dos CC no consumo alimentar do território, manutenção das áreas agrícolas)
- c) economia de material e energia (custos de transporte; média consumida e volume de negócios do dispositivo; área média de fornecimento e volume de negócios)

Efeitos cooperativos e sociais (indicadores)

(avaliar em qual medida os circuitos curtos fornecem bens coletivos, e em qual medida os atores participam da sua construção)

- a) qualidade da relação produtos/consumidor e transparência do sistema (possibilidade de discussão entre produtores/consumidores; dispositivos formalizados de troca; existência de uma relação institucionalizada)
- b) acessibilidade e modo de formação do preço (preço; categoria socioprofissional dos consumidores)
- c) sustentabilidade (regularidade das vendas; diversificação dos clientes e dos circuitos; capacidade de evolução e resiliência do sistema)

Efeitos induzidos

- a) lógica territorial de produção (diversidade de oferta e complementaridade entre produtores; valorização do território)
- b) autonomia e independência (subsídio; autonomia da unidade produtiva; diversidade de dispositivos)
- c) efeito qualidade (qualidade dada pelos atores do território)

Fonte: Denechère, 2007. (tradução nossa)

Poderíamos também sugerir o aprofundamento do modelo analítico construído neste trabalho, centrado nas dimensões sociopolíticas e socioeconômicas e podendo ser combinadas com outras dimensões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. IN: VIEIRA, P. F. et al (orgs). **Desenvolvimento territorial sustentável: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: APED: Secco, 2010. p. 27-47.
- ALIMONDA, H. (org.) “Presentación”. Los tormentos de la materia: aportes para una ecología política latinoamericana. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- ALTIERI, M. A. Agroecology: the science of natural resource management for poor farmers in marginal environments. *Agriculture, Ecosystems & Environment*, v. 93, n. 1, p. 1-24, 2002.
- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. Agroecología: única esperanza para la soberanía alimentaria y la resiliencia socioecológica: Una contribución a las discusiones de Rio+20 sobre temas en la interface del hambre, la agricultura, y la justicia ambiental y social. SOCLA, Junio: 2012.
- AMBROSINI, L. B.; FILIPPI, E. E.; MIGUEL, L. A. SIAL: análise da produção agroalimentar a partir de um aporte territorialista e multidisciplinar. In.: **Revista Ideas – interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, v. 2, n.1, 2008. p. 6-31.
- AMEMIYA, H.; BÈNÈZECH, D.; RENAULT, M. Les circuits courts: un “monde de commercialisation” interpersonnel? In: MARECHAL, G. (coord.). **Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires**. Paris: Educagri, 2008. p. 113-124.
- ARROYO, A. Algunas observaciones a la relación entre la ética budista y el desarrollo sostenible, el consumo y la felicidad. 1a ed. - Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2011.
- AZEVEDO, E.; PELICIONI, M. C. F. Agroecologia e promoção da saúde na Brasil. **Rev Panam Salud Publica**, 31 (4): 290-5. 2012.
- AYADI, N.; RASTOIN, J-P.; TOZANLI, S. Les operations de restructuration des firmes agro-alimentaires multinationales entre 1997 et 2003. Agrodata, Working Paper UMR Moisa, Montpellier, 2005.
- Balée, W. 1993. Biodiversidade e os Índios Amazônicos, in **Amazônia: Etnologia e História Indígena**, E. Viveiros de Castro e M. Carneiro da Cunha, eds. SP: USP, pp. 385-393.
- BAUDRILLARD, J. A sociedade do consumo. RJ: Elfos editora, 1995.
- BAUMAN, Z. Em busca da política. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BECK, U. Liberdade ou capitalismo? Ulrich Beck conversa com Johannes Willms. Sao Paulo: Unesp. Cap. 1., 2003.

- BECKER, H. S. Uma Teoria da Ação Coletiva. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BENHAMMOU, F. Nourrir l'humanité: une géopolitique de l'alimentation et de l'environnement. *Ecologia & Politique*, 38, 2009, p. 17-32.
- BENGTSSON, Janne; AHNSTRÖM, Johan; WEIBULL, ANN-CHRISTIN. The effects of organic agriculture on biodiversity and abundance: a meta-analysis. *Journal of applied ecology*, v. 42, n. 2, p. 261-269, 2005.
- BERDEGUÉ, J. A.; REARDON, T. La rápida expansión de los supermercados en América Latina: Desafíos y oportunidades para el desarrollo. In: *Desarrollo Policy Review*, vol 20 (4): 371-388. 2003.
- BERDEGUÉ, J. A. et al. Territorios em movimento: dinâmicas territoriais rurais em América Latina. Documento de trabalho nº 10. Santiago do Chile: Rimisp, 2012.
- BOOKCHIN, M. O Municipalismo Libertário. In: Bookchin; Boino; Enckell. **O bairro, a comuna, a cidade... espaços libertários!** p. 11-38. São Paulo: Imaginário, 2003.
- BOFF, L. Dignitas Terrae. Ecologia: Grito da Terra, grito dos pobres. São Paulo: Ática, 1996.
- BONTEMPO, M. Relatório Orion: denúncia médica sobre os perigos dos alimentos industrializados e agrotóxicos. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- BONNAL P.; BOSCH P.M.; DIAZ J.M.; LOSCH B. Multifuncionalidad de la agricultura” y “Nueva Ruralidad” ¿Reestructuración de las políticas públicas a la hora de la globalización? Artigo apresentado no Seminario Internacional El Mundo Rural: Transformaciones y Perspectivas a la luz de la Nueva Ruralidad. Universidad Javeriana, CLACSO, REDCAPA, Bogotá, Octubre 15-17 de 2003.
- BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2008.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. 8. ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BOURDIEU, P. Razões Práticas: Sobre a teoria da ação, Campinas, Papirus Editora, 1996
- BRÁS, O. Consumo Alimentar Bio. **Mneme: Revista Virtual de Humanidades**, n. 9, v. 3, jan./mar, 2004. www.seol.com.br/mneme
- BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Diário Oficial da União, nº 162, 21 de agosto de 2012.

- BU WONG, Á.; SÁNCHEZ, I. R. Cuba: producción, transformación y comercialización de productos agropecuarios. *Agroalimentaria*. No 25. Julio-Diciembre 2007 (13-32).
- BYE, P.; SCHIMIDT, V. D. E.; SCHIMIDT, W. Transferência de dispositivos de reconhecimento da agricultura orgânica e apropriação local: uma análise sobre a Rede Ecovida. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Editora UFPR. Nº 6, p. 81-93, jul./dez. 2002.
- CAILLÉ, A. “Présentation”. In: De l'anti-utilitarisme: anniversaire, bilan et controverses. *Revue du MAUSS* 27(1), 7-36, 2006.
- CAILLÉ, A. “En guise de prologue. Vers le convivialismo” In: CAILLÉ, A., HUMBERT, M., LATOUCHE, S., & VIVERET, P. De la convivialité. *La Découverte*, 2011. p. 15-22.
- CALLOU, A. B. F. Extensão rural: polissemia e resistência. In: **Extensão rural: polissemia e memória**. Recife: Bagaço, 2007
- CANCLINI, N. Consumidores e cidadãos - conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. 3. ed. Brasília, MDA: SAF, 2007.
- CARRIÈRE, J-P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. In: **Eisforia**. Florianópolis, 2006, pp. 23-47.
- CARVALHO, C. X.; TARGINO, I. Impactos dos novos padrões de consumo sobre o sistema agroalimentar em resposta à questão da segurança em alimentos. Anais do XLIII Congresso da SOBER, 2005.
- CASTRO, J. E. “Luchas sociales en torno al agua en América Latina: una exploración conceptual y empírica” at the session Environmental Conflicts, Management and Appropriation of Natural Resources, First National Seminar on Development and Environmental Conflicts, organized by Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), Faculty of Philosophy and Human Sciences (FAFICH), Federal University of Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Brazil, 4 March 2008.
- CAZELLA, A. A. Contribuições metodológicas da sócio-anthropologia ao desenvolvimento territorial sustentável. In: **Eisforia**. Florianópolis, 2006, pp. 225-247.
- CERDAN, C., FREIRE VIEIRA, P., POLICARPO, M., VIVACQUA, M., CAPELLESSO, A., CASTRO RODRIGUES, H., MARTINEL, B., CORDEIRO, E., LESAGE, A., MEYNARD, F., PEDROSA, A., ADRIANO, J., LEONEL, M., FERREIRA, M. Desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira do Estado de Santa Catarina

- Brasil. Documento de Trabajo N° 87. Programa Dinámicas Territoriales Rurales. Rimisp, Santiago, Chile. 2011.
- CHAMPREDONDE, M; MORALES, H.; ARBELETICHE, P. Los límites del enfoque SIAL em reflexiones sobre el Desarrollo Rural en la Región Pampeana. Seminario Taller de la Red SIAL Argentina, 2009.
- CHAUVIN L., FALAISE D., FÉRET S. (coord.) Pour un développement durable en agriculture. Évaluer la durabilité d'un système de production, approche globale, méthodes et diagnostics. Cahiers techniques de l'agriculture durable, CIVAM, Réseau agriculture durable, 2005.
- COLE *et al.*, An agricultre and health inter-sectorial research process to reduce hazardous pesticide health impacts among smallholder farmers in the Andes. **BMC International Health and Human Rights** 2011 (Suppl 2): S6.
- CORDEIRO, E. F., Sistemas Alimentares Territorializados (SALT'S) no litoral centro-sul de Santa Catarina - um estudo de caso das redes agroecológicas de Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba e Laguna. Florianópolis, SC. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- CORDEIRO, E.; GAMERO, P. As novas relações de consumo à luz da teoria social contemporânea. Anais do XV Simpósio Internacional de Iniciação Científica da USP, 2007.
- CORDEIRO, E.; GAMERO, P. A politização do consumo no enfrentamento da crise socioambiental – limites e possibilidades. Anais IV ENANPPAS, 2008.
- CORDEIRO, E.; FILIPPINI, M.; MOLZ, M. Consumidores e produtores tecendo novas redes de sustentabilidade: os desafio de uma experiência de extensão universitária em Florianópolis / SC. Artigo apresentado na oficina do Nead/MDA no II Forun Nacional da Rede de Tecnologia Social, 2009.
- CORDEIRO, E.; FILIPPINI, M. Consumo territorial: apontamentos para a pesquisa-ação no sistema agroalimentar do litoral centro-sul de Santa Catarina. Anais XXVII ALAS, 2009.
- CORDEIRO, E. F.; ROVER, O. J. Los circuitos cortos de comercialización en la interface de los mercados de proximidad: las contribuciones del ecodesarrollo y de la teoria de la reciprocidad. Anais do IV Congresso Latinoamericano de Agroecologia. Peru: Lima, 2013.
- CORRÊA, F. Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica. Dissertação (mestrado) no Program de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política. EACH/USP: São Paulo, 2012.
- CORREA, E. P. El mundo rural latinoamericano y la nueva ruralidad.

Nômadas, 2004, no 20, p. 180-193.

CORVALAN, C. HALES, S. MCMICHAEL, A. Ecosystems and human well-being : health synthesis : a report of the Millennium Ecosystem Assessment. França: OMS, 2005.

CUESTA, E. O.; BULEY, M.; SERRANÓ, M.; MONTENEGRO, L. Comercialización de la producción orgánica en América Latina . In: ***Agricultura Orgánica***. Año 4 N° 3. Cuba: UCTAF, 1998.

CUNHA, Altivo.; CAMPOS, José B. Sistema Ceasa: Uma rede complexa e assimétrica de logística. In Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

DALMOLIN, A.; LINDEMAYER, F. M.; ASSIS, K. C. Projeto Microbacias II: construindo qualidade de vida no meio rural. Anais V Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Florianópolis 26-28/05/2011.

DANSEREAU, P. O cientista de pés descalços [1969]. In: Vieira, P. F. H. & Ribeiro, M. A. (org.) **Ecologia humana, ética e educação: a mensagem de Pierre Dansereau**. Porto Alegre: Pallotti; Florianópolis: APED, 1999.

DAROLT, M. R. Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores. 1. ed. Londrina: IAPAR, 2012

DELÉAGE, J-P. Éditorial: lutter pour la connaissance et la justice. ***Ecologie & Politique***, 38, 2009, p. 5-13

DENÉCHÈRE, F. (2007) *Repère pour une approche économique des circuits courts dans leur territoire: Concepts et méthodes pour leur compréhension et évaluation*, École Supérieure d'Agronomie de Rennes, septembre, 89p

DENECHERE F.; DURAND G.; MARECHAL, G. Systèmes alimentaires territorialisés: les circuits courts comme vecteurs de développement territorial, in: MARECHAL, G. (coord.). **Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires**. Paris: Educagri, 2008. p. 161-174

DE SOUZA, M. S.; DE SOUZA, R. S. Implicações das redes de cooperação do pequeno comércio varejista sobre a construção dos mercados locais de hortigranjeiros. In: schneider, sergio; gazolla, marcio (org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto alegre: edufrgs, 2011.

DEVERRE, C.; LAMINE, C. Les systèmes agroalimentaires alternatifs: une revue de travaux anglophones em sciences sociales. In: **Économie Rurale**, 317/mai-jun, 2010. p. 57-73.

- DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo. Ed. UFRJ: Rio de Janeiro, 2006
- DUBUISSON, S.; LE VELLY, R. Les circuits courts entre alternative et hybridation. In: MARECHAL, G. (coord.). **Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires**. Paris: Educagri, 2008. p. 103-112.
- DUFTY, W. Sugar blues. Rio de Janeiro: Ground, 1975.
- EID, F. Descentralização do estado, economia solidária e políticas públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? Revista **ORG & DEMO** (Marília), v. 8, n.1/2, Já.-Jun./Jul.-Dez., p. 47-66, 2007
- EMBRAPA. Marco referencial em agroecologia. DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2006.
- FEIDEN, Alberto. Agroecologia: introdução e conceitos. In: **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Distrito Federal. Embrapa, Informação Tecnológica, 2005. p. 61-69.
- FERNANDES, F. Mudanças Sociais no Brasil – aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 3ª edição. São Paulo: DIFEL, 1979. Cap. XII
- FERNANDES, B. M.; LEVITT, P. K. P. Sobre a tipologia de territórios. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- FERRARI, D. L. Cadeias agroalimentares curtas : a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.
- FILIPPINI, M.; CORDEIRO, E. Desenvolvimento Territorial Sustentável: desafios da experiência de distribuição e comercialização do circuito da Rede Ecovida de Agroecologia. Anais XVI Jornadas de Jovens Pesquisadores da AUGM, 2008.
- FIRTH, R. Elementos de Organização Social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- FONSECA, M.; ALMEIDA, L.; COLNAGA, N.; SILVA, G. Características, estratégias, gargalos, limites e desafios dos circuitos curtos de comercialização de produtos orgânicos no Rio de Janeiro: as feiras. In: **Revista Brasileira de Agroecologia**, vol 4 n2, 2009.
- FONTAN, J. M. Ponto de vista ecológico crítico e prospectivo sobre o papel da economia plural no desenvolvimento local de territórios. In: VIEIRA, P. F. et al (orgs). **Desenvolvimento territorial sustentável:**

subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED: Secco, 2010. p. 179-200.

FONTAN, J. M.; VIEIRA, P. F. Por um enfoque sistêmico, ecológico e “territorializado”. IN: TREMBLAY, G.; VIEIRA, P. F. (orgs.) **O papel das universidades no desenvolvimento local.** Florianópolis: APED: Secco, 2011. p. 19-80.

FRANÇA, G. Novos arranjos organizacionais possíveis ? - O fenômeno da economia solidária em questão (precisões e complementos).

Organizações e Sociedade, Salvador, v. 08, n.20, p. 125-137, 2001.

FRANÇA, G. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, 12(1), 9-19. 2002

GALLOPIN, G. Ecologia y Ambiente. In: LEFF, E. (Org.) **Los Problemas del Conocimiento y la Perspectiva Ambiental del Desarrollo**, Mexico: Siglo XXI, 1986. p. 126-172.

GALTUNG, J. A structural theory of Imperialism. In: *Journal of Peace Research*, vol. 8, n 2 (1971), 81-117.

<http://bev.berkeley.edu/ipe/readings/galtung.pdf> acessado 08/10/2013

Giddens, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1984.

_____. Vivendo numa sociedade pós-tradicional. In: Beck, Giddens e Lasch. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Unesp, 1997.

_____. *Modernidade e Identidade*. São Paulo: Unesp, 2001.

GILLY, J.-P. e LUNG, Y. Proximités, secteurs et territoires. **Cahiers du GRES** (Groupement de Recherches Economiques et Sociales).

Bordeaux/Toulouse, Cahier n. 9, mai, 2005. Disponível em:

<CAHIERSDUGRES.U-BORDEAUX4.FR/2005/2005-09.PDF>. Acessado jan/2013

GLIESSMAN, S. R. Da agricultura sustentável a sistemas alimentares sustentáveis. In: GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 663p.

GODOBOUT, J.T. Introdução à dádiva. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 1998, vol.13, n.38, pp. 39-52. ISSN 0102-6909. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000300002>. Acessado 07/12/2012

GONÇALVES, T. Z.; CORDEIRO, E. F., Os desafios na construção de Sistemas Alimentares Territorializados (SALT's) para a promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável: estudos de casos do litoral Centro-sul de Santa Catarina e região Oeste do Paraná, Brasil. Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2010.

GROSSO, P.; TELES, M. Levantamento inicial de entidades que trabalham com a comercialização ou consumo de produtos agroecológicos no Brasil – em busca de iniciativas dentro da perspectiva da Economia Solidária. Programa de Economia Solidária da Embaixada da França. Minas Gerias, 2003.

GUEVARA, M. A. A. Cuba: La crisis de los noventa y el tránsito hacia un nuevo modelo tecnológico en la agricultura . In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 14, p. 23-31, jul./dez. 2006.

GURVITCH, Georges. *Proudhon*. Lisboa, Edições 70, 1983.

GUTERRES, I. Agroecologia militante: contribuições de Enio Guterres. 1a Edição, São Paulo: Expressão Popular, 2006.

HESPANHA, P.; CATTANI, A.; LAVILLE, J.-L.; GAIGER, L. I. (orgs.). Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009.

HIRSCHMAN, A. O. Os conflitos sociais como pilares das sociedades de mercado democráticas. In: **Auto-subversão: teorias consagradas em xeque**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 259-277.

HOLLOWAY, L. et al. Beyond the ‘alternative’ - ‘conventional’ divide? Thinking differently about food production-consumption relationships.

In: MAYE, D. et al (Edit.). *Alternative food geographies: representation and practice*. UK: Elsevier, 2007, p.77-131

HUMBERT, M. “Introduction”. In: CAILLÉ, A., HUMBERT, M., LATOUCHE, S., & VIVERET, P. De la convivialité. *La Découverte*, 2011. p. 7-13

HUMBERT, M.; CASTEL, O. Une optique internationale: circuits courts, mondialisation et relocalisation de l'économie. In: MARECHAL, G. (coord.). **Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires**. Paris: Educagri, 2008. p. 125-138.

IDRC CRDI Ecosystem and human health. Program overview 2010-2015. Canada: IDRC, 2010.

<http://www.idrc.ca/EN/Documents/Ecohealth-English-public-prospectus.pdf> Acessado em 10/10/2013.

ILLICH, I. Convivialidade. Lisboa: Europa-America, 1973.

ILLICH, I. O direito ao desemprego criador. Rio de Janeiro: Alhambra, 1979.

IRANZO, J. M. I. Los límites de los mercados: comercialización de la naturaleza, sostenibilidad y transformación social. In: **Areas - Rev Internacional de Ciencias Sociales**. Núm 31 (2012) p. 110-121

JOAS, H. Interacionismo Simbólico. In: Anthony Giddens & Jonathan Tuner (org.) **Teoria Social Hoje**. SP: Ed. Unesp, 1999, p. 127-174.

KARAM, K. ; ZOLDAN, P. Dinâmica e estratégia de comercialização de produtos orgânicos em Santa Catarina. In: XLIII Congresso da

- SOBER - Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto. Anais do XLIII Congresso da SOBER, 2005.
- _____. Comercialização e consumo de produtos agroecológicos: pesquisa dos locais de venda, pesquisa do consumidor_ Região da Grande Florianópolis. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003. 47p.
- KARAN, K. F.; CAZELLA, A. A.; KUNESKI, M. Apoio a consumidores de produtos agroecológicos na região da Grande Florianópolis. In: **Revista Eletrônica de Extensão – Extensio**, n 1, 2004.
- KOCHTCHEEVA, L.; SINGH, A. *An assessment of Risks and Threats to Human Health: associated with the degradation of Ecosystems*. UNEP: USA, 1999.
- KROPOTKIN, P. Apoio mútuo: um fator de evolução. Porto Alegre, São Sebastião: Editora Deriva, A Senhora Editora, 2012.
- LATOUR, B. “Crise”; “Relativismo”; “Redistribuição” In Latour, B. **Jamais Fomos Modernos: ensaio de Antropologia Simétrica**. Rio de Janeiro: Editorat 34, 1994.
- LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? In: **Proposta**, 25(71): 5-10. 1997.
- LEBEL, J. Salud: un enfoque ecosistêmico. Colombia: Alfaomega, 2005.
- LECHAT, N. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, 2(1), 123-140, 2002
- LEFF, E. La ecología política en América Latina: un campo en construcción. In: ALIMONDA, H. (org.) **Los tormentos de la materia. Aportes para una ecología política latinoamericana**. CLACSO, Buenos Aires. 2006.
- LENOIR, H. Formação Inicial e Formação Contínua: a impostura da dicotomia. In: **Educar para emancipar**. Plínio Augusto Coelho (org. e trad.). São Paulo: Editora Imaginário; Manaus: Editora UFAM, 2007. p. 83-93.
- LÉVESQUE, B. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: elementos teóricos da sociologia econômica e de socioeconomia. IN: **Política & Sociedade**: PPGSP. v. 8, n 14. Florianópolis: UFSC, 2009. p. 107-144.
- LE VELLY, R. Si loin, si proches: la difficile association entre circuits courts et commerce équitable. In: **Revue Tiers Monde**, n° 207, 2011/3. p. 133-149. Disponível em http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/63/02/34/PDF/Le_Velly-RTM-Si_loin_si_proches.pdf acessado em 01/04/2013

- LIJERÓN, E. A. Produção Orgânica em Mato Grosso do Sul: uma investigação sobre a APOMS. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2006, 133p. Dissertação de Mestrado.
- LIMA, H. S. O diário de campo e sua relação com o olhar aprofundado sobre o espaço rural. In: WHITAKER, D. C. A. **Sociologia rural – questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002.
- LOPES, D. L. et al. O Diário de Campo e a Memória do Pesquisador. In: WHITAKER, D. C. A. **Sociologia rural – questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002.
- LOPES, D. L. Diário de Campo: o registro da reconstrução da natureza e da cultura. In: WHITAKER, D. C. A. **Sociologia rural – questões metodológicas emergentes**. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002.
- LUTZENBERGER, L. Fim do futuro? Manifesto ecológico brasileiro. Porto Alegre: Movimento, 1980.
- MALUF, R. S., Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.
- MANCE, E. A. Constelação Solidarius: as fendas do capitalismo e sua superação sistêmica. Passo Fundo: IFIBE, 2008.
- MANCEBO, D. et al. Consumo e subjetividade: trajetórias teóricas. In: **Estudos de Psicologia**, 7(2), 325-332, 2002.
www.scielo.br/pdf/epsic/v7n2/a13v07n2.pdf
- MARCUSE, H. A ideologia da sociedade industrial. RJ: Jorge Zahar, 1968.
- MARECHAL, G. (coord.). “Introduction”. **Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires**. Paris: Educagri, 2008. p. 11-18
- MARECHAL, G. Commerce équitable: quel transfert d'expérience vers des circuits Nord-Nord? Abril, 2012. Disponível em <http://base.socioeco.org/docs/comequitable.pdf> acessado 1/04/2013.
- MARÉCHAL, G.; SPANU, A. Les circuits courts favorisent-ils l'adoption de pratiques agricoles plus respectueuses de l'environnement ?, **Le courrier de l'environnement de l'INRA** 59: 33-45, 2010.
- MARX, K. Para a crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- Marx, K. O Capital (Livro 1, v. 1) RJ: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, K. O 18 Brumario. In: O 18 Brumario e Cartas a Kugelmann. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- MARQUES, P. E. M; LUCAS, A.; SARMENTO, G. Estratégias dos agricultores familiares de São Pedro/SP: perspectivas de consolidação de um sistema agroalimentar localizado? In: Anais do IV Encontro da Rede de Estudos Rurais. Curitiba: UFPR, 2010.
- MASSARD, N. & TORRE, A. Proximité géographique et innovation. In: PECQUEUR, B. & ZIMMERMANN, J. *Economie de proximités*. Paris: Hermes-Lavoisier, 2004.
- Mauss, M. *Écrit Politiques*. Fayard, 1997.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São paulo: Unesp; Brasília: NEAD, 2010.
- MEADOWS, D. (org.) Limites do crescimento. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- MESSMER J. G. *Les circuits courts multi-acteurs: Emergence d'organisations innovantes dans les filières courtes alimentaires*. In : **Rapport INRA-MaR/S**, 69p, 2013
- MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT *Ecosystem and Human Well-Being: Synthesis*. Island Press, Washington, DC, 2005.
- MILLS, W. *A imaginação Sociológica*. 3ª. ed. Tradução de W. Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. Cap.1: A Promessa. (p.9-32).
- MINAYO, M. C. Enfoque ecossistêmico de saúde e qualidade de vida. IN: Saúde e Ambiente sustentável: estreitando laços. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.
- MOLLARD, A. Multifuncionalidade, externalidades e territórios. In.: **Eisforia**, v. 1, n.1, jan/jul., 2006. p. 155-178.
- MONTAGUT, X.; VIVAS, E. “Introducción”. Supermercados, no gracias – grandes cadenas de supermercados: impactos y alternativas. Barcelona: Icaria, 2007.
- MORA, R. G. *Visión integral de la sostenibilidad: una nueva manera de enfocar el desarrollo rural*. **Revista Umbrales** (8), 7-21, 2000.
- NARANJO, S.; HAQ, N.; HUDSON, M.El Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) como una política de soberanía alimentaria en el Brasil. Anais IV Congresso Internacional de la Red SIAL, 2008.
- OLIVEIRA, A. B. A unidade esquecida homem-universo: uma visão aberta da *physis* no fim do milênio: uma abordagem inter-disciplinar para superar epistemologias obsoletas. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- OPAS (Organização Pan Americana da Saúde). Enfoques ecossistêmicos em saúde: perspectivas para sua adoção no Brasil e países da América Latina. Brasília, 2009.

PADILLA M. ; RASTOIN J.L.; OBERTI B., De Platon à Amartya Sen : le désordre alimentaire vu par les grands penseurs. In : GHERSI, G., (dir.), Nourrir 9 milliards d'hommes, ADPF, Ministère des affaires étrangères, Paris : 52-55, 2005.

PÁDUA, J.A. A insustentabilidade da agricultura brasileira. In: Anais Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2003, pp. 42-47.

PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. In: **Eisforia** / UFSC, CCA – v. 1, n. 1 – Florianópolis: PPGAGR, 2006. p. 135-154.

PEDEN, D. *Overview: Managing agroecosystems for better human health*. LEISA-LEUSDEN-, v. 17, p. 4-8, 2002.

PIMENTEL, G. M.. A Atuação do Grande Varejo na Construção Social da Demanda de Produtos Orgânicos: o Caso Pão de Açúcar na Cadeia de Frutas, Legumes e Verduras Orgânicos na cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado. CPDA: Rio de Janeiro, 2005.

PINHEIRO, S. A máfia dos alimentos no Brasil. 2005.

PORTO, M. F.; SOARES, W. L. Modelo de desenvolvimento, agrotóxicos e saúde: um panorama da realidade agrícola brasileira e propostas para uma agenda de pesquisa inovadora . **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, vol. 37, núm. 125, junho, 2012, pp. 17-31

PORTILHO, F. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. São Paulo: Cortez, 2005.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. In: **Dossiê Política & Sociedade**, vol 8, nº 15, out/2009.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. A Nova Aliança. Lisboa: Gradiva, 1986.

PRAXEDES, S. F. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. **Boletim mercado de trabalho**. Brasília: Ipea, (39), 57-62, 2009.

PROUDHON, J. P. Sistemas das contradições econômicas ou Filosofia da Miséria. Tomo I e II. São Paulo: Escala, 2007.

_____. *Do Princípio Federativo*. São Paulo: Imaginário 2001.

QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L.V. Manual de investigação em ciências sociais. Lisboa: Gradiva, 1992.

RAMOS, M. C. Economia solidária, plural e ética, na promoção do emprego, da cidadania e da coesão social. *Laboreal*, 7 (1), 81-104, 2011.

RANABOLDO, C.; SCHEJTMAN, A. *The Value of Cultural Heritage, Latin American Rural Areas, Experiences and Projections*. IEP and RIMISP: Lima and Santiago, 2009.

- RANABOLDO, C.; VENEGAS, C. SANE - Escalonamiento de experiencias agroecológicas exitosas en América Latina. Documento Resumen, 2004.
- RASTOIN, J. L. *Vers de nouveaux modes d'organisation du système agroalimentaire? Approches stratégiques*. Documento apresentado no seminário “Produits de terroir, filière qualité et développement”, Montpellier, 22 de junho, 2006.
- RASTOIN, J-L. *Risques e sùrete alimentaire dans um contexte de mondialisation: vers une approche politique et stratégique*. In: **CIHEAM**, MediTERRA, Presses de Sciences Po, *Annuaire*, 2007 p.29-71.
- _____. Les multinationales dans le système alimentaire. *Projet*, 2008/6, n° 397, p. 61-69. DOI: 10.3917/pro.307.0061
- _____. Deux scénarios prospectifs pour le système alimentaire mondial. Apresentado no seminário *Construire lès métiers de l'alimentation durable*, Montpellier SupAgro/CIRAD, Montpellier, 24/02/2011.
- RASTOIN, J-P; CONARÉ, D. Sistemas alimentares territorializados para alimentar as cidades. Oficina realizada no VI Congresso Internacional Sistemas Agroalimentares Localizados, Florianópolis: 2013.
- RASTOIN, J-L; PADILLA, M.; OBERTI, B. Ordre et desordre alimentaire. Conférence Agropolis Muséum, Montpellier – *Le savoir partagés: Cycle sécurité alimentaire*. 23/11/2005.
- REIS, J. Os lugares e os contextos: tempoo, espaço e mediações na organização das economias contemporâneas. In: REIS, J. **Ensaio de Economia Impura**. Coimbra: Ed. Almedina, 2007.
- REQUIER-DÉSJARDINS, D.; BOUCHER, F. CERDAN, C. Globalização, vantagens competitivas e sistemas agroindustriais localizados em zonas rurais de países latinoamericanos. In: **Eisforia** / UFSC, CCA – v. 4, n. 4 – Florianópolis: PPGAGR, p. 107-134, 2006.
- RIO APA, H. C. G. Dinâmica da comercialização de produtos orgânicos na Ecofeira da Lagoa da Conceição (Florianópolis, SC). Florianópolis, 2007. Monografia (Graduação em Agronomia). Curso de Agronomia, Universidade Federal de Santa Catarina
- ROCHA, J. M. ; SIMAN, R. Agroecologia: um contraponto a produtividade insustentável da agricultura convencional.. In: V Seminário Internacional sobre Agroecologia e II Congresso Brasileiro de Agroecologia. Porto Alegre : Produzido e impresso na Emater/RS, 2004.

- ROVER, O. J. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecológica de Agroecologia. In: **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 47, N. 1, p. 56-63, jan/abr 2011
- RUGAI, Ricardo Ramos. O socialismo como crítica da Economia Política: as questões econômicas na obra de Proudhon (1838-1847). Tese (doutorado) FFLECH/USP – São Paulo, 2011. 347p
- SABOURIN, E. Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: EdUFRGS, 2011.
- SACHS, I. Stratégies de l'écodéveloppement. Paris: Editios Economie et Humanisme e Editions Ouvrières, 1980.
- SACHS, I. Rumo a ecossocioeconomia. Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.
- SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEographia**, ano 1, n 1, 1999.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, v. 174, p. 25, 2000.
- SCHMITT, V. G. H.; NETO, L. M. Associativismo, comércio justo e o desenvolvimento territorial sustentável: a experiência da Toca Tapetes. In: **REGE**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 323-338, jul./set. 2011.
- SEN, A. Sobre la desigualdad económica. Barcelona: Crítica, 1979.
- SILVEIRA, P.; BALEM, T.; DONAZZOLO, J.; SILVA G. A construção dos mercados na produção artesanal de alimentos: os circuitos curtos de comercialização. Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009.
- SOARES, W. L. Uso dos agrotóxicos e seus impactos à saúde e ao ambiente: uma avaliação integrada entre a economia, a saúde pública, a ecologia e a agricultura. Tese (doutorado) Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2010
- SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- SOTO, O. N. *La construcción de la economía social, la estrategia, el programa y las tareas para su consolidación*. In: **La economía social solidaria en las naciones proletarizadas y el proletariado por cuenta propia en la transformación del sistema** / Orlando Núñez Soto.-- 1a ed. -- Managua: CTCP, 2011. p43-58.
- STRAUSS, A. L. Espelhos e Mascaras: a busca de identidade. SP: Edusp, 1999.
- TAUILE, J. R. Do socialismo de mercado à economia solidária. Seminário Raul Prebisch, Instituto de Economia, UFRJ, 2001.
- TELLES, V. S. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Revista Tempo Social**, v.2, n.1, p.23-48, 1990.

TONNEAU, J.P.; VIEIRA, P. F. Que diretrizes de pesquisa para o desenvolvimento territorial sustentável no Brasil? In: **Eisforia** / UFSC, CCA – v. 4, n. 4 – Florianópolis: PPGAGR, p. 311-334, 2006.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Editora Garamond, 2005.

VELHO, G. Biografia, trajetória e mediação. In: Mediação, cultura e política. Gilberto velho & Karina Kuschnir (org.). RJ: Aeroplano, 2001.

VIA CAMPESINA. La via Campesina: las luchas del campesinado en el mundo. 2009 Disponível em

<http://viacampesina.net/downloads/PDF/viacas.pdf> acessado em 05/09/2010

VIEIRA, P. F. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. In: **Eisforia** / UFSC, CCA – v. 4, n. 4 – Florianópolis: PPGAGR, 2006. p. 249-310.

_____. Ecodesenvolvimento: do conceito à ação. De Estocolmo a Joanesbugo. In: Sachs, I. **Rumo à ecossocioeconomia**. Teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Gestão de recursos comuns para o ecodesenvolvimento. In: VIEIRA, P. F. [et al] (orgs.) **Gestão Integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005. p. 333-360.

_____. Do desenvolvimento local ao ecodesenvolvimento territorial. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, p. 119 - 141, 11 dez. 2013

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. Apresentação. In: **Política & Sociedade** / CFH, PGSP – v. 8, n. 14. Florianópolis: UFSC, 2009. p. 11-24.

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A. Desenvolvimento territorial sustentável em zonas rurais: subsídios para a elaboração de um modelo de análise.

Apresentado no Seminário Internacional Territorios Rurales en Movimiento: movimientos sociales, actores e instituciones del desarrollo territorial rural. Santiago de Chile, 2006. disponível em

<http://www.rimisp.org/seminariotrm/doc/ANTONIO-CAZELLA.pdf> acessado em 31/03/2013

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C. Introdução. In: **Eisforia** / UFSC, CCA – v. 4, n. 4 – Florianópolis: PPGAGR, 2006. p. 13-20.

VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J-P.

Introdução. In: VIEIRA, P. F. [et al] (orgs.) **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: APED/Secco, 2010. p. 5-24.

VIEIRA, P. F.; CERDAN, C. Desarrollo territorial sustentável em la zona costeira del Estado de Santa Catarina – Brasil: Definición de

estrategias integradas y basadas en la valorización de la identidad cultural de las comunidades pesqueras tradicionales. CIRAD/UFSC, 2009.

VIEIRA, P. H. F. et al. Avaliando a contaminação por elementos traço em atividades de maricultura. Resultados parciais de um estudo de caso realizado na ilha de Santa Catarina, Brasil.. **Química Nova JCR**, Florianópolis, v. 26, p. 44-52, 2003.

VIEIRA, P. F.; HOGAN, D. J. (Orgs.) Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

FONTAN, J. M.; VIEIRA, P. F. Por um enfoque sistêmico, ecológico e “territorializado”. In: TREMBLAT, G.; VIEIRA, P. F. **O papel da universidade no desenvolvimento local**. Experiências brasileiras e canadenses. Florianópolis: APD / SECCO, 2011. p. 19-80.

VIVAS, E. *La distribución moderna: la invasión de los supermercados*. In: **Revista Viento Sur**, n 94, p.55-63, noviembre 2007.

WALTNER-TOEWS, D. *Food, global environmental change and health: ecohealth to the rescue?* In: **McGill Journal of Medicine** 2009, 12(1):85-89. Focus Review.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo, EdUPF, 1999, pp.23-56.

WILKINSON, J.; SORJ, B.; GOODMAN, D. Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional. 2008.

WILKINSON, John. Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: EdUFRGS, 2008.

WHITAKER, D. C. A. Sociologia rural – questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002.

ZALUAR, A. Crime e Castigo vistos por uma antropóloga. In: **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. RJ: Editora FGV, 2004, p. 9-36.

ZAOUAL, Hassan. Rumo a uma economia não violenta: do empreendedor econômico ao empreendedor situado. IN: ZAOUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. RJ: DP&A/Consulado Geral da França/COPPE/UFRJ. 2006.

ZOLDAN, P.; KARAM, K. F. Estudo da dinâmica da comercialização de produtos orgânicos em Santa Catarina. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2004.

ZAAR, M. Dos socialismos utópico e revolucionário à economia solidária. **Revista Mercator**, 12(2), 2013. Acessado 05/02/2014 <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/1181/503>

Anexo I Roteiro de entrevistas

1. Com os agricultores (Nome/ Contato/ Dispositivo)

[a. reconstituição da trajetória]

- a.1 Quando surgiu? Qual era o contexto?
- a.2 É possível saber quanto foi comercializado desde que surgiu? (exato ou estimativa)
- a.3 Quais foram as ações feitas?
- a.4 E quais foram os obstáculos enfrentados? Foram resolvidos? Como?

[b. caracterização]

- b.1 Quais organizações camponesas estão envolvidas? E quantos camponeses estão envolvidos nestas organizações?
- b.2 Quantas famílias camponesas estão envolvidas envolve (estimativa/real)?
- b.3 E quantos consumidores (estimativa)?
- b.4 Há empresas envolvidas? Quais?
- b.5 Há coop. envolvidas? Quais?
- b.6 Há organização de consumidores? Quais?
- b.7 O poder público participa? Quem?
- b.8 Há ong's q participam? Quais?
- b.9 Qual é a situação legal-jurídica?
- b.10 Como funciona? Quantas pessoas estão envolvidas? Como é o vínculo de trabalho?
- b.11 Quais as principais dificuldades?
- b.12 Quais os principais avanços?
- b.13 E as perspectivas futuras?

[c. volume (kg e R\$) e tipo de alimento]

- c.1 Qual é o volume (kg/R\$) comercializado?
- c.2 Quais são os produtos comercializados?

[d. proximidade geográfica/organizativa]

- d.1 Todos os produtos vendidos são da sua propriedade? Quais não vêm? Qual é a procedência destes? Como é a relação com estes camponeses?
- d.2 Quantos km de distância os produtos percorrem até chegar ao dispositivo?
- d.3 Os consumidores participam na org. do dispositivo? Houve alguma iniciativa para isto?

[e. reforço à economia plural]

- e.1 Quais são teus canais de comercialização? Poderia estimar o volume (kg/R\$) p/ cada modalidade?
- e.2 Que tipo consumidor você atende? (individual, restaurante, governo)

[f. classe social atingida]

- f.1 Poderia me dizer qual é tua renda familiar? E do camponeses envolvidos no processo?

[g. solidariedade nos processos de troca]

- g.1 Existem confraternizações entre os camponeses? E junto com os consumidores?
- g.2 Existem formas de troca não monetária entre os camponeses (mutirão, produtos, etc)? Como funciona?
- g.3 Existem formas de troca não monetária com os consumidores? Como funciona?

[h. jogo de atores]

- h.1 Porque você participa deste dispositivo?
- h.2 Qual é a relação com o poder público (governo)? Quem? Como é esta relação? Em que consiste?
- h.3. Existe relação com Ong's ou outras organizações? Quais? Em que consiste essa relação?
- h.4. Há reuniões em que o poder público, ong's e vocês estão presentes? Como elas se dão? São assumidos compromissos? Há conflitos? Os consumidores participam?
- h.5 Há reuniões de planejamento do espaço? Quem participa? Todos são incentivados a participar?

[i. reforço às redes locais]

- i.1. Existem interação com organizações locais? Quais?

[j. Empoderamento]

- j.1 Os aprendizados tidos na atividade são repassados? Como? Exemplifique:
- j.2 Como é feito a divisão de trabalho? Há cargos? Há rotatividade nos mesmo?

2. Com agentes de desenvolvimento (Nome, Instituição, Cargo, qto

tempo, Município)**[a. reconstituição da trajetória do dispositivo]**

- a.1 Desde quando acompanha as atividades do espaço?
- a.2 Quais foram as ações feitas?
- a.3 E quais foram os obstáculos enfrentados? Foram resolvidos? Como?

[b. caracterização do dispositivo e quantidade de atores envolvidos]

não envolve este ator

[d. proximidade geográfica/organizativa]

- d.1 O que tem sido feito para aproximar os consumidores e camponeses?

[f. classe social atingida]

- f.1 Existe alguma iniciativa voltada às classes menos favorecidas? Qual?

[g. solidariedade nos processos de troca]

- g.1 Há incentivo de formas de trocas não-monetárias entre os camponeses? E entre estes e os consumidores (mutirão, produtos, etc.)

[h. Jogo de atores]

- h.1. Porque você participa?
- h.2. Em que consiste sua ação no espaço?
- h.3 Como se dá a relação com os agricultores e outros atores envolvidos? Já houveram conflitos? Porque e como foi resolvido?
- h.4 Existe relação com Ong's ou outras organizações? Quais? Em que consiste essa relação?
- h. Há reuniões em que o poder público, ong's, camponeses e consumidores estão presentes? Como elas se dão? São assumidos compromissos? Há conflitos?
- h.5 Há reuniões de planejamento do espaço? Quem participa? Todos são incentivados a participar? Compromissos foram assumidos? e mantidos/realizados?
- h.6 Como você avalia as relações entre as instituições que atuam no espaço?
- h.7 Quais são as principais dificuldades? E os avanços?
- h.8 Quais as expectativas futuras?

[i. Reforço às redes locais]

- i.1 Existe interação com outras redes locais? Quais?

1.2 Existe uma preocupação com o fortalecimento das redes locais?
Quais são as ações empreendidas neste sentido?

[j. Empoderamento]

- j.1 Há incentivo na disseminação dos aprendizados e inovações obtidas?
De que maneira?
- j.2 Existe alguma iniciativa buscando empoderar todos envolvidos na gestão? Exemplifique:

3. Com os consumidores

[a. Reconstituição da trajetória do dispositivo]

- a.1 Quando surgiu? Qual era o contexto?
- a.2 É possível saber quanto foi comercializado desde que surgiu? (exato ou estimativa)
- a.3 Que tipo de ações já foram as ações feitas?
- a.4 E quais foram os obstáculos enfrentados? Foram resolvidos? Como?

[b. Caracterização do dispositivo e quantidade de atores envolvidos]

- b.1 Quais organizações camponesas estão envolvidas? E quantos camponeses estão envolvidos nestas organizações?
- b.2 Quantas famílias camponesas estão envolvidas envolve (estimativa/real)?
- b.3 E quantos consumidores (estimativa)?
- b.4 Há empresas envolvidas? Quais?
- b.5 Há coop. envolvidas? Quais?
- b.6 Há organização de consumidores? Quais?
- b.7 O poder público participa? Quem?
- b.8 Há ong's q participam? Quais?
- b.9 Qual é a situação legal-jurídica?
- b.10 Como funciona? Quantas pessoas estão envolvidas? Como é o vínculo de trabalho?
- b.11 Quais as principais dificuldades?
- b.12 Quais os principais avanços?
- b.13 E as perspectivas futuras?

[c. Volume (Kg/R\$) e tipo de alimento]

- c.1 Qual é o volume (kg/R\$) comercializado?
- c.2 Quais são os produtos comercializados?
- c.3 Quanto o consumo de orgânicos representa do total do consumo alimentar?(1/3; 2/4; 1/5; maioria, etc)

[d. proximidade geográfica/organizativa]

- d.1 Todos os produtos comercializados vêm direto do produtor? Quais não vêm? Qual é a procedência destes? Como é a relação com estes camponeses?
- d.2 Quantos km de distância os produtos percorrem até chegar ao dispositivo?
- d.3 Os camponeses participam na org. do dispositivo? Houve alguma iniciativa para isto?
- d.4 Qual é a distância da sua casa até o dispositivo em questão)?

[e. Reforço à economia plural]

- e.2 Que tipo consumidor o dispositivo atende? (individual, restaurante, governo)

[f. Classe social atingida]

- f.1. Grau de escolaridade: () Sem escolaridade () Primeiro Grau incompleto () Primeiro grau completo () Segundo grau incompleto () Segundo grau completo () Superior incompleto () Superior completo () Pós – graduação Qual nível?
- f.2 Renda familiar mensal: () Até R\$ 500,00 () Entre R\$ 500,00 e 1.500,00 () Entre R\$ 1.500,00 e 2.500,00 () Entre R\$ 2500,00 e 4.000,00 () Acima de R\$ 4.000,00
- f.3 Existe alguma iniciativa voltada às classes menos favorecidas? Qual?

[g. Solidariedade nos processos de troca]

- g.1 Existem confraternizações entre os consumidores? E junto com os camponeses?
- g.2 Existem formas de troca não monetária (mutirão, produtos, etc)? Como funciona?

[h. Jogo de Atores]

- h.1. Porque você participa?
- h.2. Em que consiste sua ação no dispositivo?
- h.3 Como se dá a relação com os consumidores e outros atores envolvidos? Já houveram conflitos? Porque e como foi resolvido?
- h.4 Existe relação com Ong's ou outras organizações? Quais? Em que consiste essa relação?
- h. Há reuniões em que o poder público, ong's, camponeses e consumidores estão presentes? Como elas se dão? São assumidos compromissos? Há conflitos?

h.5 Há reuniões de planejamento do espaço? Quem participa? Todos são incentivados a participar? Compromissos foram assumidos? e mantidos/realizados?

h.6 Como você avalia as relações entre as instituições que atuam no espaço?

h.7 Quais são as principais dificuldades? E os avanços?

h.8 Quais as expectativas futuras?

[i. Reforço às redes locais]

i.1 Existe interação com outras redes locais? Quais?

i.2 Existe uma preocupação com o fortalecimento das redes locais? Quais são as ações empreendidas neste sentido?

[j. Empoderamento]

j.1 Há incentivo na disseminação dos aprendizados e inovações obtidas? De que maneira?

j.2 Existe alguma iniciativa buscando empoderar todos envolvidos na gestão? (Rotatividade nos cargos, etc) Exemplifique.

Anexo II – Questionário online aos consumidores das CCE

1.Desde que ano você participa das Compras Coletivas Ecosolidárias (CCE)?

2.Com que frequência você compra?(desde que conheceu as CCE participou de todas as edições?)

- sempre
- quase sempre
- às vezes
- raramente

3.Qual é o destino dado ao consumo dos produtos?

- Individual/familiar
- Revenda
- Produção/trans formação para comercialização
- Other:

4.Em qual ponto de distribuição você retira suas compras?

5.Qual é a distância do seu domicílio até o ponto de distribuição?

Responder em quilômetros (km)

6.Esta distância é percorrida unicamente para retirada dos produtos?

- sempre
- quase sempre
- às vezes
- raramente

nunca

7. Qual meio de transporte é utilizado geralmente por você para retirada dos produtos? (exemplifique o combustível utilizado em caso de veículos motorizados - diesel, gasolina, GNV, alcool. Ex: carro à alcool)

8. Quanto o consumo de orgânicos representa do total de seu consumo alimentar?

- até 10% (muito pouco)
- entre 11% e 30% (pouco)
- entre 31% e 60% (razoável)
- entre 61% e 80% (considerável)
- acima de 81% (bastante)

9. Quanto o consumo nas Compras Coletivas Ecosystemáticas representa no total de seu consumo alimentar?

- até 10% (muito pouco)
- entre 11% e 30% (pouco)
- entre 31% e 60% (razoável)
- entre 61% e 80% (considerável)
- acima de 81% (bastante)

10. Você conhece os critérios de seleção dos fornecedores das Compras Coletivas Ecosystemáticas?

- Sim
- Não

11. Caso você tenha respondido "sim" na pergunta anterior, cite os critérios de seleção de fornecedores que você conhece.



12. Você participa da organização das Compras Coletivas Ecosolidárias?

- Sim
- Não

13. Caso tenha respondido "não" na pergunta anterior, você se sente convidado(a) à participar? Justifique sua resposta.



14. Qual é o seu nível de escolaridade?

- Sem escolaridade
- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior
- Pós-graduação

15. Renda familiar mensal

- Até R\$ 724,00
- Entre R\$ 724,00 e R\$ 1.500,00
- Entre R\$ 1.500,00 e R\$ 2.500,00
- Entre R\$ 2500,00 e R\$ 4.000,00

16. Quantos dependentes você possui?

Anexo III – Parecer do Comitê de Ética

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Circuitos curtos de comercialização de alimentos agroecológicos em Florianópolis, SC.

Pesquisador: Oscar José Rover

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 16975613.0.0000.0121

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 452.867

Data da Relatoria: 11/11/2013

Apresentação do Projeto:

Estudo de Cordeiro, orientado por Rover do PG Agroecossistemas da UFSC, que entrevistará 15 sujeitos.

Objetivo da Pesquisa:

Segundo os autores "analisar os circuitos curtos de comercialização de alimentos agroecológicos realizados em Florianópolis à luz do enfoque de prospectiva do desenvolvimento territorial sustentável."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Adequados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Podem contribuir para o conhecimento generalizável sobre o tema.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequados.

Recomendações:

Não há.

Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima
 Bairro: Trindade CEP: 88.040-900
 UF: SC Município: FLORIANOPOLIS
 Telefone: (48)3721-9206 Fax: (48)3721-9696 E-mail: cep@reitoria.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 452.867

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Pela aprovação.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

FLORIANOPOLIS, 11 de Novembro de 2013

Assinador por:
Ylmar Correa Neto
(Coordenador)

Endereço: Campus Universitario Rector João David Ferreira Lima
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-900
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-9206 **Fax:** (48)3721-9696 **E-mail:** cep@reitoria.ufsc.br

Anexo IV – Mensagem de lançamento das CCE

É com alegria que lançamos a nossa Compra Coletiva Ecosolidária de novembro de 2013 !

*::: Alimentos orgânicos / agroecológicos + outros produtos :::
::: Comércio Justo e Solidário :::*

**Esta é a 50ª edição das Compras Coletivas Ecosolidárias
Novembro de 2013**

(funcionando desde Abril de 2006)

**Tem sugestões, comentários, questões ou algo que gostaria de
comunicar?**

Fale conosco!

Os contatos estão no fim desta mensagem.

AVISOS:

**Por gentileza confira a lista de produtos e preços para ver
as mudanças nos fornecedores, produtos e preços.**

**ATENÇÃO: COMO JÁ AVISADO ANTERIORMENTE, AGORA
HÁ UMA NOVA CONTA BANCÁRIA PARA OS PAGAMENTOS
!**

**Confira e use a nova conta bancária (é conta poupança) e cuide
para não utilizar a anterior !!**

**Envie comprovante ou informe os dados do seu pagamento (data e
valor) para facilitar a identificação do seu pagamento.**

LEMBRETE:

**Você pode optar por retirar seu pedido no local de partilha no
CEPAGRO/UFSC ou em qualquer um dos outros Pontos de
Distribuição, localizados na Armação, Cachoeira do Bom Jesus,
Campeche, Canto dos Araçás, Garopaba, Rio Vermelho 1 e Rio
Vermelho 2.**

VOCÊ ESTÁ PARTICIPANDO PELA PRIMEIRA VEZ ?

Sugerimos ler a INTRODUÇÃO e a explicação resumida dos TRÊS PASSOS em:

<http://coletivoervilha.blogspot.com/>

(veja a postagem de 10 de novembro de 2011)

Visite também o blog

<http://comprascoletivasdailha.blogspot.com.br/>

e página no facebook

<https://www.facebook.com/ComprasColetivasEcoSolidarias>

“A participação na compra coletiva pressupõe o entendimento e concordância com nosso sistema de funcionamento.”

ABAIXO AS INFORMAÇÕES E INSTRUÇÕES DETALHADAS

FIQUE DE OLHO NAS DATAS :

1. ENVIO DE PEDIDO

até as 20h de 14 de Novembro (quinta-feira)

2. PAGAMENTO E AVISO

até as 20h de 14 de Novembro (quinta-feira)

3. RETIRADA DO PEDIDO

.. UFSC ..
04 de Dezembro (quarta) das 11h às 16h

ARMAÇÃO :

após 04 de Dezembro (quinta), em dia e horário a combinar!

CACHOEIRA DO BOM JESUS :
07 de Dezembro (sábado) das 8h às 21h

CAMPECHE :
05 de Dezembro (quinta) das 19h às

21h

CANTO DOS ARAÇÁS :
*após 04 de Dezembro (quarta), em
dia e horário a combinar!*

GAROPABA :
*após 04 de Dezembro (quarta), em
dia, local exato (em Garopaba) e
horário a combinar!*

RIO VERMELHO 1 :
**05 de Dezembro (quinta) das 8h às
17h**

RIO VERMELHO 2 :
**04 de Dezembro (quarta) a partir
das 17:30h, ouem dia e horário a
combinar!**

PRÓXIMA COMPRA: EM 2014

Assim que tivermos previsão de lançamento, iremos informar.

ATENÇÃO:

**Evite deixar para fazer e pagar seu pedido no último dia !
A inobservância dos prazos implicará em desconsideração do
pedido.**

:: Instruções Detalhadas ::

Para participar da Compra Coletiva, siga os 3 passos:

1. FAÇA SEU PEDIDO E ENVIE

::: até 20:00h de 14 de Novembro (quinta)

**VEJA A LISTA
DE PRODUTOS
E PREÇOS**

Abra o arquivo de **PRODUTOS E PREÇOS** em
anexo, ou:

[CLIQUE AQUI para baixar o arquivo \(LISTA\)
de PRODUTOS E PREÇOS](#)

como FAZER o PEDIDO ?**Produtos Disponíveis e Preços:**

Confira a lista de produtos disponíveis e preços abrindo o arquivo "PRODUTOS E PREÇOS".

PREENCHIMENTO DO PEDIDO:

Abra o arquivo indicado acima e siga as instruções indicadas (5 passos).

Não há limite mínimo para pedidos.

Caso tenha dificuldade em acessar a lista ou em preenchê-la, peça ajuda aos organizadores (os contatos estão listados no final).

ENVIE SEU PEDIDO

Email: compracoletivafloripa@gmail.com

Contato / informações:

CADASTRE-SE: informe seus dados de contato

É a primeira vez que você participa na Compra Coletiva ?

Por gentileza informe:

Nome completo:

Telefone(s):

Endereço:

Caso necessário, atualize seus dados.

2. PAGAMENTO E AVISO

.... até 20:00h de 14 de Novembro (quinta)

PAGAMENTO

Pagamento bancário no valor total do pedido - depósito ou transferência – na seguinte conta: (não utilize mais as contas anteriores)

AVISO de

Por gentileza envie comprovante ou avise o

pagamento

pagamento (após feito) informando (*):

data de pagamento:

valor pago:

forma de pagamento: (*depósito /
transferência*)

*** Observação:** É importante informar os dados acima para facilitar a identificação do pagamento.

Email: compracoletivafloripa@gmail.com

Telefone:

**contato para
AVISO de
pagamento**

3. RETIRADA DO PEDIDO

**LOCAIS PARA
RETIRADA,
datas e horários**

O local básico para retirada dos pedidos é no:

PONTO DA PARTILHA :

::: CEPAGRO – CCA – UFSC :::

04 de Dezembro (quarta), das 11h às 16h

Ou você pode optar por retirar seu pedido em um dos sete Pontos de Distribuição:

(1) ARMAÇÃO ::: *após* 04 de Dezembro (quarta), *em horário a combinar!*

(2) CACHOEIRA DO BOM JESUS ::: 07 de Dezembro (sábado) das 8h às 21h

(3) CAMPECHE ::: 05 de Dezembro (quinta) das 19h às 21h

(4) CANTO DOS ARAÇÁS ::: *após* 04 de Dezembro (quarta), *em horário a combinar!*

(5) GAROPABA ::: *após* 04 de Dezembro (quarta), *em dia, local exato (em Garopaba) e horário a combinar!*

(6) RIO VERMELHO 1 ::: 05 de Dezembro (quinta) das 8h às 17h

(7) RIO VERMELHO 2

:::: após 04 de Dezembro (quarta), em
horário a combinar!

A retirada do pedido no CEPAGRO / UFSC (Itacorubi) é a opção automática (não precisa especificar), e a opção de retirada em um dos pontos de distribuição deve ser feita junto com o seu pedido (as opções estão no fim da lista de produtos e preços).

A participação na compra coletiva pressupõe o entendimento e concordância com o sistema de entrega de pedidos, em particular.

Mais informações a seguir.

PONTO DA PARTILHA:

LOCAL

CEPAGRO - CCA (Centro de Ciências Agrárias) – UFSC

Rodovia Admar Gonzaga (SC 404), 1346 – Itacorubi

DEFINIÇÃO DO LOCAL DE RETIRADA DO SEU PEDIDO

O Ponto de Partilha é o local padrão de entrega dos pedidos.

Também é onde os produtos são divididos conforme cada pedido e, conforme o caso, embalados, selados e despachados para retirada nos Pontos de Distribuição.

Caso você não opte pelo retirada em um dos Pontos de Distribuição, seu pedido ficará automaticamente disponível no Ponto de Partilha, onde deverá ser retirado.

referências do local e contatos

Alguns dias antes do dia da Partilha, é enviado por email um lembrete da Partilha com mapa do local e telefone de contato.

PONTOS DE DISTRIBUIÇÃO:

LOCAIS DE RETIRA- DA

(endere-
ços)

- (1) **ARMAÇÃO**
casa de Edgar e Fernando
Servidão José Paulo Pires, 186
- (2) **CAMPECHE**
casa de Gustavo & Flávia
Rua Revoar das Gaivotas, 1070
- (3) **CACHOEIRA DO BOM JESUS**
casa de Letícia Flugrath
Rua Leonel Pereira, 243 - ap. 02
- (4) **CANTO DOS ARAÇÁS**
casa de Eduardo Cordeiro
Rua João Henrique Gonçalves, 169
- (5) **GAROPABA**
pessoa responsável: Narayana Parayana Devi
Das
(residência no Morro da Palhocinha, atrás da
fábrica da Mormaii)
Endereço de retirada: *a combinar* (em Garopaba)
- (6) **RIO VERMELHO 1**
casa da Taravalli (Eloá)
Servidão Nascente do Rio Vermelho, s/n (é a
casa seguinte à de número 413, do lado esquerdo
da via)
- (7) **RIO VERMELHO 2**
casa de Josiane Ferretti
Servidão Rosalina Amélia dos Santos, 315

DEFINI- ÇÃO DO LOCAL

Para retirar seu pedido em um dos Pontos de Distribuição (acima numerados), especifique na lista de PRODUTOS E PREÇOS em qual deles você desejará retirar seu pedido.

Seu pedido será separado, embalado e lacrado no Ponto da Partilha e depois transportado até o Ponto de

Distribuição definido por você, onde então poderá ser retirado.

referências do local e contatos

Para mais informações sobre cada local (referências e mapa) e contatos das pessoas responsáveis (telefone, email), consulte na aba própria na lista de PRODUTOS E PREÇOS.

Alguns dias antes do dia da Partilha, é enviado por email um lembrete da Partilha com mapa do local e telefone(s) de contato.

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A RETIRADA DO SEU PEDIDO:

produtos não-entregues

Sempre que acontecer de algum ou alguns produtos pedidos não puderem ser entregues (por algum motivo qualquer), o participante pode optar por receber de volta o valor correspondente ao(s) produto(s) não-recebido(s) ou então ficar com esse valor como crédito para uma outra compra.

Com relação aos produtos que eventualmente faltarem, é importante compreender que as compras coletivas não funcionam com estoque, e sim por encomenda (através de pedidos coletivos aos nossos fornecedores).

Por causa disso, pode acontecer que algum ou alguns dos produtos não sejam fornecidos (mesmo tendo sido encomendados) e, portanto, não possam ser entregues aos participantes.

Eventualmente, devido a alguma falha durante a partilha, também pode haver falta de uma ou poucas unidades de algum produto.

colaboração	CONFIRA OS PRODUTOS DO SEU PEDIDO NA OCASIÃO DO RECEBIMENTO para nos ajudar a evitar ou identificar eventuais falhas na entrega dos produtos.
recomendações	<p>Prefira vir no início ou meio do período da partilha. Evite vir no final, ou em cima do horário de encerramento das entregas (seja no local da partilha ou nos pontos de distribuição).</p> <p>VENHA COM CALMA E COM PACIÊNCIA, para que seu pedido possa ser entregue sem atropelos.</p> <p>Venha com tempo para conversar e conhecer melhor nossa proposta, tirar dúvidas, dar sugestões etc.</p>
ATENÇÃO	<p>Retire seu pedido no local escolhido por você, dentro do horário estabelecido.</p> <p>Se preferir, ou se for necessário, envie outra pessoa em seu nome para retirar seu pedido no local e horário adequados.</p> <p>Se não for possível comparecer pessoalmente ou enviar alguém, entre em contato o quanto antes (melhor antecipadamente) e reserve o seu pedido, combinando com a pessoa responsável outro dia e horário para retirá-lo.</p> <p><u>Neste caso, estipulamos uma taxa (simbólica) de R\$ 5,00 por pedido reservado.</u></p>
PERDA DO	Caso você não compareça na partilha ou no ponto de distribuição escolhido

PEDIDO

(conforme o caso) dentro do horário próprio, não envie outra pessoa como seu representante e tampouco solicite a reserva do seu pedido, isto poderá implicar em doação ou distribuição do pedido (a nosso critério).

Agradecemos pela sua participação, compreensão e colaboração !!!

∴ CONTATOS ∴

Núcleo Gestor das Compras Coletivas Ecosystemáticas:

Para informações, dúvidas, sugestões, críticas etc., entre em contato com:

COMPRAS COLETIVAS ECOSOLIDÁRIAS

compracoletivafloripa@gmail.com

Espalhe essa idéia ! Convide seus amigos a consumirem produtos orgânicos das Compras Coletivas Ecosystemáticas !

P.S.: CASO NÃO QUEIRA MAIS RECEBER EMAILS DE COMUNICAÇÃO/DIVULGAÇÃO DAS COMPRAS COLETIVAS, POR AMOR RESPONDA ESTE EMAIL COM O ASSUNTO "REMOVER DA LISTA". GRATIDÃO !

Núcleo Gestor - Compras Coletivas Ecosystemáticas

Anexo V – Planilha de produtos/fornecedores das CCE

COMPRAS COLETIVAS ECOSSOLIDÁRIAS

:: PRODUTOS ORGÂNICOS ::

(a não ser onde indicado com "(*)" - caso de alguns produtos processados: consulte as informações sobre os produtos)

Fornecedor	Produtos	Preço unitário (R\$ / unid.)	Unidade	Quantidade (em UNIDADES)	Valor (em R\$)	Peso Líquido (aprox.)
BIORGA	Canjica Amarela	1,86	500 g			
	Farinha de Milho Crioulo	2,94	1 kg			
	Farinha de Milho Crioulo [A GRANEL]	80,85	30 kg			
	Farinha de Trigo Integral Fina	3,96	1 kg			
	Farinha de Trigo Integral Fina [A GRANEL]	108,90	30 kg			
	Feijão Adzuki	5,22	500 g			
	Açúcar Mascavo	7,02	1 kg			
	Açúcar Mascavo [A GRANEL]	193,05	30 kg			
	Gergelim	2,57	200 g			
	Linhaça Dourada	3,47	200 g			
	Linhaça Dourada [A GRANEL]	452,10	30 kg			
	Óleo de Linhaça Dourada (extra-virgem)	19,28	250 ml			
	Óleo de Gergelim (extra-virgem)	19,28	250 ml			
Farinha de Linhaça Dourada (a vácuo)	6,21	250 g				
ACEVAM	Arroz Agulhinha Parbolizado Polido	4,02	1 kg			
	Arroz Agulhinha Integral	4,65	1 kg			
	Arroz Agulhinha Vermelho Parbolizado	4,65	1 kg			
	Arroz Cateto Polido	6,54	1 kg			
	Arroz Cateto Integral	6,54	1 kg			
		Preço unitário (R\$ / unid.)	Unidade	Quantidade (UNIDADES)	Valor (em R\$)	Peso Liq.
Myrian	Bolo de Maçã (*)	6,00	350 g			
	Bolo de Banana (*)	6,00	350 g			
	Pão 100% Integral (orgânico)	6,60	500 g			
Tanah Tempeh	Tempeh	6,00	200 g			
Soluções Veganas / PFVG	Queijo cheddar (*)	12,00	300 g			
	Queijo branco de castanha do Pará (*)	14,40	300 g			
	Panetones Veganos					
Sítio Flor de Ouro	Chocotone (*)	19,20	900 g			
	Tradicional (*)	19,20	900 g			
	Goiabada com Coco (*)	19,20	900 g			
	Especial (*)	21,60	900 g			
	Especial Gotas de Chocolate (*)	21,60	900 g			
	Mel de Jatã	12,00	70 g			
Sítio Flor de Ouro	Mel de Guaraipo	12,00	70 g			
	Mel de Mandaçaia	12,00	70 g			
	Mel de Manduri	12,00	70 g			
	Mel de Tubuna	12,00	70 g			
	Mel de Tujuba	12,00	70 g			
	Extrato de Própolis (70%)	6,00	15 ml			
	Pomada de Própolis	12,00	15 g			
		Preço unitário (R\$ / unid.)	Unidade	Quantidade (UNIDADES)	Valor (em R\$)	Peso Liq.
	Doce de Buriú (artesanal)	6,00	100 g			
	Desodorante Alecrim (spray) [R]	6,60	30 ml			
	Desodorante Lavanda (spray) [R]	6,60	30 ml			
	Desodorante Especial de Lavanda	8,40	30 ml			
	Repeleente Natural (spray) [R]	7,70	30 ml			

O triângulozinho vermelho no canto superior direito da "célula" indica quando há informações disponíveis

PARA MAIS INFORMAÇÕES sobre FORNECEDOR ou PRODUTO:
APONTE O MOUSE SOBRE A RESPECTIVA "CELULA"

É O SEU PRIMEIRO PEDIDO?
SIGA OS PASSOS...


(1) Escolha à vontade os produtos e as quantidades que desejar. (Não há pedido mínimo.)

(2) Preencha a quantidade desejada de cada produto observando o peso (ou volume) da Unidade de cada produto.

Por exemplo:

Se quiser 1 unidade de 500 g de Canjica Amarela da BIORGA, digite 1 (UNIDADE) na coluna "Quantidade (em UNIDADES)".

(3) Escolha onde quer retirar seu pedido. (Veja as opções e explicações no quadro mais abaixo ou também no final da lista.)

Tiwa Poti	Óleos Medicinais						
	Pegui - Nutracéutico	12,00	60 ml				
	Andiroba	12,00	60 ml				
	Copaiba	16,80	60 ml				
	Seiva de Jatobá	12,00	200 ml				
	Tintura Desinfetante Concentrada						
	Citronela	9,60	500 ml				
	Mirra	9,60	500 ml				
	Sabonetes Vegetais						
	Copaiba	3,60	100 g				
	Buriti	3,60	100 g				
	Cupuacu	3,60	100 g				
Castanha do Pará	3,60	100 g					
Coco	3,00	100 g					
Sabão de Tingui (medicinal)	8,40	100 g					
							
Preço unitário (R\$/ unid.)		Unidade	Quantidade (UNIDADES)	Valor (em R\$)	Peso Liq.		
Dona Catarina	Açúcar Mascavo	8,40	1 kg				
	Geléia de Goiaba (*)	12,00	600 g				
	Geléia de Jaboticaba (*)	12,00	600 g				
	Geléia de Pera (*)	12,00	600 g				
	Geléia de Uva (*)	12,00	600 g				
	Polvilho	6,00	1 kg				
	Mel	12,00	1 kg				
	Melado	7,20	800 ml				
	Farinha de Mandioca	6,00	1 kg				
	Farinha de Mandioca [A GRANEL]	22,00	5 kg				
Topanote	Arroz Cateto Integral (a vácuo)	6,60	1 kg				
	Arroz Cateto Integral [EM SACA]	132,00	30 kg				
	Arroz Cateto Vermelho (a vácuo)	7,20	1 kg				
Arroz Agulhinha Integral (a vácuo)	4,80	1 kg					
Preço unitário (R\$/ unid.)		Unidade	Quantidade (UNIDADES)	Valor (em R\$)	Peso Liq.		
Sattva	Pão Sem Trigo	7,80	400 g				
	Gersal	3,60	100 g				
Yamuna	Ghee	8,40	160 ml				
		13,80	360 ml				
	Gel Dental - Juá	10,80	40 ml				
		26,40	160 ml				
	Gel Dental - Canela e Cardamomo	10,80	40 ml				
		26,40	160 ml				
	Xampu Sólido - Capim Limão e Babosa	14,40	115 g				
	Sabonetes Vegetais						
Limão e Palmarosa	13,20	120 g					
Gengibre, Copaiba e Chá Verde	13,20	120 g					
Lavanda	13,20	120 g					
Olive e Louro	13,20	120 g					
Sabão Negro (medicinal)	13,20	120 g					
Sítio Palmará	Suco de Uva Bordô	9,34	1 litro				
		12,57	1,5 litro				
	Suco de Uva Niágara (branco)	9,34	1 litro				
		9,34	1 litro				
	Suco de Maçã	12,57	1,5 litro				
	Vinagre de Maçã	4,63	750 ml				
	Doce de Figo (em pasta)	5,78	400 g				
	Geléia de Framboesa	7,03	400 g				
Geléia de Uva	5,78	400 g					
Molho de Tomate	7,96	600 g					
Preço unitário (R\$/ unid.)		Unidade	Quantidade (UNIDADES)	Valor (em R\$)	Peso Liq.		
		6,48	300 g				

ou também no final da lista.)

(4) Quando acabar, anote o valor TOTAL a ser pago. (Está no final da lista.)

(5) Salve o arquivo, envie como anexo para o email indicado e aguarde confirmação.

AGENDE-SE:

A PARTILHA NA UFSC SERÁ:
04 de Dezembro

OPÇÕES DE LOCAIS PARA RETIRADA DO PEDIDO:

PONTO DE PARTILHA:

(local padrão de retirada do pedido)

CEPAGRO - CCA - UFSC

(bairro Itacorubi)

das 11 às 16h

PONTOS DE DISTRIBUIÇÃO:

(locais opcionais de retirada do pedido)

* ARMAÇÃO *

casa de Edgar e Fernando
após 04 de Dezembro, em
horário a combinar.

* CACHOEIRA DO BOM

JESUS*

casa da Leticia

Ecomel 	Mel de Laranja	15,12	800 g				
		64,80	4,5 kg				
		5,40	300 g				
	Mel de Eucalipto	12,96	800 g				
		54,00	4,5 kg				
		5,40	300 g				
	Mel Silvestre	12,96	800 g				
		54,00	4,5 kg				
	Mel em sachê	32,40	1 kg				
	Mel em sachê com própolis	43,20	1 kg				
	Extrato de Própolis						
	Extrato de Própolis (30%)	5,40	20 ml				
	Extrato de Própolis (30%) com Copaiba (5%)	6,48	20 ml				
	Extrato de Própolis Verde (do alectrim) (50%)	8,64	20 ml				
	Extrato de Própolis Silvestre Sem Alcool (60%)	10,80	20 ml				
	Extrato de Própolis Verde Sem Alcool (60%)	14,04	20 ml				
	Própolis spray composto a 20%						
	Mel, própolis e malva	6,48	35 ml				
	Mel, própolis romã e gengibre	6,48	35 ml				
	Mel, própolis romã e hortelã	6,48	35 ml				
	Mel, própolis, guaco e poejo	6,48	35 ml				
	Xaropes de Própolis Composto						
	Mel, própolis, guaco, agnião e malva	12,96	170 g				
	Pólen						
		18,36	150 g				
	Pólen in natura	54,00	500 g				
		97,20	1 kg				
	Geléia Real						
	Geléia Real in natura	15,12	15 g				
		27,00	30 g				
	Apitoxina						
	Creme de apitoxina (frasco)	21,60	40 g				
	Pomada de apitoxina (pote)	17,28	20 g				
	Cera de abelha						
	Cera de abelha (em bloco)	30,24	1 kg				
	Cera de abelha (em lâmina)	51,84	1 kg				
	Balas						
	Balas de mel, cravo, canela e gengibre	22,68	600 g				
	Balas de mel, própolis e eucalipto	22,68	600 g				
	Balas de mel e gengibre	22,68	600 g				
	Balas de mel e própolis	22,68	600 g				
	Cosméticos						
	Sabonete de pólen regenerador celular	5,94	50 g				
	Sabonete de mel hidratante	5,94	50 g				
Sabonete de própolis cicatrizante	5,94	50 g					
Preço unitário (R\$ / unid.) Unidade Quantidade Valor Peso							
Box de Orgânicos	Balas de banana com açúcar mascavo	4,56	150 g				
	Geléia de morango	12,29	280 g				
	Geléia de uva	11,40	280 g				
	Geléia de goiaba	11,40	280 g				
	Geléia de banana	11,40	280 g				
	Geléia de acerola e maracujá	8,34	230 g				
	Geléia de manga e maracujá	8,34	230 g				
	Geléia de amora	8,34	230 g				
	Geléia de morango e amora	8,34	230 g				
	Geléia de amora e uva	8,34	230 g				
	Geléia de uva	6,67	280 g				
	Geléia de banana	6,67	280 g				
	Geléia de laranja	6,67	280 g				
	Native	Apúcar Cristal Branco	3,23	1 kg			
		Apúcar Cristal Branco [A GRANEL]	75,08	25 kg			
		Apúcar Demerara	3,90	1 kg			
	Apúcar Demerara [A GRANEL]	80,30	25 kg				
	Apúcar Mascavo	6,30	1 kg				

07 de Dezembro
das 8h às 21h

* CAMPECHE *
casa de Gustavo & Flávia
05 de Dezembro
das 19h às 21h

* CANTO DOS ARAÇÁS *
casa do Eduardo
após 04 de Dezembro,
em dia e horário a combinar.

* GAROPABA *
casa de Narayana e
Vasudeva
após 04 de Dezembro,
em local exato, dia e horário
a combinar.

* RIO VERMELHO 1 *
casa de Taravali
05 de Dezembro
das 8h às 17h

* RIO VERMELHO 2 *
casa de Josiane
04 de Dezembro
após 17:30h, ou em dia e
horário a combinar.

Para optar por receber seu
pedido em um desses Pontos
de Distribuição, digite "1" na
opção desejada. Se não
digitar nada, o seu pedido
ficará automaticamente
disponível no Ponto da
Partilha.

As opções, juntamente com
mais informações, estão no
final da lista de produtos.

Marfil	Açúcar Mascavo [A GRANEL]	131,31	25 kg			
	Amaranto	9,18	100 g			
	Cacau em Pó	5,76	100 g			
	Café Orgânico (Organi Vida)	16,26	500 g			
		8,13	250 g			
	Caqui Seco	9,18	100 g			
	Castanha de Caju	13,80	200 g			
	Castanha do Pará	12,66	200 g			
	Centeio em Grão	3,15	500 g			
	Chia	11,46	100 g			
	Coco Chips	7,47	100 g			
	Coco Ralado	5,76	100 g			
	Erva Mate (Matecológica)	5,43	500 g			
		10,86	1 kg			
	Erva Pura Folha	4,86	500 g			
	Erva Mate Tostada (para chá)	1,77	100 g			
	Farelo de Trigo	2,01	500 g			
	Farinha de Arroz Cateto Vermelho	3,72	500 g			
	Farinha de Aveia	7,71	500 g			
	Farinha de Biju Branca	3,15	500 g			
	Torta (bagaço) de Coco	5,76	100 g			
	Farinha de Mandioca Torrada	4,86	500 g			
	Farinha de Soja	3,72	500 g			
	Feijão Fradinho	7,71	500 g			
	Feijão Preto	6,87	1 kg			
	Figada Cascão	10,56	500 g			
	Flocos de Aveia	7,14	500 g			
	Flocos de Aveia [A GRANEL]	301,13	25 kg			
	Leite de Soja (em pó)	8,10	200 g			
	Linhaça Marrom	4,14	250 g			
	Barra de Massa de Cacau (em pedaços)	11,52	200 g			
	Marmelada Cascão	10,56	500 g			
Oleo de Coco	13,91	200 g				
Oleo de Soja	6,18	500 ml				
Polvilho Doce	3,72	500 g				
Quinoa Branca	11,55	250 g				
Quinoa Vermelha	8,13	250 g				
Sal Marinho	4,36	1 kg				
Soja em Grão	4,02	1 kg				
Soja em Grão [A GRANEL]	86,90	25 kg				
Uva Passa	5,79	150 g				
Vinagre de Kiwi	8,28	500 ml				
		Preço unitário (R\$ / unid.)	Unidade	Quantidade (UNIDADES)	Valor (em R\$)	Peso Liq.
Paullinia	Farinha de trigo integral	4,62	1 kg			
	Farinha de trigo integral [A GRANEL]	98,18	25 kg			
	Farinha de trigo branca	4,40	1 kg			
	Farinha de trigo branca [A GRANEL]	93,23	25 kg			
	Farinha de centeio	5,02	800 g			
	Farinha de centeio em flocos	3,44	500 g			
	Fibras de trigo	2,82	500 g			
	Trigo em grão	3,94	1 kg			
Trigo em grão [A GRANEL]	86,63	25 kg				
Espaço Cardamomo	Oleos corporais medicados para massagem					
	Alcaçuz	19,20	50 ml			
	Acariçoba	19,20	50 ml			
	Baleeira	19,20	50 ml			
	Oleos corporais para os doshas					
	Vata	36,00	100 ml			
	Pitta	36,00	100 ml			
Kapha	36,00	100 ml				
	Sabonete Intimo em Barra - Barbatimão	12,00	100 g			
	Sabonete Hidratante	3,60	60 g			
	Gel de Aloe Vera, Melaleuca, Alcool, Lavanda	12,00	50 ml			
	Sabonetes Vegetais					

Sabonetes Vegetais							
Simone Trogisch	Calêndula e Mel	3,00	60 g				
	Hortelã	3,00	60 g				
	Basilikum Anis	3,00	60 g				
	Capim Limão	3,00	60 g				
	Shampoos em Barra						
	Gerânio Puro e Oeo de Argan	10,80	100 g				
	Grapefruit Alecrim	10,80	100 g				
	Águas de Enxague Bucal						
	Erva Doce, Grapefruit	4,80	100 ml				
	Hortelã, Mirra	4,80	100 ml				
	Sabonetes de Argila						
	Argila Rosa (Anti-envelhecimento)	6,00	70 g				
	Argila Dourada (Revitalizante)	6,00	70 g				
	Argila Verde (Anti-acne)	6,00	70 g				
	Argila Branca (Contra Manchas - Citrus)	6,00	70 g				
	Cremes para as mãos						
	Gerânio	7,80	30 g				
	Lavanda	7,80	30 g				
	Protetores Labiais (Base de Cera de Abelha)						
	Mel com Rosas	7,20	15 g				
	Anis e Limão	7,20	15 g				
	Sabonetes Exfoliantes						
	Erva Doce	4,20	60 g				
	Patcholi e Nozes	4,20	60 g				
	Águas para o rosto						
	Hibiscus (Renovadora)	4,20	100 ml				
	Alecrim (Anti-oleosidade)	4,20	100 ml				
	Lavanda (Bactericida)	4,20	100 ml				
	Água de Colônia						
	Lavanda	12,00	50 ml				
Preço unitário (R\$ / unid.)							
	Unidade	Quantidade (UNIDADES)	Valor (em R\$)	Peso Liq.			
Muriqui Verde	Açai congelado tipo grosso	12,00	500 g				
	Goiabada	3,20	200 g				
	Doce de Goiaba	4,52	300 g				
	Doce de Banana	3,25	240 g				
	Doce de Banana	6,23	700 g				
	Passas de Banana (caixinha)	3,63	150 g				
	Passas de Banana	3,83	200 g				
	Compota de Abóbora	8,43	700 g				
	Doce de Abóbora	4,87	400 g				
	Mariola	1,08	50 g				
ACERT	Doce de uva	4,55	400 g				
	Geleia de uva	4,21	300 g				
	Beringela em Conserva (*)	7,20	200 g				
	Pesto (*)	12,00	180 g				
	Pasta de Beringeta (*)	7,20	200 g				
	Humus (*)	8,40	200 g				
	Biscoitos Amanteigados (*)	4,80	100 g				
	Torta de Banana (*)	19,20	1 kg				
	Torta de Maçã (*)	19,20	1 kg				
	Barra de Cereais	3,00	50 g				
Andi e Marina	Hambúrguer Vegetal de Ervilha (*)	8,40	380 g				
	Hambúrguer Vegetal de Feijão Fradinho (*)	8,40	380 g				
Ajonjol							
Pontos de Distribuição							
	R\$	Distância	Opção = 1	Valor (em R\$)			
Entrega nos Pontos	ARMAÇÃO: Casa de Edgar e Fernando	3,00	20 km				
	CACHOEIRA DO BOM JESUS: Casa da Leticia	3,00	25 km				
	CAMPECHE: Casa de Gustavo e Flávia	3,00	15 km				
	CANTO DOS ARAÇÁS: Casa do Eduardo	3,00	8 km				
	GAROPABA: Casa de Naráyana e Vasudeva	5,00	96 km				
RIO VERMELHO 1: Casa da Taravalli	3,00	25 km					

Aqui estão as opções de Pontos de Distribuição. (Caso você não opte por nenhum, a entrega do seu pedido será automaticamente feita no Ponto da Partilha.)

RIO VERMELHO 2: Casa da Josiane		3,00	24 km
---------------------------------	--	------	-------

A retirada do seu pedido será no Ponto de Partilha, no CEPAGRO/UFSC. (Ou escolha uma das opções acima.)

TOTAL (em R\$) : 0,00

Peso líquido total (aproximado) : 0,00 kg

AVISO:

Ao enviar o seu pedido e fazer o pagamento, isto implica que você concorda que, **caso não possa retirar seu pedido na partilha ou no ponto de distribuição escolhido, esses produtos serão destinados para outros fins (p.ex.: doação, distribuição entre os colaboradores, etc).**

Caso ocorra algum imprevisto que lhe impossibilite de retirar seu pedido, é sua responsabilidade comunicar-se assim que possível (antecipadamente ou não) com os organizadores (Núcleo Gestor) ou pessoas responsáveis pelo respectivo Ponto de Distribuição, para procurarem resolver conjuntamente a situação.

Neste caso, é possível solicitar a reserva do pedido para retirada em outro momento, a combinar. Caso seja solicitada a reserva do pedido, estipulamos uma taxa (simbólica) de R\$ 5,00 por reserva feita.

Somos agradecidos por sua compreensão e colaboração !!!

*Núcleo Gestor
Compras Coletivas Ecosolidárias*

CONTA BANCÁRIA PARA PAGAMENTO:

(ATENÇÃO, A CONTA MUDOU, agora é Poupança!!!)

Depois de pagar, mande email avisando da data e valor creditado.